



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLII — Nº 72

SEXTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 1987

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 9ª REUNIÃO, EM 15 DE OUTUBRO DE 1987

1.1 — ABERTURA

1.1.1. — Comunicações da Presidência

— Inexistência de **quorum** para abertura de sessão.

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se segunda feira, dia 19, às 10 horas com Ordem do dia que designa.

1.2 — ENCERRAMENTO

2 — EXPEDIENTE DESPACHADO

2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

Nº 215 e 216/87 (nº 336 e 337/87, na origem), de agradecimento de comunicações.

Nº 217/87 (nº 339/87, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização para que o Governo do Estado de Minas Gerais possa elevar, em caráter excepcional e temporariamente, o limite de endividamento daquela unidade federativa, a fim de emitir títulos de sua responsabilidade, equivalentes a 45.000.000 Obrigações do Tesouro do Estado de Minas Gerais.

Nº 218/87 (nº 340/87, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita a retificação da Resolução nº 264, de 1986, que modificou a Resolução nº 8, de 3 de abril de 1986, autorizando o Governo do Distrito Federal a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 702.372.620,15 (setecentos e dois milhões, trezentos e setenta e dois mil, seiscentos e vinte cruzados e quinze centavos).

2.1.2 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 301/87, solicitando a retificação de Autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 1987.

2.1.3 — Resoluções

Nº 173/87, que cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar todos os fatos relacionados a denúncias sobre a intermediação de pessoas físicas e jurídicas na captação de recursos públicos ou privados, de qualquer origem e natureza, destinados a Estados e Municípios, bem assim a quaisquer entidades governamentais no âmbito federal, estadual ou municipal.

Nº 174/87, que prorroga por 20 (vinte) dias, o prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 41/87, destinada a apurar irregularidades divulgadas no jornal **Folha de S. Paulo**, na concorrência para implantação da Ferrovia Norte-Sul e analisar todos os aspectos da viabilidade sócio-econômica daquela ferrovia.

2.1.4 — Requerimentos

Nº 160/87, do Senador Divaldo Suruagy, requerendo autorização para desempenhar missão no exterior.

Nº 161/87, do Senador Meira Filho, requerendo autorização para desempenhar missão no exterior.

Nº 162/87 do Senador Edison Lobão, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 98, de 1986, que regula a sistemática de registro e controle do transporte rodoviário, a granel, de álcool para fins combustíveis e de derivados de petróleo para fins energéticos, exceto GLP.

Nº 163/87, do Senador Edison Lobão, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 1986, que altera o Decreto-Lei nº 1.947, de 20 de dezembro de 1976, que "refor-

ma critérios de distribuição das quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica", modificado pelo Decreto-Lei nº 1.805, de 1º de outubro de 1980.

Nº 164/87, do Senador Edison Lobão, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 1986, que altera a Legislação da Previdência Social Urbana.

Nº 165/87, do Senador Edison Lobão, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 192, de 1986, que estabelece percentual mínimo para preenchimento de vagas no Serviço Público Federal, Estadual e Municipal, por deficientes físicos.

Nº 166/87, do Senador Edison Lobão, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 1986, que dispõe sobre a construção de cidades de idosos e dá outras providências.

Nº 167/87, do Senador Edison Lobão, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 275, de 1986, que sujeita à apreciação do Senado Federal a escolha dos Presidentes e Diretores de Sociedade de Economia Mista.

3 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Nº 57, de 1987 (republicação).

4 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Nº 212, a 214, de 1987.

5 — ATAS DE COMISSÃO

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre)	
TOTAL	330,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 2,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Ata da 9ª Reunião, em 15 de outubro de 1987

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência do Sr. Francisco Rollemberg.

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Lavoisier Maia — Humberto Lucena — Marco Maciel — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Afonso Camargo — José Richa — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Cários Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— A lista de presença acusa o comparecimento de 58 Srs. Senadores. Entretanto não há, em plenário, **quorum** mínimo regimental para abertura da sessão.

Nos termos do disposto no § 2º, do art. 180, do Regimento Interno, o Expediente que se encontra sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

Nestas condições, vou encerrar a presente reunião, antes convocando sessão extraordinária a realizar-se segunda-feira, dia 19, às 10 h, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 52, de 1987, de autoria do Senador Roberto Campos, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de

Lei do Senado nº 134, de 1983, de sua autoria, que estabelece a livre negociação salarial, e dá outras providências.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 53, de 1987, de autoria do Senador Roberto Campos, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1983, de sua autoria, que cria contratos de trabalho simplificados para facilitar novos empregos.

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 54, de 1987, de autoria do Senador Roberto Campos, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1983, de sua autoria, que autoriza a delegação de atividade de previdência social em empresas privadas.

4

Votação, em turno único, do Requerimento nº 55, de 1987, de autoria do Senador Roberto Campos, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1983, de sua autoria, que cria, nas empresas privadas, como alternativa a dispensa de empregados, disponibilidade remunerada, e dá outras providências.

5

Votação, em turno único, do Requerimento nº 56, de 1987, de autoria do Senador Roberto Campos, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 1983, de sua autoria, que favorece as aposentadorias e a renovação de quadros.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 159, de 1987, de autoria do Senador Nelson Car-

neiro, solicitando, nos termos do art. 76, do Regimento Interno, a composição de uma comissão especial, formada por 5 (cinco) membros, de preferência diplomados em medicina, para, no prazo de 30 (trinta) dias, realizar estudos e levantamentos sobre as ocorrências recentemente verificadas em Goiânia, relativas à contaminação de pessoas por substâncias radioativas. (Dependendo de parecer.)

7

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1987 (nº 8.318/86, na Casa de origem), que dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos da Justiça do Trabalho, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

8

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1986 (nº 124/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto de acordo de previdência social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica, concluído em Atenas, a 1º de setembro de 1984. (Dependendo de parecer.)

9

Mensagem nº 389, de 1986 (nº 554/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Cravinhos, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.494.069,60 (três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, sessenta e nove cruzados e sessenta centavos). (Dependendo de parecer.)

10

Mensagem nº 126, de 1987 (nº 217/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados 466.400,00 Obrigações do Tesouro Nacional OTN. (Dependendo de parecer.)

11

Mensagem nº 159, de 1987 (nº 273/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado de Minas Gerais, a elevar, em caráter excepcional e temporariamente, o limite de endividamento daquela unidade federativa, a fim de que possa emitir títulos de sua responsabilidade, no montante de Cz\$ 732.551.232,00 (setecentos e trinta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e trinta e dois cruzados). (Dependendo de parecer.)

12

Mensagem nº 183, de 1987 (nº 284/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor equivalente, em cruzados, a 13.533,83 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

13

Mensagem nº 197, de 1987 (nº 306/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 31.954,89 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

14

Mensagem nº 203, de 1987 (nº 313/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São Félix do Piauí, Estado do Piauí, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.692,16 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

15

Ofício nº S/41, de 1987 (nº 150/87, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 14, de 1987, que autorizou a Prefeitura Municipal de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 6.906.228,00 (seis milhões, novecentos e seis mil, duzentos e vinte e oito cruzados). (Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Está encerrada a reunião.

(*Levanta-se a reunião às 10 horas e 8 minutos.*)

EXPEDIENTE

Despachado nos Termos do § 2º do Artigo 180 do Regimento Interno

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicações

Nº 215/87 (nº 336/87, na origem), de 13 do corrente, referente à promulgação das Resoluções nºs 145 a 161, de 1987.

À publicação.

Nº 216/87 (nº 337/87, na origem), de 13 do corrente, referente à aprovação das matérias constantes das Mensagens da Presidência da República nºs 49 a 53, de 1985.

À publicação.

Nº 217, de 1987 (nº 339/87, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o art. 2º da Resolução nº 93/76, do Senado Federal, solicita autorização para que o Governo do Estado de Minas Gerais possa elevar, em caráter excepcional e temporariamente, o limite de endividamento daquela unidade Federativa, a fim de emitir títulos de sua responsabilidade, equivalentes a 45.000.000 Obrigações do Tesouro do Estado de Minas Gerais.

Será incluída, oportunamente, em Ordem do Dia.

Nº 218, de 1987 (nº 340/87, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 51, combinado com o art. 42, item V, da Constituição solicita a retificação da Resolução nº 264, de 1986, que modificou a Resolução nº 8, de 3 de abril de 1986, autorizando o Governo do Distrito Federal a cotratar operação de crédito no valor de Cz\$ 702.372.620,15 (setecentos e dois milhões, trezentos e setenta e dois mil, seiscentos e vinte cruzados e quinze centavos).

Será incluída, oportunamente, em Ordem do Dia.

OFÍCIO

Do Sr. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Brasília, 14 de outubro de 1987.

Nº 301
Retifica Autógrafos do
Projeto de Lei nº 184, de 1987.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Jutahy Magalhães
DD. Primeiro-Secretário do Senado Federal

Senhor Secretário,
Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência a seguinte retificação nos Autógrafos do Projeto de Lei nº 184, de 1987, que "regulamenta a transferência de recursos do Imposto sobre Transportes — IST e dá outras providências":

Onde se lê:

"Art. 8º Revogam-se os Decretos-leis nºs 244, de 28 de fevereiro de 1967, 859 de 11 de setembro de 1969 e 1.524, de 14 de fevereiro de 1977, e demais disposições em contrário."

Leia-se:

"Art. 8º Revogam-se o art. 5º e seus respectivos parágrafos do Decreto-lei nº 244, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto-lei nº 859, de 11 de setembro de 1969, o Decreto-lei nº 1.524, de 14 de fevereiro de 1977 e demais disposições em contrário."

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e a mais distinta consideração. — **Heráclito Fortes**, Terceiro-Secretário, no exercício da Primeira Secretaria.

À publicação.

RESOLUÇÕES

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena:

CONSIDERANDO as denúncias de corrupção na liberação de verbas da Secretaria do Planejamento da Presidência da República para prefeituras através de empresas de consultoria;

CONSIDERANDO que esta não é a primeira vez que surgem denúncias sobre corrupção na distribuição de verbas federais;

CONSIDERANDO que, em outubro do ano passado, o Ministro do Desenvolvimento Urbano, Deni Schwartz, pediu "cadeia para aqueles que chegam às prefeituras como intermediários, cobrando até 15% para liberar recursos em qualquer Ministério";

CONSIDERANDO que o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, determinou a abertura de inquérito policial administrativo para responsabilizar os funcionários envolvidos no caso;

CONSIDERANDO que a Polícia Federal está apurando as denúncias de corrupção na SEPLAN, para a liberação de verbas às prefeituras;

CONSIDERANDO que esta atividade de intermediação além de desnecessária é imoral;

CONSIDERANDO que a justificação para a existência de empresas de consultoria irregulares, baseada no peso da burocracia, não pode ser aceita pelas Autoridades deste país;

CONSIDERANDO que os critérios de julgamento para a liberação de recursos não vinculados, a partir da análise individual, não podem gerar corrupção no serviço público;

CONSIDERANDO que esta intermediação para facilitar a liberação de verbas públicas não pode ser desconhecida da gestão governamental;

CONSIDERANDO que a atuação dos intermediários levou o Secretário de Ensino do Ministério da Educação a baixar a seguinte Portaria: "Solicito informar aos senhores prefeitos que a liberação de recursos do **salário-educação** independe de qualquer **intermediação de escritórios particulares ou similares** (...) para evitar que recursos destinados à Educação sejam desviados para falsos intermediários";

CONSIDERANDO que essa atividade de intermediação não poderia se desenvolver sem a convivência de funcionários importantes e com capacidade decisória no seio do Governo Federal;

CONSIDERANDO a declaração do deputado estadual Carlos Lapa (PDT — PE), ex-prefeito de Carpina (PE), no seguinte teor: "Como prefeito, fui várias vezes a Brasília atrás de verbas a Fundo Perdido. Normalmente consegui, mas, quando os recursos chegavam no banco, faltava uma parte daquilo que havia sido acordado. A explicação dos burocratas é que era para pagar os custos com a operacionalização das despesas";

CONSIDERANDO as denúncias de **O Globo**, que indicam a liberação de verba federal em 4 dias, para pedido que durará 3 anos no BNH;

CONSIDERANDO a declaração do Prefeito do Município de Janduí (RN), Salomão Gurgel Pinheiro, que disse conhecer a existência dos intermediários de verbas federais;

CONSIDERANDO que a intermediação de recursos não se dá apenas para a obtenção de recursos a Fundo Perdido;

CONSIDERANDO que os Estados e Municípios receberam recursos provenientes de empréstimos internos e externos;

CONSIDERANDO que a intermediação para a obtenção de recursos de empréstimos deve ter ocorrido tanto no âmbito das instituições financeiras públicas como privadas;

CONSIDERANDO que a existência de tais atravessadores depõe contra a honorabilidade da Nova República;

CONSIDERANDO que o Poder Legislativo não pode ficar ausente das investigações que se fazem necessárias para a apuração dos fatos denunciados, em particular o Senado Federal, que detém a representação dos Estados,

Encaminho a Vossa Excelência e aos demais pares, Membros da Mesa do Senado Federal, com o apoioamento suficiente, em observância ao disposto no § 1º, do art. 170, do Regimento Interno da Casa, à seguinte

RESOLUÇÃO Nº 173, de 1987

Cria, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e do art. 170, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, Comissão de Inquérito para os fins que especifica.

Art. 1º É criada, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e do art. 170, alínea a, e seu § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, Comissão de Inquérito com a finalidade de investigar todos os fatos relacionados a denúncias sobre a intermediação de pessoas físicas e jurídicas na captação de recursos públicos ou privados, de qualquer origem e natureza, destinadas a Estados e Municípios bem assim a quaisquer entidades governamentais no âmbito federal, estadual ou municipal.

Parágrafo único. No exercício da competência estabelecida neste artigo, a Comissão desenvolverá seus trabalhos com os seguintes objetivos, entre outros:

a) apurar responsabilidades e identificar os responsáveis, tanto no setor público, quanto no setor privado, por atividades que consistam na intermediação em operações financeiras, de origem interna ou externa e de qualquer natureza jurídica, a título oneroso ou gratuito, destinadas a Estados ou Municípios, junto a órgãos governamentais ou instituições financeiras públicas ou privadas, com sede no País ou no exterior, cujo resultado seja, tenha sido ou venha a ser a própria captação dos referidos recursos, em nome de entidades beneficiárias das mencionadas operações de crédito ou de pessoas físicas titulares de cargos representativos do Poder Público; o agenciamento ou a prestação de quaisquer serviços, por pessoas não oficialmente autorizadas, visando a elaboração de projetos ou ao trânsito de documentos pertinentes às citadas operações de crédito;

b) apurar responsabilidades e identificar os responsáveis, na forma e condições da alínea anterior, quando se referirem a apurações financeiras, quando a União ou órgãos federais forem beneficiários diretos, a título de credores, ou quando a União for interessada, a título de avalista dos encargos decorrentes das referidas operações;

c) sugerir medidas capazes de eliminar a prática da intermediação, assim como propor mecanismos de fiscalização eficientes.

Art. 2º A Comissão constituir-se-á de 9 (nove) membros e terá o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar seu relatório conclusivo.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 1987. — **José Ignácio Ferreira — Ruy Bacelar — Jamil Haddad — Nelson Wedekin — Ronaldo Araújo — Albano Franco — Aureo Mello — Wilson Martins — Maurício Correa — João Menezes — Almir Gabriel — Cid Sabóia de Carvalho — Alfredo Campos — Pompeu de Sousa — Mário Maia — Nabor Júnior — Mansueto de Lavor — Meira Filho — Ronan Tito — Francisco Rollemberg — Itamar Franco — Aluisio Bezerra — José Fogaça — Chagas Rodrigues.**

À publicação.

RESOLUÇÃO Nº 174, de 1987

É prorrogado por 20 (vinte) dias, o prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 41, de 1987, destinada a apurar irregularidades divulgadas no jornal "Folha de S. Paulo", na concorrência para implantação da Ferrovia Norte-Sul e analisar todos os aspectos da viabilidade sócio-econômica daquela Ferrovia.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 1987. — **Ruy Bacelar — Virgílio Távora — Mauro Borges — Nabor Júnior — Pompeu de Sousa — Leopoldo Peres — Edison Lobão — João Calmon — Albano Franco — Odacir Soares — Marcio Lacerda — Cid Sabóia de Carvalho — Wilson Martins — Jarbas Passarinho — José Fogaça — João Lobo — João Menezes — Antônio Farias — Carlos Chiarelli — Carlos de Carl — Nelson Carneiro — José Ignácio Ferreira — Lavolsier Maia — José Paulo Bisol — Itamar Franco.**

REQUERIMENTOS REQUERIMENTO Nº 160, de 1987

Tendo sido convidado a participar da comitiva que acompanhará o Senhor Presidente da República em sua viagem à República da Venezuela, solicito me seja concedida autorização para desempenhar essa missão, nos termos dos arts. 36, § 2º, da Constituição, e 44 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 1987. — **Divaldo Suruagy.**

À publicação.

REQUERIMENTO Nº 161, de 1987

Tendo sido convidado a participar da comitiva que acompanhará o Senhor Presidente da República em sua viagem à República da Venezuela, solicito me seja concedida autorização para desempenhar essa missão, nos termos dos arts. 36, § 2º, da Constituição, e 44 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 1987. — **Meira Filho.**

À publicação.

REQUERIMENTO Nº 162, de 1987

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 98, de 1986, que regula a sistemática de registro e controle do transporte rodoviário, a granel, de álcool para fins combustíveis e de derivados de petróleo para fins energéticos, exceto GLP, feita a reconstituição do processo, se necessário.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 1987. — **Edison Lobão.**

Será incluído, oportunamente, em Ordem do Dia.

REQUERIMENTO Nº 163, de 1987

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 1986, que altera o Decreto-lei nº 1.947, de 20 de dezembro de 1976, que "reformula critérios de distribuição das quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica", modificado pelo Decreto-lei nº 1.805, de 1º de outubro de 1980, feita a reconstituição do processo se necessário.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 1987. — **Edison Lobão.**

Será incluído, oportunamente, em Ordem do Dia.

REQUERIMENTO Nº 164, de 1987

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 1986, que altera a Legislação da Previdência Social Urbana feita a reconstituição do processo, se necessário.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 1987. — **Edison Lobão.**

Será incluído, oportunamente, em Ordem do Dia.

REQUERIMENTO Nº 165, de 1987

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 192, de 1986, que estabelece percentual mínimo para preenchimento de vagas no Serviço Público Federal, Estadual e Municipal, por deficientes físicos, feita a reconstituição do processo, se necessário.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 1987. — **Edison Lobão.**

Será incluído, oportunamente, em Ordem do Dia.

REQUERIMENTO Nº 166, de 1987

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 1986, que

põe sobre a construção de cidades de idosos e dá outras providências feita a reconstituição do processo, se necessário.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 1987.

— **Edison Lobão.**

Será incluído, oportunamente, em Ordem do Dia.

**REQUERIMENTO
Nº 167 de 1987**

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requero o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 275, de 1986, que sujeita à apreciação do Senado Federal a escolha

dos Presidentes e Diretores de Sociedade de Economia Mista feita a reconstituição do processo, se necessário.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 1987.

— **Edison Lobão.**

Será incluído, oportunamente, em Ordem do Dia.

**(*) ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 57, de 1987**

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, e nos termos dos arts. 7º 53, 62, e 512, §§ 3º e 5º do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58,

de 1972, e alterações posteriores, e tendo em vista o que dispõe o Ato nº 10, de 1979, resolve:

Art. 1º Fica alterado, na conformidade das discriminações constantes dos Quadros I a V, anexos, o Orçamento Interno do Fundo do Centro Gráfico do Senado Federal — Funcegraf, para o exercício financeiro de 1987.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, 30 de setembro de 1987. — **Humberto Lucena**, Presidente — **José Ignácio Ferreira** — **Lourival Baptista** — **Jutahy Magalhães** — **Dirceu Carneiro.**

(*) — Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção II) de 2-10-87, páginas 2.163 a 2.168.

02.00 — SENADO FEDERAL		02.02 — FUNDO DO CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL — FUNCEGRAF		02/09/87		ANEXO I	
EXERCÍCIO DE 1987 - 2ª ALTERAÇÃO		RECEITA		Em Cz\$			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO ATUAL			
		RUBRICAS	FONTES	CATEGORIA ECONOMICA	P.S.RICAS	FONTES	CATEGORIA ECONOMICA
	RECURSOS ORDINÁRIOS			200.000,00			200.000,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES						
	Recursos consignados no Orçamento Geral da União, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 483, da Resolução 57/76, do Senado Federal, a serem repassados ao FUNCEGRAF.....	200.000,00	50		200.000,00	50	
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES			42.659.052,90			58.659.052,90
	RECEITAS CORRENTES						
	Receita Operacional, oriunda de Órgãos da União, a ser executada nos termos do § 2º, do art. 4º, do Ato nº 10/80, da Comissão Diretora do Senado Federal..	10.000.000,00	90		16.000.000,00	90	
RECEITA TRIBUTARIA		RECEITA PATRIMONIAL		RECEITA INDUSTRIAL		TRANSF. CORRENTES	
				RECEITAS DIVERSAS		RECEITAS CORRENTES TOTAL	
						RECEITAS DE CAPITAL TOTAL	
						RECEITA TOTAL	

02.00 — SENADO FEDERAL
 02.02 — FUNDO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — FUNCEGRAF
 EXERCÍCIO DE 1987 - 2ª ALTERAÇÃO RECEITA 02/09/87 ANEXO I
 Em C\$S

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
		RUBRICAS	FONTES	CATEGORIA ECONOMICA	RUBRICAS	FONTES	CATEGORIA ECONOMICA
	Saldo positivo do FUNCEGRAF, verificado no fim do exercício de 1986 (parágrafo único do art. 7º, do Ato nº 10/79, da Comissão Diretora do Senado Federal; art. 483, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58/72, com a nova redação dada pela Resolução nº 57/76).....	32.659.052,90	90		32.659.052,90	90	

				SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO ATUAL	
RECEITA TRIBUTARIA	RECEITA PATRIMONIAL	RECEITA INDUSTRIAL	TRANSF. CORRENTES	RECEITAS DIVERSAS	RECEITAS CORRENTES TOTAL	RECEITAS DE CAPITAL TOTAL		RECEITA TOTAL	
			200.000,00	42.659.052,90	42.859.052,90			42.859.052,90	
			200.000,00	58.659.052,90	58.859.052,90			58.859.052,90	

02.00 — SENADO FEDERAL
 02.02 — FUNDO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — FUNCEGRAF
 EXERCÍCIO DE 1987 - 2ª ALTERAÇÃO PROGRAMA DE TRABALHO 02/09/87 ANEXO II
 Em C\$S

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
		PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	LEGISLATIVA.....			42.859.052,90			58.859.052,90
	ADMINISTRAÇÃO.....			42.859.052,90			58.859.052,90
02102 01070232.232	Contribuição ao Fundo do Centro Gráfico do Senado Federal.....		42.859.052,90			58.859.052,90	
	TOTAL..		42.859.052,90	42.859.052,90		58.859.052,90	58.859.052,90

TOTAL → [] [] []

02.00 — SENADO FEDERAL
 02.02 — FUNDO DO CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL — FUNCEGRAF
 EXERCÍCIO DE 1987 - 2ª ALTERAÇÃO NATUREZA DA DESPESA 02/09/87 Em Cz\$ ANEXO III
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES

SITUAÇÃO ANTERIOR					
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINARIOS	VINCULADOS	OUTRAS FONTES	CATEGORIA ECONOMICA E ELEMENTOS
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES.....	-			14.000.000,00
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO.....	-			14.000.000,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....	70.000,00		9.930.000,00	10.000.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	70.000,00		3.930.000,00	4.000.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....	30.000,00		970.000,00	1.000.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	40.000,00		2.960.000,00	3.000.000,00
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL.....	-		-	28.859.052,90
4.1.0.0	INVESTIMENTOS.....	-		-	28.659.052,90
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	-		1.000.000,00	1.000.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.....	60.000,00		27.599.052,90	27.599.052,90
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS.....	-		-	200.000,00
4.2.5.0	Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado.....	-		200.000,00	200.000,00

PESSOAL E ENCARG. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	TOTAL DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	TRANSF. DE CAPITAL	TOTAL DESP. DE CAPITAL	TOTAL GERAL
	14.000.000,00	14.000.000,00	28.659.052,90	200.000,00		28.859.052,90	42.859.052,90

02.00 — SENADO FEDERAL
 02.02 — FUNDO DO CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL — FUNCEGRAF
 EXERCÍCIO DE 1987 - 2ª ALTERAÇÃO NATUREZA DA DESPESA 02/09/87 Em Cz\$ ANEXO III
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES

SITUAÇÃO ATUAL					
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINARIOS	VINCULADOS	OUTRAS FONTES	CATEGORIA ECONOMICA E ELEMENTOS
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES.....				31.000.000,00
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO.....				31.000.000,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....	70.000,00		22.930.000,00	23.000.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	70.000,00		7.830.000,00	7.900.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....	30.000,00		4.870.000,00	4.900.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	40.000,00		2.960.000,00	3.000.000,00
3.1.9.0	Diversas Despesas de Custeio.....	-		100.000,00	100.000,00
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL.....	-		-	27.859.052,90
4.1.0.0	INVESTIMENTOS.....	-		-	27.859.052,90
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.....	60.000,00		27.599.052,90	27.659.052,90
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS.....	-		-	200.000,00
4.2.5.0	Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado.....	-		200.000,00	200.000,00

PESSOAL E ENCARG. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	TOTAL DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	TRANSF. DE CAPITAL	TOTAL DESP. DE CAPITAL	TOTAL GERAL
	31.000.000,00	31.000.000,00	27.659.052,90	200.000,00	-	27.859.052,90	58.859.052,90

02.00 -- SENADO FEDERAL

02.02 -- FUNDO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL -- FUNCEGRAF

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

EXERCÍCIO DE 1987 - 2ª ALTERAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA

02/09/87

Em Cz\$

ANEXO IV

COÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	SUBELEMENTO E ITEM	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.0.0	<u>DESPESAS CORRENTES</u>	-	-	<u>14.000.000,00</u>
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO.....	-	-	<u>14.000.000,00</u>
3.1.2.0	Material de Consumo.....	-	10.000.000,00	-
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	-	4.000.000,00	-
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....	1.000.000,00	-	-
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	3.000.000,00	-	-
4.0.0.0	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	-	-	<u>28.659.052,90</u>
4.1.0.0	INVESTIMENTOS.....	-	-	<u>28.659.052,90</u>
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	-	1.000.000,00	-
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.....	-	27.659.052,90	-
4.2.0.0	<u>INVERSÕES FINANCEIRAS</u>	-	-	<u>200.000,00</u>
4.2.5.0	Aquisição de Títulos Representativos de Capital Integralizado.....	-	200.000,00	-
PESSOAL E ENCARG. SOCIAIS		-	-	-
OUTRAS DESP. CORRENTES		14.000.000,00	-	-
TOTAL DESP. CORRENTES		14.000.000,00	-	-
TOTAL DESP. DE CAPITAL		-	28.659.052,90	-
TOTAL GERAL		-	-	42.659.052,90

02.00 -- SENADO FEDERAL

02.02 -- FUNDO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL -- FUNCEGRAF

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

EXERCÍCIO DE 1987 - 2ª ALTERAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA

02/09/87

Em Cz\$

ANEXO IV

COÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	SUBELEMENTO E ITEM	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.0.0	<u>DESPESAS CORRENTES</u>	-	-	<u>31.000.000,00</u>
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO.....	-	-	<u>31.000.000,00</u>
3.1.2.0	Material de Consumo.....	-	23.000.000,00	-
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	-	7.900.000,00	-
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....	4.900.000,00	-	-
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	3.000.000,00	-	-
3.1.9.0	Diversas Despesas de Custeio.....	-	100.000,00	-
3.1.9.2	Despesas de Exercícios Anteriores.....	100.000,00	-	-
4.0.0.0	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	-	-	<u>27.859.052,90</u>
4.1.0.0	INVESTIMENTOS.....	-	-	<u>27.859.052,90</u>
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.....	-	27.659.052,90	-
4.2.0.0	<u>INVERSÕES FINANCEIRAS</u>	-	-	<u>200.000,00</u>
4.2.5.0	Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado.....	-	200.000,00	-
PESSOAL E ENCARG. SOCIAIS		-	-	-
OUTRAS DESP. CORRENTES		31.000.000,00	-	-
TOTAL DESP. CORRENTES		31.000.000,00	-	-
TOTAL DESP. DE CAPITAL		-	27.859.052,90	-
TOTAL GERAL		-	-	58.859.052,90

02.00 — SENADO FEDERAL ANEXO V
 02.02 — FUNDO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — FUNCEGRAF - EXERCÍCIO DE 1987 - 2ª ALTERAÇÃO
 DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS 02/09/87 Em Czs

SITUAÇÃO ANTERIOR

RECEITA			DESPESA		
ESPECIFICAÇÃO	PARCIAL	TOTAL	ESPECIFICAÇÃO	PARCIAL	TOTAL
RECEITAS CORRENTES.....	-	42.859.052,90	DESPESAS CORRENTES.....	-	14.000.000,00
Transferências Correntes.....	200.000,00	-	Despesas de Custeio.....	14.000.000,00	-
Recursos de Outras Fontes.....	42.659.052,90	-	SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE....	-	28.859.052,90
T O T A L.....	-	42.859.052,90	T O T A L.....	-	42.859.052,90
RECEITAS DE CAPITAL.....	-	28.859.052,90	DESPESAS DE CAPITAL.....	-	28.859.052,90
Superavit do Orçamento Corrente....	28.859.052,90	-	Investimentos.....	28.659.052,90	-
			Inversões Financeiras.....	200.000,00	-
T O T A L.....	-	28.859.052,90	T O T A L.....	-	28.859.052,90

02.00 — SENADO FEDERAL ANEXO V
 02.02 — FUNDO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — FUNCEGRAF - EXERCÍCIO DE 1987 - 2ª ALTERAÇÃO
 DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS Em Czs 02/09/87

SITUAÇÃO ATUAL

RECEITA			DESPESA		
ESPECIFICAÇÃO	PARCIAL	TOTAL	ESPECIFICAÇÃO	PARCIAL	TOTAL
RECEITAS CORRENTES.....	-	58.859.052,90	DESPESAS CORRENTES.....	-	31.000.000,00
Transferências Correntes.....	200.000,00	-	Despesas de Custeio.....	31.000.000,00	-
Recursos de Outras Fontes.....	58.659.052,90	-	SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE....	-	27.859.052,90
T O T A L.....	-	58.859.052,90	T O T A L.....	-	58.859.052,90
RECEITAS DE CAPITAL.....	-	27.859.052,90	DESPESAS DE CAPITAL.....	-	27.859.052,90
Superavit do Orçamento Corrente....	27.859.052,90	-	Investimentos.....	27.659.052,90	-
			Inversões Financeiras.....	200.000,00	-
T O T A L.....	-	27.859.052,90	T O T A L.....	-	27.859.052,90

ATO DO PRESIDENTE Nº 212, DE 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 013729/87-0, Resolve retificar o ato nº 77, de 1980, desta Presidência, que aposentou Sarah Abrahão no cargo em comissão de Secretário-Geral da Mesa, código SF-DAS-101.6, do Quadro Permanente do Senado Federal, a fim de excluir do fundamento legal de sua aposentadoria o artigo 430 da Resolução SF nº 58 de 1972, e incluir a opção pelos benefícios previstos no artigo 2º § 2º, da Lei nº 6.323, de 1976, combinado com as Resoluções SF nº 21, de 1986, ou nº 7 de 1987 e nº 15, de 1987.

Senado Federal, 15 de outubro de 1987. — **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 213, DE 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 013751/87-5: Resolve retificar o Ato nº 52, de 1986, desta Presidência, que aposentou Nerione Nunes Cardoso no cargo em comissão de Diretor da Secretaria de Informações, código SF-DAS-101.5, do Quadro Permanente do Senado Federal, a fim de excluir do fundamento legal de sua aposentadoria o artigo 430 da Resolução SF nº 58, de 1972, e incluir a opção pelos benefícios previstos no artigo 2º, § 2º, da Lei nº 6.323, de 1976, combinado com as Resoluções SF nº 21, de 1980, nº 7, de 1987 e nº 15, de 1987.

Senado Federal, 15 de outubro de 1987. — **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 214, DE 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 014258/87-0, resolve retificar o Ato nº 79, de 1980, desta Presidência, para manter aposentado, por invalidez, Úrcy de Oliveira, Adjunto Legislativo, Classe "única", Referência NS-17, do Quadro permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso I, e 102, inciso I, alínea "b", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso III, 429, inciso III, 430 inciso III, e V, 414, § 4º, e 434, inciso II, da Resolução SF nº 58, de 1972, e artigos 2º, parágrafo único, e 3º, da Resolução SF nº 358, de 1983, e artigo 3º, da Resolução SF nº 13, de 1985, 3 art 1º da Lei nº 1.050, de 1950, a partir 9 de setembro de 1987, com proventos integrais, observado o limite previsto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 15 de outubro de 1987. — **Humberto Lucena**, Presidente.

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através da Resolução nº 08, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico.

3ª REUNIÃO, REALIZADA EM
5 DE JUNHO DE 1987

Às dezesseis horas do dia cinco de junho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito criada através da Resolução nº 08, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presente os Senhores Senadores: Cid de Carvalho, Jutahy Magalhães, Mansueto de Lavor e José Agripino. Presente, ainda, o Senador Edison Lobão.

Abertos os trabalhos, o Senador José Agripino, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida, é dada como aprovada.

A seguir, a Presidência concede a palavra ao Senhor José Carlos Aleluia, Presidente da CHESF, que faz uma breve retrospectiva sobre a CHESF e sua vinculação com o Nordeste e aborda a situação atual, dando alguns esclarecimentos sobre a conjugação de fatores que levou o Nordeste a ter que reduzir o consumo de energia elétrica.

Prosseguindo, usa da palavra o Senhor Miguel Nunes, Presidente da Eletronorte, que inicialmente manifesta a satisfação de poder estar na CPI prestando esclarecimentos sobre a questão que tem como interesse crucial a região Nordeste.

Na fase interpelatória, usa da palavra os Senhores Senadores: Jutahy Magalhães, Relator; Mansueto de Lavor; Edison Lobão e Cid de Carvalho.

Prosseguindo, a Presidência agradece a presença dos Senhores Presidentes da CHESF e da Eletronorte, respectivamente, José Carlos Aleluia e Miguel Nunes, pela valiosíssima contribuição que trouxeram à Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico devidamente autorizado pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA 3ª DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A "INVESTIGAR AS CAUSAS DO RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E A POLÍTICA PARA O SETOR ELÉTRICO", REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 1987, A FIM DE OLHAR OS DEPOIMENTOS DOS SENHORES JOSÉ CARLOS ALELUIA E MIGUEL NUNES, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE DA CHESF E PRESIDENTE DA ELETRONORTE, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador **José Agripino**
Relator: Senador **Jutahy Magalhães**
(Íntegra do Apanhamento taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Há número regimental, declaro aberta a reunião.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que analisa e investiga as causas do racionamento da energia elétrica no Nordeste e no Brasil, conta com a presença honrosa, à qual desejamos agradecer, dos Srs. Presidentes da Chesf e da Eletronorte, que vão dar seqüência, com os seus depoimentos, ao ameahamento de informações que, ao longo dos trabalhos desta CPI, vão se confrontando e se completando. Seus depoimentos seqüenciam os depoimentos prestados ontem por longas três horas pelo Sr. Superintendente da Sudene, Dr. Dorany Sampaio, que aqui prestou uma valiosa colaboração, trazendo dados, informações e constatações.

Isto posto, e para iniciarmos a primeira parte dos trabalhos, passo a palavra ao Sr. Presidente da Chesf, Dr. José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Dirigentes da Eletronorte e da Chesf, meus Senhores:

Para nós da Chesf é uma grande oportunidade estarmos aqui; nesta Casa, pelo que agradecemos, para darmos esclarecimentos sobre a situação de atendimento de energia elétrica no Nordeste e o andamento das providências que estão sendo tomadas com relação à questão que nos aflige no momento, o racionamento de energia elétrica.

Inicialmente, queria pedir permissão para fazer uma breve retrospectiva sobre a Chesf e a sua profunda vinculação com o Nordeste e com seu desenvolvimento. Em seguida passaremos a abordar a situação atual, tentando dar alguns esclarecimentos sobre a conjugação de fatores que levou o Nordeste a ter que reduzir o consumo de energia elétrica no ano de 1987. Para finalizar, faremos algumas considerações sobre o ano de 1988, e também uma abordagem sobre o início da próxima década.

Na questão histórica temos que lembrar inicialmente que até meados da década de 1950 era praticamente impossível se pensar em desenvolvimento do Nordeste, devido às precárias condições de atendimento de energia elétrica à região. Apenas as Capitais e algumas cidades vizinhas possuíam serviço público de energia elétrica. Em especial posso citar a cidade de Salvador, que contava com a usina elétrica de Bananeiras, que funcionou até 1981 com 9.000 Kw, que deu lugar ao aparecimento do lago onde será futuramente implantada a usina de Pedra do Cavalo.

Além dessas sedes municipais e algumas cidades vizinhas, tínhamos localidades isoladas — que os Senhores bem conhecem atendidas por grupos diesel, operados pelas prefeituras municipais e por particulares, que se destinavam basicamente ao atendimento à iluminação, ou seja, não havia energia necessária para se pensar em implantação de indústrias. As indústrias que se implantaram na região foram, basicamente, as indústrias açucareira e têxtil, elas eram principalmente movidas por geradores, movidos a vapor, especialmente a indústria açucareira, partindo do bagaço de cana. E alguns casos isolados de indústrias mais modernas para aquela época, que contavam inclusive com geração própria. Podemos citar um caso da Bahia, por exemplo, o da Valença Industrial, que até hoje opera com hidrelétrica própria,

e que foi, inclusive, responsável, como em outros casos, pelo atendimento não só das necessidades de energia elétrica da indústria, mas das próprias cidades, no caso da Valença Industrial, a cidade de Valença.

Portanto, inexistia praticamente condição de se expandir, e nas Capitais o que se via eram empresas, normalmente de capital estrangeiro, que não tinham a menor motivação para fazer grandes investimentos na área de geração e transmissão de energia elétrica. Formava-se, assim, um círculo vicioso onde não havia um mercado, uma carga significativa que justificasse economicamente a implantação dos empreendimentos. Como não havia carga os empreendimentos não eram implantadas e o círculo se formava por falta de atendimento ao mercado, mas esse ciclo tinha que ser rompido.

Temos que fazer justiça — e na Chesf sempre fazemos — à ação pioneira do Engenheiro Apolônio Sales, que inspirado no pioneirismo que o antecedeu de Delmiro Gouveia, começou a mover gestões no Governo Federal no sentido de criar uma instituição que viesse a ser responsável pela exploração do potencial hidrelétrico do rio São Francisco, principalmente.

Essas gestões resultaram na criação em 1945 da Chesf, que por questões políticas surgidas posteriores ao decreto, não foi possível de imediato se viabilizar a implantação da companhia. Somente em 1948 é que foi feita a primeira Assembléia Geral da Chesf, imediatamente instalando a primeira Diretoria e daí começaram os trabalhos em Paulo Afonso, o que gerou uma série de discussões, porque na época alguns pensavam tratar-se de empreendimento muito grande, ou seja, falava-se na grande usina. Também surgiram grandes lideranças do Nordeste que aliaram-se ao interesse de que viesse a gerar energia elétrica naquela região defenderam através de vários fóruns, formando inclusive várias mesas-redondas nas Capitais e nos diversos centros da região, no sentido de mostrar a importância que Paulo Afonso poderia ter no sentido da redenção do Nordeste. Recordo-me desta época, quando Paulo Afonso era cantada como sendo a grande riqueza do Nordeste e a grande opção de desenvolvimento para a região.

Portanto, o papel inicial da Chesf foi esse. Acreditamos que cumprimos este papel, dando inclusive margem, a partir dessas mesas-redondas, que foram muitas, que viesse a ser formado o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, e a partir dele a Sudene. Orgulhamo-nos muito na Chesf de ter antecedido, de ter sido uma instituição que a partir da discussão gerada em torno do seu surgimento, veio dar surgimento, inclusive, à Sudene, que todos sabemos a importância que teve para a região, sobre a qual os Senhores ouviram uma exposição feita aqui pelo seu Superintendente atual, Dr. Dorany Sampaio.

Para se ter uma idéia do trabalho realizado pela Chesf, em 1955, primeiro ano de operação da Usina de Paulo Afonso I, até 1986, tivemos um crescimento médio anual, acumulativo da ordem de 16,4% ao ano, isso sustentado em épocas de grandes crescimentos e até em épocas de menores crescimentos para o País e para a região. Em 1955, o Nordeste era responsável pelo consumo de apenas 2,1% de consumo; em 1986, o Nordeste foi responsável pelo consumo de 15,8%.

Um outro dado importante é quando se refere ao consumo **per capita** da região. Em 1955, tínhamos um consumo de 12 Kw/hora por habitante/ano, equivalente a 6,2% da média nacional; em 1986 tínhamos um consumo equivalente por habitante/ano de 687 Kw, o que representa 54% da média nacional. Isto significa que temos ainda um grande caminho a percorrer, mas que muito foi feito nesta área.

Outro ponto que não pode deixar de ser mencionado é que esse esforço não foi unicamente da Chesf. Com o surgimento da Chesf e com as discussões que decorreram da sua criação, foi possível o surgimento de várias empresas estaduais, basicamente uma grande empresa estadual por área, que foram responsáveis pela comercialização do produto, que passou a ser possível através das linhas e das usinas implantadas pela Chesf.

Um outro ponto da nossa história, aliado a nossa co-irmã, Eletronorte, é o trabalho que fizemos no momento em que a Chesf passou a atender além das suas fronteiras. Entre outubro de 81 e outubro de 84, a Chesf, em esforço conjunto com a Eletrobrás e a Eletronorte, levou a energia até Belém do Pará. Aquela época, todos se lembram a grande dificuldade que tínhamos com a questão do petróleo. Naquele período, entre 81 e 84, foi possível economizar 10 mil barris de petróleo diários, o que representava 100 milhões de dólares anuais de economia de divisas, graças a um trabalho feito, articulado, do setor elétrico, com substituição de combustível que era utilizado nas usinas do Norte.

Portanto, dessa história, nós podemos depreender que todo o surgimento da Chesf, que antecedeu a Sudene; que antecedeu a Eletrobrás, que antecedeu a toda estrutura existente, hoje, no setor elétrico brasileiro foi fruto de esforço político, foi fruto de mobilização de pessoas interessadas no desenvolvimento da região.

Entretanto, nos últimos anos, eu posso dizer, notadamente, no fim da década de 70 e início da de 80, as dificuldades pelas quais o País começou a atrevessar levaram o setor elétrico brasileiro, que era, seguramente um exemplo de organização, um exemplo de experiência bem sucedida do Estado como empresa, a pagar um elevado tributo. O Setor teve que ser usado, numa política que tinha como intenção ajudar no controle da inflação, para contribuir, em alguns momentos, na resolução do problema das contas externas. Isso, evidentemente, levou a que as empresas do setor, que eram empresas sólidas e que tinham e têm um corpo de profissionais preparados, passassem a ser empresas com grandes dificuldades econômico-financeiras. Ai, neste ponto, é evidente que tem origem todos os problemas que nós vamos focalizar hoje.

Hoje, somos uma empresa que atendemos a todos os Estados do Nordeste, à exceção do Maranhão que, em 1980, passou a ser atendido pela Eletronorte. Quando eu falo, atendido pela Eletronorte não significa que a energia da Eletronorte é energia da Chesf; hoje não existe energia da Chesf e da Eletronorte. Somos um sistema interligado, formado por duas empresas que trabalham coordenadas, de modo que não existe a possibilidade, nem a intenção, nem a ação de dividir, seja o excesso de energia, seja a escassez, de

modo que, hoje, o racionamento de energia elétrica não se restringe apenas à área de atuação da Chesf, estende-se também à área de atuação da Eletronorte, por termos um problema comum.

Para que possamos entrar nas explicações iniciais que vamos dar sobre o porquê do racionamento, é necessário que haja uma compreensão de como opera o sistema elétrico do Nordeste. Hoje, somos basicamente atendidos pelo São Francisco, sendo todo o desenvolvimento da energia elétrica da região baseado no rio São Francisco. Além das usinas do rio São Francisco, podemos registrar pequenas usinas que não têm um significado muito grande, quando se fala em balanço energético. Portanto, o que seria necessário — e foi feito — foi a implantação de grandes reservatórios que poderiam acumular a água no período de chuvas, que normalmente vai de outubro de um ano a maio do ano seguinte, para enfrentar o período seco, que se inicia, normalmente, em abril e vai até outubro, ou um pouco antes. Portanto, este é o ciclo de cada ano.

A cada ano procuramos encher os reservatórios de Sobradinho e o de Três Marias porque, através do rio São Francisco, existe uma interligação hidráulica do sistema interligado do Nordeste com o do Sudeste. Assim, anualmente, a operação conjunta, feita através de um grupo de operação ligada, coordenada pela Eletrobrás, programa-se o enchimento dos reservatórios de Três Marias e o de Sobradinho para que se possa atravessar o período seco.

Esta programação é feita de tal modo que, se tomarmos por base uma hidrologia desfavorável, como a do período 52—55, nós poderíamos contar, no rio São Francisco, com a vazão regularizada de 2.060 m³/seg. Significa que, se tomarmos a história que temos do rio São Francisco, com a expectativa de anos não muito piores do que estes, seria possível atravessar, desde que as instalações estivessem adequadas.

O que se verificou, neste ano, foi exatamente o seguinte: nós, por conta de termos que usar água do rio São Francisco em proporções maiores do que as que mencionei, não só em 1986, mas já a partir de 1983, se usava vazões superiores a 2.060m³/seg, tendo em média em 1983 — 2.130m³/seg. Foi possível passar o ano de 83, passar o de 84, encher reservatório e usar 2.550m³/seg. Este número é importante ser gravado. No ano de 1984 se usou muito mais água do que no de 1986, e foi possível passar sem racionamento. Por que se usou muito mais água? Porque naquele ano a Chesf ainda estava atendendo ao Norte. O rio São Francisco foi muito generoso durante todo esse período; então, em 83 nós tivemos 2.130m³/seg; em 1984, 2.050m³/seg; em 1985, 2.190m³/seg; em 1986, 2.300m³/seg; alguma coisa próxima disso.

No ano de 1985, mesmo usando a vazão da ordem de 2.160m³/seg, chegamos ao fim do ano e conseguimos iniciar o ano de 86 com o reservatório de Sobradinho, praticamente, cheio; tivemos 98% do volume do reservatório útil para atravessar o período da seca de 86. Ao início do período de 86, tínhamos vazões médias inferiores à média de longo prazo, ou seja, a cada mês se tinha vazões no rio menores do que a média histórica do rio naqueles meses. Isto acompanhado mensalmente pelo grupo de operações interligadas. O que se verificava era que poderia haver

dificuldades. Mas, não sei se feliz ou infelizmente, a partir de setembro, houve uma mudança de tendência, e tivemos uma hidrologia extremamente favorável no mês de setembro, o que levou o setor a achar prudente esperar um período de hidrologia não muito desfavorável. No entanto, a partir de outubro de 86, até abril de 87, foi registrado o pior período hidrológico do rio São Francisco em toda a sua história. Isso fez com que, como as chuvas não aparecessem no mês de outubro, e não apareceram no mês de novembro, não apareceram no mês de dezembro, chegássemos a cerca de 25% do volume útil do reservatório de Sobradinho, ao fim do mês de dezembro de 1986. Portanto, estava configurado um período de dificuldade. Mas, por outro lado, ao fim de dezembro de 86 iniciaram as chuvas, o que fez com que o setor aguardasse, mais uma vez, um bom desempenho hidrológico para o período. As séries não indicavam coisa muito pior.

Naquela oportunidade, começamos a tomar providências; a primeira delas foi iniciar a compra de energia do pólo petroquímico da Bahia. De imediato fechamos um contrato de compra de energia do pólo petroquímico da ordem de 50 megawatts médios, já em janeiro, no sentido de poder enfrentar uma possibilidade de um período difícil. Os meses de janeiro e fevereiro não foram favoráveis, e aí se decidiu pela implantação do racionamento, que exigia o mínimo de discussão, o mínimo de preparação e o mínimo de aceitação pela comunidade.

Então, verificamos que quem planeja um sistema puramente hidrelétrico, digo puramente hidrelétrico porque a presença de geração térmica no Nordeste sempre foi olhada como presença de complementação de ponta, ou seja, de atendimento nas horas de carga máxima, nunca como presença de geração para atender a base, ou a geração de energia elétrica de quilowatts/hora de energia. Tínhamos um sistema planejado dentro das práticas nacionais; e quais eram as práticas nacionais? Planeja-se neste País — e basicamente para o nosso sistema hidrelétrico em todo o País — para que se tenha um risco de déficit, ou seja, o risco de que, em um determinado período, não se consiga atender ao mercado com as instalações existentes, um risco da ordem de 3%.

Hoje, com as dificuldades a que me referi, aceleradas a partir do fim da década de 70 e aprofundadas no início da década de 80, passou-se a praticar riscos da ordem de 5%.

Sabíamos que tínhamos riscos maiores nesses períodos e a preocupação de como enfrentá-los. Portanto, a hidrologia é um fator importante na componente do racionamento. Como tivemos exigências hidrológicas em anos anteriores e conseguimos passar, poderíamos ter passado sem racionamento se a hidrologia fosse mais favorável.

Mas não viemos aqui para dizer que a hidrologia única e exclusivamente é responsável pela ocorrência do racionamento. Na verdade, tínhamos um programa de obra planejado que, se executado, não teríamos chegado a essas condições em que nos encontramos hoje.

Havíamos planejado para este período duas obras de extrema importância que não puderam ser concluídas. A primeira delas, que por si só resolveria o problema, era a conclusão e a entrada em operação da Usina de Itaparica, à qual nos referiremos posteriormente com mais detalhes.

A Usina de Itaparica teve seu primeiro cronograma de entrada em operação da primeira máquina para 1981. Infelizmente, não foi possível atingir esse cronograma. Só nessa época a Chesf conseguiu assinar o primeiro contrato para a construção da obra, contrato este sucessivamente modificado, fazendo com que, em 1983, se decidiu que a primeira máquina de Itaparica entraria em operação no primeiro trimestre de 88.

Portanto, as decisões quanto ao cronograma de Itaparica foram tomadas em 1983. Em 1984, houve um momento em que por pouco suas obras não foram paralisadas. Se isso tivesse ocorrido, não seria possível hoje prever a energização da primeira máquina de Itaparica para o primeiro trimestre de 1988. O atraso da obra de Itaparica é um dos fatores que definiram o racionamento.

Outra obra importante que poderia ter ajudado, até mesmo eliminado a questão do racionamento é a segunda linha de transmissão Tucuruí—Presidente Dutra, associada ao cronograma de implantação de grupos geradores em Tucuruí. Sobre este assunto especial, pedirei que o Presidente da Eletronorte, Dr. Miguel Nunes, possa tecer alguns comentários.

Além dessas duas obras que, pela explicação que dei, passaram a ser prioridade número um do setor elétrico brasileiro, em função da mudança de distribuição dos pontos de geração, passou a ser também prioridade a linha de transmissão de 500 quilovolts entre Itaparica e Sobradinho.

São, portanto, quatro obras: o cronograma de implantação de geradores em Tucuruí, a segunda linha de transmissão de Tucuruí—Presidente Dutra, a Usina de Itaparica e a linha de transmissão de 500 quilovolts entre Itaparica e Sobradinho.

Como disse, chegamos a fim do ano passado com um volume útil de Sobradinho da ordem de 25%. Com isso, poderíamos prever o racionamento. O cálculo inicial nos conduzia à necessidade de reduzir o consumo para algo em torno de 15%. Isso foi decidido e implantado a partir de 1º de março. As avaliações feitas posteriormente levaram, entretanto, a um quadro bem mais desfavorável, chegando a se prever um déficit da ordem de 31%. Considerando as providências tomadas no parque térmico da Chesf e na aquisição de energia de autoprodutores, poder-se-ia pensar num racionamento da ordem de 26%.

Graças às providências tomadas mais uma vez pela Eletrobrás, Chesf e Eletronorte, aos estudos interligados e graças à coragem da engenharia brasileira, pôde-se aumentar significativamente o intercâmbio de energia entre a Eletronorte e a Chesf. Esse foi um fator decisivo para que não fosse necessário elevar o nível de racionamento.

Outro fator importante foi a colocação em operação do parque térmico da Chesf e da Eletronorte, o que permitiu que, nos meses de março, abril e maio, se conseguissem gerações térmicas significativas, chegando a atingir, em maio, uma geração média da ordem de 185 megawatts.

Com essas providências e com ocorrências a partir do dia 10 de março, quando — confessamos — já não tínhamos muitas esperanças de ter hidrologia um pouco melhor, pois até essa data a hidrologia era muito pior do que a pior registrada na história anterior do rio, mas, a partir

do dia 10 de março, registraram-se algumas chuvas, melhorando as condições de armazenamento de energia para atravessarmos o período de seca que enfrentamos agora.

Conseguimos chegar ao fim do mês de maio com reservatório de Sobradinho acumulando 45% do volume útil, e com o reservatório de Três Marias acumulando 54% do volume útil.

Os estudos elaborados conduziram à decisão de manter o nível de racionamento até pelo menos agosto deste ano. Indicam que, se a hidrologia estiver nos níveis esperados e as providências na área térmica e de redução em mercado através do racionamento forem concretizadas, poderemos atravessar todo o período seco, até os meses de outubro e novembro, sem termos que aumentar o racionamento, através do racionamento autogerido pelo consumidor.

Ao fim do mês de maio, tínhamos em Sobradinho 45% do volume útil e em Três Marias, 54%. Para algumas pessoas, isso chegou a parecer uma possibilidade de eliminação do racionamento. Mas temos variáveis que não podem ser esquecidas.

Hoje, estamos em queda, ou seja, os reservatórios de Três Marias e de Sobradinho estão esvaziando. Há uma programação de que os dois reservatórios cheguem a 10% do volume útil no dia 30 de novembro de 1987, o que significa que estamos chegando ao limite de utilização do rio. Não poderemos prever níveis menores do que este, senão a segurança de operação do complexo de Paulo Afonso e da Usina de Sobradinho pode ficar comprometida.

Se chegarmos a 10% ao fim de 1987, teremos que esperar as chuvas do fim do ano para termos volume disponível para encher o reservatório de Itaparica. Este requer para o seu enchimento 7 bilhões e 200 milhões de metros cúbicos de água. Isso representa aproximadamente 25% do volume útil de Sobradinho, o que não teremos ao fim de novembro.

A partir dos estudos hidroenergéticos, solicitou-se à Chesf que adiasse o início do enchimento do reservatório de Itaparica, não por questão de cronograma de obras, mas por questões hidrológicas, para 1º de janeiro de 1988. Esperamos com isso poder encher o lago, utilizando as chuvas do período chuvoso, que se inicia em novembro e que se encerra em abril de 1988.

Quanto a 1987, esse é o quadro. Temos possibilidade de fazer algum tipo de melhoria através da implantação, no fim do ano, em novembro ou dezembro, de novas usinas térmicas tipo móvel, que poderão agregar, no mês de dezembro e no ano de 1988 alguns quilowatts-hora adicionais para reduzir um possível déficit futuro.

Não sou pessimista. Os estudos probabilísticos não me conduzem ao desespero. Acreditamos que, em 1988, não teremos que enfrentar novas dificuldades. Mas temos que reconhecer que uma hidrologia extremamente desfavorável em 1988 deverá ser enfrentada com redução do mercado.

Hoje, inclusive, contamos com uma dificuldade muito grande. Por quê? Em presença do racionamento, ocorreram mudanças no sistema, muitas delas irreversíveis, e mudanças nos hábitos de consumo, muitos deles irreversíveis, ou seja, grande parte do consumo que deixou de ser feito de 1987 vai permanecer. A curva de crescimento

do mercado é imprevisível neste momento. Ainda estamos trabalhando, para 1988, com o mercado previsto para 1988 em 1986, porque em 1987, ainda não foi possível fazer qualquer tipo de previsão quanto ao mercado de 1988.

Por isso, acredito que não devamos ser tão pessimistas, mas não podemos perder de vista que 1988 é um ponto de preocupação. É importante que cheguemos ao fim do ano com pelo menos 10% do volume útil do reservatório de Sobradinho e do de Três Marias, para enfrentarmos este contexto de enchimento do reservatório de Itaparica e o ano de 1988 com menor grau de preocupação.

Para 1988 temos esperanças e não só quanto a chuvas, pois temos previsão de entrada de três instalações extremamente importantes, cujo cronograma tem sido acompanhado diariamente, seja por mim, seja pelo Dr. Miguel, seja por todos os companheiros que trabalham no setor elétrico, pela Diretoria de Eletrobrás e pelo Ministro Aureliano Chaves. S. Ex^a, semanalmente, tem se mobilizado e a toda a sua equipe no sentido do acompanhamento das obras da linha de transmissão Tucuruí-Presidente Dutra, da Usina de Tucuruí, da linha de transmissão Itaparica-Sobradinho e da Usina de Itaparica.

Quanto à parte da Eletronorte, inclusive a linha de Tucuruí, o Dr. Miguel se referirá a elas. No que nos diz respeito, Itaparica tem previsão de colocar em operação comercial o seu primeiro gerador no mês de março ou abril de 1988. Poderemos ter um atraso de um ou dois meses, o que não é significativo, quando se trata de colocar em operação um gerador de 250 mil quilowatts de potência.

Para chegarmos a esse resultado, temos que passar por alguns obstáculos. Que obstáculos são esses? O primeiro deles é a conclusão da barragem, cujas obras estão adiantadas em relação ao cronograma, porque, em 1983/84, foi possível manter a obra sem teto de orçamento autorizado. Graças à coragem de algumas pessoas, foi possível manter-se esse cronograma sem pagamento inclusive à empresa responsável pela construção. Portanto, a barragem, de certa forma, não é uma grande preocupação no que diz respeito ao cumprimento desse cronograma.

Outro obstáculo é a construção da casa de máquinas, que também está andando em ritmo normal, e a montagem dos geradores. Prevê-se a disponibilidade para entrada em teste do primeiro gerador para o dia 31 de dezembro de 1987, o que não será possível, porque, provavelmente, nessa data, não teremos o reservatório cheio. O cronograma prevê iniciar o enchimento em 1º de janeiro de 1988.

É importante mantermos esse cronograma, porque assim fazendo poderemos acelerar a montagem da máquina 4. Se, durante o ano de 1988, for cumprida a programação de enchimento, serão colocados em operação quatro novos geradores, cada um com 250 mil quilowatts de potência. Itaparica, em 1988, poderá agregar quatro novos geradores.

Na montagem dos geradores, hoje, estamos trabalhando no que chamamos caminho crítico. Toda a vez que se programa investimento, colocam-se todas as fases do empreendimento e se escolhe o caminho crítico de tempo. E é nesse caminho crítico de tempo que estamos trabalhando.

do. Nossa área de construção, de montagem e de suprimento tem acompanhado diariamente o cronograma, no sentido de podermos ter os geradores disponíveis no horizonte a que nos referimos.

O último obstáculo seria o enchimento do lago de Itaparica. Ele transcende a engenharia elétrica, a civil e a mecânica. É o que chamamos de trabalho de arquitetura ou de engenharia social. Os recursos eram escassos e havia indefinições quanto ao cronograma no início da década; em função disso, não se fez um plano de reassentamento e de mudança das populações a serem atingidas. Somente em 1985 começou-se a trabalhar realmente no sentido de planejar e negociar um programa de reassentamento das populações.

Para encher o lago de Itaparica, temos que movimentar cerca de 36 mil pessoas. Já fizemos aproximadamente 10%, não devendo ser, portanto, motivo de preocupação, pois é possível fazer o resto. Isso significa que, com o enchimento do lago, serão inundadas a sede do Município de Petrolândia, em Pernambuco; a sede do Município de Itacuruba, também em Pernambuco; terras agricultáveis e algumas não agricultáveis nos Municípios de Petrolândia, Floresta, Itacuruba e Belém de São Francisco, em Pernambuco. Na Bahia, serão inundadas a sede do Município de Rodelas e o Distrito de Barra do Tarrachil, além das terras dos Municípios de Glória, Rodelas e Chorrochó.

Essas inundações não passam pura e simplesmente pela construção da cidade: passa pela negociação da construção de todos os espaços com a população. Temos que negociar com a Igreja, a escola e a casa de cada um. Existem dificuldades nisso, mas são possíveis de serem transpostas. Lá estão sendo construídas cidades com todos os equipamentos modernos disponíveis para uma habitação urbana.

Serão, talvez, as únicas cidades do Nordeste a contarem com distribuição de energia elétrica em todas as casas, com distribuição de água tratada e com saneamento. Estão sendo construídas em áreas escolhidas pela população, o que demanda tempo. Negocia-se também a arquitetura dos imóveis e a sua execução.

Portanto, o reassentamento dos habitantes da área urbana não é uma questão da mais difíceis, embora seja complexa.

Na outra ponta está a questão da reposição da vida econômica e social das populações da região a ser atingida. Está presente o Constituinte Jutahy Magalhães, que conhece bem a região. S. Ex^a e eu sabemos que essas populações vivem basicamente em função da irrigação que fazem na beira do rio São Francisco, em terrenos de aluvião que irão desaparecer.

A CHESF, em conjunto com o Programa Nacional de Irrigação, por uma disposição muito firme do Ministro Vicente Fialho e da Codevasf, palmilharam cada hectare de terra disponível na margem do lado a ser formado, procurando identificar as manchas que permitiam a esse povo reconstruir sua vida e recomeçar a produzir após o enchimento do lago. Isso foi feito em dezembro do ano passado. Sentados a uma mesa com as lideranças sindicais da região — sindicatos rurais e o pólo sindical — chegamos a um acordo que

prevê um verdadeiro programa de desenvolvimento para a região.

A CHESF assumiu a responsabilidade, avaliada pelo Dr. Getúlio Lamartine, representando o Ministro Aureliano Chaves, de dar, a cada família habitante e trabalhadora da terra, na área urbana ou rural, seja ela hoje posseira, meeira ou trabalhadora rural, em geral avulsa, um lote de terra. Este será destinado aos ativos, ou seja, os não aposentados, e será de uma área irrigada mínima de 3 hectares e máxima de 6. Isso em função de uma fórmula que dimensiona a força de trabalho familiar, definida em mesa com os trabalhadores rurais.

Daremos a cada família um lote de terra irrigada nessas dimensões e uma complementação de sequeiro, no intuito de manter os hábitos da região, que são basicamente de fazer agricultura e criar caprinos em solta. Cada família que ficar à margem do lago terá 3 ou 6 hectares irrigados e uma complementação de sequeiro, que atinge o módulo de 25 hectares por família.

Infelizmente, não foi possível, dadas as condições pedológicas, chegar-se a um plano que reassentasse 100% das famílias na borda do lago. Desde o início definimos o lago como a nova riqueza e patrimônio dos trabalhadores da região. Isso não foi possível, porque as terras, em sua maioria, ou são arenosas, as chamadas areias quartzosas, ou são terras de pouca profundidade. Com dois ou três palmos, encontra-se o que eles chamam, no interior, de salão: totalmente impermeável.

Nosso plano prevê, portanto, o assentamento de uma parte da população na borda do lago e outra parte em projetos de irrigação, que estão sendo implantados pela CHESF e Codevasf. No Estado de Pernambuco, temos o Projeto Mandacaru-Aroeira nas proximidades da Cidade de Petrolândia, portanto próximo à borda do lago, que irá basicamente repor; é o primeiro projeto de irrigação que tenho conhecimento que foi implantado pelo Governo no Nordeste, chamado Projeto Barreiras, onde vivem, hoje, cerca de 100 colonos, em boas condições de vida.

Com esses colonos estamos tentando construir o novo projeto, a que eles já decidiram dar o nome de Apolônio Santos. Ainda no Estado de Pernambuco está prevista a construção de três outros projetos. Um, que nós chamamos Projeto Brígida, no Município de Orocó; um outro, que chamamos Projeto PG — Pernambuco/área G, de um estudo antigo da FAO, no Município também de Orocó, nas proximidades, de Santa Maria da Boa Vista. E o último projeto, o qual vou mencionar, no Estado de Pernambuco, é uma ampliação do Projeto Nilo Coelho, no Município de Petrolândia, onde serão assentadas famílias que virão de Itaparica, em módulos de seis hectares, com uma complementação de sequeiro.

Do lado da Bahia, além dos assentamentos da borda do lago, que existirão como em Pernambuco, estamos prevendo a implantação de dois outros projetos: um, no Município de Curaçá, nas proximidades de Abaré, chamado Projeto Bahia-C, próximo ao povoado de Pedra Branca; e um segundo projeto, jusante, no Município de Glória, que está sendo, este último, negociado, porque existem grandes quantidades de famílias na região e estamos tentando equacionar a entrada de novas famílias.

Portanto, a questão do reassentamento rural é extremamente difícil, mas no acordo que temos com os trabalhadores, que estamos cumprindo e acompanhando quinzenalmente, na mesa, com eles, eu poderia dizer que o assentamento está sendo feito com a participação dos trabalhadores. Este foi um dos compromissos que assumimos no acordo que firmamos em dezembro. A cada quinzena é feita uma reunião de avaliação e a participação deles tem sido decisiva para que se possa tocar esse empreendimento.

Há uma esperança. Na medida em que ajustamos com eles que ao concluirmos as casas nas proximidades dos lotes em que irão trabalhar, eles aceitam se mudar e a CHESF se compromete a assegurar um trabalho remunerado para, pelo menos, um membro da família, com remuneração mínima de 2,5 salários mínimos.

Esses são os obstáculos de Itaparica. Essa obra é fundamental para que se possa encerrar o ano de 1988, dizendo: "não estamos esperando apenas por São Pedro, fizemos a nossa parte."

Faremos Itaparica, faremos a linha Itaparica-Sobradinho, que deverá estar pronta em junho de 1988, e a Eletronorte mencionará a parte que ficou sob a sua responsabilidade.

Antes de encerrar, peça permissão aos Srs., e acredito que estaria, inclusive, na pauta, para falar um pouco mais além de 1988.

Obviamente, em 1988, com a entrada em operação de todas essas providências, nós encaramos o ano de 1989 sem muita preocupação, o ano de 1990 sem muita dificuldade e 1991 também.

A próxima grande obra a ser agregada ao sistema interligado Norte-Nordeste para geração de energia elétrica é a Usina de Xingó, uma usina que também foi atrasada por várias vezes, e que somente no início deste ano, graças a uma exposição de motivos feita pelo Ministro Aureliano Chaves, o Presidente da República tomou a decisão de autorizar a assinatura do contrato de Xingó, em março próximo; neste momento de dificuldade do País, foi autorizado o investimento de 1,6 bilhões de dólares para implantação da hidrelétrica que, infelizmente, é uma hidrelétrica sem nenhum impacto social. Praticamente nenhuma família será movida e não existe um só palmo de terra fértil a ser inundado, porque ela está exatamente no fim do canion, que se forma em Paulo Afonso e que vai parar exatamente nas proximidades de onde está sendo construída a hidrelétrica, que é no ponto do rio onde ficam as cidades de Piranhas, em Alagoas, e Canindé do São Francisco, em Sergipe, cidade esta que foi reconstruída não porque iria ser inundada, mas, sim, porque era uma cidade em péssimas condições, constantemente inundável e que seria muito afetada, pela construção da barragem, porque era uma cidade entre a escarpa do morro e o rio.

O Governo de Sergipe, o Governador João Alves, junto com a CHESF, decidiu construir a nova cidade, que já foi inaugurada pelo Presidente da República e que está lá para todos conhecerem, como uma nova grande cidade do interior do sertão pernambucano.

Portanto, teremos que trabalhar, daqui para a frente, olhando o curto prazo que é Itaparica, que são as linhas a que me referi, e olhando o médio prazo, que é Xingó. É uma obra que exige grandes

recursos, que está em andamento, mas que não pode mais atrasar nenhum dia.

Está prevista a entrada em operação do primeiro gerador de Xingó em junho de 1993, e nós estamos trabalhando, seja na CHESF, seja na Eletronorte, seja na Eletrobrás, no sentido de buscar meios e formas que existem, no sentido de evitar prováveis riscos de déficit, que podem ocorrer nos anos de 1992 e início de 1993.

Creio que fiz um esforço para trazer aqui as principais informações sobre a situação atual e aquela prevista a médio prazo para atendimento de energia elétrica ao Nordeste, e estarei à disposição dos Srs., eu e, se os Srs. permitirem, os companheiros da CHESF que aqui estão: estou acompanhando do Diretor de Operação, o Dr. Mário Santos, que é o homem responsável pela operação da CHESF, e o nosso representante nos estudos interligados; Dr. Genildo, que é responsável pela área financeira e econômica da empresa, homem responsável pelo trato das questões financeiras e econômicas da empresa; Dr. Pereira, o Diretor de Construção, responsável pela construção da barragem de Itaparica; Dr. Luis Guerra, responsável pelo reassentamento de Itaparica e Dr. Diógenes, nosso diretor da área administrativa.

Estamos, aqui, todos à disposição, no sentido de trazer esclarecimentos e tendo certeza de que não preciso pedir, porque temos o apoio dos Srs. para continuarmos com nosso programa de obras.

Muito obrigado, Presidente; estou às ordens.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Cumprimos e agradecemos ao Dr. José Carlos Aleluia pela contribuição prestada a esta CPI e contida no seu depoimento, concedo a palavra ao segundo expositor, Dr. Miguel Nunes, Presidente da Eletronorte.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães, Relator.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Eu gostaria de sugerir que, antes de o representante da Eletronorte falar, seria interessante fazermos logo as inquirições ao representante da Chesf, Dr. José Carlos Aleluia, porque liquidaríamos o assunto Chesf e depois passaríamos para a Eletronorte.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Estou de acordo.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Somos apenas dois Senadores aqui, as minhas indagações são pequenas, rápidas, objetivas, acho que seria melhor liquidarmos logo uma parte para depois entrarmos na outra.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Está perfeito. De acordo. Então, com a palavra o Senador Jutahy Magalhães, Relator da CPI.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Dr. José Carlos Aleluia, vamos à primeira indagação, rápida, sem comentários maiores, apenas aproveitando o recorte do *Jornal de Brasília*, do dia 10 de maio de 1987, com uma declaração de V. Sª, na qual diz que os atrasos, a respeito de Itaparica, começaram no mês de abril, quando deveriam ter sido repassados à Chesf 4 bilhões

de cruzados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico, através do Ministério das Minas e Energia. Hoje, 5 de junho, esses recursos já foram repassados para a Chesf?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Senador, no mês de maio encerramos sem nenhum fornecedor da Chesf, envolvido com o Projeto Itaparica e com os projetos relacionados com o fim do déficit de energia elétrica, encerramos o mês com todos os fornecedores em dia.

O setor conseguiu recursos para eliminar a dificuldade à qual me referi. Tínhamos obrigação, naquele momento, de tornar claras as dificuldades que, felizmente, pelas providências tomadas, não acarretaram atraso nas obras.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Os 300 milhões de dólares necessários para o assentamento das 7.500 famílias de Itaparica já foram alocados, também, para a Chesf?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Existe uma previsão no orçamento de investimento da Chesf, de acordo com o plano de recuperação do setor elétrico, chamado PRS, desses recursos. No entanto, Senador, nós entendemos que esse é um trabalho que deve ser feito a cada mês, porque hoje o setor depende, basicamente, neste ano, de duas fontes: uma é um empréstimo em que estamos trabalhando, setorial, junto ao Banco Mundial; a Eletrobrás está trabalhando e seu Presidente, ainda nesta semana, retornou de Washington, onde estava tratando desse assunto. A outra questão são os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico, que estão previstos para serem liberados em parcelas mensais. Portanto, os recursos estão equacionados; não posso dizer que estão em poder da Chesf ou da Eletrobrás, mas estão equacionados, e esta pergunta de V. Exª realmente é um dos pontos de nossa preocupação.

A cada dia estamos trabalhando, porque sabemos que os recursos têm que vir mensalmente. Têm vindo, hoje estamos em dia com os fornecedores, mas é um trabalho que tem exigido empenho muito grande, seja nosso, seja da Eletronorte, seja do Ministro Aureliano Chaves.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Apenas para uma compreensão minha, sobre a pergunta inicial, na condição de Relator eu precisaria ter uma informação, pelo menos para mim, mais objetiva V. Sª falou no atraso de 4 bilhões de cruzados. Esses recursos do FNDE foram repassados, a partir daquela data da declaração de V. Sª até hoje, para a Chesf?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Quando eu me referi aos 4 bilhões de cruzados, era a parcela que estava prevista para ser liberada no mês de abril, não para a Chesf, mas para o setor elétrico. Isso foi compensado por um empréstimo-ponte feito pelo setor elétrico, o que permitiu que o setor, pelo menos a Chesf, no Projeto Itaparica, colocasse em dia os seus fornecedores e colocasse em marcha os seus empreendimentos.

Senador, queria complementar, porque V. Exª perguntou especificamente quanto aos 300 milhões de dólares de Itaparica. Existe uma previsão a missão do Banco Mundial de análise deverá estar na Chesf no dia 22 de junho — de financiamento, pelo Banco Mundial, de 50% desses 300 milhões.

Portanto, 50% do recursos serão financiados pelo Banco Mundial como um recurso extra do empréstimo setorial. Eu me referi ao empréstimo setorial de 500 milhões de dólares e existe um empréstimo específico para Itaparica, que estamos em fase final de negociação com o Banco Mundial, e que prevê, inclusive, que o banco faça o ressarcimento dos desembolsos já realizados, da ordem de 150 milhões de dólares. Isto é um componente importante para a conclusão do projeto.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — A construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, no decorrer do tempo, vem sofrendo sucessivos atrasos, resultando, afinal, no racionamento da energia no Nordeste. V. S.^a poderia explicar para esta Comissão quais as razões desses atrasos, qual a data prevista, hoje, pela direção da Chesf — já está mais ou menos respondida — para a entrada em operação da primeira máquina, quais as ações previstas no caso em que problemas para o enchimento da barragem e dificuldades no reassentamento das famílias residentes na área do reservatório e eventuais atrasos na liberação de recursos retardam o início das operações de Itaparica?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUJA — Como disse, Itaparica estava prevista para entrar em operação em 1981; foi sendo anualmente postergada; tanto que a situação tornava-se tão preocupante que, para evitar maiores atrasos, em 1979, a Chesf, utilizando uma prática que foi usada no início de sua fundação, iniciou a obra administração direta, mas de forma muito lenta, pela falta, inclusive, de recursos. Também porque, na época, por várias vezes forma canceladas as licitações para a escolha do construtor para o empreendimento, e somente em 1981 foi, finalmente, assinado o contrato.

Em 1983, a operação da primeira máquina foi, no novo cronograma definido, estabelecida para estar pronta em dezembro de 1987. Portanto, o cronograma de Itaparica, oficial, da barragem e da casa de máquinas, já estará com a primeira máquina disponível para o primeiro giro em dezembro de 1987.

Como expliquei, em razão da atual dificuldade hidrológica, fomos obrigados a retardar o enchimento, que deveria estar concluído em novembro, para iniciar em janeiro, porque não há água para encher o lago de Itaparica. Se tivéssemos que encher o lago de Itaparica no ano de 1987, teríamos que aprofundar, e muito, o racionamento de energia elétrica.

Portanto, o cronograma de entrada em operação da primeira máquina de Itaparica, comercial, é em março ou abril, nos meses que cercam abril de 1988. Eu não preciso a data exatamente porque um mês ou dois dependerá da programação; não preciso o mês, se é abril, se é março ou se é maio, porque depende do enchimento do lago, que pode ser feito em 45 dias ou pode se estender por 3 meses, ou 2 meses; depende da disponibilidade de água. Mas a máquina estará disponível, a barragem estará disponível e as obras do reservatório estarão disponíveis no fim do ano, em dezembro de 1987.

Portanto, em dezembro de 1987, as instalações estarão concluídas. Para isso, é necessário que os recursos fluam mensalmente, conforme o previsto.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Se não me engano, V. S.^a, na exposição, falou que a CHESF, através dos anos, vinha aumentando sua capacidade de produção de energia, na base de 16% mais ou menos, por ano, não é?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUJA — É, em média, crescimento médio acumulativo.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — E a demanda deveria estar mais ou menos nesse nível, para poder chegar ao que está ocorrendo hoje, de falta de energia na região do Nordeste.

No decorrer do tempo, vemos que entre as razões do processo de racionamento, hoje, na região do Nordeste, está esta questão de Itaparica, o atraso das obras de Itaparica, que, no decorrer dos anos, ao invés de se apressar, foi-se fazendo com que as obras tivessem início com grande retardamento. Então, esta é uma das causas.

Mas, aqui, estamos buscando causas e responsabilidades. Então, quais os responsáveis, durante os anos, por este atraso nas obras de Itaparica?

A CHESF — não é a administração de V. S.^a, que lá está há relativamente pouco tempo — como órgão público tradicional, na região, teria condições de dizer as responsabilidades, quais foram as ordens emanadas, de quem foram essas ordens, para evitar que nós tivéssemos a implantação de Itaparica no tempo certo, no tempo previsto?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUJA — Primeiro, queria dar um esclarecimento, que deveria ter dado antes.

Um dos fatores que, de fato, também influíram para o uso maior de água no ano de 1986 foi um crescimento do mercado, em 1986, 5% acima do previsto. Pode parecer não muito representativo, mas foi um componente a mais no agravamento do quadro hidroenergético.

Na exposição, fiz referência ao fato de que todo o setor elétrico, e a CHESF como parte dele, incluindo as empresas estaduais também, foi um setor que era extremamente sadio e que começou a ter um processo de endividamento acelerado.

O setor, em alguns anos da década de 70, tinha capacidade de gerar um percentual muito elevado das suas necessidades de investimento. Em função de uma seqüência de decisões, que tem como base principal a redução das tarifas, isto fez com que as empresas não tivessem remuneração que permitisse a geração interna de recursos, e passaram a ser excessivamente dependentes dos orçamentos e das captações externas.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Isso em que ano mais ou menos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUJA — Eu situaria isso nos dois últimos anos da década de 70. Para V. Ex.^a ter uma idéia nós tínhamos em média, na CHESF, investimentos da ordem de 500 milhões de dólares por ano. Assim foi em 77, em 78 e ainda conseguimos, já em queda, deveríamos estar em ascendência em 79, em 81, 82, 83 e 84, os investimentos caíram para alguma coisa da ordem de 250 milhões de dólares. Era de se esperar. O mercado oscilava em função da conjuntura econômica, mas era de se esperar que, numa retomada, houvesse dificuldades.

Hoje nós estamos aqui conversando de geração, mas na realidade o programa de transmissão também tem dificuldades, e estamos falando do

Nordeste, porque a hidrologia foi mais desfavorável no Nordeste, mas no decorrer do ano passado durante todo o ano gerou-se energia térmica em grande quantidade, no sistema Sul-Sudeste, porque estava previsto, e chegou a ser solicitado, formalmente, pelo órgão responsável pela operação interligada, um racionamento de energia elétrica no Sul-Sudeste. Ainda ontem eu assistindo a uma palestra do Dr. Paulo Richard, que era Ministro interino naquele momento, disse que teve a coragem, pela sensibilidade que tem por ser um homem que, desde o início da década de 60, convive no setor elétrico, de aguardar, porque os órgãos técnicos recomendavam que se iniciasse o racionamento no Sudeste; e graças a uma hidrologia que foi invertida e hoje nós estamos em boas quantidades de água em Furnas etc., nós não tivemos racionamento.

Mas nós tivemos racionamento no ano de 86 no Sul do País. Portanto, isso que estamos falando aqui é decorrente de um quadro a que chegou o setor elétrico, e que está se tentando recuperar através do chamado plano de recuperação do setor elétrico, elaborado pelo Ministério das Minas e Energia e pelos Ministérios da área econômica, e aprovada pelo Presidente da República. Este plano prevê a execução das obras e o equacionamento financeiro, porque o setor hoje está sem fontes de recursos seguras, este plano prevê, inclusive, que o Governo Federal possa fazer aportes de capital nas empresas, de modo a melhorar o seu perfil da dívida, e possa fazer com que elas voltem a ser sadias.

Eu posso dizer que este quadro do Nordeste é um quadro de dificuldades do setor elétrico brasileiro, e que, de forma perversa, eu posso dizer como nordestino, como V. Ex.^a, pegou exatamente a região onde temos a maior dívida social, pegou pelo menos em maior tempo, porque o Sul teve três meses de racionamento; no Nordeste nós vamos de março a novembro.

Portanto, Senador, é uma conjuntura de ações que foram tomadas e muitas que não foram, que levaram a este ponto. Eu não poderia e não tenho por hábito criticar os meus antecessores, mas por justiça eu não posso imputar a eles a culpa, porque sei muito bem, Senador, que, num determinado momento, a diretoria da CHESF bancou a obra de Itaparica sem autorização.

E sei que, num determinado momento, a obra de Itaparica em 84 deveria ser paralisada; o atual Ministro das Minas e Energia, ao assumir a Presidência interinamente, autorizou que as obras tivessem prosseguimento. Portanto, é uma questão que afetou um setor que o País tinha sadio e que hoje eu diria que está na UTI.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. Ex.^a está exatamente dando a resposta mais ou menos dentro daquilo que nós desejamos ouvir, que é dando, no entendimento de V. S.^a, as responsabilidades existentes para que esse quadro esteja na atual situação.

Não estamos aqui buscando os antecessores de V. S.^a na Chesf, estamos buscando uma política energética global do País. V. S.^a está dando, no seu entendimento, quais as razões que poderão estar levando a isso. No seu depoimento V. S.^a fala, e para um leigo como eu, e por isso eu gostaria de um esclarecimento, V. S.^a fala que, nesses últimos anos, houve uma despreocupação

quanto à vazão do São Francisco, do Sobradinho, que esteve sempre superior à vazão normal do rio, que parece que é de 2 milhões de metros cúbicos e tinha uma vazão superior a isto, não me lembro bem dos dados, mas parece que era mais ou menos isso.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Era de 2 mil m³ por segundo.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Então, houve imprevidência, houve otimismo exagerado a respeito da situação hidrológica do São Francisco, como se via isso no decorrer dos anos, e que nos levou a esvaziarmos mais que o devido o lago de Sobradinho?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Senador, o quadro, como disse, é o seguinte: durante o ano de 86, nós tivemos sempre vazões mensais inferiores, pelo menos no começo, inferiores às médias — nós chamamos de médias de longo termo — a média do mês; ou seja, no mês de fevereiro as vazões foram 138% da média; ou seja, acima da média; no mês de março caiu para 53% e abril e maio ficou em torno desse valor 71%, 80%; até que nos meses de agosto, setembro as vazões se aproximaram e até, no mês de setembro, ultrapassou, as médias; se tivéssemos a média não teríamos o racionamento.

Eu, naquela época, como Diretor da Chesf, por diversas vezes, ouvi exposições feitas pelo Diretor de operações na época, Dr. Mário Santos, que trazia o resultado dos estudos interligados. Não nos parecia, como homens que conhecíamos o setor, definido, não era possível prever com clareza a definição de um quadro hidrológico desfavorável, extremamente desfavorável, e a única providência que se poderia tomar naquele momento era talvez — e foi tomada — acelerar a recuperação do parque térmico, foi acelerada a recuperação do parque térmico.

É bem verdade que no mês de outubro e novembro o quadro se mostrou mais desfavorável e imediatamente em dezembro começamos a comprar energia. Para V. Ex^a ter uma idéia hoje se gasta na Chesf 400 mil dólares por dia na compra de óleo combustível; não o fizemos antes não para evitar o custo, mas simplesmente porque havia a necessidade de ter um quadro definido, o que não havia. Como profissional eu não sou daqueles que acham que deveria ser decidido um racionamento no início do período chuvoso; como citei foi o caso do Sudeste. O Sudeste tinha um quadro talvez mais grave que o nosso, que foi todo ele contornado pelo desempenho das chuvas, porque no País as chuvas caem numa região não muito distante, as chuvas caíram 100, 200 quilômetros abaixo, mais ao Sul do que desejaríamos; poderíamos estar hoje com o reservatório cheio, o que teria sido um grande equívoco fazer um racionamento digamos em janeiro ou fevereiro; entendo que fazer em março já foi previdente, porque fizemos o racionamento no período de enchimento do lago, o que levou alguns empresários dizerem: "Vocês estão racionando e o lago está subindo." Nós começamos a racionar quando o lago tinha cerca de 25%, e hoje chegamos a 45%. Por quê? Porque esperávamos enfrentar um período seco. Não sei se respondi perfeitamente a pergunta de V. Ex^a, mas o meu entendimento é de que as decisões de operação neste momento são muito críticas, e que envolvem a

economia de uma região que não é uma economia tão forte, e tudo faríamos para evitar esse racionamento; por isso achamos prudente que só em março, após inclusive ter sido usado o mês de fevereiro para discutir a questão, e algumas pessoas ainda dizem que não foi discutido convenientemente, porque o período disponível para discussão foi pequeno; portanto, Senador, eu entendo que não houve negligência, ou que houve imprevidência ao se decidir pelo racionamento apenas em março.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — A minha indagação realmente não tinha esse objetivo de falar sobre o racionamento em março, e sim que durante 3 ou 4 anos, segundo a exposição de V. S^a, houve uma vazão superior à vazão natural do rio. Então se, neste período, não haveria um otimismo quanto à continuidade de chuvas normais na região, ou se não teria havido uma certa imprevidência para evitar que chegando num ano ruim nós começássemos o ano de 87 com Sobradinho praticamente embaixo, quando normalmente ele começa o ano na base de 90% ou mais de 90%, cheio.

Então, a pergunta não foi especificamente sobre 86, foi sobre esse período longo, em que houve uma vazão bem superior à média normal do rio.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Senador, vou tentar complementar, se V. Ex^a permitir.

Como disse, nos anos de 83, 84, principalmente 83 e 84, nós tivemos oportunidade de exportar uma quantidade muito grande de energia que, como disse antes, representou uma economia razoável da ordem de 10 mil barris de petróleo diários que seriam queimados com as usinas do Norte, e enchemos a cada ano o reservatório.

Em 1985, foi desses três anos, o que se usou menos do rio, 2.190 m³ o que é pouco acima dos 2.060. Enchemos de novo os lagos no início de 86; ou seja, iniciamos o ano de 1986 com o lago de Sobradinho, eu diria, literalmente cheio, e três Marias também, e quanto a 86 é o quadro que descrevi. Quanto aos anos anteriores foi a intenção de utilizar ao máximo o que era previsível, possível, provável de que se enchesse. O mais provável era que se pudesse passar o período, embora tivéssemos o risco elevado.

O ideal, Senador, era que as obras estivessem prontas, isso não posso contestar, se as obras estivessem concluídas, não teria racionamento, eu não teria déficit; pelo contrário, se eu tivesse concluído ao início de 1986, ao fim de 85, a linha, a usina, nós provavelmente estaríamos hoje com os reservatórios completamente cheios. Iríamos, inclusive, como foi objeto de grande repercussão na imprensa, no início da década de 80, de estar sobrando energia, porque quem trabalha com energia hidrelétrica tem que trabalhar com excesso de energia, estaria sobrando porque estaria vertendo a energia.

Então, nesses anos, é bem verdade, usou-se o rio acima da sua capacidade; mas se eu estivesse lá na Chesf nessa época teria tomado essa mesma decisão, porque foram decisões que trouxeram divisas significativas ao País, a menos da construção da hidrelétrica, da construção da linha. Esta é uma questão que realmente está ligada à conjuntura a que me referi anteriormente.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Quais as alternativas estudadas e previstas pela Chesf diante da reedição dos problemas de geração de energia no próximo ano de 1988, sobretudo tendo em vista a elevação dos níveis de consumo, estígio, elevada exigência de águas para o enchimento do reservatório de Itaparica na ordem de 9% da vazão média anual do rio São Francisco? Isso se nós não tivéssemos os recursos alocados no devido tempo e não tivéssemos a água suficiente para enchermos o reservatório de Itaparica. Quais as alternativas que a Chesf tem, se isto ocorrer para evitar um maior racionamento no ano de 1988?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Se não tivermos os recursos para concluir as obras, eu diria que nós não temos alternativas para assegurar a eliminação de um risco extremamente elevado de déficit de energia no Norte e no Nordeste no ano de 88; porque, como disse, mesmo com a entrada da sequência da usina de Tucuruí, da linha Tucuruí-Presidente Dutra, da linha Itaparica-Sobradinho e da usina de Itaparica ainda assim temos um risco de déficit. Sem essas instalações o risco eleva-se com a hidrologia extrema favorável não haverá problema, com todas essas obras nós precisamos da hidrologia pelo menos 80% da média; sem essas obras eu não tenho sequer estimativas, porque considero que é um plano que chamamos de anticatastrófico, teremos que começar a desenvolver, mas reconheço que é muito difícil, muito difícil enfrentar o ano de 1988 sem essas obras.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sabe-se, segundo relatórios da própria Chesf, que o aproveitamento de pequenas usinas da margem esquerda do rio São Francisco e das subáreas do Carinhanha, Corrente, Rio Grande e no Vale do Jequitinhonha, sobretudo em Itapebi, Salto da Divisa, poderíamos acrescentar até 35% do potencial já instalado de geração de energia em todo o Nordeste. Por que até hoje a Chesf não se preocupou com o aproveitamento dessas alternativas? Existe algum estudo em andamento com alguma previsão de aproveitamento dessas bacias? Não poderiam essas obras constituírem-se em alternativas de prazos mais curtos para evitar a reedição do racionamento nos próximos anos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Quanto às hidrelétricas do Oeste da Bahia e as outras pequenas hidrelétricas disponíveis no País eu assisti, há cerca de 15 dias, um debate no Clube de Engenharia da Bahia, em que o Diretor de Engenharia da Companhia local, Coelba, está desenvolvendo o primeiro aproveitamento dos rios do Oeste da Bahia, o aproveitamento chamado auto fêmeas que deverão ser instalados 10 megawatts de potência, dizer que gerariam energia a 50 milésimos de dólar por quilowatt hora; nós estaremos gerando energia em Xingó a 13 milésimos de dólar por quilowatt hora. Portanto essas usinas do Oeste são extremamente importantes e todas elas deverão ser executadas; mais nós temos, inclusive, um compromisso institucional de estabelecer a sequência de hidrelétricas pelo que chamamos de custo incremental mais baixo — é um método utilizado.

Então, na sequência de hidrelétricas, Xingó é a hidrelétrica que deve ser adicionada ao Nordeste,

como disse em junho de 1993. E antes dela, temos dois aproveitamentos, um deles em marcha, que é a duplicação da Usina de Boa Esperança, e um outro que antecede, tivemos oportunidade de, em audiência com o Governador da Bahia, acertar de que o Governo autorizará, através de um protocolo que deveremos firmar nos próximos meses, autorizará a Chesf a iniciar as providências para a implantação no aproveitamento da Pedra do Cavalo de uma usina potência instalada de 300 megawatts, que deverá adicionar 90 megawatts médio de energia ao sistema interligado do Nordeste.

Portanto, a seqüência de hidrelétrica da Chesf é Itaparica, Boa Esperança, Pedra do Cavalo, que deverá entrar primeiro do Xingó e que terá importância nos anos de 92 e 93 e inclusive dará uma melhor estabilidade ao suprimento de energia elétrica ao Estado da Bahia, porque é uma hidrelétrica situada no centro de carga, nas proximidades de Feira de Santana, no acesso da energia elétrica para o Sul, nas proximidades do pólo petroquímico da Bahia e da Cidade de Salvador. Essa seqüência de Itaparica, Boa Esperança, Pedra do Cavalo de Xingó é a atual estabelecida.

Nós estamos desenvolvendo estudo e tentando estipular as empresas estaduais para que elas possam ingressar na geração de energia elétrica aproveitando os pequenos aproveitamentos, e que nós temos a intenção de, logo em seguida, buscarmos todos os aproveitamentos. Nesse sentido nós comunicamos também no Estado da Bahia, recentemente, que demos autorização para o início do inventário do que chamamos de sócio-econômico, dos aproveitamentos de Itapebi e salto da Divisa, no Sul da Bahia; essas são as providências.

Estamos, também fazendo estudos de inventários para aproveitamento de 55 metros de desnível no Rio São Francisco, entre Juazeiro na Bahia e Belém do São Francisco, em Pernambuco, vamos ver se dá para gerar alguma coisa perto de 800 megawatts médios. São duas usinas que as duas equivalem à atual Itaparica.

Essas usinas às quais V. Ex.^a se referiu são importantes, mas são usinas que têm custo unitário para geração quilowatt hora elevado para o momento, no entanto são usinas que podem ser justificáveis economicamente na medida em que trazem grande economia na transmissão e na subtransmissão...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Realmente, dentro de uma política global, há a preocupação de fazer essas usinas de menor custo, embora, às vezes, por questão natural, e depois nós veremos isso, quando chegarmos a discutir a questão da Eletronorte; Tucuruí às vezes ultrapassa muito esse preço de energia.

Em palestra proferida por V. Ex.^a, em 23 de agosto de 1975, em Teresina, publicada pela Chesf, em sua ilustração nº 27/28, informa sobre alternativas de geração de energia nuclear pela Chesf. Qual o estado desses estudos? Onde se localizariam essas usinas nucleares? Qual o impacto dessas alternativas sobre o potencial energético da região e sobre o meio ambiente?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Estamos, no setor elétrico, elaborando, sob a coordenação do Ministério das Minas e Energia, o que chamamos de Plano 2.010. Todas as empresas têm

apresentado suas propostas e neste momento estamos discutindo o fechamento dessas propostas. Nós, nessas propostas, não estamos trabalhando com alternativa de energia nuclear, nossa proposta é de que se estude, pelo menos se analise a possibilidade de aproveitar todo o potencial hidrelétrico do Rio São Francisco, todo o potencial hidrelétrico do Nordeste, que é aproximadamente 8.300 megawatts médios, incluindo aí todas as pequenas usinas, e, posteriormente, passaremos a trabalhar em conjunto com a Eletronorte, porque é lá que estão as grandes reservas hidrelétricas do País.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Essa proposta é para o ano 2.010, 2.015, mas sabemos também que a questão da energia nuclear muitas vezes levamos quase que 20 anos de maturação, para chegarmos à produção da energia; e V. S.^a apresentou realmente essas possibilidades alternativas, chegando, em alternativa b, segundo os quadro que tenho em mãos chegaria a 43,3%, a nucleoe-elétrica da Chesf, para o ano de 2.015, portanto, uma produção bem superior à hidrelétrica da Chesf, seria na base de 40,8% a alternativa b.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Esta exposição que fiz, Senador Jutahy Magalhães, na época eu era Diretor de Engenharia da Chesf, apresentei aos presidentes das empresas, se não me falho a memória, aos presidentes das empresas que fazem parte da Aedene — Associação das Empresas de Distribuição de Engenharia Elétrica do Nordeste, o que chamamos de cenários. Não há dúvida de que se olharmos cenários, é possível, e temos cenários que prevêm a usina nuclear. É evidente que há cenários que prevêm a usina nuclear, mas diria que hoje preocupados mais com o curto prazo; quer dizer, não há, na Chesf, nenhum grupo estudando usina nuclear, e estamos muito preocupados, hoje, com o médio prazo, com o que chamamos Plano de Recuperação do Setor. Temos que passar por essa recuperação para pensarmos, com firmeza, em horizontes mais largos.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Nesse caso é também uma questão de interpretação, porque pessoalmente acho que — e V. Ex.^a deve ter pensado também, quando fez esses estudos — que temos que pensar muito adiante com o programa energético, e com plano energético do País, e uma das alternativas sempre estudada no Brasil é para esse período do ano 2010, 2015, daí em diante, a questão da energia nuclear, e há muito tempo se vem discutindo esse problema.

A minha indagação, já que V. S.^a fez os estudos quantitativos e percentuais, se haveria algum estudo também, alguma idéia, logicamente não para se começar imediatamente e produzir logo, e começar a construção, as obras da usina, mas já se teria alguma idéia de localização do problema, porque nós consumidores, e nós brasileiros, temos muita preocupação quanto a essa possibilidade da energia nuclear no País, é uma preocupação talvez até pelo desconhecido, porque não conhecemos bem o significado da energia nuclear e temos receios disso, um grande receio na Área de Angra dos Reis, a respeito das possibilidades de quaisquer vazamentos. Então, teríamos aqui também a preocupação de saber se no Nor-

deste, onde estão prevendo a construção de usinas nucleares, e colocar o lixo nuclear já falaram até no Raso do Catarina, e não queremos lixo nuclear por lá.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — É o nosso santuário...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Então, já se teria alguma idéia de localização de usinas nucleares para o Nordeste?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Não, Senador, não há nenhum estudo em andamento na Chesf com referência a usina nuclear, até mesmo porque a política desta área não temos participado de sua discussão, nós da Chesf. Não há previsão hoje, nem local, nem de instalação; as únicas coisas que fazemos são cenários. Temos cenários que envolvem as usinas do Norte, vamos mais para um rio, mais para outro, e o Sr. Miguel pode falar um pouco mais sobre isso. Temos cenários sobre uma possível evolução, porque, observe Senador, estamos num horizonte tão distante. Podemos prever e possa vir a ser viável a utilização da energia solar para fins comerciais. Poderemos prever a utilização de energia eólica, para fins comerciais; portanto, temos cenários e os cenários também falam em utilização de biomassa, utilização, eventualmente, de energia solar. A questão é só de custos. Hoje ainda a melhor opção é seguirmos com a hidrelétrica, inclusive porque, como disse, o Norte do País tem potencial, está próximo da Chesf, em potencial próximo ao Nordeste, um potencial que é uma das grandes reservas estratégicas deste País, e que deve ser aproveitado de forma bastante discutida, como vem sendo conduzida pelos estudos da Eletronorte, iniciais, para que se possa tirar o maior proveito possível para a implantação dos aproveitamentos que devam ser feitos nessa região.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Uma última pergunta a V. S.^a com a duplicação da Refinaria Landulfo Alves, haverá possibilidade de se instalar uma usina térmica de 900.000kW, bem junto à refinaria, isso aproveitando o resíduo asfáltico. Ela ficaria mais ou menos no nível da de Sobradinho. Essa usina poderá gerar 6 bilhões de quilowatts/hora de energia por ano, 20% de toda a necessidade anual atual de energia elétrica do mercado suprido pela Chesf. A indagação seria a seguinte: que planos tem a Chesf para realizar em conjunto com a Petrobrás esse empreendimento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Estamos hoje de posse do estudo de excelente qualidade feito pelos técnicos da Coelba; que foram os primeiros a manter entendimento com a Petrobrás sobre a utilização do resíduo asfáltico, na duplicação da Landulfo Alves. Ainda ontem, no debate que tivemos promovido pelas Organizações Globo e pela Confederação Nacional da Indústria, numa conversa particular no intervalo dos debates em que tivemos oportunidade de palestrar com um engenheiro da Coelba, que nos disse ter sido autorizado pelo Governo do Estado a prosseguir os estudos e eu disse que nós gostaríamos e iríamos acompanhar, porque os investimentos são elevados e podem não vir a ser convenientes que os Estados arquem com os investimentos, mas podem também perfeitamente o Estado, e no caso se pretende fazer um uso associado do

resíduo para a produção de vapor e para a produção de energia elétrica. Os estudos foram iniciados pelos técnicos da Coelba e nós estamos no momento nos engajando nela.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — É que para nós, da Bahia, gostaríamos de ver a Chesf não apenas acompanhar de longe esse problema, porque não temos recursos para gastarmos 1 bilhão de dólares, que é mais ou menos a previsão de gastos para esse investimento, e por isso a indagação, se a Chesf, que tem mais recursos, não estaria estudando essa possibilidade, junto com a Petrobrás, de atender a esta possibilidade de aproveitamento do resíduo do asfalto para beneficiar inclusive toda Região Nordeste, e fazer uma economia de 900 mil kW, quer dizer, uma produção a mais de 900 mil kW.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELÚIA — Entendemos, inclusive, que a questão é não pretendermos inibir uma eventual expansão da empresa estadual nesta área, mas não nos furtamos a trabalhar, seja como responsáveis pelo empreendimento, na medida de sua viabilidade econômica, porque não tivemos oportunidade de apreciar ainda a questão, como empresa responsável pelo empreendimento. É uma nova alternativa que não pode ser desprezada, e é inclusive interessante mencionar que a utilização desse resíduo surgiu a partir de um estudo elaborado por determinação do Ministro, tão logo assumiu o Ministério, por que esse resíduo surgiu em função de uma mudança do processo de refino do petróleo, e surgiu o resíduo asfáltico, que não é facilmente transportável, porque tem uma alta viscosidade, e só pode ser utilizado ao sair imediatamente da refinaria; portanto, é necessário que, no caso, se faça o aproveitamento exatamente junto à refinaria. Ele rapidamente se torna praticamente sólido e para ser utilizado precisa ter um aproveitamento próximo à refinaria. Tenho certeza de que, seja a Coelba, seja a Chesf, teremos que fazer, e temos mantido o melhor relacionamento com as empresas estaduais. Essa é uma política que norteia o nosso trabalho: procurar se aproximar das empresas estaduais e dos Estados, marcando a presença da Chesf, seja na área de geração, seja na área de transmissão. O Estado que V. Ex.^a tão bem representa, o Estado da Bahia, tivemos a oportunidade recentemente de lançar a licitação para a construção da linha de transmissão, Funil/Eunápolis, que irá resolver a questão, que já é tão agonizante, de suprimento de energia elétrica daquela região. Estamos concluindo estudos junto com a Coelba para levarmos também energia elétrica ao oeste da Bahia, que é o novo celeiro de produção de grãos daquele Estado e que não pode deixar de ser lembrado, seja pela Chesf ou por qualquer outra organização federal.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Eu havia dito que era a última pergunta, mas com essa exposição de V. S.^a, lembrei-me de fazer mais uma indagação, apenas como curioso. Estamos, no Nordeste, com a preocupação de fazer um trabalho de maior importância para a região, que é a irrigação de mais de 1 milhão de hectares. Qual a influência deste programa de irrigação no programa de produção de energia? Na vazão do rio São Francisco o que isso representará, por exemplo, em prejuízo para a produção de energia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELÚIA — O rio São Francisco, como disse, tem uma vazão regularizada da ordem de 2 mil metros cúbicos por segundo. Hoje, no Lago de Sobradinho, entre evaporação e irrigação, perdemos aproximadamente 250 metros cúbicos por segundo, o que representa uma diminuição de água. Uma grande parte desta água é decorrente da evaporação. Mas o programa de irrigação é uma preocupação do setor, nós não podemos esquecer. Não porque sejamos daqueles que entendem que o rio São Francisco é um rio com uma única vocação, a de gerar energia elétrica, mas temos que reconhecer que a primeira providência, a primeira utilização desse rio, que não aquela natural, dos homens que moram em suas margens e que aproveitavam a enchente e a vazante para a pesca, e para se alimentar, e para transporte e navegação, como via de penetração, mas a primeira intervenção maior das instituições públicas no rio nós temos que reconhecer que foi para a geração de energia elétrica. Hoje existe instalados no rio São Francisco, tanto em Sobradinho quanto no complexo de Paulo Afonso, e agora em Xingó e em Itaparica, um patrimônio que é nacional.

Mas temos um ponto de vista de que as águas, sejam do rio São Francisco ou de outros vales — mas vamos nos referir mais ao do São Francisco, ao qual estamos ligados, seja pelo nome, seja pela principal fonte de produção — devem ser usadas da forma que trouxer melhor benefício para a qualidade de vida do povo da região. Não nos opomos ao aproveitamento da água do São Francisco para a irrigação, mas temos que deixar claro para a sociedade que isso tem que ser compatibilizado. Nesse sentido foi que se criou recentemente, por portaria interministerial um grupo para analisar em conjunto, com o Programa Nacional de Irrigação, quais os efeitos do Programa, que desses 1 milhão de hectares prevê 600 mil hectares no Vale do São Francisco, quais os efeitos sobre a geração de energia elétrica, ou seja, de que forma se vai compatibilizar; porque a irrigação no Vale, além de usar a água, que nem toda ela retorna à calha do Rio, utiliza energia elétrica.

Portanto, a preocupação de V. Ex.^a é também nossa e do Ministro. Temos que equacionar e não parar o programa. Ao que a Chesf se opôs, e que até o momento não tem por que mudar de posição, é uma eventual transposição das águas do São Francisco para outras bacias, porque aí 100% da água retirada não retorna à calha do rio. Portanto, esse é um projeto que, primeiro que tudo, entendendo não muito necessário na medida em que existem grandes extensões de terra, no Vale do São Francisco, irrigáveis, portanto, é essa questão da equação irrigação/energia elétrica.

— Gostaria ainda, se V. Ex.^a me permitissem, de lembrar que todas aquelas medidas que visam aumentar a produção da agricultura estão diretamente ligadas à produção de energia elétrica, seja através dos fertilizantes que usam o petróleo, seja através da energia elétrica, com a irrigação, seja através da utilização de tratores que usam energia. Há sempre um conflito, em qualquer sociedade, entre a evolução do consumo de energia e a evolução da produção agrícola, conflito esse que tem que ser administrado de forma como está sendo encarado, com a concorrência do conhecimento e dos interesses dos vários Ministérios.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Concedo a palavra ao Senador Mansueto de Lavor.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Sr. Presidente, vou ser breve. Realmente a questão é muito importante, mas a hora já está avançada. Gostaria de perguntar ao ilustre Presidente da Chesf como se encontra a Usina de Moxotó, V. S.^a não falou nela, e se não tivesse sido danificada e não tivesse condenada a parar seria um suporte nesse suprimento de energia. Queria saber como é que está essa situação e se ainda há possibilidade de recuperá-la.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELÚIA — Foi identificado pelos engenheiros da Chesf, mas que não tiveram um diagnóstico nacional para a doença, uma ocorrência de uma região álcali agregada no concreto da casa de máquinas de Usina de Moxotó. Tão logo assumiu o Ministério e tomou conhecimento da questão o Ministro, seguindo a sua política de tornar as coisas do conhecimento público, determinou que reuníssemos a imprensa, na sua presença, para apresentarmos a real situação da Usina de Moxotó, que é uma usina onde temos instalados 4 geradores com capacidade instalada de 440 megawatts. O que ocorre na usina é que com a reação álcali agregada e na presença da umidade, o concreto aumenta de volume, e esse aumento de volume, maior do que o aumento natural decorrente da variação de temperatura, tem provocado deformações na caixa espiral, onde estão instalados os geradores. Esta deformação faz com que as paletas da turbina rocem na caixa espiral, o que requer, primeiro; uma constante manutenção. A usina, realmente tem um processo de deformação progressiva para a qual não existe nenhum remédio conhecido e, por isso, devemos conviver com ele. Fizemos uma monitorização dos movimentos da massa de concreto — que é progressiva, como disse — de modo a acompanhar a evolução, que não compromete a estabilidade da barragem, nem a da casa de máquinas, mas que compromete a capacidade de geração.

Hoje estamos, poderíamos dizer, com uma redução de possibilidade de colocar carga nos geradores da ordem de 10% por máquina e, como média, temos uma das máquinas paradas sempre realinhamento. Toda vez que a caixa se deforma temos para que desmontar a máquina e remontá-la numa nova posição. Graças à competência do nosso quadro técnico, temos conseguido conviver com essa dificuldade. Hoje, após consultamos diversos *espcert* em movimentos de concreto, identificamos a existência no Canadá de uma usina que sofre deste mesmo mal, e também tem sido possível conviver com ele, lá no Canadá. Nossos técnicos têm trocado constantemente experiências com os técnicos do Canadá e a nossa expectativa é de que possamos conviver por mais algum tempo — talvez 10 anos, quem sabe — chegaremos à próxima vida útil esperada do empreendimento. Hoje, a única providência efetiva, que está sendo tomada, é através de um modelo matemático de deformação em massa de concreto, com variação de volume dessa massa, nós concluímos que seria possível recuperar um pouco a forma das caixas, dos blocos de concreto, através da reabertura das juntas. Estamos fazendo um trabalho verdadeiramente de marmoraria, reabrindo as juntas que unem os blocos, onde estão

instalados os geradores, no sentido de tentar recuperar um pouco a forma original, porque, se a deformação por mantida, num determinado momento não poderemos mais ajustar o gerador como está sendo ajustado.

A previsão, eu diria que em termos de ano, é imprevisível; há estudos que indicam que poderemos operar por mais de 10 anos, mas não posso garantir isso, porque é um fenômeno em estudo. É conveniente dizer, para evitar que se diga que foi uma imperícia da engenharia que executou o empreendimento, que na oportunidade foram feitos estudos por institutos nacionais de engenharia civil que comprovaram que não haveria reação dos agregados com cimento, reação essa que passou a ser conhecida nos últimos sete ou oito anos, através de pesquisas realizadas e através do aparecimento de problemas em algumas pontes nos Estados Unidos, em algumas barragens como esta que mencionei, no Canadá. Não que a reação do agregado seja uma coisa nova, mas a reação com o tipo de agregado que usamos é uma coisa nova.

Portanto, Senador, até hoje não perdemos nenhum quilowatt/hora por conta da Usina de Moxotó, inclusive porque...

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Ela está funcionando em plena capacidade?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Não, está funcionando com uma redução da ordem de 10%, mas significa que nós usamos 10% menos de água. As águas que passam em Moxotó vão passar depois em Paulo Afonso I, II e III; ou não passam em Moxotó e vão passar em Paulo Afonso IV. De modo que podemos, no nosso despacho de carga, utilizar sem perda, hoje, de eficiência da água, porque das usinas do complexo de Paulo Afonso, a que tem maior eficiência no uso da água é Paulo Afonso IV, e as águas que passam em Paulo Afonso IV não passam em Moxotó.

Então, Moxotó ainda não é responsável - poderia ser, se estivessemos com um déficit de ponta; o nosso déficit hoje é de água. Portanto, o fenômeno de Moxotó não é um fenômeno associado ao problema que estamos discutindo.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Como é esta história, Presidente, dessas turbinas para Xingó? Já estão mesmo compradas e há vários anos depositadas na França? Isso é verdade? Não há o perigo dessas turbinas se tornarem obsoletas, quando a Barragem de Xingó estiver pronta para seu assentamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Em 1982 — mencionei, de passagem — o setor elétrico assinou alguns contratos internacionais de compra de equipamentos e um deles foi o que chamamos "Consórcio de Xingó". Esse Consórcio prevê compra das máquinas para a Usina de Xingó e uma grande quantidade de equipamentos para o sistema de transmissão. Esses equipamentos e essas máquinas foram compradas e o País recebeu, em contrapartida, um crédito paralelo em marcos, que é uma operação com a Alemanha, que não foi integralmente usada no setor elétrico. Não tenho conhecimento de ter sido aplicado na CHESF. Estas máquinas foram compradas, mas não foram fabricadas.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Quer dizer que a CHESF serviu digamos assim, de chamariz, de ponte?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — O setor elétrico fez algumas operações que serviram para a captação de recursos. Está é uma realidade.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Mas se esses recursos tivessem sido aplicados em obras para a geração de energia, teríamos ainda esse raciocínio hoje?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Não tenho exatamente uma comparação orçamentária para dizer qual o impacto orçamentário desses recursos. Sei que são recursos importantes que poderiam ter sido aplicados. Infelizmente, não fiz a simulação para saber que impacto esses recursos dariam no orçamento da CHESF. A operação houve; quanto à preocupação de V. Ex^a de que as máquinas venham a ficar obsoletas, eu posso tirá-la da mente de V. Ex^a

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Há quantos anos estão lá?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Não estão fabricadas. Compramos em 1982, mas só agora estamos fazendo os testes de modelo reduzido. Portanto, as máquinas vão ser fabricadas ainda; nós fizemos operação comercial e a fabricação é posterior. Essa parte técnica está preservada.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Então, essa informação de que estão depositadas e prontas, não é verdade?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Não é verdade. Estão compradas.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Elas estão compradas, mas vão ser fabricadas ainda agora?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Vão ser fabricadas e, agora, autorizei a viagem de engenheiros da CHESF ao exterior, para acompanharem os testes de modelo das máquinas, que venham ainda a ser produzidas.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — O Xingó realmente não causa desemprego e até posso concordar que os efeitos dos custos sociais do Xingó são reduzidos, quase nulos. Agora, Itaparica foi de um impacto tremendo do ponto de vista social, naquela região, e a CHESF ainda não satisfaz totalmente a população da área. Estou sabendo que realmente está havendo esforço nesse sentido, está havendo entendimento, negociação, mas basta ver que a população da cidade e daquelas ilhas de Belém do São Francisco ainda estão todas sem um entendimento, para saber como ficam as indenizações. Então, a pergunta é esta: é necessário construir mais duas barragens entre Itaparica e Sobradinho, segundo V. S^a citou aí? Essa duas barragens terão tremendos impactos sociais iguais ou mais graves do que a Barragem de Itaparica, principalmente para Pernambuco? A Bahia, penso que não, porque tem mil outras alternativas, mas para Pernambuco, temos realmente na margem do São Francisco um futuro para o Estado. Não há outro. A Região da Mata é uma região esclerosada, ultrapassada, deficitária, que pouco paga aos usineiros para produzir açúcar - não para comprar açúcar, mas para produzir. Como é que vai ficar, então? Se

construídas essas duas barragens, se elas são essenciais para assegurar o fornecimento de energia futura, gostaria de saber se a CHESF já está providenciando para que os impactos sociais sejam menos do que foram em Itaparica, que até hoje foram resolvidos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Senador, este aproveitamento de 55m entre Juazeiro e Belém, para os quais estamos estudando os eixos que podem ser em Ibó ou Belém, Pedra Branca, são aproveitamentos que dentro da atual orientação do Ministério das Minas e Energia, só serão iniciados após uma negociação com a comunidade. O que estamos tentando fazer em Itaparica neste esforço tão grande, é provar à comunidade que uma hidrelétrica pode ser um progresso social para a região.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Mas não o é: Em nenhuma parte foi; Paulo Afonso, por exemplo, não é. Sobradinho não está sendo. Ela pode ser progresso para outras regiões, mas para os agricultores que perdem suas terras, nunca foi e nem será. Nunca se viu um desalojado de qualquer obra dessas do Governo, nem mesmo pela Codevasf progredirem social e economicamente. Nunca encontrei! Os de Sobradinho, todos foram para a pior; não tenho nenhum dado que me leve a dizer que algum indenizado da CHESF — pequeno, é claro; não os grandes — tenha melhorado socialmente. Conheço milhares deles.

Reconheço a necessidade do aproveitamento de toda a capacidade hidrelétrica do rio São Francisco e, embora ache que a solução do problema energético no Nordeste não se concentra só aí, mas reconheço que é a principal fonte. Depois teríamos que, esgotada essa capacidade, recorrer à energia hidrelétrica de outras regiões se bem que haja os problemas de queda das transmissões, para os quais parece-me que só agora se vislumbra a solução com essa nova descoberta anunciada, mas isso é para o futuro. Mas, de qualquer maneira, nas transmissões a longa distância há uma perda sensível da energia, e então, quanto mais distante, mais prejuízo, mais perda. Em todo caso, a questão posta é a seguinte: se tem que se aproveitar a capacidade do rio São Francisco, teria que haver uma longa negociação desse processo social, que tem sido traumático em Sobradinho e continua sendo em Itaparica. E se essas duas barragens, que vão ser feitas numa região populosa, de grande aproveitamento agrícola, tanto do lado da Bahia, como do lado de Pernambuco, principalmente Pernambuco, é claro que vamos chegar a este dilema: ou se atrasam essas duas barragens ou se vai criar mais um problema social terrível, como os anteriores de Sobradinho e de Itaparica estão sendo.

Como é que se compatibiliza isso? Como é que vai ser? Está havendo já um trabalho ou, pelo menos, uma consciência nesse sentido?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Senador, temos um estudo detalhado do impacto ambiental decorrente da implantação das várias alternativas de eixo de barragem nessa área. No entanto, entendemos que temos que, primeiro, mostrar ação de viabilidade e de recomposição da vida das pessoas no Projeto Itaparica. V. Ex^a mencionou Paulo Afonso e Sobradinho. A orientação política do setor era completamente diferente da que

estamos fazendo hoje. V. Ex^a mencionou que não registrou nenhum caso de pessoas, lavradores, trabalhadores rurais que tenham melhorado de vida em Sobradinho. Mas em Itaparica, Senador, V. Ex^a pode ter certeza de que a nossa intenção é de que o trabalhador que não tem terra, de que o trabalhador que não tem casa, possa passar, a partir do Projeto Itaparica, a ter uma terra com a irrigação implantada, com a anergia elétrica, a ter uma casa, a ter escola para o filho, ou seja, o setor elétrico está fazendo na região — e eu gostaria que V. Ex^a nos desse a honra de conhecer, com mais detalhes, a obra que estamos implantando naquela região, porque sei da grande vinculação de V. Ex^a com a região. A nossa intenção é a de que, a partir da demonstração da viabilidade de se fazer um empreendimento hidrelétrico respeitando o homem, possamos iniciar, após a conclusão de Itaparica, a discussão. Não as obras, mas a discussão — com as comunidades a serem afetadas, com as Lideranças, com V. Ex^a, da região, para que, juntos, tomemos a decisão de fazer ou de não fazer o empreendimento.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Quero, inclusive, registrar aqui, por uma questão de justiça, os progressos havidos nesse setor. Realmente, a situação está bem diferente da situação anterior de Sobradinho. Os trabalhadores estão satisfeitos com as negociações e com a perspectiva de reassentamento. Isto quero registrar, porque estamos aqui para fazer justiça e não queremos fazer qualquer crítica gratuita em torno do assunto. Agora, preocupa-me porque até hoje, realmente, aqueles municípios diretamente atingidos, mas uma parcela daquela população de Belém para cima ainda não teve esse contato que tiveram aqueles trabalhadores de Itacuruba para baixo. Esses sim estão com perspectiva de reassentamento. Mas os proprietários daquelas ilhas de Belém para cima, ainda não têm uma perspectiva, não houve nenhuma negociação da CHESF. Mas a questão não é esta; a questão é só de como compatibilizar esses prejuízos sociais, esses custos sociais que são altíssimos, com a necessidade de utilizar-se toda a capacidade do rio São Francisco, até porque sabemos que Estados como o Piauí, que só consomem hoje 2,2% do consumo total do Nordeste, têm o direito de progredir. Rio Grande do Norte, por exemplo, que é o Estado do nosso Presidente, o Senador José Agripino, só consome 3,8% e tem o direito de se desenvolver, de montar o seu parque industrial. Então, tem que haver energia para tudo isso.

Agora, vem uma questão que eu ia levantar e que V. Ex^a realmente levantou, mas que não respondeu: como compatibilizar, realmente, a necessidade de utilização da água na produção da energia elétrica e o Proine? V. Ex^a falou, mas não respondeu. Disse que está havendo estudos sobre isso.

Ora, essa proposta do Presidente José Sarney, de irrigar um milhão de hectares, a maior parte deles no Vale do São Francisco, foi feita em Petrolina sob o aplauso de todos nós; queremos exigir isso do Presidente José Sarney. Se bem que o Proine vai num ritmo tão lento, que para executá-la no mandato Sarney, Sua Excelência precisaria ter um mandato igual ao de D. Pedro II, quer dizer, seriam necessários cerca de uns 50 anos de mandato para irrigar os 600 mil hectares, ao ritmo do que se tem feito até hoje. Então,

há uma necessidade de acelerar o Proine, mas é preciso saber se vai ter água, porque água da irrigação não volta para o rio. Preciso saber como vai se compatibilizar essa necessidade do aproveitamento da água na energia elétrica, para não haver colapso nem racionamentos, e como se vai cumprir essa palavra do Presidente de irrigar 1 milhão de hectares, a maior parte deles lá no rio São Francisco, e já tendo um Proine que prevê isso.

Esses estudos não têm ainda nenhum resultado prático?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Fizemos estudos preliminares. Estes indicam uma redução do volume de água do rio São Francisco. Se admitirmos que esses 600 mil hectares sejam todos eles implantados a montante do complexo de Paulo Afonso, ou seja, que a água que venha a ser usada para irrigação — que retorna uma parte — seja reduzida da disponibilidade para gerar energia na principal fonte, que é o complexo de Paulo Afonso, poderemos ter redução de ordem superior a 10% do volume de água, em alguns casos, mas, Senador, é importante que se veja o cronograma de implantação.

Não há dúvida de que, se implantássemos, em 1990, 600 mil hectares, teríamos um consumo que corresponderia a aproximadamente 18% da água do rio. Isto teria que ser equacionado com a aceleração de outras obras. É esse estudo exatamente que está sendo feito.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Minha pergunta é esta: V. S^a tem hoje dados que indiquem a compatibilização entre a produção de energia do rio São Francisco, capacidade total, presente ou futura, e o cumprimento dessa meta do PROINE? Há compatibilização? É possível as duas coisas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Para isso é necessário que aumentemos a importação de energia do Norte. Temos que encontrar a equação através da importação do Norte, onde temos reservas maiores, ou seja, o plano do setor tem de ser adaptado ao programa real de irrigação que se venha a implantar.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Concedo a palavra ao Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Gostaria de indagar a V. Sa. que produção a mais de energia elétrica deveria ter a CHESF para evitar esse racionamento de energia elétrica no Nordeste? Que produção a mais deveria ter a CHESF para que esse racionamento não fosse (fora do microfone).

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — O déficit de energia do Nordeste para 87, ao qual nos estamos referindo, é de 570 megawatts médios mês. Teríamos que ter 570 megawatts médios mês para cobrir o déficit.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Outro detalhe importante é que esta Comissão deve também averiguar as causas e os efeitos do racionamento de energia elétrica nos problemas de ordem econômica, etc. Pergunto: a CHESF se dispõe a fazer algum estudo para todas as áreas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Temos, felizmente — digo felizmente, porque não seria uma

boa experiência — pouca experiência neste nosso País com racionamento. Na CHESF não temos nenhuma. O Nordeste nunca foi submetido a um racionamento em decorrência de falta de obras da CHESF ou de ações da CHESF. Portanto, a nossa primeira providência foi orientar as empresas que realmente administram o racionamento, que são as empresas estaduais de distribuição, no sentido de administrar em conjunto com os industriais, procurando dar prioridade à preservação do emprego. Portanto, não temos, hoje, registro de significativa redução de emprego no Nordeste em decorrência do racionamento. Estamos, hoje, com um grupo de trabalho constituído pela CHESF, pelo DNAEE, que é o responsável pela Comissão de Coordenação do Racionamento, e pelas empresas estaduais, avaliando exatamente o impacto que o racionamento está trazendo à economia, que, não tenho dúvida, é negativo e desagradável.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Pergunto se nessa expansão da CHESF há planos de menor monta, planos menos expressivos mas de produtoras de energia elétrica que possam começar a funcionar com mais rapidez, como, por exemplo, (fora do microfone)... há possibilidade de quaisquer usinas térmicas? Não há mais possibilidade de o Brasil usar outro tipo de energia que não seja através da utilização da água?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Por determinação do Ministro, fizemos, num tempo que podemos considerar recorde, em dois meses, uma concorrência nacional e internacional, que começou com a consulta a 43 fornecedores de usinas térmicas, e reduziu no recebimento de 25 propostas e convergiu na seleção preliminar de 4 possíveis fornecedores de usinas térmicas a curto prazo. Esse estudo foi concluído e estará sendo por nós encaminhado à ELETROBRÁS na próxima semana. Respondendo de forma mais concisa a V. Ex^a: é possível comprar-se usina térmica para operar em dezembro ou novembro deste ano, reforçando, assim, as condições de 1988, mas é necessário que nós, como homens públicos que estamos envolvidos nesta questão, tenhamos a consciência de que as usinas podem chegar, a hidrologia ser favorável, e elas não gerarem nenhum só quilowatt/hora. Aí a decisão é: espera-se ou compra-se? Essa decisão terá que ser tomada nas próximas semanas.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Se a parte hidrelétrica funciona normalmente, não há essa necessidade.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — Se estivessemos com um programa de obras que prevesse a entrada em operação das obras a que me referi, em Itaparica, interligação, etc., não haveria necessidade de complementação térmica. Tanto é que o nosso parque térmico, para V. Ex^a ter uma idéia, no mês de março gerou mais energia elétrica em toda a sua história. Era um parque que ficava parado, era um parque que gerou apenas algumas horas de alguns períodos na hora da ponta.

Portanto, essas usinas térmicas têm uma vantagem. São usinas moduladas em 20 e 25 megawatts e colocadas em **containers**, são **kits**, que vêm montados em uma caixa e podem ser facilmente transportáveis para outras regiões, como, por exemplo, o Norte, onde existem vários siste-

mas não interligados. Então, nossa intenção é negociar junto com a ELETROBRÁS e o Ministério — estamos trabalhando neste sentido —, para que possamos fazer algumas aquisições de térmicas que possam ajudar o setor, no Nordeste, em 88, e estar disponíveis para o ano de 92, que também há dificuldades previsíveis, e, depois possam contribuir no Norte, ou em qualquer lugar do País onde venha a ser necessária complementação térmica. São usinas móveis. Pode ser que tenhamos que tomar essa decisão, que está sendo encaminhada por esses dias.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Agora pergunto: esse problema de variação de energia, de 210, 120, esse tipo de fornecimento, essa falta de uma padronização nacional não aumenta o custo econômico de algum modo? A parte econômica não se torna mais grave no caso dessa diferenciação? Uma unificação resolveria alguns dos problemas de ordem secundária, reconhecimento. Não entendi por que essa diversificação?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA — A origem da minha experiência profissional é o trato com o consumidor. Sou um profissional que trabalhou durante vários anos na empresa distribuidora, ou seja, tratando com esse tipo de problema. O setor, hoje, entende que deveremos fazer o investimento numa época em que tenhamos condições para estabelecer no País uma única tensão. É uma decisão que envolve um esforço de investimento muito grande, que nosso País, talvez, não estivesse em condição de fazer neste momento.

Outros países desenvolvidos já o fizeram e acredito que teremos que fazer em determinado momento, tanto pelo ponto de vista da empresa de serviço público quanto pela produção industrial dos aparelhos eletrodomésticos, etc. É uma providência que terá que ser tomada como foi, no passado, a padronização de frequência. É uma providência que envolve um esforço de investimento muito grande. Recordo-me, quando era Diretor de Distribuição da Companhia da Bahia, fiz um esforço muito grande para mudar a tensão de uma praça. Não consegui, porque as pessoas queriam que indenizássemos os seus aparelhos eletrodomésticos. É uma tarefa de gigante que um dia terá de ser enfrentada.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Volto a cumprimentar o Dr. José Carlos Aleluia pela contribuição que deu a esta CPI, tanto no que se diz respeito ao conteúdo de sua exposição, quanto à concisão, ao pragmatismo e à sinceridade de suas respostas. Concedo a palavra ao segundo expositor, o Presidente da Eletronorte, Dr. Miguel Nunes.

O SR. MIGUEL NUNES — Nobre Senador José Agripino, Senador Jutahy Magalhães — Relator desta Comissão, Senador Cid Sabóia de Carvalho, Dr. Getúlio Lamartine — Diretor-Geral do Dnaee, aqui presente, Dr. José Carlos Aleluia, Colegas do setor, Diretores da Eletronorte e Diretores da Chesf:

Inicialmente devo manifestar a minha satisfação de poder estar aqui prestando esclarecimentos sobre uma questão que tem um interesse crucial para a Região Nordeste. Gostaria, contudo, que a minha presença nesta Casa se desse em condições diferentes, que aqui estivéssemos tratando da construção do futuro e não do exame

de um problema que, como disse, nos atinge profundamente.

O Dr. José Carlos Aleluia abordou, com muita propriedade e de forma extensa, a questão que hoje estamos vivendo na Região Nordeste e, parcialmente, na área de atuação da Eletronorte, embora em um dos Estados também do Nordeste. Não é minha intenção alongar-me em exposições, mas não poderia deixar de citar, rapidamente, como a nossa Empresa, como a Eletronorte contribuiu nessa questão relativa ao Nordeste.

A Eletronorte é uma empresa jovem. Foi criada em 1973 e instalada em 74 — tem, portanto, hoje, 13 anos de vida — com a grande missão de investigar, de estudar e projetar a construção de usinas na Região Amazônica e transmitir essa energia quer para sua área de concessão, quer para outras áreas limítrofes ou áreas que necessitarão de energia no futuro.

V. Ex^{as} sabem que temos, na Amazônia, um grande potencial hidrelétrico a ser aproveitado. Do meu ponto de vista pessoal, posso afirmar, como Presidente também da Eletronorte, que a Empresa participa do entendimento de que este potencial não deve ser desprezado. Devemos aproveitá-lo, porque representa uma grande vantagem comparativa em relação a fontes energéticas e em relação a outros países.

Gostaria, portanto, de me referir, rapidamente, à questão atual do racionamento, como estamos participando, para atender ou tentar minorar a profundidade do racionamento na Região Nordeste, e finalmente, nos referir a possibilidades, a médio prazo, de como se visualiza o atendimento, quer da nossa Região, quer da Região Nordeste.

Se o nobre Presidente me permite, pediria ao nosso Diretor de Operações, o Dr. Isidoro Lechuga, para apresentar uma série de transparências — são 5 ou 6, são simples — que retratam, de forma visual e muito fácil de entendimento, como estamos hoje, contribuindo para atender ao mercado do nosso sistema interligado.

Enquanto o Dr. Lechuga se prepara, ainda adianto que a Eletronorte atende a 7 Estados da Amazônia e a 2 Territórios, e está, na sua parte leste, umbilicalmente ligada à Companhia Hidrelétrica do São Francisco, à qual pertencço, sou engenheiro, e esse cordão umbilical foi realizado ainda em 1981, quando a Chesf, dentro de um programa do setor elétrico de redução do consumo de derivados do petróleo, construiu uma linha de transmissão desde os seus rios, do rio São Francisco, até Belém, uma linha com mais de mil quilômetros de extensão, que, como disse o Dr. José Carlos Aleluia, produziu, naquela ocasião, uma economia diária de 10 mil barris de petróleo. Portanto, a nossa união com a Chesf se estabeleceu desde aquele instante em que ela socorreu a nossa área de concessão, e hoje, estamos totalmente empenhados não em socorrê-la, e sim, dentro do entendimento de que somos empresas-irmãs e de que temos um futuro de participação no atendimento do Nordeste, muito expressivo, como poderá ser visto ao longo dos debates ou ao longo, ainda, da nossa exposição.

O SR. ISIDORO LECHUGA (Exposição fora do microfone, totalmente inaudível.) (transparências.)

Em face da gravidade da situação do Nordeste, esforços concentrados da Eletronorte, da Chesf,

coordenados pela Eletrobrás, permitiram que fosse modificado o sistema de transmissão, evidentemente com acentuado risco de confiabilidade do sistema na visão, permitindo que enviássemos mais de 180 megawatts para o sistema da Chesf, fazendo um total, então, de 390 megawatts.

Essa contribuição foi possível em face a uma série de estudos realizados pelo setor, com retirada de equipamentos, de reatores, permitindo um fluxo maior, evidentemente com uma razoável perda na qualidade do fornecimento, em termo de confiabilidade propriamente, em face dessa real situação do Sistema Nordeste. Essa energia que foi acrescida originou um acréscimo, também, nessas perdas, da ordem de 60 megawatts.

Já a partir de março, com a implantação do racionamento, racionamento esse da ordem de 15%, tanto na área da Eletronorte, desde Tucuruí até Marabá, e no Maranhão, como era geral esse racionamento, a sua contribuição para o Sistema Nordeste, esta fatia aqui em verde corresponde a um acréscimo de mais 92 megawatts, decorrentes do racionamento na área da Eletronorte, que também é enviado para o Sistema Nordeste, perfazendo um total de 482 megawatts.

Além dessa contribuição...

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Só um momento. Quer dizer, o que se economizou no Norte foi jogado para o Nordeste?

O SR. ISIDORO LECHUGA — Na realidade, não é bem uma economia. Foi um racionamento implementado no Sistema Norte e no Sistema Nordeste, quer dizer, essa parte do racionamento é contribuição da área da Eletronorte.

Posteriormente, ou melhor, antes mesmo da decisão do racionamento, foi determinado, tanto à Chesf quanto à Eletronorte, que colocassem em operação as suas unidades térmicas.

Em São Luís, temos duas unidades que podem gerar 100 megawatts médios, as duas, e até o momento, temos a metade disso aqui operando, podendo, provavelmente no princípio ainda deste mês, até meados deste mês, colocar a segunda unidade, o que dará 100 megawatts de contribuição, podendo ir a 582 megawatts médios de contribuição da área Norte para a Nordeste.

Esta, então, a contribuição que o Norte está dando para o Nordeste. Evidentemente que esse balanço, essa contribuição já foi toda estudada pelo setor, como sendo um bloco de energia do Norte e do Nordeste. Essas contribuições já foram consideradas para implementar um racionamento de 15%, quer dizer, o racionamento está configurando todas essas contribuições.

O SR. EDISON LOBÃO — Quando se diz Norte, entenda-se basicamente Maranhão. Não é isto?

O SR. ISIDORO LECHUGA — Não, quando se diz Norte, entenda-se a área de atuação da Eletronorte: Maranhão e o sul do Pará, este praticamente compreendido por todos os atendimentos que derivam da Subestação de Marabá, que é a própria cidade de Marabá, entra também a Vale do Rio Doce, e mais algumas cidades que são atendidas pela CELPA também naquela área. (Transparências.)

Esta representação gráfica é praticamente uma repetição daquilo que dissemos. Seria a geração de Tucuruí. Temos enviado para a CHESF, aquilo que se produz em Tucuruí, 30%, pratica-

mente 500 megawatts médios. Em termos da participação no mercado da CHESF propriamente, os 15% que estão racionados, aquilo que é atendido pela CHESF e aquilo que é a contribuição de Tucuruí, já enfocando o mercado CHESF propriamente dito.

O SR. — (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ISIDORO LECHUGA — Não, não tem a participação direta. (Transparência.)

Com a duplicação da linha, essa participação da geração de Tucuruí, essa fatia em amarelo, seria aquilo que poderíamos enviar para a CHESF: cerca de 1.000 megawatts médios, quase 45%, mais ou menos, daquilo que seria produzido por Tucuruí, e corresponderia ao mercado da CHESF, uma contribuição de 29% de toda a geração que seria necessária ser atendida pela mesma.

O SR. MIGUEL NUNES — Prosseguindo. Como V. Ex^a puderam notar, a segunda etapa nos leva a uma contribuição de quase 30% do mercado do sistema interligado, a partir da construção do 2º circuito. Direi o que representa esse segundo circuito em termos de desafio para a equipe técnica e a equipe administrativa da Eletronorte.

Uma obra de engenharia, na sua fase de execução física, pelo menos sob o ponto de vista nosso, de engenheiros, talvez seja a fase mais simples e mais fácil de executar. A parte mais difícil e mais complicada é a burocrática; é a parte da luta diária que temos para assegurar os recursos para a execução da obra; é a parte que corresponde ao trabalho também diário que temos para obter as autorizações e permissões governamentais, oriundas da burocracia do Governo, que é necessária.

Esse segundo circuito tem 800 km de extensão, é uma obra em 500.000 volts — em 500 quilovolts — e está em nossas mãos para ser executada fisicamente em 9 meses.

Hoje estamos praticamente a 8 meses da data marcada para a sua energização. O nosso cronograma está previsto a nível de planejamento — a nível de GCPS, GCOI — para que esteja concluída em final de março de 1988.

A empresa está enviando todos os seus esforços para concluí-la em 28 de fevereiro de 1988. Os recursos para essa obra são nacionais e estão previstos no bojo do PRS — Plano de Recuperação Setorial — que, como disse o nosso Companheiro José Carlos Aleluia, tem diversas fontes, mas duas são principais: uma delas são os recursos provenientes do FNT, a outra, são recursos gerais que o setor está providenciando a captação junto ao Banco Mundial.

Estamos em vias finais de entendimento com o Banco Mundial para liberação ainda este ano. A previsão é que, até o final de agosto, o Governo brasileiro receba um financiamento do Banco Mundial, no valor de 500 milhões de dólares, que serão tomados pelo Tesouro Nacional e repassados para a Eletrobrás, para que ela capitalize as empresas do setor. Esses recursos serão transferidos para as empresas a título de capitalização.

Ainda hoje o Presidente da Eletrobrás, o Dr. Mário Blering, dava notícia desses entendimentos com o Banco Mundial, sob o ponto de vista da sua liberação. Os entendimentos estão em fase final. Algumas exigências estão sendo feitas, exigências que foram colocadas previamente, para que o

setor as cumprisse, e é possível que, até o final deste mês, se tenha a liberação de uma parcela de 250 milhões de dólares.

Considero de extrema importância que o fluxo de recursos para essa linha seja mantido. Caso não sejam viabilizados nos prazos certos, o cumprimento dos prazos de construção poderá ser seriamente afetado.

Devo ressaltar, contudo, que existe uma preocupação também cotidiana, que vem desde o Ministro das Minas e Energia e vai até os técnicos que vão executar a obra, no acompanhamento dessas gestões, no sentido de se liberar esses recursos.

Há dois dias, tivemos, toda a diretoria da Eletronorte, uma reunião com o Ministro, esteve presente o Dr. Getúlio Lamartine, que é testemunha da preocupação e da dedicação do Dr. Aureliano Chaves no sentido de permitir essa liberação nos prazos requeridos.

Quanto à motorização de Tucuruí, hoje estamos com os cronogramas correndo normalmente. Também a sua execução dependerá do aporte de recursos e, para que isso seja necessário, devemos, no global, entre a linha de transmissão, entre as subestações necessárias para o sistema e entre a motorização acelerada e antecipada de máquinas de Tucuruí, devemos investir aproximadamente 400 milhões de dólares, dos quais 300 milhões de dólares deverão ser liberados e pagos ainda durante este exercício.

Portanto, é uma obra que, além da execução física, exige uma verdadeira engenharia, no sentido de assegurar a viabilizar essa liberação de recursos.

Pelo avançado da hora, talvez fosse mais produtivo, Sr. Presidente, eu encerrar esta exposição e me colocar à disposição, para responder a questões complementares não abordadas durante os debates.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Louvando a concisão do pronunciamento, agradeço a V. Sr^a contribuição, que foi expressiva, exposição e a apresentação das transparências, que foram muito claras e deram uma significação muito bem identificada da participação da Eletronorte dentro do programa de racionamento da energia elétrica do Nordeste.

Passando à segunda parte dos nossos trabalhos, os debates, concedo a palavra ao Relator, o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Miguel Nunes, aqui, nesta Comissão, como já tenho repetido algumas vezes, estamos em busca das causas do racionamento, também dos aspectos legais que iremos abordar, mais especificamente a partir da próxima semana, as conseqüências do racionamento e as medidas a curto e médio prazo, para evitarmos a repetição desse racionamento. Vamos também abordar, no desenrolar dos trabalhos da Comissão, o problema do modelo econômico. Outras questões irão sendo levantadas pelos Companheiros da Comissão, os Srs. Senadores, cada um com o seu enfoque próprio, cada um com suas perguntas, querendo alcançar determinados objetivos que, no cômputo geral, servirão para o Relatório Final.

Sempre que chamamos aqui os depoentes é na busca dessas informações. Não estamos pro-

curando culpar ninguém. Queremos buscar os culpados daquilo que deixou de ser feito para chegarmos a esta situação, não apenas no Nordeste, como foi dito aqui pelo Dr. José Carlos Aleluia — estamos procurando hoje a questão do Nordeste, como também o racionamento que já esteve no Sul do País, e poderá ser levado a outras regiões, por falta de determinadas atitudes nos momentos próprios.

Hoje o Dr. José Carlos Aleluia falou a respeito do endividamento do País e do aporte de dólares que, através do setor de energia, não serviram para atender as necessidades do Programa Energético do País. Esta pode ser uma das causas. Com isso estamos chegando um pouco ao objetivo desta Comissão.

Queremos buscar — como disse —, com muita ênfase, essas razões, essas causas do racionamento. Isso não impede que também busquemos algumas informações a respeito do futuro. Do somatório das indagações tiraremos as nossas conclusões.

Especificamente relacionada com a questão da Eletronorte, farei a seguinte indagação: com o possível redirecionamento de uma parte da energia atualmente cedida à Alumar para o Nordeste, isto aliado a outras medidas de geração térmica, informa-se que se poderia conseguir o término do racionamento. O que V. Sr^a pensa a respeito e quais as medidas que podem ser tomadas para viabilizar essa proposta?

O SR. MIGUEL NUNES — Nobre Senador, somente para uma fixação mais objetiva da questão. V. Ex^a indaga como o fornecimento à Alumar ou a supressão do fornecimento...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — O redirecionamento de uma parte da energia fornecida atualmente à Alumar, somado ao problema da geração térmica que está sendo buscada, através de aquisição de usinas flutuantes, e o reaproveitamento de usinas, como a de São Luís, de Pernambuco, da Bahia, de Camaçari, se com esse novo redirecionamento poderíamos encerrar essa fase de racionamento ou não.

O SR. MIGUEL NUNES — Não, não é suficiente. Como foi mostrado aqui, a nossa contribuição no status atual, ou seja, considerado o sistema gerador de Tucuruí, nos medidas que na área de transmissão nos possibilitaram aumentar a transferência de energia para a Região Nordeste, mais o racionamento parcial que já se estende também para a Alumar, considerando, ainda, o nível máximo permitido para a continuidade do serviço, que hoje já está no seu ponto crítico, tivemos, de certa forma, que diminuir as seguranças que temos em relação ao sistema interligado, para poder aumentar essa transferência para o Nordeste. Posso dizer a V. Ex^a que todas essas medidas já foram tomadas. Os níveis permissíveis de transferência de energia para o Nordeste, durante o ano de 1987, são aqueles que foram mostrados aqui: deveremos transmitir cerca de 500 megawatts médios para o Nordeste. Essa transferência de 500 megawatts médios para o Nordeste representa o volume do reservatório de Sobradinho, de cerca de 3,8% do reservatório por mês, ou seja, durante o ano de 1987 estaremos transferindo para o Sistema Nordeste uma energia equivalente a cerca de 38% do reservatório de Sobradinho.

Outras medidas, durante o ano de 1987, não poderão mais ser adotadas para que o racionamento seja diminuído de seu nível de 15%. Contudo, a partir de 1988, com a conclusão da linha de transmissão, com a conclusão das subestações e da motorização acelerada de Tucuruí, poderemos duplicar essa transferência para o nível de 1.000 megawatts médios, um milhão de kw que estamos transferindo para o Sistema Nordeste, o que equivale praticamente a 50% do volume do Reservatório de Sobradinho. Não será o dobro, porque as obras entrarão a partir de março, a partir de abril, mas esses são os limites que podemos hoje, dentro da configuração elétrica do Sistema, transferir para o Nordeste.

Aprofundar o racionamento na nossa área de concessão seria problemático, desde que estamos, na nossa área de concessão, praticando o mesmo percentual de racionamento do mercado do Nordeste.

Deste modo, se torna difícil aumentar essa participação, mas poderia dizer que, caso exista uma hidrologia no ano de 1988, mais favorável do que a que ocorreu em 1987, esse racionamento poderá ser totalmente suprimido, se ficarmos no nível de 80% da vazão média de longo termo do rio São Francisco. As variações em torno desse número terão que ser estimadas em função da verificação da vazão média do rio durante o ano de 1987. Se ficarmos com uma vazão média em torno de 60%, esse racionamento, dentro das novas condições, ainda poderá estender-se. Confiamos que essa ocorrência seja já de recuperação de um ciclo hidrológico e não se venha a configurar uma situação também crítica durante o ano de 1988.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Segundo me parece, é uma informação amplamente divulgada e discutida por setores empresariais do Nordeste, dos diversos Estados do Nordeste, inclusive do meu, que a Alumar, recebendo cerca de 380 Mw de energia, se houvesse uma economia, um racionamento de energia fornecida à Alumar, na ordem de 200 a 210 Mw, juntando-se a capacidade que seria gerada pelas usinas térmicas — na base de uns 300 Mw, mais ou menos, sem falar nas flutuantes que estão sendo adquiridas — atingiria, segundo essas notícias divulgadas, mais ou menos aquele dado que o Dr. José Carlos Aleluia falou, que hoje o déficit do Nordeste está na ordem aproximada de 570 Mw, se não me engano. Seria aproximadamente um volume que cobriria esse déficit. Daí a razão da indagação, para conferir dados que foram amplamente divulgados pela imprensa e por discussões e conversas com setores empresariais da nossa Região, que diziam que, havendo essa economia de energia cedida à Alumar, mais a geração de energia por parte das termoeletricas, teríamos condições de acabar com o racionamento.

Essas informações não são corretas?

O SR. MIGUEL NUNES — Não. Poderão ser corretas desde que consideradas duas variáveis em aberto da questão. Primeira, é preciso que se tenha uma hidrologia favorável. Se a hidrologia...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Mas dentro do déficit atual de 570 Mw...

O SR. MIGUEL NUNES — A outra variável em aberto é a própria Alumar. A Alumar é um consumidor que está sendo racionado no nível também de 15%. Existe um contrato firme de fornecimento de energia, com penalidades recíprocas, tanto para a Alumar como para a Eletronorte, e, sob o ponto de vista legal, existe muita dificuldade para que se possa desligar aquele consumidor.

Em primeiro lugar, pelo próprio Código de Águas, não podemos discriminar consumidores de mesma classe. Por outro lado, é um consumidor que nos assegura uma receita, para o conjunto do setor, expressiva e razoável.

Considerar o desligamento da Alumar isoladamente é uma matéria bastante confusa, principalmente dentro do seu aspecto legal e também do seu aspecto econômico.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Apenas um esclarecimento. Ainda não estou fazendo propostas, estou apenas colhendo informações. Portanto, não estou propondo isso ou aquilo. Estou colhendo informações a respeito de notícias que foram amplamente divulgadas e que não chegavam ao ponto de fazer proposições de desligar a Alumar, mas se fazer um racionamento quanto à produção nesse período de racionamento global. Não há nenhuma proposta ainda a ser feita por esse Relator.

Em face das necessidades de minimizar o racionamento, poderão ser gastos um milhão de dólares por dia apenas para o consumo de combustível nas unidades de geração térmica. Caso esses gastos se prolonguem por cerca de 9 meses, o montante desses custos seria equivalente ao total de recursos necessários à conclusão da linha Tucuruí—Presidente Dutra, o que evitaria o racionamento. Por que esses investimentos não foram realizados no passado, para evitar-se a duplicidade desses gastos?

O SR. MIGUEL NUNES — Nobre Senador, se V. Ex.^a me permite, adicionaria um esclarecimento à resposta anterior.

Quando me referi à alternativa de desligamento da Alumar, foi aduzindo a referência que V. Ex.^a fez as notícias correntes e as notícias de jornal. Na realidade, existiu essa proposta, e ainda existe, transitou essa proposta no sentido de desligar a Alumar, para transferir energia para o Sistema Nordeste. O dado adicional que eu gostaria de informar é que existe uma limitação também no sistema de transmissão, e, a partir de determinado valor de racionamento feito na Alumar, não posso mais transferir energia para o Nordeste.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Parece que há uma informação de que a possibilidade de transferência seria da ordem de 180 a 210 Mw. Seria isso? Não os 380.

O SR. MIGUEL NUNES — Aí está certo, mas não a totalidade da Alumar. Na Alumar normalmente são 450. Ela está reduzida a 380, mas a demanda dela normal seria 450.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — A transferência possível e viável seria de 180 a 210, no momento.

O SR. MIGUEL NUNES — Porque existem limitações no próprio sistema de transmissão. Desligar a Alumar, sem poder transferir energia para

o Nordeste, seria jogar água fora, deixar de arrecadar e deixar de faturar também.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Quanto a esse problema dessa segunda indagação que eu fiz a V. Sr.^a Vamos gastar, segundo os cálculos, um milhão de dólares por dia de combustível para as usinas térmicas. Em 9 meses seriam 270 milhões. O cálculo de gastos para a linha de transmissão seria da ordem de 240 milhões, se não me engano. Então, vamos ter uma duplicidade de gastos, quer dizer, aquilo que deixou de ser gasto até pouco tempo vai ser gasto em dobro para se fazer a mesma coisa.

O SR. MIGUEL NUNES — Numericamente a afirmação de V. Ex.^a é aproximadamente correta. Examinado o problema sob o ponto de vista da não execução, ele nos abre um leque muito grande de colocações que tem certa complexidade para um esclarecimento correto.

A grande questão é que faltaram recursos para o setor, como foi abordado pelo Dr. José Carlos Aleluia, e certamente o será pelo Presidente da Eletrobrás, que estará aqui depondo na próxima semana. Serão mostradas algumas das razões que levaram o setor a não realizar obras, conforme planejado, por absoluta falta de recursos. Essas razões são antigas, começaram ainda no final dos anos 70, a partir de 1978, em que a remuneração legal do setor, que nos é assegurado por lei, no nível de 10%, começou a declinar, e declinou por insuficiência de tarifas para o setor de energia.

Essa situação ainda se tornou mais crítica a partir do ano de 1981, com a edição do Decreto-Lei nº 1.849, de janeiro de 1981, que permitiu uma remuneração do setor abaixo dos 10%, passou a considerar uma remuneração média do setor. Isso, evidentemente, trouxe dificuldades na formação de recursos para o setor.

Outro fato que se adiciona é que, durante um período muito longo o setor esteve exposto, a sua participação quase que compulsória em duas questões de interesse do nosso País, mas de interesse global. O setor elétrico se tornou um instrumento de captação de recursos no exterior, financiando, portanto, em alguns aspectos, a própria balança comercial nossa. Outro aspecto é que o setor também foi utilizado como instrumento de controle da inflação.

Essa forma de utilizá-lo como instrumento de controle da inflação se deu através do quase congelamento dos níveis tarifários, que vieram decrescendo relativamente, resultando, finalmente, numa redução brusca, violenta, da remuneração do setor. Atravessamos anos em que tivemos remuneração do setor em cerca de 3%, quando a lei nos assegura uma remuneração de 10%.

Portanto, se torna muito complexo e difuso precisar, além dessas razões, a responsabilidade pela não execução de obras nos prazos que haviam sido planejados.

O setor sempre planejou bem, sabe planejar, planeja a longo prazo, tem tradição como setor organizado. O nosso setor é formado de pessoas competentes e que poderão desincumbir-se das suas funções, das suas missões, desde que lhes sejam oferecidos os recursos complementares de que necessitam, principalmente recursos financeiros e capacidade para poder decidir, dentro do seu âmbito de responsabilidade.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — A capacidade dos que trabalham no setor não está em jogo. Sabemos de demonstrações maiores a respeito, desde a construção de Paulo Afonso. Respeitamos a engenharia e a parte dos técnicos nesse setor de eletricidade. Não é esta a questão.

V. S^a, pelo menos, fala hoje que a lei determina uma remuneração de 10%, e é verdade, para permitir o pagamento dos juros, das despesas financeiras e ainda para poder reinvestir no setor, mas hoje, parece, também ainda não estamos atingindo os 10%. Parece que hoje estamos na base de 5%, se não me engano, nessa ordem.

O SR. MIGUEL NUNES — A meta neste ano, dentro do programa de recuperação do setor, é de 6%. Devemos atingir 6%...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Estamos ainda bem abaixo da média necessária para o setor poder progredir.

O SR. MIGUEL NUNES — Se V. Ex^a me permite complementar, o que está programado, planejado, a nível de recuperação do setor, sob o ponto de vista econômico-financeiro, é que essa remuneração gradativamente busque atingir os 10%. Então, durante o ano de 1987, ela está programada para ter uma remuneração final de 6%, 7% no ano seguinte, de tal forma que em 1990 se atinja novamente os 10% de remuneração legal.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — O Conselho Monetário Nacional, na sessão de anteontem, se não me engano, determinou a aplicação de recursos, inclusive no setor de energia. Mais ou menos quanto V. S^a espera que venha caber à Eletronorte e à Chesf desses recursos liberados, ou autorizados, nessa última reunião?

O SR. MIGUEL NUNES — Estão previstos recursos oriundos do FND para o setor elétrico ao nível de 30 bilhões de cruzados, durante o ano. Evidentemente que, hoje, é uma moeda móvel e esses 30 bilhões se referem à moeda de 1986. É preciso que haja as correções decorrentes do processo inflacionário.

O que havia sido programado, de curto prazo, para fins de liberação para o setor elétrico, seriam três parcelas, no mês de maio, junho e julho, de 4 bilhões de cruzados. A liberação do mês de maio não ocorreu diretamente pelo FND e foi então, lançado mão de um empréstimo-ponte com o Banco do Brasil em valor equivalente. Conforme o Dr. José Carlos Aleluia se referiu, foi liberada uma parcela para Chesf e uma parcela também para a Eletronorte, que nos permitiu atualizar os pagamentos dos fornecedores, fabricantes e empreiteiros que estão envolvidos com essas obras prioritárias para nós, até o final do mês de abril. Estamos totalmente em dia com os pagamentos.

A reunião que houve anteontem liberou mais uma parcela de seis bilhões. Hoje foram liberados Cz\$ 6 bilhões, que foram transferidos para a Eletronorte ainda hoje. A Eletronorte está examinando, junto ao Banco do Brasil, a forma mais conveniente de repagar o empréstimo-ponte e, após isso, ela liberará a deferência para as empresas, principalmente a Eletronorte e a Chesf.

Está presente o Diretor-Financeiro da Chesf, o Dr. Genildo Nunes que, se V. Ex^a permite, talvez

pudesse confirmar esses números que referi em relação a essa liberação.

O SR. GENILDO NUNES — Como disse o Dr. Miguel Nunes, dentro das fontes de recursos para financiar os investimentos do grupo Eletrobrás, no exercício 87, está prevista a locação de 12 bilhões de cruzados oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Os projetos já foram apresentados e o Fundo Nacional de Desenvolvimento já liberou a primeira parcela hoje. Anteriormente, enquanto se processavam os trâmites para a liberação desse recurso, o Governo autorizou, através do Banco do Brasil, um empréstimo-ponte, como também afirmou o Dr. José Carlos Aleluia, para que pudéssemos regularizar os pagamentos com os fornecedores, não o pagamento das obras prioritárias, hoje, do setor elétrico, na área da Chesf e da Eletronorte, obras essas voltadas principalmente para o equacionamento do déficit de energia elétrica, que é o assunto desta reunião. Essa parcela que foi liberada hoje, deveria pagar esse empréstimo-ponte do Banco do Brasil. No entanto, hoje, estavam-se processando algumas negociações, no sentido de que houvesse uma renegociação, para que somente esse retorno para o Banco do Brasil se fizesse em duas ou três parcelas, de maneira que pudesse permitir uma regularização do fluxo de caixa para alimentação das necessidades de investimento nas empresas do Grupo Eletrobrás.

O SR. MIGUEL NUNES — Então, isso confirma os números que referi.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Segundo os dados extraídos do balanço de 1986 da Eletronorte, denota-se que a receita de venda de energia dessa concessionária atingiu a cifra de 2,6 bilhões de cruzados, que não foram suficientes sequer para a cobertura dos juros sobre as dívidas, que totalizaram mais de 2,8 bilhões. Como cerca de 50% da energia vendida dessa conceituada concessionária é destinada aos consumidores de alumínio, cuja tarifa é altamente subsidiada, gostaríamos de um esclarecimento de V. S^a Caso as tarifas para esses grandes consumidores não fossem subsidiadas, qual seria a real receita que poderia ser auferida por essa concessionária? Seria que com esses recursos a Eletronorte não poderia destiná-los a investimentos nos projetos que evitariam o racionamento?

O SR. MIGUEL NUNES — Senador Jutahy Magalhães, a questão de receitas para o setor, conforme já referi anteriormente, é uma questão que repousa, fundamentalmente, nos níveis tarifários vigentes. Acontece que os níveis tarifários, em geral, estão insuficientes, e uma prova disso é que eles não remuneram os ativos que estão colocados em serviço. A tarifa para o alumínio, da área de atuação da Eletronorte, tem que ser diferenciada em dois blocos distintos: a tarifa para o alumínio no Maranhão, que se refere à Empresa Alumiar, e a tarifa para o alumínio no Pará, que se refere à Albrás, empresa da qual a Vale do Rio Doce é associada. A tarifa de fornecimento para a Alumiar, no Maranhão, tem um desconto de 10% apenas em relação à tarifa normal da classe, ou seja, a tarifa 1,230 menos 10%. Esse é o desconto que existe sobre a tarifa.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. S^a me permita uma interrupção. Essa questão de

dados estatísticos faz com que fiquemos sem conseguir acompanhar. Vai-se chegar àquela velha questão da média de que alguém não vai morrer se botar a cabeça dentro do fogão, porque, se ele ficar com a cabeça no fogão a 100 graus, ele bota os pés no gelo e a média acaba sendo de 50 graus e não há problema para ele, mas, na prática, vai ter algum problema...

V. S^a está falando da questão de diferença de 10%. Está certo, 10% sobre o tipo de tarifa para o grupo. Não é esse tipo de fornecimento de energia...

O SR. MIGUEL NUNES — Para o tipo de consumidor.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Na realidade, a tarifa de alumínio, mais ou menos, está na base de 11 a 16 mil, o fornecimento para os demais consumidores, globalmente falando, está na base de uns 40 e tantos mil. Então, a diferença é bem grande, não é apenas de 10%, a não ser, como V. S^a está dizendo, 10% para aquele nível de consumidor, naquele tipo de consumidor.

O SR. MIGUEL NUNES — Permita-me V. Ex^a complementar ainda a informação sobre o segundo bloco de alumínio, que é o bloco do Pará, o bloco de Bacarena, que é apresentado pela Albrás. A tarifa da Albrás realmente tem descontos bem mais expressivos do que a tarifa da Alumiar. São contratos diferentes. A tarifa da Alumiar, hoje, com o novo aumento de tarifas que houve, está um pouco acima de 19 mil, ou seja, acima de 19 dólares por megawatt/hora ou 19 milésimos de dólar por quilowatt/hora. A tarifa do outro bloco, tarifa da Albrás, está ligeiramente superior a um patamar fixo, que é de 10 e meio dólares por quilowatt/hora. O contrato da Albrás é diferente do contrato da Alumiar. É vinculado ao preço do alumínio no mercado internacional, e essa pequena diferença a mais, além da tarifa básica, que são 10 e meio milésimos de dólar por quilowatt/hora, é decorrente de uma elevação que houve nos últimos dias ou no último mês em relação ao preço do alumínio no mercado internacional. Contudo, ela não chega ainda a representar 11 milésimos — nosso Diretor poderia, talvez, confirmar, se já chegou a 11 ou se está em torno de 11, de 10 e meio a 11 — e a tarifa da Alumiar está em 19 e alguma coisa. Portanto, existe uma diferença grande.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Variou, parece, de 11 até 23; foi variando no decorrer do tempo.

O SR. MIGUEL NUNES — Tenho uma tabela que contém esses dados de mês a mês desde o ano de 1986. Eu poderia passá-la a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. S^a me desculpe, mas não estou discutindo a legalidade da questão. Estou apenas fazendo uma pergunta hipotética.

Caso não fosse fornecida essa energia subsidiada no volume que é produzido pela Eletronorte, levando em consideração os resultados do balanço de 86, se a Companhia fornecesse a energia no preço normal para os demais consumidores, se não se teria tido resultado satisfatório ou suficiente para poder fazer, com os próprios recursos, a aplicação, por exemplo, na segunda linha de transmissão, de Tucuruí para Presidente Dutra?

Esta é uma pergunta hipotética. É natural, porque a realidade é outra, a realidade é o que está acontecendo, a energia subsidiada. Levando em consideração o resultado do balanço, hipoteticamente, faço esta indagação.

O SR. MIGUEL NUNES — Senador Jutahy Magalhães, não poderíamos considerar hipoteticamente o preço de energia aplicável àquele mercado do alumínio no nível de tarifa média, no nível geral.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Não estou falando no mercado de alumínio. Estou falando se não existisse o mercado de alumínio, se não houvesse essa preferência, esse subsídio ao alumínio. Sei que alumínio é questão de problema quase legal, mas não estou discutindo esta questão. Eu poderia chegar a um ponto de discutir questão da necessidade, da conveniência de um País, como o nosso, ter ou não essa fábrica de alumínio, porque, me parece, temos apenas em países subdesenvolvidos essas fábricas de alumínio, enquanto os países desenvolvidos buscam apenas alumina. Isso daí é outra coisa, não estou em busca disso, apenas fazendo esta indagação objetiva, e peço desculpas de estar interrompendo a resposta de V. Sr., mas quero ir para uma pergunta da minha parte.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Permita-me um aparte, Senador Jutahy Magalhães. Apenas para esclarecer. Esse subsídio é dado pela União à Eletronorte e, naturalmente, esse subsídio também ingressa na tesouraria da Eletronorte.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Se é esta a resposta, está dada a resposta.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Estou apenas aplicando a sua indagação, porque me desperta a curiosidade. Então, eu queria saber sobre a pergunta dele, um aditivo: se o subsídio do Governo corresponde ao ingresso do valor desse subsídio nos cofres da Eletronorte, ou se o Governo dá esse subsídio, mas o tem a menos no orçamento da Eletronorte. O Senador Jutahy Magalhães quer saber se esse subsídio que não entra na Eletronorte, essa verba que o Governo não capta através da Eletronorte, se seria suficiente para custear obras que estariam nesta hora evitando o racionamento. Seria mais ou menos isto.

O SR. MIGUEL NUNES — Respondendo objetivamente à indagação, as tarifas de fornecimento de energia têm valores diferentes para cada classe de tensão, 230, 138, 69, 13,8, e, finalmente, a energia de baixa tensão. Fornecemos energia para a Albrás e para a Alumar em 230. A tarifa de fornecimento de 230 para eles é superior, com os descontos que tem a Alumar, ao preço do fornecimento, portanto, à tarifa que faríamos para outro consumidor.

Em outras palavras, vendemos energia para as empresas distribuidoras por um valor inferior ao fornecimento que fazemos para a Alumar. Vendemos energia para a Celpa — Centrais Elétricas do Pará, Centrais Elétricas do Maranhão e também para a Chesf num valor inferior ao que fornecemos para a Alumar. É o que eu disse a V. Ex.: os níveis tarifários, em geral, estão muito baixos.

Respondendo agora à indagação do Senador Cid Sabóia de Carvalho, esse subsídio fornecido

à indústria do alumínio é suportado apenas pelo setor de energia elétrica; o setor não recebe nenhum recurso adicional do Tesouro para cobrir a diferença entre o preço de fornecimento e o preço que deveria ser fornecido. Não recebemos nenhuma fonte suplementar de recursos para cobrir esse subsídio, que foi estabelecido em função do interesse da economia do País, como um todo. Esse subsídio foi oferecido no sentido de se aumentar, de se estimular exportações, gerando moeda forte para o País, portanto, fortalecendo a economia do Tesouro Nacional como um todo, mas não recebermos nenhum pagamento por essa diferença, por esse complemento.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Vou fazer as duas últimas indagações.

Hoje, aqui, no debate, conversamos sobre a questão do programa de construção de hidrelétricas, sempre baseado na questão de custos das hidrelétricas. Isso aí é um programa para se fazer primeiro aquelas mais baratas e de custo menor, mas, às vezes, pelas necessidades do País, como um todo, e de certas questões regionais, temos que fugir um pouco a essa norma, e parece que fugimos com a construção de Tucuruí, porque as informações que nos chegam é que o custo médio do quilowatt instalado na Usina de Tucuruí é bem superior ao custo médio das usinas implantadas no Território Nacional.

Quais as causas que levaram a esses custos?

O SR. MIGUEL NUNES — Poderia dizer a V. Ex. que o custo do quilowatt instalado em Tucuruí é abaixo da média nacional. O custo do quilowatt instalado em Tucuruí é da ordem de 1.200 dólares. Não é o custo da energia gerada, e sim o custo do quilowatt instalado. Portanto, é um número razoável, que reflete, em primeiro plano, a qualidade do projeto, do sítio, do aproveitamento, do local onde foi realizado o aproveitamento, que oferecia condições favoráveis à obtenção de um custo unitário de referência baixo. É um valor, hoje, perfeitamente aceitável.

O custo da energia gerada já é uma segunda questão. Evidentemente existem várias formas de se apurar o custo, que seria o custo marginal. Esse custo, dependendo do critério de apuração, hoje, estaria em cerca de 35 milésimos de dólar por quilowatt/hora, que é um preço acima da média das usinas que foram construídas anteriormente a Tucuruí. Agora, quais as razões?

Tucuruí foi construída num período em que o País atravessava uma dificuldade muito grande de recursos. A formação de recursos que financiaram Tucuruí, em sua quase totalidade, foi oriunda de empréstimos externos, cerca de 90% da obra foi construída a partir de empréstimos externos. Naquela ocasião, as condições de aporte de recursos no mercado financeiro internacional eram altamente desfavoráveis. Houve períodos em que o custo do dinheiro no exterior, a *libor*, atingiu a 19% ao ano, portanto, um valor altíssimo. A obra foi financiada, foi construída dentro destas condições. Evidentemente, isso ocasionou um acréscimo de custos e aumento de endividamento da Empresa para a realização dessa obra. Essa é uma das principais razões.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Agora, a última indagação: os potenciais hidrelétricos do Norte do País estão concentrados basicamente

nas seguintes bacias hidroclógicas — O Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira. Fala-se do aproveitamento do potencial do Xingu para o futuro suprimento da Região Sudeste, o que poderia criar futuras dificuldades no suprimento da Região Nordeste, sabidamente com pequeno potencial hidrelétrico. Como as distâncias do aproveitamento nessas quatro bacias são praticamente as mesmas, por que não se planejar, desde logo, a destinação dos aproveitamentos das bacias do Tapajós e Madeira para a Região Sudeste, deixando a bacia do Xingu, juntamente com a bacia do Tocantins, para suprir a Região Nordeste, levando em consideração as distâncias dessas bacias em relação às duas regiões? Há, na realidade, algum pensamento de se fazer a transferência da bacia do Xingu para a Região Sudeste?

O SR. MIGUEL NUNES — Senador, conforme foi referido aqui pelo Dr. José Carlo Aleluia, o setor elétrico está, no presente momento, executando, em sua preliminar, o Plano 2.010. Esse Plano deverá ser entregue ao Ministro das Minas e Energia, até o final deste mês. O Plano consigna uma série de alternativas energética e tem, como primeiro propósito, a visão do atendimento energético global do País. Não existe ainda, nenhuma decisão formal sobre esse Plano que será apresentado em caráter preliminar. A idéia é que o Plano seja debatido, seja discutido com todos os segmentos a que importa a sua execução, e finalmente seja aprovado.

Entre as fontes de geração de energia, para atendimento do mercado global, está consignado tanto o aproveitamento do rio Xingu quanto outras alternativas também de aproveitamento na sequência Araguaia—Tocantins. A questão ainda não é definida. Certamente o Presidente da Eletronorte deverá referir-se a esta questão aqui e, por esta razão, peço vênia a V. Ex. para que não me aprofunde na questão, desde que são documentos que ainda não estão discutidos nem aprovados.

Respondendo objetivamente à indagação de V. Ex., existe uma alternativa e está previsto o aproveitamento do rio Xingu para o sistema interligado, e também, como alternativa, com o atendimento da Região Sudeste a partir do complexo de Altamira.

No entanto, existem neste Plano também outras alternativas que estão discutidas, como a alternativa em que a participação da energia térmica no balanço global é maior, portanto, havendo certa retração na geração hidroelétrica; e existe alternativa que prevê, inclusive, a presença de algumas usinas nucleares; em nenhuma delas aparece a energia nuclear. Portanto, é um documento que ainda está sendo composto e vai ser discutido.

É verdade que existe um grande potencial na Região Norte, na área de concessão da Eletronorte. Há alternativas estudadas, existem rios que estudamos há mais de 10 anos, e posso assegurar a V. Ex. que hoje temos mais de uma dezena de estudos em andamento sobre o aproveitamento hidrelétrico, tanto na bacia Araguaia—Tocantins como no Xingu, no Tapajós — começamos a estudar agora —, como também no rio Madeira.

Então, existe um vasto potencial de energia capaz de ser gerada nesses rios e, certamente, será visualizada dentro de um critério de custo, ou de qualquer outro critério, e dentro do critério

temporal, no sentido de que essa energia seja entregue ao sistema brasileiro, ao sistema interligado, tanto do Norte quanto do Sudeste, e que seja utilizado.

Importante, creio eu, sob o ponto de vista desta Comissão, é indicar que existe um potencial hidrelétrico muito grande, expressivo, a ser aproveitado, e pode ser aproveitado. Existe capacidade técnica do setor, repito, para realizar essas obras, esse aproveitamento, e a forma de se fazer esse aproveitamento será traduzida através do Plano 2.010, que será precedido, antes da sua aprovação, de um debate sobre a forma mais conveniente de se fazer esse aproveitamento.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Agradeço a V. Sª e ao Dr. José Carlos Aleluia pelas informações que prestaram nesses depoimentos, desde as 16 horas que estamos aqui. Essas informações serão bem valiosas para o Relatório que procuraremos apresentar no final dos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, que será muito breve.

O SR. EDISON LOBÃO — Dr. Miguel Nunes, reportar-me-ei e fixar-me-ei apenas na questão do fornecimento de energia ao Nordeste brasileiro através de uma economia compulsória que se faria com o fornecimento, hoje, à Alumar.

O Senador Jutahy Magalhães tem toda a razão quando se preocupa com esta matéria, porque são notícias que circularam amplamente aqui e alhures. Sempre se disse que nesta crise que estamos vivendo, nesta emergência, a grande solução, e solução final, e mais prática, mais rápida, seria, de fato, um corte drástico no fornecimento de energia à Alumar, em torno de 50% — é o que alude o Senador Jutahy Magalhães —, e é o que realmente se dizia e ainda se diz.

Participei de algumas reuniões com a Bancada do Nordeste, em que dezenas e dezenas de Deputados e Senadores ficaram muito tentados por essa solução. Sucedeu que, penso eu, algumas questões devem ser levantadas, até para que esta idéia não prospere, pelo menos sem o conhecimento exato de que ocorre, do que poderia ocorrer em consequência.

Em primeiro lugar, já disse V. Sª, o fornecimento é firme, isto é, há um contrato. A rigor, penso eu, nem mesmo os 15% poderiam ser reduzidos no fornecimento à Alumar, em razão deste contrato, mas a Alumar concordou em perder os seus 15%. Isto já lhe produz um prejuízo da ordem de 12 milhões de dólares. Se, por qualquer razão, fosse elevado esse racionamento de 15% para 50%, resultaria em quê? Em primeiro lugar, a Alumar não resistiria, acabaria quebrando; em segundo lugar, haveria uma debilitação significativa nos tributos arrecadados hoje pelo Estado do Maranhão. De todos os tributos em matéria de ICM que o Maranhão recebe, 20% provêm da Alumar. Então, seria um prejuízo imenso, num instante em que o Maranhão, assim como todos os Estados, está em extrema dificuldade também.

A Alcoa nasceu no Maranhão, em razão precisamente do fornecimento farto e permanente de energia, assim como, de algum modo, Tucuruí também nasceu em razão desse consumidor. Pelo que sei, uma coisa fez com que a outra existisse não existiria Alcoa não fosse Tucuruí; dificil-

mente a Usina de Tucuruí existiria se não fosse a Alcoa, a Alumar e a Albrás também.

A produção de alumínio no mundo só se faz — e sobre este assunto também, de algum modo, falou o Senador Jutahy Magalhães — com o fornecimento amplo e barato da energia. As grandes nações que têm dificuldade de energia hoje não fabricam mais alumínio. O alumínio não existe fabricado no Japão, e assim em outros países com semelhantes dificuldades.

Não estivéssemos hoje com essas usinas, com essas fábricas de alumínio e estaríamos importado alumínio, e pagando em dólar. Por conseguinte, a usina do Maranhão e a do Pará são de extrema necessidade para o País, para a economia de dólares, inclusive.

Vimos também que a ALUMAR paga a sua energia com uma diferença de apenas 10%. Ainda assim, paga cerca de 100% mais do que a ALBRÁS. Então, o subsídio não é tão vasto assim, não é tão amplo assim. Quero dizer que, se partissemos para esta solução heroica de um corte de 50% no fornecimento de energia da ALUMAR, talvez resolvéssemos a situação do Nordeste, mas seguramente provocaríamos um dano enorme, não só ao Maranhão como à própria Empresa, que seria levada à falência, ou coisa desse gênero, além da questão fundamental — a questão legal. A Empresa seguramente recorrerá à Justiça e ganharia com toda a facilidade.

São estes dados, gostaria de saber se estou certo, se V. Sª confirma o que estou dizendo.

O SR. MIGUEL NUNES — Nobre Senador, não só confirmo como agradeço a V. Exª a intervenção, porque introduz outro aspecto, o aspecto, no primeiro plano econômico, da presença da ALUMAR no Maranhão, em São Luís, e, em segundo plano, o aspecto social, também decorrente da paralisação dessa indústria no Maranhão.

Estamos aqui, na CPI da Energia Elétrica. Além dos aspectos econômicos, que são muito importantes não apenas para o Estado do Maranhão, como para o próprio País, pela receita de exportação que essas fábricas geram, eu diria a V. Exª, talvez repetindo o que o Ministro das Minas e Energia entende em relação a esses consumidores, e posso usar as palavras do Ministro, porque temos aqui presente o Diretor-Geral do DNAEE, que também é testemunha desta colocação, se fosse ele Ministro das Minas e Energia não teria assinado aqueles contratos de fornecimento de energia para essas indústrias, mas que ele também os honrará, porque, afora os aspectos da economia e os aspectos sociais locais e de interesse nacional, ainda existe o aspecto legal, o aspecto do relacionamento, de certa forma internacional, as repercussões que poderia haver no exterior sobre uma atitude totalmente drástica aplicada em cima daqueles consumidores.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Permita-me apenas, na condição do Relator, poder apontar um pouco este assunto, porque a resposta do Dr. Isidoro Lechuge mostra bem a questão.

— Não estou discutindo o aspecto legal, a lei determina. V. Sª disse uma coisa muito importante, se o Ministro Aureliano Chaves fosse Ministro na época, não teria assinado esses contratos. Por quê? Certamente porque reconhece que é prejudicial ao País, pois, se V. Exª não o reconhecesse, não diria isso, não faria essa afirmação.

Então, veja V. Sª, estamos aqui buscando exatamente essas questões. Realmente, como eu disse aqui, na nossa agenda está essa questão de aspectos legais, mas vamos discutir esta questão com outros depoentes que virão aqui. E gostaria até de pedir ao Presidente para colocar na pauta dos nossos próximos convidados o nome do Presidente dessa Associação das grandes empresas de consumo de energia, como também o Dr. Carrara, que é o Presidente da Comissão de Racionamento de Energia.

Peço a V. Exª, Sr. Presidente, coloque esses dois nomes como os próximos depoentes, após a vinda do Presidente da ELETROBRÁS.

Não estou aqui procurando trocar essa questão do fornecimento, porque até propostas, como disse o Senador Edison Lobão, foram apresentadas pelos empresários do Nordeste, que o Governo chegasse a pagar à ALUMAR pelos prejuízos que teria com a economia do fornecimento de energia, e isso daí acabaria sendo mais benéfico para o País, principalmente para a Região do Nordeste, do que a manutenção desse fornecimento de energia nesse período de racionamento.

Há vários tipos de propostas e estamos aqui exatamente buscando aquilo que seria mais interessante para o País e, principalmente, prevendo o futuro, não apenas buscando as causas, mas procurando ver os efeitos e as medidas necessárias para evitar que isso se repita.

Será que nessas questões sociais, como V. Sª falou, não teríamos de pensar também se para o País seria mais conveniente uma indústria em que cada emprego sai por uma base de 200 mil dólares, quando no Nordeste estamos precisando de um aproveitamento intensivo de mão-de-obra, de um maior número de empregos com um custo muito menor? Uma das divergências que existe em várias discussões é que não houve essa preocupação da industrialização no Nordeste, com o aproveitamento de um maior número de empregos.

Então, teríamos de, no desenrolar desses trabalhos — e aí já foge um pouco do sentido desta Comissão — discutir essas questões sociais. Logicamente tenho o maior apreço pelo Maranhão, principalmente pelo Senador Edison Lobão, mas se S. Exª disse "o Maranhão perderia 20% de ICM", se essa decisão de cortar 50% da energia da ALUMAR viesse realmente acabar com o racionamento da energia do Nordeste, seria bom realmente acabar. O prejuízo do Maranhão seria benéfico para o País, porque o Nordeste está perdendo muitos recursos de ICM por causa do racionamento, e talvez esses recursos de ICM do Nordeste ultrapassem o prejuízo que o Maranhão teria. S.

Exª disse que isso está protegido por um contrato que tem que ser cumprido, e não podemos aqui estar desejando o descumprimento deste contrato. Estamos procurando ver o que é benéfico para o País.

Então, essas questões todas poderemos abordar em outras ocasiões. Tanto que estamos aqui — nem os depoentes são réus, são aqui depoentes, nem a ALUMAR também está aqui na condição de ré — estamos aqui apenas buscando a verdade, buscando aquilo que seja melhor para o País.

O SR. MIGUEL NUNES — Sr. Presidente, V. Exª me permite só uma palavra?

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Tem a palavra o Dr. Miguel Nunes.

O SR. MIGUEL NUNES — Eu me sinto no dever de fazer um esclarecimento adicional e me arriscar a interpretar as palavras do Ministro Aureliano Chaves em relação ao que me referi aqui anteriormente, e faço isto porque baseado no tema que era discutido, naquele momento, em relação à ALUMAR, e posso dizer a V. Ex^a que o Ministro, naquela ocasião, se referia a uma posição de não assinatura desses contratos com a ALUMAR, mas também que os honrará, quando ele se referia à drenagem de recursos que esses contratos ocasionam para o setor elétrico, porque, como disse, o setor elétrico não tem compensação pelos descontos especiais que são dados para esses contratos.

Faço esta ressalva, para que não haja um entendimento, de uma forma geral, de que os contratos são nocivos, como um todo, para o próprio País. O Ministro Aureliano Chaves, naquele momento, se referia aos aspectos nocivos que eles produzem para o setor elétrico.

Era só o esclarecimento adicional que desejava prestar.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Srs. Senadores, Dr. Miguel Nunes — Presidente da Eletronorte, Dr. José Carlos Aleluia — Presidente da Chesf, registro e agradeço a presença do Dr. Getúlio Lamartine, Diretor-Geral do DNAE, dos Srs. dirigentes da Chesf e da Eletronorte, que comparecem a esta reunião no intuito, também, de dar a sua contribuição às investigações que aqui são feitas e, a par de agradecer a valiosíssima contribuição que para aqui foi trazida, aos Presidentes da Chesf e da Eletronorte, faço ainda uma constatação, que não nos cabe neste momento ainda, de que está ficando cada vez mais transparente, mais claro que o racionamento que hoje ocorre na Região Nordeste é fruto da imprevidência, é fruto da alocação de recursos em tempo hábil, o que não houve, e digo isto por uma razão muito simples, até para repetir as palavras do Dr. José Carlos Aleluia, quando mencionou que em 1979 as obras da Itaparica foram tocadas pela administração direta.

Todos sabemos que a Chesf não é empreiteira de obras, e, se ela assim o fez, foi para evitar o desgaste político de ver uma obra de tal envergadura paralisada. Faltou dinheiro, efetivamente, para que se executasse a obra em tempo hábil. Evidentemente, muitas questões vão ser levantadas, de modo a que este Plenário possa fazer um juízo de valor mais aprofundado.

Agradeço ao Dr. Miguel Nunes, ao Dr. José Carlos Aleluia a contribuição efetiva que puderam dar, uma contribuição muito forte para a avaliação de causas e conseqüências do racionamento.

Há um fato relevante que faz parte do nosso trabalho e que, aqui, apenas de raspão foi abordado.

É a questão da irrigação, um programa de governo que objetiva trabalhar 1 milhão de hectares de terra, e aqui se questionou de onde viria esta água; talvez se subtraíssem 18% das águas que correm no leito do rio São Francisco para viabilizar esse projeto de 1 milhão de hectares, talvez se considerasse que esse milhão de hectares viessem a ser irrigados integralmente nas margens do São Francisco, quando esse não é o objetivo.

Sabemos que 1 milhão de hectares têm que ser irrigados em todo o Nordeste onde houver água. Aí por via de conseqüência, surge a grande questão que deve ser objeto de estudos e de indagações por parte desta CPI: quanto vai se consumir de energia elétrica para viabilizar 1 milhão de hectares irrigados? É fácil de se fazer a conta na malha grossa. Um milhão de hectares divididos em módulos de 10 hectares, Sr. Relator, Srs. Senadores, produziriam 100 mil módulos de 10 hectares viabilizados à irrigação. Não se irrigam 10 hectares com menos de 25 kW instalados, o que vale dizer que, para se implantar a irrigação em 1 milhão de hectares, haveria necessidade de se gerar, a mais, 2 milhões e 500 mil kW, o que significa Itaparica na sua primeira e na sua segunda etapas — a primeira etapa é de 1 milhão de kW, na completação mais 1 milhão, perfazendo um total de 2 milhões e meio. E esse é um programa que o Governo quer levar a efeito, até empregar 1 milhão e meio de nordestinos. Aí, sim, é uma questão social proeminente, que tem que ser analisada com responsabilidade e com pragmatismo.

Digo isto porque está programado pela Presidência a convocação dos Presidentes da Eletrobrás e da Codevasf, que virão nesta próxima semana, para nos trazer as explicações necessárias sobre esta questão que é fundamental, não como causa ou como conseqüência, mas como responsabilidade de o Governo anunciar uma meta que precisa ser feita e necessita de instrumentos para a sua consecução.

Dito isto, mais uma vez agradeço ao Dr. José Carlos Aleluia, que nos trouxe aqui a sua lúcida explanação, ao Dr. Miguel Nunes, Presidente da Eletronorte, que enriqueceu esta CPI, ao Sr. Diretor-Geral do DNAE, o Dr. Getúlio Lamartine, aos dirigentes da Chesf e da Eletronorte.

Convoco duas novas reuniões para as próximas quinta e sexta-feiras, a fim de ouvirmos os Presidentes da Codevasf e da Eletronorte.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

4ª REUNIÃO, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1987

Às quinze horas do dia onze de junho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito criada através da Resolução nº 08, de 1987, destinada a investigar o racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presentes os Senadores Jutahy Magalhães, Relator, Antônio Farias e José Agripino. Abertos os trabalhos, o Senador José Agripino, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida é dada como aprovada. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Senhor Mário Penna Bhering, Presidente da Eletrobrás, que tece considerações quanto ao futuro do Nordeste, no tocante ao problema de energia, através de transparências apresentadas. Prosseguindo, usa da palavra o Senhor Jurandir Picanço, Coordenador de Eletrificação do Proine, que elaborou e apresentou um relatório, procurando ser abrangente em todos os aspectos do programa de irrigação que se relacionam com o setor elétrico.

Na fase interpelatória, usam da palavra os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Relator, Antônio Farias e José Agripino. Nada mais havendo a tratar, encerra-se reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, tão logo traduzidas e revisadas serão publicadas, em anexo, à presente Ata.

ANEXO À ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR AS CAUSAS DO RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E A POLÍTICA PARA O SETOR ELÉTRICO, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1987, A FIM DE OUVIR OS DEPOIMENTOS DOS SENHORES MÁRIO PENNA BHERING E JURANDIR PICANÇO, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE DA ELETROBRÁS E COORDENADOR DE ELETRIFICAÇÃO DO PROINE, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE:

Presidente: Senador **José Agripino**
Relator: Senador **Jutahy Magalhães**
(Íntegra do Apanhamento Taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Dr. Mário Bhering Presidente da Eletrobrás, Dr. Jurandir Picanço Júnior, Coordenador do Proine, meus senhores.

Dando prosseguimento à nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga as causas do racionamento da energia elétrica, vamos ouvir hoje o depoimento do Presidente da Eletrobrás e do Coordenador de Eletrificação do Proine.

Antes de passar a palavra ao Dr. Mário Penna Bhering, eu gostaria de dizer a V. S^a que por aqui já passaram, prestando depoimentos, o Sr. Superintendente da Sudene e os Srs. Presidente da Eletronorte e da Chesf, que tiveram a oportunidade de pintar o quadro da região; pelo ponto de vista sócio-econômico, e puderam prestar informações relativas ao Plano Energético do Nordeste, do andamento de obras. Mas uma questão merece ser abordada em profundidade, independente da exposição que V. S^a fará e pediria que se fizesse. Seria o quadro financeiro, o quadro de fontes e usos dos recursos que estariam previstos ou alcançáveis, para viabilização dos empreendimentos que se tem em vista, tanto na Região Nordeste como na Região Norte.

Quando encerramos a última reunião, tivemos oportunidade de fazer algumas constatações, por exemplo, que o quadro de racionamento que hoje existe no Nordeste deve-se, fundamentalmente, a prazo, na construção de Xingó e na conclusão de Itaparica, de verificar fatos que, evidentemente, estão correndo em função de indisponibilidades financeiras. De modo que, eu gostaria, se lhe fosse possível, de que o Sr. prestasse a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o maior volume possível de informações, no que diz respeito ao equacionamento financeiro ou à previsão financeira, para a execução das obras que estão previstas dentro do Plano Energético Nacional, e que tem conexão direta com a questão que estamos procurando identificar, averiguar e constatar, que é a questão do racionamento da energia elétrica no Nordeste e no Brasil.

Dito isto, tenho a honra de conceder a palavra ao Dr. Mário Bhering, para a sua exposição.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Com a palavra o eminente Relator, Jutahy Magalhães.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Eu queria primeiro fazer uma manifestação, a respeito da nossa reunião de hoje e solicitar aos participantes, aos depoentes e àqueles que acompanharam os depoentes apresentando desculpa, em primeiro lugar, em meu nome pessoal, porque contra meus hábitos, cheguei atrasado hoje, mas isso em razão de ter sido convidado para uma reunião às 2 horas da tarde com o Relator da minha Comissão. Infelizmente, o Relator só pôde chegar lá às 2:55 horas, então tive pelo menos que atendê-lo durante uns 10 a 15 minutos, para poder ouvir da residência dele até aqui. Quero dizer que muitos dos nossos companheiros não estão presentes, hoje, em maior número, porque várias são as reuniões que estão se repetindo durante o dia todo, nas Comissões Temáticas e, também, na reunião da Bancada do PMDB, que está aí ao lado para tratar de assuntos da maior importância para os Senadores. Eram estas explicações que eu queria dar a V. S^{as} e também ao nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Só para esclarecer, desejaria dizer ao Dr. Mário Bhering e ao Dr. Jurandir Picanço que, pelo Regimento Interno das Comissões Parlamentares de Inquérito, as reuniões só podem ocorrer com as presenças do Presidente e do relator, o que acontece.

Concedo a palavra, portanto, ao Dr. Mário Bhering.

O SR. MÁRIO BHERING — Sr. Presidente, Srs. Senadores, prezados colegas.

Eu também devo pedir excusas, porque eu deveria ter feito este depoimento há uma semana, mas eu estava fora do País justamente numa negociação para obter mais recursos para o setor elétrico. E essa negociação com o Banco Mundial continua, e eu vou ter oportunidade de mencionar na parte de recursos, e acho importantíssimo que os Senadores compreendam quais são as nossas dificuldades, e vou mesmo pedir o auxílio dos Srs., porque, como vão ver, o setor elétrico, dentro da situação brasileira está atravessando uma crise muito séria.

Preparei algumas notas, que eu vou deixar com os Srs. e que resumem o que eu vou falar. E vou projetar quatro transparências que ilustram esta minha palestra. Nós podemos então começar.

Não sei se os Srs. sabem, eu deixei a Eletrobrás mais ou menos por aqui, deixei o setor elétrico numa situação boa. Eu não esperava realmente voltar para a Eletrobrás. E isso aconteceu por um convite do meu saudoso amigo Tancredo Neves.

Logo que entrei, nós fizemos um primeiro levantamento da situação do setor que me parecia muito complicado. Nesse período de 75 a 85 — os Srs. já viram este gráfico antes — o serviço da dívida do setor elétrico atingiu um número mil e tantos, se esse índice é 100, esse índice é 14 vezes maior. Recentemente, nós conseguimos que ele caísse um pouco. O consumo conti-

nuou a crescer, o investimento caiu e a formação de recursos internos, que são feitos pela tarifa, caiu assustadoramente e está agora, neste momento, começando a sua recuperação. Os números dessa dívida são enormes. A Eletrobrás deve, hoje, cerca de 15 bilhões de dólares, a Itaipu deve uns 3 bilhões de dólares; as companhias estaduais devem uns 6 bilhões de dólares, e a dívida do setor elétrico, hoje, é de 26 bilhões de dólares; um número muitíssimo alto.

Em parte daquele período que eu mostrei, de 80 a 86, essas são as participações regionais dos investimentos feitos no setor. O Norte consumiu 16, 21; a Região Norte, vamos dizer, principalmente a região servida pela Eletronorte, em torno de 20, 17% dos investimentos setoriais: o Nordeste cerca de 16, então o Norte mais o Nordeste: cerca de 32; o Sudeste, em torno de 36; o Sul variou em torno de 10%; o Centro-Oeste não chegou a 2%. E Itaipu que foi um projeto muito caro, econômico, vamos dizer, de grandes investimentos, usou muito dinheiro nesse período que nós estamos vendo, empregou muito dinheiro, e hoje está já caindo, porque Itaipu como obra civil está pronta. Esses números mostram a participação regional do que foi investido nesse período.

Principalmente nesse período é que ocorreram alguns atrasos significativos de obras importantes. Não só no Nordeste, como em outras áreas, mas principalmente, com os Srs. sabem, Itaparica, que foi decidida na minha gestão, em 75, e era para operar em 82. Quando eu voltei encontrei Itaparica com problemas muito sérios e com um atraso já acumulado ponderável. Como os Srs. sabem, o melhor cronograma possível de Itaparica é para 88, o ano que vem.

Encontramos também uma situação difícil, em Itaparica, dentro do reservatório, que o Dr. Aluísio deve ter explicado bem, com milhares de pessoas a serem indenizadas, que não haviam sido indenizadas no passado. Procurei me inteirar, porque as dúvidas que eu tinha eram as mesmas que os senhores têm. Procurei o Rubem Costa, que é meu amigo e perguntei: "O que aconteceu, por que Itaparica atrasou tanto?" O Rubem, que foi Presidente da Chesf durante parte desse período, me contou as agruras da sua administração, a luta que ele teve para receber recursos, e de certa maneira procurou justificar porque ele havia concentrado todos os recursos na construção da obra e não teve recurso nenhum para indenizar as trinta mil pessoas ou mais que estavam dentro do reservatório.

Desde que entramos, procuramos dar o máximo de recursos possível a Itaparica e à linha de transmissão Tucuruí-Presidente Dutra. Não tem sido fácil. Considero essas duas obras as mais importantes obras energéticas do Brasil e, talvez, junto com Xingó, deveriam ser consideradas as obras mais importantes do Governo Sarney, porque se essas obras se atrasarem mais teremos uma crise contínua no Nordeste de seríssimas consequências.

De todos os recursos que temos recebido do Fundo Nacional de Desenvolvimento, e não tem sido fácil — porque o Fundo não está regulamentado ainda — receber recursos do Fundo que é um processo penoso, entrando o próprio Fundo, o Ministério da Fazenda, o Banco de Desenvolvimento Econômico, pela própria legisla-

ção do Fundo. Desses recursos, tenho dado quase todos os recursos à Chesf e à Eletronorte. É nossa intenção não deixar essas obras atrasarem, mas quando analisarmos a situação geral econômica do setor veremos que existem sérias dúvidas quanto ao futuro.

Logo que entramos na Eletrobrás, preparamos um plano, o PRS — Plano de Recuperação Setorial. Esse plano já sofreu vários reajustes, dependendo da velocidade da inflação, dependendo do Plano Cruzado. Ele procura equacionar a recuperação setorial, visando a sair daquela taxa de remuneração, que veio caindo de 10% até 4%; para 6% em 87, 8%, 10% e 10% e ao mesmo tempo cumprir o programa de obras. Essa tabela de 1986, que está expressa em milhões de cruzados, hoje, está ultrapassada. Todos esses números são pelo menos o dobro. Vamos verificar esses números porque os valores relativos desses números têm importância. Temos uma tabela de recursos tarifários, onde os senhores vêem que para passar de 6% para 8% os recursos tarifários têm que ser ponderavelmente aumentados. Doações e auxílios temos muito pouco. Reembolso do programa nuclear, que é devido pelo Governo ao setor elétrico, pelos investimentos feitos em Angra II e III, antes da sua passagem para a Nuclebrás, recursos de capital que são principalmente os trinta bilhões do FND e outros aportes, empréstimos extra-setoriais, que são os empréstimos do Banco Mundial e do BID e de co-financiamento, os da ordem de 150, 180, mais ou menos setecentos bilhões de cruzados. Quando isso foi feito esse número representava quatro milhões de dólares, cinco milhões, seis milhões de dólares. De modo que o nosso programa, para fixar números, previa recursos que permitissem um investimento da ordem de cinco bilhões de dólares/ano, que era representado por esses números aqui, 76, 78, 85, 90, etc.

Esse quadro mostra que os recursos tarifários, embora aumentados para que se conseguisse essa rentabilidade, empatam com o serviço da dívida, que é enorme. Num determinado momento, eu contaria com recursos líquidos tarifários de 98 bilhões, para pagar um serviço da dívida de 92 bilhões; portanto, o investimento seria feito com parte desses recursos, porque este aqui mata a dívida. Eu teria que fazer todo um investimento com empréstimos extra-setoriais e recursos de capital, que no ano de 87 seriam principalmente provenientes do FND e depois de outras fontes, à medida que a tarifa fosse cobrindo e houvesse menos necessidade dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Teoricamente, esse quadro fecha. Depois veremos as obras principais e quanto desses recursos iriam para o Nordeste. Entretanto, neste momento, temos várias dúvidas quanto a esses números, que não são exatamente estes, mas é como se multiplicássemos todo esse quadro por dois. Vejamos as dúvidas.

O Banco Mundial deveria nos emprestar, de recursos próprios ao setor, cerca de um e meio bilhão de dólares, em empréstimos diretos e co-financiamento com bancos privados. Essa parte de co-financiamento com bancos privados representaria que o banco analisaria os projetos e os bancos particulares europeus, japoneses e americanos contribuiriam, no conjunto, com quase outro tanto que o banco colocasse. Devido à situa-

ção brasileira, a moratória e todos os problemas, os bancos privados, como os senhores sabem, recusaram. Isso em parte está sendo suprido, este ano, com mais recursos do FND para cobrir esse déficit causado pelo não comparecimento dos bancos particulares.

Outra coisa seriíssima que está acontecendo: os recursos tarifários dependem evidentemente das companhias concessionárias pagarem a conta. Essas companhias têm que pagar a conta de energia e os encargos e as reservas que vêm junto com a conta; algumas delas destinam-se a compensar tarifas, como a RGG e outras destinam-se a investimentos.

Gradativamente, as companhias estaduais, algumas de Estados mais ricos que outros, começaram a não pagar os recursos das reservas de reversão e a reserva de garantia. Mais recentemente algumas companhias, que estão relativamente bem, que estão com rentabilidade já próxima disso, não estão pagando o próprio faturamento. Hoje, há atrasos de faturamento enormes. Esses atrasos, dependendo se conta-se multa ou não conta-se multa, atingem já um número equivalente a uns 250 a 300 milhões de dólares. É um número assustador. E o Governo Federal, em face da conjuntura política que vivemos, não tem equacionado, no momento, como resolver esse problema. Se esse problema continuar, esse número ou o dobro desse número, que seria em moeda de hoje, vai diminuir muito, e não teremos como executar parte do programa previsto nesse PRS, que inclui a usina de Itaparica, a linha de transmissão de Tucuruí, as linhas da Chesf, linhas de Furnas etc.

Então, esse quadro, neste momento, apresenta-se problemático. Temos levado toda essa conjuntura ao Ministro Aureliano Chaves, o qual no meu entender, deve levar essa situação, o mais urgente possível, ao Presidente da República, e estamos esperando para conversar com o novo Ministro da Fazenda, tão logo ele possa nos receber, pois está atarefado com o Plano de Estabilização. O setor elétrico, neste momento, está com um problema muito sério na área financeira. Evidentemente, se esse problema não puder ser resolvido a curto prazo, vamos ter sérias consequências no futuro.

O Presidente da Eletrobrás da ocasião estará aqui numa posição parecida com a minha. Irá mostrar um quadro e dizer que, há dois anos, o setor elétrico havia feito um plano, mas não apareceram recursos etc.

Essa é uma informação que queria dar aos Srs., porque me preocupa, tenho perdido o sono, conversado com vários Ministros e neste momento em que chega uma missão do Banco Mundial — vai chegar na semana que vem — para concluir as negociações do nosso empréstimo de 1/2 bilhão de dólares, ficamos numa situação difícil para explicar até isso. Porque, realmente, ninguém pode compreender que um bem como energia elétrica, que é vital, que é produzido e consumido no mesmo instante, possa ser objeto de uma retenção indevida por empresas que estão com rentabilidade alta e são de Estados que estão numa situação relativamente melhor que o resto do Brasil.

Previsto para a Região Nordeste no PRS, na mesma taxa de câmbio, estão os 8 bilhões em

moeda da época para Itaparica; 1,6 para Pedra do Cavalo; o prosseguimento de Xingó, gastando 1,1, previsto para entrar aqui em 1993; completar Boa Esperança, que é uma obra relativamente pequena e um investimento muito alto, que é a segunda linha de 800 km que ligará Tucuruí ao Nordeste. Está previsto, mais para frente, fazer uma terceira linha.

Então, em termos de dólar, que é uma moeda que não se expressa muito bem hoje, teríamos um total de investimentos só nessas obras, porque existem outras de transmissão de subestações etc., no Nordeste, de 2,3 bilhões de dólares no período, sendo que o Norte e o Nordeste teriam 600 mais 1 bilhão e 600.

Esta outra tabela mostra-nos todos os investimentos, não apenas aqueles previstos na mesma taxa de câmbio; aqui temos investimentos estaduais, por exemplo, no Maranhão, da Cemar, os investimentos da Chesf, no Maranhão, os investimentos da Eletronorte, no Maranhão, e o total, no período, por Estado: Maranhão, Piauí, Ceará etc. Esta tabela também forneceremos aos Senhores.

O que dá, então, no total, esse número 70.116, que, no câmbio adequado daria um investimento total na área, nesse período, de 5,2 bilhões de dólares, dos quais caberia à Chesf e à Eletronorte 3,6. Então, esses são os números básicos. Esse plano prevê investir na região 5 bilhões de dólares no período, do qual caberia ao Governo Federal um investimento de mais ou menos 3 bilhões de dólares. Esse é o panorama até 1990.

A Eletrobrás está preparando um plano, que deve ser submetido ao Governo dentro de alguns dias, que estende esse horizonte muito para frente. É chamado Plano 2010, em que nós analisamos várias alternativas, custos, para abastecimento a todas as regiões do Brasil, com um horizonte muito maior. Evidentemente que todas as regiões continuarão a crescer.

E, como grande parte da hidreletricidade do Brasil está concentrada na Bacia Amazônica, uma vez que termina o aproveitamento do São Francisco, do Jequitinhonha e de outros rios localizados propriamente no Nordeste, onde estão previstas algumas usinas de porte, pela Chesf, a grande supridora de energia do Nordeste deve ser a Bacia Amazônica, onde existe um potencial disponível enorme. Naturalmente, teremos que fazer longas linhas de transmissão e teremos que decidir se começaremos com as obras menores, mas mais próximas, sobre o Tocantins, o Xingu e o Tapajós, ou se vamos fazer projetos maiores, com distância de transmissão mais longa.

Entretanto, temos um certo tempo para discutir isso. O que não temos tempo é de questionar a absoluta necessidade de não faltarem recursos para Itaparica, nem para linha de transmissão, interligação, nem para concluir Xingó, que é uma usina extremamente econômica, e nem para colocar mais máquinas em Tucuruí.

Essas obras são, no planejamento da Eletrobrás hoje, as obras mais importantes do Brasil. Só existe uma obra de igual importância que é a transmissão de Itaipu para o Sudeste. Todas as outras obras, se houver uma emergência, não deveríamos, mas estamos dispostos a atrasar, menos essas.

Agora, devo ser absolutamente franco: tenho hoje uma grande preocupação com a execução

do PRS; não sei se a sociedade brasileira e o próprio Governo, acho que os consumidores do Nordeste, os Srs. que são líderes no Nordeste podem realmente nos ajudar, porque se nós não completarmos essas obras, não vejo como poderemos continuar a abastecer, dentro de um risco razoável — tudo tem um risco — todas essas obras que são feitas para a probabilidade de que o racionamento caia do atual nível, para menos de 5%, que é o que se adota mais ou menos no mundo. Se atrasarmos essas obras teremos, vamos dizer, possibilidade de racionamento, índices de racionamento muito maiores.

Lamento ter falado com esta franqueza, mas achei que não era hora para meias medidas, e queria colocar os Srs., que estão nesta Comissão tão importante, a par da situação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Agradecendo a exposição do Dr. Mário Bhering, Presidente da Eletrobrás, consulto o Relator, Constituinte Jutahy Magalhães, bem como ao Constituinte Antonio Farias, se desejam fazer indagações neste momento ou ouvir em seguida o Coordenador de Eletrificação do PROINE, Dr. Picanço, para em seguida fazer os seus apartes do debate, com as indagações.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Presidente, eu considero que seria melhor nós fazermos como da outra vez: primeiro um depoente; faríamos novas indagações, depois passaríamos para o outro depoente.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Com a palavra, então, o Relator, Constituinte Jutahy Magalhães.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, eu quase que me absteve de fazer indagações ao Dr. Mário Bhering pela franqueza com que ele utilizou o seu depoimento e as preocupações que demonstrou quanto ao futuro do problema de energia do Nordeste.

Logicamente que, como técnico competente que é, ele tem o plano já pré-estabelecido de como evitar o mal maior, mas ele está sentindo a dificuldade de obter os recursos necessários para a execução das obras que são da maior importância para a Região Nordeste e para o Brasil como um todo.

Mas, a minha obrigação aqui é procurar algumas informações a mais a respeito do assunto, e inicialmente eu perguntaria a S. Sr. se a Eletrobrás já foi utilizada como captadora de recursos para fins de fechamento de balanço de pagamentos? Em caso afirmativo, quais os custos financeiros advindos dessa captação? Por que que a Eletrobrás foi utilizada para esse fim, e quem é que está amortizando essa dívida?

O SR. MÁRIO BHERING — O Senador sabe que houve uma fase em que aquela dívida subiu assustadoramente, e que o Governo, principalmente o Governo passado, usou os projetos do setor elétrico para compras de equipamentos ligadas a operações casadas para resolver o problema próprio dele, Governo.

Muitas dessas negociações foram referentes à compra de máquinas em Itaparica e Timbó, os recursos casados que foram obtidos àquela época, o Governo utilizou a moeda estrangeira para cobrir as suas necessidades, emitiu moeda nacio-

nal e entregou esses recursos a Eletrobrás que repassou a Chesf, a outras empresas. Com a alta dos juros, algumas dessas negociações foram feitas a 6,7%, depois os juros foram longe, e a dívida aumentou assustadoramente. Então houve realmente isso e uma parte desse plano de recuperação consiste em o Governõ absorver algumas dessas dívidas em troca de capitalização na Eletrobrás. Isso que tem sido feito e faz parte dessa recuperação, é que permitiu começar a cair a dívida, aumentar a nossa capitalização. E desde que nós entramos na Eletrobrás, de comum acordo com o Ministro Aureliano Chaves e o Governõ, não fizemos mais nenhum pacote, não compramos mais nada que não tenha sido com concorrência, o que não era propriamente à prática anterior.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Na opinião de V. S^a isso daí levou a Eletrobrás a que quantidade mais ou menos de testes, em termos de milhões de dólares? Quanto deixou de ser empregado no setor energético especificamente, em decorrência desses recursos que foram obtidos para o setor de energia mas que lá não chegaram?

O SR. MÁRIO BHERING — Não Senador; o que houve foi o seguinte: os recursos referentes à Conta das máquinas, vamos dizer, esses recursos viraram equipamentos e compraram as turbinas de Itaparica, subestações para a Chesf, usinas térmicas no sul, então esses equipamentos entraram dentro da Eletrobrás. Agora, a Eletrobrás não tomou empréstimos em cruzados que tenham sido desviados pelo Governõ. O que o Governõ ficou foi com os dólares casados na operação, entregando cruzados à Eletrobrás, o que resultou disso foi, vamos dizer, de certo modo, na parte de equipamentos haver uma antecipação de dívida, isso foi o que houve.

Como o Governõ estava muito apertado, com o balanço de pagamentos do Governõ passado, ele comprou turbinas, geradores, turbinas a vapor e outras coisas antes da hora, vamos dizer, e essa é uma dívida da Eletrobrás e das suas subsidiárias. Isso é que ocorreu.

Então, a quanto monta isso que foi comprado antes? Isso monta a cerca de uns US\$ 2 bilhões, o que representou realmente de encargo a mais foi o juro que foi pago sobre isso a mais sobre esse equipamento.

O Governõ não mandou a ELETROBRÁS tomar recursos no exterior e depois ficar responsável, vamos dizer, propriamente pela dívida, ele comprou máquinas antes, recebeu dólares, emitiu cruzados e entregou na hora à Eletrobrás e ficou com os dólares para ele. Foi isso que foi feito, durante muitos anos nesse período passado. Não está mais sendo feito isso, agora, porque todos os recursos que nós estamos tomando hoje provêm basicamente do Banco Mundial e do BID que emprestam a quinze anos a juros razoáveis, em algumas operações casadas, vamos dizer, com a área socialista em que se troca equipamento por produtos brasileiros. Quer dizer, não há mais esse tipo de negociação hoje.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Estamos aqui, já com outros depoimentos, procurando encontrar as razões que levaram o Nordeste a essa situação de racionamento atual. E pelos depoimentos anteriores, estamos chegando a uma conclusão praticamente a mesma que V. S^a

apresenta, de que a partir de um determinado momento que estaria fixado mais ou menos no início do Governõ anterior, com esses recursos obtidos no exterior e de compras antecipadas de material, de máquinas, como por exemplo em Xingó, parece que já estão compradas as máquinas, que ainda não foram fabricadas, mas, certamente está se pagando alguma coisa por isso, inclusive juros, então, esse déficit, esse prejuízo que a Eletrobrás teve, nesse período, representa a dificuldade de poder fazer a implantação das obras que se faziam necessárias para a região Nordeste e para essa linha de produção de Tucuruí a Presidente Dutra.

Nós estamos chegando mais ou menos a idéia de colocar, nesse período — não digo o início dos nossos problemas — mas talvez a parte principal dos nossos problemas, para a conclusão de obras importantes como Itaparica, principalmente, que está atrasada e fazendo muita falta nessa hora.

V. S^a fala por exemplo num déficit para a Eletrobrás de aproximadamente dois bilhões, com esses empréstimos que foram tomados, e ao mesmo tempo mostra que, se no Nordeste nós tivéssemos feito aplicação de US\$ 2,3 bilhões, nós poderíamos ter construído essas usinas que estão fazendo tanta falta lá.

V. S^a coloca mais ou menos, no meu ponto de vista, e por isso eu estou insistindo nisso, se houver equívoco da minha parte na interpretação, V. S^a me corrigirá, mas V. S^a está colocando mais ou menos nesse período como sendo a fonte principal dos nossos problemas.

O SR. MÁRIO BHERING — Eu concordo que a fonte principal dos nossos problemas foi durante esse período, mas não foi exatamente US\$ 2 bilhões, US\$ 2 bilhões representou a compra de muitos equipamentos para o Nordeste, para o Sudeste que foram feitos por esse regime casado.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — O prejuízo em si, qual seria?

O SR. MÁRIO BHERING — Ah! Muito menos do que isto, porque foram realmente os juros durante esse período.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Os juros.

O SR. MÁRIO BHERING — Vamos dizer que fosse no máximo a décima parte desse número. Agora, o que houve, realmente danos foi o seguinte: nesse período, a idéia era de segurar a tarifa — fazer aquilo que está aí — e tomar dinheiro lá fora, porque os juros estavam baixos. Então, vários setores, não só o nosso, como a Siderbrás e outras, foram levados a se endividar mais do que deveriam; e a manter os preços do aço e o preço da energia elétrica baixo. É o que aquelas curvas mostram. Então, é necessário, neste momento, fazer o seguinte: reajustar o preço da tarifa e tomar empréstimo muito mais extenso. E o Governõ — reconhecendo que eu fiz tudo isso, o Governõ atual, o nosso Governõ fez tudo isso — diz que iremos pegar parte dessa dívida e capitalizar. O PRS é feito em torno disso. Agora o que o PRS não tem jeito de prever é se as companhias estaduais que arrecadam o dinheiro não pagam as companhias federais. Aí, esta é uma parte muito séria que está se caracterizando de

uns três a quatro meses para cá, embora ela já existisse em menor escala, mas de uns quatro meses para cá está muito preocupante.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Um dado que tem me preocupado, assim como leigo, quando eu vejo esses números às vezes me espanto, é que V. S^a fala em investimento Norte-Nordeste de 2 bilhões e 300 milhões de dólares. No entanto, existe a informação de que nós temos no setor de energia uma energia subsidiada no valor aproximado de 3 bilhões de dólares anuais. Isto daí não representa uma certa distorção da política energética?

O SR. MÁRIO BHERING — Já existiam vários subsídios no Brasil; houve uma fase em que o Governõ achou que tinha energia demais. Então, instituiu-se uma tarifa chamada EGTD, principalmente no Sul; essa tarifa dava energia de graça; praticamente ela dava 80% de desconto às indústrias que parassem de produzir, de queimar petróleo e passassem para a energia elétrica. Na realidade, aquela era uma situação conjuntural extremamente de período curto. Vamos dizer, o crescimento da carga tinha diminuído devido à situação econômica, e tinha chovido muito. Bastou um ano seco, feito esse que nós estamos tendo, principalmente no Nordeste, com a retomada do desenvolvimento, para se ver que o setor elétrico não tinha essas reservas; então a EGTD foi suprimida.

Outro caso de tarifa muito baixa é a tarifa da Albrás, do alumínio, que realmente é uma tarifa muito subsidiada. Esse é um contrato que foi feito, que está em vigor, que foi negociado, principalmente, pela empresa brasileira que participa mais nesse setor que é a Vale do Rio Doce. Esse é um problema complicado; acredito que o Dr. Miguel tenha conversado sobre o assunto. A indústria de alumínio no mundo quase toda tem tarifa subsidiada; a Venezuela subsidia, o Canadá, os Estados Unidos etc. Então, é difícil competir no mundo sem tarifas subsidiadas. Agora, se o subsídio deva ser todo jogado em cima do setor elétrico é outro assunto. É o contrato que existe foi feito nessa pressuposição: que o setor elétrico arcaisse com o subsídio total, o que acho altamente injusto.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Mas não é apenas um subsídio pela parte do alumínio que existe neste setor; existem vários outros tipos de subsídios.

O SR. MÁRIO BHERING — Existem outros subsídios. Nós estamos acabando com o subsídio; praticamente acabamos com o subsídio dessa energia térmica interruptível junto com as empresas e sob a supervisão do Dinai, e isso praticamente acabou tudo. Praticamente acabou tudo! E temos tarifas relativamente baixas para consumidores tipo ferro-liga e produtores de cloro e eletroquímica. Agora, o que realmente tem uma tarifa especial, o único que realmente tem uma tarifa especial tenho a impressão que seja a Albrás. Não sei se há outro; Miguel, tem alguma tarifa desse tipo?

O SR. MIGUEL NUNES — Não tem. Apenas a Albrás. Hoje, no máximo, ela tem uma tarifa da classe, com um desconto de 10%...

O SR. MÁRIO BHERING — O que é um pequeno desconto. Agora, a Albrás tem uma tarifa que é menor...

O SR. MIGUEL NUNES — Vinculada aos preços internacionais do alumínio.

O SR. MÁRIO BHERING — Pois é; mas ela é, digamos, a metade da tarifa?

O SR. MIGUEL NUNES — Dez e meio.

O SR. MÁRIO BHERING — Dez e meio em mil?

O SR. MIGUEL NUNES — Dez e meio em mil.

O SR. MÁRIO BHERING — Muito pouco.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Mas esse dado estaria correto, quer dizer, nos termos do subsídio, 3 bilhões de dólares?

O SR. MÁRIO BHERING — Três bilhões?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Três bilhões de dólares.

O SR. MÁRIO BHERING — Não. Acho que a Eletronorte podia fazer uma conta de quanto é o subsídio do alumínio, mas acho que não dará isso. Quanto dá esse subsídio?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Não estou falando só de alumínio, estou falando do total.

O SR. MÁRIO BHERING — Só o Dinai é que pode responder a isso.

O SR. MIGUEL NUNES — (Fora do microfone.)

O SR. MÁRIO BHERING — Tem isso 3 bilhões?

O SR. MIGUEL NUNES — Bem, na realidade, existem várias tarifas que estão... (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. MÁRIO BHERING — Ah! Está somando tudo.

O SR. MIGUEL NUNES — (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. MÁRIO BHERING — O setor deveria arcar para 10% de remuneração?

O SR. MIGUEL NUNES — (Intervenção inaudível. Fora do microfone.)

O SR. MÁRIO BHERING — É verdade, mas esse total é um número um pouco teórico. Porque precisava que o setor todo estivesse com os 10%, e com todas as tarifas, sem subsídio. Ao invés, tem tarifas sociais, que não sei se o Governo irá querer acabar com o subsídio total, além das industriais.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — O fato é a necessidade de minimizar o racionamento, em que poderão ser gastos 1 milhão de dólares, diariamente, apenas para consumo de combustível as unidades de geração térmicas. Caso esses gastos se prolonguem por cerca de nove meses, o montante desses custos seria o equivalente ao total de recursos necessários à conclusão da linha Tucuruí—Presidente Dutra, o que evitaria o racionamento. Por que esses investimentos não foram realizados no passado para se evitar duplicidade de gastos?

O SR. MÁRIO BHERING — Bom; esse é o problema que eu expliquei. Não houve recurso, isso não aconteceu só no Nordeste — aconteceu no Sudeste também. Tivemos que rodar térmicas que estavam muitas delas paradas. A CHESF teve que recuperar algumas térmicas que estavam paradas já há dez anos. E realmente é um contrassenso se você tiver obras hidrelétricas no prazo, não teria nuca que fazer isso, não? Embora todo o sistema puramente hidráulico tenha uma certa capacidade térmica justamente para isso por mais que se faça barragens grandes, que regularize o rio, sempre existe um certo risco de que, do ponto de vista hidráulico, venha-se a enfrentar uma situação desse tipo. Então essas térmicas, eventualmente, sempre alteram, agora, o custo da energia térmica queimando óleo, realmente muitas vezes mais, do que a hidráulica; além disso queima um produto que é em parte importado. Quer dizer, tem todas as desvantagens. Tanto que tão logo entraram as linhas de Itaipu e as máquinas de Itaipu, nós paramos todas as térmicas do Sudeste. Gostaria de poder parar todas as térmicas da área da CHESF, mas infelizmente não é possível. Nós já estamos com Itaparica atrasada de 82 para 87, cinco anos de atraso. Isso é uma coisa trágica.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Realmente, nós não tivemos recursos para fazer essa linha de transmissão. Agora teremos que ter o dobro desses recursos. E nós temos?

O SR. MÁRIO BHERING — Isso faz parte do programa global do PRS. Nós só teremos esses recursos totais se, além dos recursos tarifários e o empréstimo do Banco Mundial, as companhias estaduais suspenderem essa prática lamentável, porque nada pode cobrir uma falta de faturamento. É como se a Siderbrás vendesse toda a sua produção e não recebesse mais nada. Então, como se ouviu, o número proveniente do recurso da tarifa é o número principal. Um investimento de 5 bilhões de dólares/ano; o número que vem da tarifa é da ordem de 5 bilhões, portanto, se não tivermos o recurso aquilo não fechará.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Na reunião passada, eu já fiz essa indagação, mas o assunto foi jogado um pouco para ser respondido quando V. Sr. estivesse aqui. Os potenciais hidrelétricos do norte do País que estão concentrados, basicamente, nas bacias Tocantins, Xingu, Tapajós, Madeira. Fala-se em um aproveitamento do potencial do Xingu para um futuro suprimento da região sudeste, o que poderia criar posteriores dificuldades para a região Nordeste, que é sabidamente um pequeno potencial hidrelétrico. Não poderia o potencial de Tocantins e de Xingu ficar para o Nordeste, enquanto Madeira e Tapajós seriam desviados para o Sudeste, em relação a isso, e dentro de um projeto que a Eletrobrás já está pensando para o ano 2010, 2015. Nesta projeção, já estaria estabelecido um plano a respeito do aproveitamento dessas bacias para que região?

O SR. MÁRIO BHERING — Existe alguns estudos, embora não exista uma decisão. Parece lógico que o Brasil, nessa época, terá um amplo sistema interligado, desde o Norte até o Sul, com troncos de transição enormes, maiores do que Itaipu, com 1.500 km de algumas linhas, transmitindo a energia dos afluentes da margem direita

do Amazonas. É mais lógico que os rios que estão mais a oeste se destinem ao sudeste e ao sul, e os que estão mais a leste, mais próximos da costa, se destinem ao nordeste, inclusive a transmissão é muito mais curta.

Embora tenhamos submetido uma proposta ao Governo e aos órgãos financiadores, sobre a sequência dessas obras, ainda existiu algumas dúvidas, muito embora uma grande parte dos recursos do Tocantins e, talvez, também do Xingu vão fluir para o Nordeste. Não existem muitas outras alternativas, a não ser que se faça usina nuclear na costa do Nordeste, que é a única outra alternativa. Hoje, depois de Chernobyl, existem dúvidas e reações muito grandes quanto a uma solução desse tipo.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Então, numa projeção da Eletrobrás, a preferência seria de Xingu para o Nordeste?

O SR. MÁRIO BHERING — Tocantins e talvez o Xingu para o Nordeste, porque é mais perto.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sobre Xingó e Itaparica nós teríamos aqui várias questões a apresentar, mas V. Sr. já respondeu praticamente a toda a questão de recursos, já demonstrando o perigo para a região se esses recursos não forem alocados para a execução dessas obras. Mas, também na reunião passada, com o Dr. Aleluia, fizemos uma pergunta específica sobre a possibilidade do aproveitamento do resíduo asfáltico da refinaria Landulfo Alves, e a informação é de que a Coioba tem alguns estudos. Eu perguntaria: a Eletrobrás tem algum plano para realizar esse trabalho em conjunto com a Petrobrás?

O SR. MÁRIO BHERING — Temos discutido muito sobre isso com a Petrobrás e as companhias estaduais têm discutido bastante também, tanto a Colômbia, como a CHESF, como a CEMIG, em todos os lugares em que existem refinarias. Existem certos problemas complicados que só uma fixação a longo prazo, quer dizer, se ele será disponível e quanto ele custará; e, nesse momento, até onde eu sabia, não existe nenhuma decisão de usina térmica grande, a óleo pesado, em lugar nenhum do Brasil. Todo mundo continua considerando o assunto, mas ainda em expectativa. Não sei se existe alguma decidida, porque ele é um óleo muito denso, tem que ser esquentado o tempo todo, senão ele vira piche. Não é uma solução muito encorajadora. Além do alto problema de poluição que ele poderá trazer.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Em matéria de empreendimento "encorajador", foram destinados recursos do setor para a construção do programa nuclear. Quais os benefícios econômicos e sociais advindos desse projeto? Caso esses recursos tivessem sido destinados ao setor de energia, não poderíamos, mais ou menos, ter evitado a questão do racionamento?

O SR. MÁRIO BHERING — Eu acredito que sim, porque se gastou muito dinheiro nessas nucleares, nesse período e até o período anterior. Essas nucleares estão muito atrasadas. Não sei se o Senado sabe que o plano foi revisto. Das 8 usinas, serão construídas apenas 2, agora, talvez haja até dúvida se serão construídas duas ou só uma; a outra usina ficou para um horizonte muito mais remoto.

Foi, realmente, uma decisão complicada e a organização de uma empresa para fazer a energia nuclear separada da Eletrobrás é debatível, e esses recursos, realmente, fizeram falta no setor.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Tenho em meu poder um recorde sobre o simpósio, realizado em Salvador, a respeito do problema de energia e racionamento do Nordeste. Tem uma declaração do Dr. Paulo Richey que achei interessante. Diz o Dr. Paulo: "Se ele pode fixar a tarifa, a lei diz que é o mínimo de 10%, e ele dá 3; é sinal que o Governo não atua, na realidade, para que o setor elétrico sobreviva. Então, inventaram o modelo no Brasil que, realmente, é um primor de ineficiência. Captar recursos do exterior a 15%, em média de custo, investir no setor elétrico, considerar que o juro internacional é 10% e, depois, remunerar esse investimento a 4%".

É a realidade total do que está acontecendo.

Sr. Presidente, o quadro está aí. Eu fico até sem ter o que perguntar. Erros graves, cometidos, fala-se em remuneração do capital da energia de 10%. Temos um sistema de equalização de tarifas com problemas de uma revisão de custos nas companhias estaduais, para poder uma acudir a outra e ficarem todas na média global do País, uma espécie de fazer com que haja um benefício para aquelas que não se preocupam tanto em ter um maior lucro, mas melhores condições de utilização de recurso para investimento, falta de pagamento, como disse o Dr. Mário Bhering, por parte de algumas companhias, que maior lucro têm, de repassar esses custos. Vemos que o País está pagando o serviço da dívida, do setor muito alto; estamos pagando juros elevados que não permitem a remuneração real das nossas tarifas para investimento, tudo isso leva a que haja falta de recurso para investir no setor, e os resultados estão aí.

O que é que se poderia dizer sobre isso? Está todo quadro pintado, o quadro está feito e o que houve foi isto: está-se procurando fazer uma recuperação do setor. Não há muita esperança de que se consiga os recursos necessários para se fazer a aplicação que temos visto que é primordial para que o Nordeste não sofra mais do que tem sofrido no momento, e mais do que o Nordeste, todas as regiões do País.

Então, fico aqui sem saber mais o que dizer, sem saber mais o que perguntar, porque o quadro foi pintado e as conclusões, quais serão? Não chegamos ainda a fixar bem exclusivamente porque sempre estamos encontrando opiniões que respeito, porque não quero também forçar que se diga aqui o que não se quer dizer, o que não podemos pegar 100%. Mas estamos chegando a fixar mais ou menos o prazo em que os erros foram maiores, e estamos vendo, com surpresa, que esses prazos estão apontando para um período em que os dirigentes de hoje são os mesmos. Então temos que ver como chegar a uma situação do porquê que esses fatos ocorreram, sem uma reação maior para aqueles que estavam cientes e conscientes e com a responsabilidade da direção do setor, e porque nada foi feito a tempo, para se tentar evitar isso que aí está, e todos estamos vendo que estão todos aqui repetindo, considerando que realmente as falhas foram as mesmas apontadas depois que estão aqui. Por isso, ainda vamos mais em busca das responsabili-

dades; porque acho que o papel aqui da CPI não é apenas ver o que se pode fazer para o futuro, mas também de buscar os responsáveis pelos acontecimentos atuais e apontá-los para a opinião pública, porque mais do que isso não sei se seria possível.

Apenas para uma indagação final ao Dr. Mário Bhering, pergunto a V. Sª se estamos no setor energético como um todo, preocupados com o problema de falta de energia, de falta, portanto, de energia hidráulica, se estamos com algum projeto que, tecnicamente, sabemos que as fontes alternativas de energia são viáveis, energia solar, energia eólica, energia de biomassa, todas essas são viáveis, tecnicamente, mas se temos algum projeto para juntar essa fonte alternativa de energia àquela fonte normal de hidrelétrica que hoje serve praticamente ao Brasil?

O SR. MÁRIO BHERING — Sr. Senador, existem vários projetos de menor monta nessa área, muitos deles a cargo de companhias estaduais; projeto grande, para resolver esse tipo de problema não existe, no nosso entender, viabilidade econômica. Existe viabilidade, como V. Exª disse, de se fazer uma usina de maremotriz, um sistema de espelho de captação, um sistema de células solares, tudo isso, mas não para tampar um déficit desse que se caracterizou aí de 500 mil quilowatts; 1 milhão de quilowatts, não existe; basicamente esse plano futuro vai ser calcado em hidrelétrica, com algumas térmicas a carvão, basicamente, é isso que estamos recomendando.

Houve uma esperança muito grande no passado, quando se decidiu o programa nuclear, mas repensando o problema nuclear, hoje, em termos de Chernobyl, vemos que muitos países, inclusive o nosso, países até mais avançados, embarcaram nessa solução e hoje estão arrependidos.

Então, creio que para os próximos 15 anos vamos fazer um grande programa hidrelétrico e precisamos de muitos recursos, precisamos do apoio de todos. Não vou estar mais na Eletrobrás, mas não podemos deixar de fazer essas usinas novas e essas linhas de transmissão. É impossível imaginarmos que o Brasil vai estrangular o seu crescimento econômico e o bem-estar da sua população se um setor como este começar a atrasar obras, e estamos correndo um risco grande hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Concedo a palavra ao Senador Antônio Farias.

O SR. ANTÔNIO FARIAS — Dr. Mário Bhering, queremos agradecer, secundando o Senador Jutahy Magalhães, a franqueza da exposição de V. Sª no plenário desta Comissão. Quero fazer uma indagação da ordem geral. Por que houve, que é público e notório, antecipação de compras volumosas de equipamentos no exterior, como turbinas etc., antecipando esta compra em 6, 5, 8, 10 anos e atrasando-se a obra principal, que era a barragem e até a linha de transmissão? Se os empréstimos alocados à obra, em moeda estrangeira, eram específicos para essa compra ou havia a possibilidade desses empréstimos serem revertidos para a obra principal? Pois como todos nós sabemos, inclusive eu que sou um leigo, sem a barragem não se gera energia; sem uma turbina pode-se gerar, porque se gera uma, depois compra-se a segunda, a terceira, a quarta, a quinta

etc. Porque houve esse interesse, de gestões passadas, de se antecipar muitas compras, principalmente no exterior.

O SR. MÁRIO BHERING — Eu não estava lá Senador, de modo que, esta é uma pergunta que terá de ser feita às pessoas que tomaram essas decisões. Imagino que o Brasil no desespero de equilibrar a sua balança, antes de ir ao FMI — foi naquela fase — tenha feito essas operações.

No caso de Itaparica, não é segredo de que essa obra sofreu muitas restrições de recursos por parte da Seplan. Sei e os Srs. devem saber, que o Dr. Rubens Costa levou a obra para frente, quase numa decisão pessoal, apoiado pela Chesf; e que houve denúncias e pedido ao Ministro Costa Cavalcante, a exoneração do Dr. Rubens; o Ministro Costa Cavalcante foi quem agüentou a posição do Rubens Costa. Antes disso houve um outro fato que a Chesf conhece bem, em que as máquinas de Xingó foram negociadas e se apresentou o contrato à Chesf, no tempo ainda que o Presidente era Luiz Carlos Menezes, com um sobre-custo enorme, e a Chesf analisou o sobre-custo e o rejeitou, e as máquinas foram compradas por um valor muito menor. Quer dizer, essas negociações assim, desse tipo, sem concorrência, casadas, como foram feitas, não digo que houve, mas dão margem a enormes negociações ou negociações. Então, a posição da Chesf e da Eletrobrás foi a de uma luta enorme para manter Itaparica no prazo. Essas decisões foram do Governo passado e, principalmente, da área da Seplan. Acho que se a Comissão quiser apurar isso melhor, tem que ouvir algumas das pessoas que estavam tomando essas decisões na época. A Chesf tem toda a documentação relativa a sobre-preço e toda a sua postura. O Rubens Costa, que é meu amigo pessoal e um homem honesto e direito, fez o possível para salvar Itaparica. Se ele deixou para trás esse problema do reservatório, é porque ele não teve recursos suficientes. Claro que isso veio onerar enormemente, até hoje, para tirar essas pessoas de lá. O Dr. Aelueia, aqui, deve ter explicado que é um problema social tremendo e caríssimo. Estamos contando com todo o apoio do Banco Mundial para isso. Mas, é um dos problemas principais se formos encher o reservatório, agora, no início do ano que vem.

O SR. ANTÔNIO FARIAS — Apenas para complementar sobre o problema localizado no Nordeste brasileiro, como V. Sª se referiu agora, é preciso realocar pessoas e até cidades. Parece-me que já está atrasado para que o reservatório possa ser ocupado pela água no próximo inverno. E haverá tempo para que isso aconteça, a fim de que, já nas chuvas que começarão em dezembro e janeiro, certas áreas já estejam desocupadas para que o reservatório seja enchido?

O SR. MÁRIO BHERING — Esse é um problema no fundo logístico que a Chesf está se empenhando a fundo, e um problema de recursos. Nós temos que dar recursos para continuar e montar a obra para fazer a linha e pagar o pessoal. A fim de pagar tudo, deu uma curva de desembolso este ano altíssima. Acho, na minha opinião talvez deformada, que não existe nenhuma obra no Brasil mais importante do que essa. Não vejo quais as conseqüências que ela poderá trazer; todas as outras coisas são adiáveis. Pode-se adiar

uma ampliação da siderúrgica e nada acontece. Pode-se adiar o asfaltamento de uma estrada e nada acontece. Não posso admitir que irá faltar recursos para isso.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Por falar em recursos, na semana passada, li o recorte em que o Dr. Aleluia falava sobre os problemas que poderiam advir para Itaparica, se os recursos continuassem atrasando porquanto, em abril, já não teriam chegado a tempo. Então houve a reunião do Conselho Monetário Nacional e foram liberados, pelo menos teoricamente, recursos do FND para a Eletrobrás, o setor de energia. Segundo informações do depoimento do Dr. Aleluia, teria havido anteriormente uma antecipação de recursos para poder dar prosseguimento às obras de Itaparica; chegando os recursos do FND, então seriam pagas essas antecipações. Então, pergunto ao Dr. Mário Bhering se os recursos prometidos pelo FND chegaram.

O SR. MÁRIO BHERING — Chegaram. Recebemos duas parcelas do FND. Essa última chegou. Mas desse recurso eu tenho que pagar o adiantamento do Banco do Brasil e do Banco Central. Então, o que sobra da Chesf e da Eletronorte não é tanto assim. O que está desbalanceando mais neste momento é essa falta de pagamento das empresas do Sul à Eletrobrás. Isso realmente, é um número de 200 milhões de dólares, que está fazendo uma falta imensa, porque, a cada mês que passa, esse número aumenta. Não vejo como cobrir uma falta de pagamento desse tipo, com recursos de bancos ou de outras fontes. Então, praticamente, Sr. Senador, todos os recursos do FND que recebi e mais o resto dos recursos da Eletrobrás — tínhamos recebido até a época aproximadamente 6 bilhões — demos à Chesf e à Eletronorte, para esse programa. Muito pouco foi para a Eletrosul. É prioridade total. O que não sei é se para o futuro teremos recursos para manter esse ritmo necessário; temos conversado muito com o Ministro, o qual acha que temos de conseguir um tratamento todo especial do Presidente, da Presidência da República e do Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Dr. Mário Bhering, a par de lhe agradecer pelo substantivo depoimento, antes de conceder a palavra ao Dr. Picanço, eu desejo até, para que as constatações que quero fazer fiquem registradas nessa CPI, tecer algumas considerações e ouvir depois a sua opinião. Eu pude depreender pela sua exposição que até pouco tempo atrás a Eletrobrás ou o setor elétrico brasileiro era um setor sadio, sob o ponto de vista econômico. E pelo fato de ele ter sido um setor sadio, num passado recente, dentro de uma crise cambial que se abateu sobre o país, foi fácil absorver dólares para a Eletrobrás sob a forma de equipamentos, que, talvez, não fossem tão urgentes, mas era a forma de captar essas divisas para fazer caixa em dólares, a fim de resolver uma questão cambial num dado momento. Essas compras ou a utilização da Eletrobrás como um **by-pass** para a solução da crise cambial que atingia o Governo brasileiro transformaram a Eletrobrás de um setor sadio da economia, num setor doente e mais do que isso, essas compras somadas aos débitos anteriores da Eletrobrás, redundaram no débito atual de 26 bilhões de dólares.

O SR. MÁRIO BHERING — Vinte e seis bilhões têm as estaduais. A Eletrobrás só tem 15 bilhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Quinze bilhões de dólares, que equivalem a perto de 15% da dívida externa brasileira. Mas, o que mais me preocupa são essas compras que foram feitas e determinaram à Eletrobrás uma situação de difícil captação de recursos, para a execução daquilo mais importante, que seriam as obras civis, por exemplo, de Xingó e de Itaparica. Compraram os equipamentos, compraram as turbinas, ficaram estocadas e na hora em que a Eletrobrás, dentro da atual crise, precisaria mobilizar recursos para concluir a obra, encontra dificuldades. Como eu pude depreender, até pela recente viagem aos Estados Unidos, para contato com o Banco Mundial. V. S.^a encontra dificuldades para arranjar o dinheiro que, neste momento, é fundamental, é imprescindível para realizar essas obras que vão livrar o Nordeste do estrangulamento, do racionamento. Agora, uma constatação eu preciso fazer. Na hora em que se utilizou a Eletrobrás como **by-pass** para captar divisas, essa ação não foi de um Ministério, essa ação foi de um Governo, que tomou uma atitude de usar um setor sadio para fazer caixa, para captar dólares e sair da crise que ele, Governo, tinha encontrado ou gerou. É certa essa constatação?

O SR. MÁRIO BHERING — É. Foi uma atitude de Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Agora, uma outra preocupação que é maior ainda, porque nós estamos discutindo aqui e vimos até este momento discutindo as causas do racionamento, como sair do problema, em que tempo ficaria pronta a Xingó, Itaparica, mas agora abordamos uma questão nevrálgica, que é a parte financeira. E verificamos — e isso é o que me preocupa — que a fonte principal de suprimento financeiro para a execução do plano global no Nordeste do Brasil é a receita com a venda de energia elétrica às concessionárias e às grandes empresas, às CHESF, às ELETRONORTE. E está ocorrendo a terrível inadimplência, hoje, por parte de concessionárias, inclusive, concessionárias que estão estruturalmente bem posicionadas no campo financeiro e que deveriam estar pagando as suas contas. Preocupa-me estejarmos caminhando rapidamente para um processo recessivo. E se, hoje, algumas empresas não estão recolhendo o produto da compra da energia elétrica vendida ao usuário, o que não irá acontecer quando o volume de inadimplência do consumidor começar a afetar à própria saúde financeira dessas empresas? Aí irá atingir mortalmente todo o plano financeiro montado pela ELETROBRÁS, e irá atingir mortalmente à Região que, não vendo Xingó e Itaparica prontas, em tempo hábil, sofrerá uma recessão dentro de uma recessão. É verdade isto, Sr. Mário?

O SR. MÁRIO BHERING — É verdade. Vamos dizer, a situação seria difícil mas contornável, com capitalização do Governo, recursos do Banco Mundial e do BID, se isso não estivesse acontecendo nessa escala que está ocorrendo; e já vinha antes, assim, porém, em muito menor escala. Mas, nos últimos quatro meses, a situação, realmente, se agravou muito.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Sr. Relator, eram essas as constatações que eu queria fazer, porque acho que estas raciocínios são importantes para a elaboração do relatório final. São constatações essenciais que fazemos e não temos segurança de que elas estejam certas ou erradas. Eu desejava ouvir a palavra do Presidente da ELETROBRÁS.

Posto isso, quero conceder a palavra ao Dr. Picanço para a sua exposição sobre o programa de irrigação de um milhão de hectares que se pretende irrigar no Nordeste, com as suas conexões dentro da questão que analisamos do racionamento da energia elétrica e o suprimento adicional da energia elétrica para o programa de irrigação de mil hectares.

O SR. JURANDIR PICANÇO JÚNIOR — Srs. Constituintes, atendendo à convocação da CPI, elaborei um relatório escrito, procurando ser abrangente em todos os aspectos do programa de irrigação que se relacionam com o setor elétrico, mas, por outro lado, bastante resumido. De tal forma que, acompanhando a seqüência desse relato, espero abordar os aspectos que sejam de interesse desta Comissão.

Até 1985, irrigava-se no Nordeste cerca de 400 mil hectares. Desse total, aproximadamente 55% resultaram de projetos pelos Governos Federal e Estaduais. A contribuição da iniciativa privada tem sido, recentemente, decisiva para a ampliação das áreas irrigadas no Nordeste. Áreas agrícolas de expansão recente como a Chapada Diamantina e a zona além São Francisco se constituem bons exemplos. A evolução mais rápida da irrigação privada está, entretanto, a depender da realização de investimentos públicos em obras de infra-estrutura e da concessão de crédito adequado para o investimento privado. A expansão da eletrificação rural nas áreas potenciais para a irrigação é fundamental. O PROINE, quando da sua aprovação, estabeleceu como meta irrigar um milhão de hectares no período 1986 a 1990.

Agora, gostaria de fazer a apresentação de transparências.

Essa primeira transparência apresenta a concepção inicial do Programa Nacional de Irrigação, onde o Nordeste é responsável com uma contribuição de um milhão de hectares e as demais Regiões do País com a responsabilidade de dois milhões de hectares.

O incremento da produção agrícola decorrente do Programa de Irrigação no Nordeste, equivalente a 3,5 milhões de toneladas de grãos anuais, seria suficiente para eliminar o déficit da produção de grãos em anos de chuva normal, esse déficit que representa 2 milhões de toneladas anuais, e reduzir substancialmente esse déficit em períodos de seca. Então, essa foi a concepção inicial do Programa de Irrigação no Nordeste.

Inicialmente, previa-se que, do total a irrigar, cerca de 40% seria de irrigação público-federal, sob a responsabilidade das instituições vinculadas ao Ministério da Irrigação, o DNOCS, a CODEVASF e o DNOS. A revisão mais recente do Programa, já no contexto das dificuldades atuais pós-Plano Cruzado, preconiza a implantação de um milhão de hectares até o ano de 1991, reduzindo a participação público-federal a 27% do total.

A segunda transparência: a última proposta, a última proposição do Programa de Irrigação esta-

belece uma ampliação do prazo para 1991 e uma participação mais reduzida da irrigação público-federal, limitando-se a 27% do total, ou seja, a grande participação da irrigação do Programa será de irrigação privada. Com base na experiência em países que executam programas semelhantes, espera-se a criação de 2,3 milhões de novos empregos, dos quais 700 mil diretamente na agricultura irrigada e os demais nos setores de serviços, agroindústria e pecuária intensiva. O desenvolvimento do Programa tanto para o segmento de irrigação privada quanto pública visa a beneficiar de forma harmoniosa os diversos Estados.

A transparência seguinte: o Programa de Irrigação no Nordeste não foi dimensionado em função das potencialidades. Ele procurou em alguns Estados de menores potencialidades, praticamente, esgotá-las, aproveitar todas aquelas áreas que apresentassem viabilidade para a irrigação. De tal forma, que, nos Estados mais carentes de recursos hídricos, o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte, praticamente o final do Programa estará esgotando os recursos hídricos atualmente disponíveis. Nos demais Estados da Região, esse Programa apenas inicia um processo, que poderá ter uma evolução bem mais ampliada.

A agricultura irrigada requer mudança de mentalidade. Os procedimentos são diferentes dos tradicionais. É uma nova cultura, impondo modificações significativas às populações engajadas no processo. A água sob controle nos projetos de irrigação é o fator de produção essencial para a redução dos riscos das variações climáticas e para o aumento da produtividade. Em face dos elevados investimentos, os resultados só serão compensadores se a atividade de irrigação vier complementada das tecnologias mais atuais relativas à correção de solo, ao uso de sementes selecionadas, à aplicação de defensivos fertilizantes que assegurem elevada produtividade. Áreas experimentais de irrigação no Vale de São Francisco têm registrado produtividade até 8 vezes maior que a média observada na Região Nordeste e 5 vezes maior que a média brasileira. Por outro lado, em áreas irrigadas, comerciais, na mesma Região, registra-se produtividade média 4 vezes maior que a média do Nordeste e 3 vezes maior que a média brasileira. Considerando que são médias por safra e que em áreas irrigadas são obtidas 1, 5, 2 safras por ano, será fácil constatar a viabilidade econômica dos empreendimentos de irrigação que usam adequadamente as tecnologias disponíveis.

A próxima, por favor. Ai nós temos também a distribuição das áreas de atuação da irrigação, privada, que contempla de uma forma bastante distribuída os diversos Estados nordestinos. De tal forma que o Programa não foi dimensionado em função das potencialidades, mas procurando distribuir o benefício desse programa de desenvolvimento pelos diversos Estados.

E, aqui, nós temos o levantamento das produtividades, apresentando o que se está conseguindo atualmente nos Programas de Irrigação do Vale do São Francisco. É aquela produtividade que está sendo chamada de comercial e em torno de 3 a 4 vezes superior às médias do Nordeste e do Brasil.

O consumo de energia elétrica decorrente do Proine: visando subsidiar os órgãos do planeja-

mento do setor elétrico, foi desenvolvido estudo estabelecendo os requisitos de água e energia elétrica decorrentes do Proine. As informações aqui apresentadas referem-se às previsões de volume de água, demanda e consumo de energia elétrica no período de 1986 a 1990, período do documento original que estabeleceu o Proine, portanto, sem incorporar as atualizações mais recentes, ou seja, esses dados apresentados são dados considerados como envoltório superior, são dados considerados os máximos que poderão ser alcançados no que diz respeito a consumo e demanda de energia elétrica. As previsões para os segmentos de irrigação pública fora as elaboradas por projeto e apresentadas pelos órgãos executores DNOCS, Codevasf e DNOS. As estimativas para os segmentos de irrigações privada e pública-estadual que fogem um pouco ao controle e ao acompanhamento do Ministério da Irrigação foram desenvolvidas a partir de critérios uniformes, em função das metas globais estabelecidas ano a ano. Então, foram critérios uniformes que estabeleceram os requisitos de energia para os segmentos de irrigação pública estadual e para o segmento de irrigação privada.

Os resultados dessas previsões globais, para 1990, constam do anexo nº 7:

Área SAU acumulada, em operação: 970 mil hectares
Volume bruto anual de água: 11.795 milhões de m³
Consumo de energia elétrica: 2.799 GWh (319 MW-médio)

O recurso hídrico principal na realização do programa será o rio São Francisco e seus afluentes, que devem contribuir com cerca de 40% do volume bruto anual de água requerido. Este volume representará 6,7% da descarga anual regularizada em Sobradinho (2.060 m³/s).

O consumo de energia dar-se-á predominantemente na área de atuação da Chesf, que deverá fornecer cerca de 76% da energia elétrica para todo o programa. Este valor que se aproximará de 2.127 GWh em 1990, corresponderá a 6,0% do mercado previsto pela Chesf para o referido período.

Então, nós temos a previsão de consumo de energia, sem consumo de energia, sem considerar o Proine, o acréscimo devido ao Proine que no total causaria impacto nesse período até 1990 de 3,5%. E temos a previsão, em 1990, onde o Proine representaria uma demanda de energia correspondente a 6% dessas previsões de mercado. Nesse mesmo ano, o consumo industrial representaria 52% e o consumo residencial é de 18%.

Tal consumo todavia não terá grande impacto no mercado de energia elétrica da região. Considerando a implantação integral do Proine, o consumo de energia elétrica "per capita" do nordestino representará 36% do consumo "per capita" do brasileiro da Região Sudeste, quando, em 1985, esse índice era de 34%.

Então, nós temos aí o reflexo do Proine, no que diz respeito ao consumo **per capita** de energia elétrica comparando o Nordeste com o consumo **per capita** brasileiro e com o consumo **per capita** da Região Sudeste. De tal forma que, considerando as cargas do Proine em 1990, o consumo **per capita** do nordestino corresponderá a

36% do consumo **per capita** do habitante da Região Sudeste.

No período de implantação do Proine, as cargas de irrigação não serão as maiores responsáveis pelo acréscimo de demanda do sistema Chesf. Enquanto as cargas industriais representarão 45% deste acréscimo, as do Proine ficarão em 16%, valor inferior ao acréscimo da energia a ser demandada para uso doméstico.

Então, considerando apenas o acréscimo de energia previsto no período, isso em 1990, este acréscimo do consumo referente ao programa de irrigação corresponderia a 16% do acréscimo total de consumo na região da Chesf, na área de operação da Chesf.

De forma genérica, cada quilowatt-hora utilizado na agricultura gerará mais riquezas e mais empregos do que no setor industrial.

O consumo de energia elétrica do Proine em 1990, não será maior do que 82% do consumo atual da maior indústria de alumínio na Região Norte.

3. Influência do Proine sobre a Geração de Energia Elétrica.

O potencial de geração hidroelétrica do rio São Francisco representa 90% do potencial nordestino. Em termos de capacidade explorada, esta proporção se mantém.

Avaliar a influência da irrigação na geração hidroelétrica no Nordeste resume-se a estudá-la no rio São Francisco.

Os estudos hidráulicos da bacia do São Francisco devem observar não só o conflito irrigação x geração, mas os diversos interesses múltiplos às vezes conflitivos.

Então, nós relacionamos os diversos interesses que os estudos integrados do São Francisco têm abordado, alguns deles são conflitivos e precisam ser compatibilizados. Nós citamos exemplos ali de conflitos de uso, controle de cheias e geração de energia elétrica. O controle de cheias recomenda volumes de espera, no setor elétrico, por manter os volumes mais elevados, irrigação e geração de energia elétrica; o uso da água para a irrigação é o uso consuntivo, o uso que realmente reduz a vazão dos cursos d'água, portanto, reduzindo, influenciando, nos programas de geração.

É fácil constatar a importância da compatibilização dos programas de geração e irrigação do Vale do São Francisco.

Esse gráfico está apresentando exatamente a situação e a importância da compatibilização dos 2 programas no Vale do São Francisco. Enquanto os aproveitamentos hidrelétricos praticamente todos eles se concentram no submédio e baixo São Francisco, os programas de irrigação, as áreas de maior potencialidade para a irrigação se distribuem a montante desses aproveitamentos, portanto, influenciando diretamente no programa de geração.

É fácil constatar a importância da compatibilização dos programas de geração e irrigação no Vale do São Francisco. A maior parte da área irrigada (90%) concentra-se no Médio e Submédio São Francisco. Os aproveitamentos atuais e futuros do Sistema Chesf encontram-se no submédio e Baixo São Francisco, ou seja, a jusante do trecho de maior consumo de água para irrigação. Dessa forma, a água de uso consuntivo, afetando a disponibilidade para geração elétrica.

Esse fato tem sido preocupação das instituições responsáveis pelo desenvolvimento regional, de tal forma que vários estudos integrados foram efetuados para o Vale do São Francisco.

Os estudos mais representativos estão a seguir relacionados com suas principais constatações.

Esse assunto tem sido, realmente, preocupação de muito tempo. Eu procurei fazer um levantamento de todos esses estudos que tivessem sido feitos com um certo cuidado e com esse objetivo. E resumidamente eu aqui apresento os resultados principais desses estudos.

O primeiro estudo de maior significação que identifiquei foi o do:

Ano: 1970 — "Reconhecimento dos recursos hidráulicos e de solo da bacia do São Francisco" Suvale/Burec (Usaid)/Sudene/Chesf.

Comentários: Levantou as potencialidades mas não analisou os conflitos.

Ele realmente levantou potencialidades para o setor elétrico, potencialidades de solo; na época levantou uma área de solos irrigáveis de 3 milhões de hectares, mas não fez nenhum estudo visando analisar o conflito de uso para a irrigação e para a geração de energia elétrica.

Ano: 1979 — "Diagnóstico e planejamento da utilização dos recursos hídricos da Bacia do São Francisco". MME/DNAEE/CPRM/Cenec.

Esse estudo identificou a meta estabelecida na época que, 240 mil hectares irrigados, em 1990, estavam muito abaixo da disponibilidade hídrica do rio São Francisco, sem comprometer os restantes usos. A meta atual concluída do Proine corresponde, aproximadamente, a 400 mil hectares no Vale do São Francisco.

Esse foi um estudo patrocinado pela SUDENE, o Plano de Aproveitamento Integrado dos Recursos Hídricos do Nordeste — Fase I, designado de PLIRHIN. Ele fez um balanço hídrico, considerando que eram estudos preliminares. Esse balanço de uso não identificou conflitos até o ano 2000, com meta de irrigação de cerca de 1,5 milhão de hectares.

Ano: 1983 — "Transposição das águas do São Francisco e Tocantins para o semi-árido nordestino — Avaliação preliminar."

MME/DNAEE

Comentários: Dimensionou o conflito e concluiu: "Os benefícios econômicos decorrentes do incremento da produção agrícola em áreas irrigadas superam em cerca de 10 (dez) vezes os custos da perda de geração concomitante, sendo que a água como insumo energético pode ser substituída por energia transferida de outras regiões, enquanto que não há alternativa economicamente viável para essa água como insumo na agricultura".

Esta é a principal constatação para esse estudo.

Ano: 1983 — "Uso das águas na bacia hidrográfica do rio São Francisco."

CHESF

Comentários: Estudou os excedentes, identificando as vazões médias vertidas em cada reservatório.

Para um período de 50 anos a menor vazão média vertida foi de 277m³/s, que permitiria irrigar cerca de 540 mil hectares.

Ano: 1985: "Contribuições e sugestões do Ministério das Minas e Energia — Comissão Interministerial para o Programa de Irrigação do Nordeste."

MME/DNAEE/CHESF

Comentários: Dimensionou o conflito. A irrigação reduziria em 18% a capacidade de geração firme. Os níveis de risco de déficit de energia se elevariam para 45%, em 1992, podendo ocorrer déficit de 18 milhões de MWh (7 vezes a energia demandada pela irrigação).

Ano: 1986 — "Influência da irrigação sobre a geração de energia elétrica no Vale do São Francisco."

PRONI/DNOS/HIDROSERVICE

Esse estudo também analisou o aspecto da transposição de vazões no São Francisco para o semi-árido nordestino.

Comentários: Objetivou avaliar a transposição de vazões para o Nordeste semi-árido.

Dimensionou o conflito para uma meta total de irrigação de 2 milhões de hectares, considerando irrigação no Vale do São Francisco e naquelas regiões beneficiadas pela transposição. O custo de geração equivaleria a US\$ 103,7 milhões/ano.

O estudo dimensionou a perda de geração e fez uma distribuição ano a ano.

Ano: 1987 — "Análise de oferta/demanda de água do rio São Francisco." (Relatório Preliminar)

PRONI/MINTER/OEA/PLANVASF

Comentários: Os trabalhos estão em desenvolvimento.

Objetiva subsidiar a formulação de adequado planejamento integrado à região do Vale do São Francisco.

Os resultados parciais dimensionaram os conflitos.

A redução na geração são de pouca expressão.

Preconiza que a regularização dos afluentes do São Francisco reduziria o impacto.

Esse estudo, em primeiro lugar, fez o mapeamento das áreas irrigáveis. O primeiro estudo, em 1970, identificou três milhões de hectares. Estão mapeados, atualmente, 10 milhões de hectares no Vale do São Francisco, terras de classe 2, 3 e 4. Identificou também as reduções na geração de energia de base. Essas reduções, para as metas estabelecidas para 1990 — uma área irrigada de 346.835 mil hectares, que corresponderia à meta do PROINE em operações, e até o ano 2000 uma área irrigada também no Vale do São Francisco, por volta de um milhão de hectares. Foram constatadas essas reduções nas disponibilidades de água para a geração. Em Três Marias zero por cento — não teria nem influência —, em Sobradinho 0,2%; Moxotó e Paulo Afonso 2,2; Itaparica zero por cento.

Em 1995, já considerando a evolução da irrigação, além das metas hoje preconizadas pelo PROINE — e pelo PROINE o máximo que se atingiria no Vale do São Francisco seria por volta de 400 mil hectares — foram observadas essas reduções

na geração: Três Marias — 0%; Sobradinho — 0,4%; Moxotó — 2,1%; Itaparica — 0%; Xingó — 0,8%; Paracatu — 0%.

No ano 2000, considerando praticamente um milhão de hectares irrigados no Vale do São Francisco, foram constatadas essas reduções: Três Marias 0%; Sobradinho 0,7%; Moxotó 0,9%; Itaparica 0%; Xingó 1%; Orocó 20%; Ibó 1,6%, Paracatu 0%.

A regularização do rio Paracatu aumentou em 93m³/s a vazão regularizada, tornando o impacto na geração de energia inexpressiva no ano 2000. Por isso, não houve esse reflexo correspondente ao que havia em 1985. E constatou, ainda, sem estudos mais detalhados, que a regularização de alguns afluentes do rio São Francisco, tais como rio Grande, Corrente, Urucaia, Jequitai e das Velhas deverá diminuir sensivelmente o impacto causado pelo uso consecutivo da água no rio São Francisco.

Atualmente, o PLANVASF — Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco — inclusive o seu coordenador técnico, Dr. Rui Jungueira, está aqui presente — trata do estudo de maior amplitude até então realizado, e está pleiteando a incorporação no processo das diversas instituições governamentais que tratam de assunto correlacionado com o uso da água no Vale. A CHESF já foi contactada e, proximamente, estará efetuando um diagnóstico dos estudos até então feitos.

O conflito existe e precisa ser bem administrado para maximizar os benefícios. A receita líquida decorrente do uso de 1m³/s em irrigação no Vale do São Francisco, na produção de grãos, é da ordem de US\$ 1,63 milhão anuais. Considerando que cada hectare irrigado reduza em 2,63MWh anuais de produção da energia no rio São Francisco. Essa constatação foi feita nesse estudo mais recente que o DNOCS desenvolveu com a consultoria da Hidroservice — o custo para repor esta energia é da ordem de US\$ 302 mil para cada m³/s de água usada em irrigação. Ou seja, o benefício da produção agrícola é de cerca de 5 vezes o custo para repor a energia que deixará de ser gerada.

A solução energética do Nordeste não reside no Vale do São Francisco. Atualmente, 10% da energia consumida é transferida da região Norte. No futuro, a maior parcela da energia elétrica a ser consumida no Nordeste não será originária do rio São Francisco. Esta é uma previsão feita no ano 85 — não sei se essa evolução aumentou ou não — essa proporção de que no ano 2015 a maior parcela da energia do Nordeste seria, ou importação de energia, ou geração sob outras formas que não geração hidrelétrica.

Outro item: O Proine e o Racionamento de Energia Elétrica. Vamos analisar, então, o reflexo do racionamento do programa de irrigação na contribuição ao racionamento da região.

"O critério atualmente adotado estabelece que os consumidores rurais devem racionar 15% de seu consumo médio. Neste contexto, estão inseridos os consumidores de irrigação. Novos consumidores podem ser ligados aos sistemas, mas terão suas cotas de consumo pré-estabelecidas.

No estudo de "Mercado de Energia Elétrica 1986/2020", (jan/87), efetuado pela Eletrobrás, está prevista em 2,8% a participação do consumo

rural no mercado global da área da Chesf, incluídas as cargas de irrigação". Então, a participação do consumo rural, incluída a irrigação, é da ordem de 2,8%. "Cumprida a cota de racionamento de 15%, a contribuição do "sacrifício" do setor rural será de 0,4% do consumo total. Nestas previsões os irrigantes contribuirão com menos de 0,1% na redução do consumo global. Esta redução tem contribuído para o desestímulo à implantação de novos projetos de irrigação privada.

O racionamento, aliado às dificuldades de crédito rural (juros elevados), têm sido fatores de retardamento ao desenvolvimento da irrigação privada na região".

Um outro aspecto, que completaria o contexto dos segmentos de irrigação frente ao setor elétrico, é a análise da Tarifa de Energia Elétrica para irrigação:

"A atividade de irrigação se enquadra na classe de **consumidores rurais**, que tem tratamento específico, no que se refere à tarifa de energia elétrica.

Os consumidores rurais ligados em alta tensão têm redução com relação aos demais consumidores de 29,7% e aqueles ligados em baixa tensão têm tarifa equivalente a 42,3% da estabelecida para os consumidores classificados em Demais Classes (excetua residencial e iluminação pública), conforme a Portaria nº 078 de 21 de maio de 1987.

Recentemente, foram introduzidas modificações que oneraram, substancialmente, os consumidores irrigantes, a partir de dezembro de 1986:

a) com a redução tarifária estabelecida pela Portaria 053/84 do DNAEE e prorrogada pela Portaria nº 255/85, favorecida, em média, com uma redução de 35%," — esta Portaria caiu em 31 de dezembro de 86;

b) o desconto de 50,7% concedido aos consumidores rurais de alta tensão, foi reduzido para 29,7%;

c) os consumidores rurais de baixa tensão, cuja tarifa equivalia a 35,2% dos consumidores industriais, agora corresponde a 42,3% da mesma classe.

Com estas alterações na política tarifária dos consumidores irrigantes, estes tiveram elevação tarifária de 92,5% acima das demais categorias. Este fato, aliado aos freqüentes reajustes da tarifa ocorridos, elevou em 462% a tarifa de consumo de energia elétrica, de dezembro de 1986 até a presente data".

Srs. Constituintes, este foi o relato que achei abrangente e resumido; naturalmente me coloco aqui à disposição dos Srs. para os esclarecimentos que forem possíveis.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Agradecendo a exposição do Dr. Jurandir Picanço, desejo conceder a palavra ao Relator, Senador Jutahy Magalhães.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Dr. Jurandir Picanço, serei muito breve agora. Pela exposição de V. Sª, verificamos que praticamente nula é a redução de energia na região do São Francisco.

Apenas por curiosidade de leigo, naquele quadro se estabelece que há uma diminuição proporcional à redução de energia de Paulo Afonso em Moxotó, porque em todos os outros sobe e em Paulo Afonso/Moxotó decresce. Qual é a razão

técnica disso, se há um aumento de área na região?

O SR. JURANDIR PICANÇO — Sr. Constituinte, gostaria de informar que realmente não constatamos, porque a influência é muito pequena. Apresentamos os resultados de diversos estudos. Alguns estudos, inclusive, dimensionaram essa influência em 18%. Esse a que V. Exª está se referindo é o estudo mais recente, que está em desenvolvimento, e que está apresentando os reflexos de redução da disponibilidade de energia em cada um dos reservatórios.

Essas reduções foram obtidas a partir de um modelo que foi desenvolvido para o Vale do São Francisco — um modelo hidrológico — aonde são estudadas as vazões em cada ponto, em cada seção importante da calha do São Francisco, e esse modelo, representando, inclusive, um período longo de pluviosidade, o histórico do círculo pluviométrico da região; esses dados foram extraídos daquelas situações que refletem o período crítico. O período crítico histórico do Vale do São Francisco foi utilizado para obtenção daqueles dados. É produto, realmente, de estudo, procedido por sistemas computacionais, em que identifica, em cada reservatório, essa redução da disponibilidade de energia.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Entendo que, pelo quadro, é crescente a redução, de acordo, — logicamente que para mim, como leigo, considero como uma coisa lógica — com a área irrigada, havendo um aumento da redução. Mas houve um decréscimo em relação à Paulo Afonso/Moxotó: começa com 2,2%, baixa para 2,1% e no final 0,9%.

O SR. JURANDIR PICANÇO — Pois não. Esse decréscimo ocorreu em função da regularização do rio Paracatu, que aumentou a vazão regularizada do São Francisco. Aumentou, inclusive, em 93 m³/s.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Perguntaria a V. Sª o seguinte: está havendo entrosamento entre o Ministério da Irrigação com a Eletricidade e Chesf para implementação do programa de irrigação do Nordeste?

O SR. JURANDIR PICANÇO — Eu diria que sim. O exemplo mais patente disso é que já há algum tempo se reúne uma Comissão Mista de representantes dos dois Ministérios — essa comissão, recentemente inclusive, foi formalizada — era uma comissão informal — foi formalizada por uma portaria interministerial de 8 de maio de 87, e que tem exatamente o objetivo de estudar, de analisar e de compatibilizar os interesses dos dois programas.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — A quem caberá a implementação das linhas de transmissão e distribuição, necessárias para a realimentação do programa?

O SR. JURANDIR PICANÇO — O programa de irrigação dimensionou a necessidade de recursos para a implantação do suporte elétrico. Até 1990 esses recursos estão dimensionados por volta de seiscentos milhões de dólares. Atualmente, as obras estão sendo executadas em parte com recursos gerados ou obtidos pelo setor elétrico e complementadas com recursos do Programa de Irrigação do Nordeste.

O Programa de Irrigação do Nordeste tem destinado recursos para eletrificação, mas, normalmente, para aquelas obras que são mais imediatas, de necessidade mais imediata para os projetos em implantação. O suporte elétrico, o suporte de geração, o suporte de transmissão tem sido providenciado dentro do contexto geral como tem ocorrido nos diversos segmentos da economia, ou seja, o próprio setor elétrico dimensiona o mercado atualmente, a irrigação tem destaque no mercado de energia elétrica do setor elétrico, o setor elétrico criou um destaque para a irrigação exatamente para dimensionar as necessidades de energia para esse segmento, e dimensiona o seu sistema em função dessas necessidades globais onde estão inseridos os programas de irrigação.

E para aquelas obras que são mais específicas, ou seja, as linhas de distribuição rural e algumas ampliações de subestações e de suporte elétrico, mas que são específicas, há contribuição, há participação de recursos do Programa de Irrigação do Nordeste.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Qual alocação de recursos provenientes do setor de energia até o momento, na área de irrigação?

O SR. JURANDIR PICANÇO — Bom; até o momento, considerando o ano de 1986 e o que está previsto para o ano de 1987, foram direcionados para a área de eletrificação recursos por volta de 400 milhões de cruzados.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Nós estamos vivendo no Nordeste com o racionamento, e na última reunião o nosso Presidente fazendo uns cálculos, mostrou que a necessidade de energia, para esse programa de 1 milhão de hectares equivalentes, mais ou menos, ao poder de geração de uma usina, como a de Itaparica, da ordem de 2 mil e 500 megawatts.

Nessa fase de racionamento e com as dificuldades que nós vimos aqui com a exposição do Dr. Mário Bhering nós garantimos com toda firmeza, a capacidade de geração para o Nordeste: a ampliação de Itaparica, de Xingó, de nós conseguimos obter os recursos necessários para a construção dessas barragens, das linhas de transmissão, distribuição, etc., sabendo que Xingó já está previsto para 1993 e o Programa de Irrigação está previsto, já numa fase bem adiantada, para o ano de 1990. Na Região do Nordeste está havendo um acompanhamento bem de perto desses cronogramas, das duas fases, tanto da geração de energia, quanto do Programa de Irrigação, para ver se está havendo possibilidade de compatibilizar esses dois cronogramas, sem criar dificuldades maiores para o problema do racionamento de energia no Nordeste, nesta fase?

O SR. JURANDIR PICANÇO — A dificuldade é real, ela existe, e essa dificuldade se reflete exatamente numa redução do interesse do empresário agrícola em partir para implantar novos projetos de irrigação. Esse é o fato que tem sido constatado em função do problema de racionamento; ele tem receio de fazer um empreendimento que venha a ser vetado por esse racionamento.

Agora, eu gostaria de posicionar a questão seguinte forma: o racionamento existe mas a função do mercado crescente, o racionamento admite que o mercado está em crescimento,

realmente não houver condições da ampliação da capacidade de geração da região Nordeste vai se agravar porque se espera que o mercado de energia elétrica venha a crescer. Então, esse crescimento de mercado é que agrava a questão do racionamento e nesse crescimento de mercado estão inseridos os diversos segmentos: o segmento industrial, o segmento comercial, o segmento de conforto, o segmento doméstico e nós inserimos também, porque achamos que deverá ser inserido da mesma forma, a energia para a agricultura. Da mesma forma que, dentro da expectativa há preocupações, com relação aos diversos segmentos, ou seja, o racionamento existe em função desse crescimento, esse crescimento deverá também contemplar o crescimento do setor agrícola. Portanto, acho que o Programa de Irrigação se insere dentro do contexto geral onde, nesse crescimento de mercado, conforme nós apresentamos. Ele não terá o papel prioritário na participação do Proine, mesmo em 1990; ele será complementado naquela ocasião, ele será responsável por um aumento de mercado de 16%, ou seja, vai ser necessário se contribuir com esse aumento correspondente a 16%, enquanto o aumento de mercado requisitado pelo setor industrial será de 52%. Então o setor industrial, realmente, será o responsável pelos novos requisitos de energia durante esse período.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Ninguém questiona aqui a necessidade do projeto de irrigação. Acho que todos nós aqui concordamos que deve ser prioritário — não deve ser uma das prioridades — deve ser prioritário para o Nordeste! O que nós questionamos aqui é exatamente a questão de compatibilizar as duas coisas: geração de energia com o projeto do Programa de Irrigação, porque não poderá haver irrigação sem energia. Então, as duas coisas têm que caminhar concomitantemente; com as dificuldades previstas nós ficamos na indagação se esses programas estão sendo acompanhados de perto e os cronogramas das duas combinam.

Porque nós vimos aqui que o aumento da demanda de energia do Nordeste está crescendo; com o racionamento eu não sei bem, mas havia sempre um crescimento constante mostrando a necessidade de se chegar a Xingó, chegar a Itaparica, a várias outras pequenas barragens que ainda são possíveis de serem executadas lá na Região.

Esse Programa de Irrigação irá pegar uma Itaparica com 2 mil e 500 megawatts; então é esta a indagação. Gostaria de saber de V. S.^a se está havendo uma preocupação, planejamento, um acompanhamento muito de perto, com a questão da preservação do meio ambiente nessas áreas de irrigação?

Porque os programas que existem no mundo, nós temos muitos exemplos, em que os projetos de irrigação acabaram fracassando por causa de um problema de erosão e coisas desse tipo. Aqui nós não vimos ainda uma obrigatoriedade de uma participação maior desses órgãos ligados ao meio ambiente, para mostrar a necessidade de serem ouvidos na implementação desses projetos de irrigação. Não haveria a necessidade de um trabalho conjunto dessas duas áreas para evitar a repetição de erros que existem aí em muitos exemplos pelo mundo?

O SR. JURANDIR PICAÑO — Eu poderia explicar um pouco, em relação aos cuidados que

estão sendo tomados naqueles projetos de irrigação chamados de Irrigação Pública Federal que são desenvolvidos pelos órgãos vinculados ao Ministério. Esta preocupação existe até porque grande parte desses projetos recebem financiamentos de organismos internacionais e esses organismos são rigorosos com relação a estudos onde esses projetos possam vir a afetar o meio ambiente. Então, já está praticamente internalizado dentro das estruturas dos órgãos executores, dos órgãos de irrigação, a importância da preservação do ambiente. Agora, não há dúvida que o Ministério não tem ainda estrutura que possa controlar de forma mais próxima o desenvolvimento da irrigação privada. Esse controle de alguma forma é exercido quando da concessão de crédito; então, nessa concessão de crédito esses projetos são apresentados aos órgãos financiadores e o Ministério da Irrigação tem feito programas de treinamento para os analistas de projetos em que, basicamente, os órgãos financiadores primordiais são o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. O pessoal está sendo treinado para fazer as análises desses projetos de irrigação privada por falta realmente de algum órgão que possa fazer esse controle mais efetivo.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Concedo a palavra ao Senador Antonio Farias.

O SR. ANTONIO FARIAS — Eu gostaria de questionar o Dr. Picanço sobre uma preocupação muito grande. Todos nós sabemos da prioridade para a irrigação para o Nordeste. O Nordeste só se desenvolverá evidentemente no setor agrícola com a irrigação e este Ministério foi criado no atual Governo, no Governo da Nova República. Como nós acabamos de ouvir aqui, através das considerações, das explicações do Dr. Mário Bhering, Itaparica começará a funcionar, possivelmente, na sua primeira fase, em 1987; Xingó, possivelmente, se o cronograma for cumprido, começará a funcionar em 1993, e a interligação do sistema Norte-Nordeste e o aumento dessa interligação evidentemente demandará muito mais tempo. Como nós vimos, também, haverá uma sangria no São Francisco bastante razoável, para esse sistema de irrigação como o Sr. disse, que a irrigação nesta área está mais circunscrita ao rio São Francisco e seus afluentes.

Precisaria, evidentemente, novas barragens para regularizar a vazão do rio e de seus afluentes. Então, não é utópico pensar que em 1990 nós teremos 1 milhão de hectares irrigados. Primeiro, precisa-se de recursos, não sei se existem esses recursos. Segundo o tempo. Nós já estamos quase no segundo semestre de 1987, haveria tempo Dr. Picanço?

O SR. JURANDIR PICAÑO — Senador, muito sinceramente, no ritmo que o programa se desenvolveu, digamos em 1986, realmente se poderia acreditar que essa meta seria alcançada se não for em 1990, mas muito próximo disso. Nesse ano, no entanto, há uma desarticulação; existem recursos mas esses recursos quando são dimensionados no próximo mês, já não são mais suficientes para aqueles objetivos. Existe um acovardamento do empresário rural em tomar recursos de crédito para implementar os seus projetos de irrigação, e existe o racionamento. Então esses fatores estão influenciando, neste ano de 1987, decisivamente, para uma redução do ritmo de

crescimento da irrigação no Nordeste. Naturalmente são fatos que não afetam unicamente o programa de irrigação: são fatos que afetam toda a conjuntura e nós temos que esperar que esses fatos sejam superados, em breve espaço de tempo. Do contrário a minha opinião pessoal é que o programa estará seriamente afetado.

O SR. ANTONIO FARIAS — Eu perguntaria, Dr. Picanço, sem construção de novas barragens e com Itaparica começando a funcionar no próximo ano, a área irrigável, ou melhor, possível de ser irrigada, sem grandes investimentos e nova barragem, atingirá a que quantidade, mais ou menos, de hectares?

O SR. JURANDIR PICAÑO — A realidade, em que devemos pensar, seria executar, com relação às grandes barragens, essa meta de 1 milhão de hectares independente de qualquer grande barragem; essa meta de 1 milhão de hectares será em função de recursos hídricos atualmente disponíveis, vazões de rios perenizados na região semi-árida. Alguns projetos de barragem já concluídos perenizaram rios no semi-árido que poderão agora ser utilizados para a irrigação. O Vale do São Francisco com 40% da participação na meta global, também independeria da construção de grandes barragens, barragens pequenas, naturalmente, para a captação de recursos que estão previstas e fazem parte dos projetos; realmente, para essa meta de 1 milhão que seria aproveitar-se os recursos hídricos disponíveis, pois a potencialidade atual é bem superior a esse milhão de hectares previstos até 1990.

O SR. ANTONIO FARIAS — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Dr. Picanço, desejo agradecer a sua exposição, as suas informações e os esclarecimentos aqui prestados. Acho que uma consideração pode ser feita: a preocupação por parte da ELETROBRÁS e do Ministério da Irrigação quanto ao fornecimento de energia existe; o que não existe é a previsão, até pelo emaranhado da área financeira que envolvem o setor como um todo e que não nos dão a segurança de que, neste momento, essas coisas estejam concatenadas, programadas e asseguradas, o que acho que valerá a pena constar do nosso relatório.

Como na semana que vem teremos uma série de trabalhos parlamentares, queria propor aos Srs. Senadores, abriremos um espaço e programarmos para a semana seguinte que o Dr. Adjalma Azevedo, Presidente da Associação Brasileira dos Consumidores de Energia Elétrica — ABRA-CE e Dr. Benedito Aparecido Carraro, Diretor da Divisão de Controle de Serviço de Eletricidade — DCSE; se os Srs. Senadores estiverem de acordo, esta Presidência promoverá os contratos necessários com eles e fará a convocação para a próxima semana.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. Ex. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Queria apenas aproveitar a sugestão do Dr. Mário Bhering e pedir à Presidência que convocasse para a CPI, o ex-Diretor financeiro da CHESF no período inicial do Governo passado, e o ex-Diretor financeiro

da ELETROBRÁS, também nesse mesmo período; não sei os nomes deles, depois teríamos que ver os nomes.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Seriam os ex-Diretores financeiros da CHESF e da ELETROBRÁS do governo anterior? Vamos pesquisar e vamos acatar a sugestão do Relator e fazer a convocação.

Os Srs. Senadores estariam de acordo em convocarmos para a outra semana, o Presidente da ABRACE e o Diretor da Divisão de Controle de Serviço de Eletricidade-DCSE?

Se estão de acordo, faremos uma interrupção nos trabalhos da CPI, pela próxima semana e retomaremos na outra semana convocando o Dr. Adjarma Azevedo e o Dr. Benedito Aparecido Carraro. (Pausa.)

Agradecendo a presença do Dr. Mário Bhering, Presidente da ELETROBRÁS, que aqui se faz acompanhar por Diretores da ELETROBRÁS pelo Presidente da ELETRONORTE, pelo Presidente da CHESF e a presença do Dr. Picanço, que nos trouxe também a sua valiosa colaboração, eu deixo encerrar esta reunião, convocando uma nova, para a outra semana, sem ser esta próxima, para a outra semana. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18 horas e 12 minutos.)

5ª REUNIÃO, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1987

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de junho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito criada através da Resolução nº 08, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presentes os Senhores Senadores Antônio Farias, Jutahy Magalhães, Relator, Edison Lobão e o Deputado Carlos Benevides.

Abertos os trabalhos, o Senador Antônio Farias, Vice Presidente da Comissão, no exercício da Presidência, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida, é dada como aprovada.

A seguir, a Presidência concede a palavra ao Senhor Benedito Carraro, Diretor da Divisão de Controle dos Serviços de Eletricidade (DCSE), que inicialmente apresenta, através de transparências, toda a estrutura do setor e atribuições do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAE).

Logo após, a palavra é concedida ao Senhor Adjarma Azevedo, Presidente da Associação Brasileira dos Consumidores de Energia (Abrace), afirmando que a busca de estar fazendo entender a causa do racionamento de hoje é no sentido de prevenir e não repetir os mesmos erros no futuro.

Usam da palavra, na fase interpelatória, os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Relator, Edison Lobão e o Deputado Carlos Benevides.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, tão logo traduzidas e revisadas serão publicadas, em anexo, à presente Ata.

ANEXO À ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A "INVESTIGAR AS CAUSAS DO RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E A POLÍTICA PARA O SETOR ELÉTRICO", REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1987, A FIM DE OUVIR OS DEPOIMENTOS DOS SENHORES BENEDITO CARRARO E ADJARMA AZEVEDO, RESPECTIVAMENTE, DIRETOR DA DIVISÃO DE CONTROLE DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE (DCSE) E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CONSUMIDORES DE ENERGIA (ABRACE), QUE SE PUBLICA COMO A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador **José Agripino**
Relator: Senador **Jutahy Magalhães**
(Integra do Apanhamento Taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Farias) — Estão abertos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica aos Srs. membros desta Comissão a presença do Dr. Adjarma Azevedo, Presidente da Associação Brasileira dos Consumidores de Energia, e do Dr. Benedito Aparecido Carraro, Diretor da Divisão de Controle dos Serviços de Eletricidade.

Concedo a palavra, para fazer a sua exposição, ao Dr. Benedito Aparecido Carraro.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Prezado Senador Antonio Farias, Presidente desta Comissão, Senador Jutahy Magalhães, Relator desta Comissão, Srs. Senadores, Srs. Deputados, amigos do setor elétrico, senhoras e senhores:

É com muita honra que aceitamos o convite. Estamos presentes, junto a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para os mostrar e discutir a forma como estamos administrando o racionamento no Nordeste. Pretendemos usar algumas transparências; vamos dar um panorama muito amplo dos critérios que estamos adotando, dos resultados que estamos obtendo e, principalmente, das perspectivas que temos, até o final deste ano e para o ano de 1988, para um eventual prosseguimento desse racionamento.

Se V. Exs me permitirem, eu gostaria de apresentar as transparências e ficar mais próximo à apresentação.

Inicialmente, mostramos a estrutura da nossa apresentação: as causas do racionamento e a política para o setor elétrico. Vamos discutir sobre a estrutura do setor e atribuições do DNAE, inclusive mostrando porque é o DNAE, Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que vem administrando o racionamento no Nordeste: à determinação de um racionamento, como se faz, os precedentes de racionamento no País, o racionamento nas Regiões Norte e Nordeste, o sistema interligado, os critérios, a administração do racionamento, os resultados e as perspectivas. Essa seria a estrutura da nossa apresentação.

A primeira parte prende-se à estrutura do setor elétrico, à estrutura do Ministério, o setor elétrico na divisão de responsabilidades e atribuições do DNAE.

Este é o organograma do nosso Ministério das Minas e Energia, onde temos diversos órgãos de direção superior.

O DNAE, Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, é considerado, na administração direta, um órgão de direção superior. Temos vínculo com o setor elétrico, a Eletrobrás vinculada ao próprio Ministério, como uma sociedade de economia mista, administração indireta. Esse é o nosso organograma, esse é o vínculo do DNAE com o próprio Ministério.

A vinculação do DNAE e Eletrobrás com as concessionárias é exatamente essa. O DNAE, com as concessões, supervisão, fiscalização, controle, normatização e orientação do serviço público de energia elétrica no País. A Eletrobrás, com a coordenação das áreas, inclusive operacionais, a orientação, financiamentos, pesquisas, participação acionária nas principais empresas supridoras de energia elétrica: CHEF, Furnas, Eletronorte, Eletrosul, LIGHT, Excelsa e algumas distribuidoras. Concessionárias supridoras, que são as citadas, como Chesf, Furnas, etc; um vínculo com supridoras distribuidoras como a Chesf de São Paulo; um vínculo com distribuidores, com as empresas do Nordeste, que normalmente são somente distribuidoras, e o consumidor final. Essa é a interligação que existe entre o poder concedente, o DNAE, a Eletrobrás como **holding** do sistema, as empresas concessionárias e o consumidor de energia elétrica.

Como atribuições principais do DNAE, justificando o porquê da administração do racionamento por parte do DNAE, as definições gerais de fornecimento de energia elétrica, a supervisão, fiscalização e controle dos serviços de eletricidade no País, controle de aproveitamento de recursos hídricos, condições especiais de fornecimento, acompanhamento do planejamento de energia elétrica, estudar tarifas e fixar tarifas especiais. Enfim, são as principais atribuições determinadas ao nosso Departamento Nacional.

Temos, como segundo item, a determinação do racionamento e, principalmente, os aspectos eletroenergéticos. Para determinação do racionamento, é preciso ter algum problema eletroenergético ou falta máquina, ou falta água, é um problema elétrico, ou é um problema energético. Depois, vamos ter os aspectos legais, que determinam o racionamento.

Vamos mostrar um pouco os aspectos eletroenergéticos. Só como exemplo, faço um balanço da Região Sul. Na região Sul, nós tínhamos um mercado dessa ordem de 3.220 megawatts médio, e também tínhamos as várias fontes de energia termina: a do carvão, por exemplo, que temos no Sul, corresponderia a 660; pequenas hidroelétricas, mais compra do Paraguai, 210; transferências de energia do Sudeste, que nós tínhamos, mais 1.000; geração de usinas no Rio Grande do Sul; geração de energia de Parigot de Souza, que é uma usina pequena no Paraná, e geração no rio Iguaçu, 330. Havia uma falta, um déficit de energia de 670 megawatts médios no Sul do Brasil — nessa simulação que estamos apresentando — o que corresponderia a um corte de carga de 20%. Essa era a situação eletroenergética da Região Sul, neste período considerado. Só por esse fato de não ter fonte de energia que assegurasse o atendimento normal do mercado, mostrava um déficit de fornecimento, o que justificaria um racionamento. A determinação do racionamento, nos aspectos legais, nós tínhamos um decreto. Antes do racionamento do Sul, nós tínha-

mos um decreto de 1942, vinculado ao Ministério da Agricultura, a que o DNAE era vinculado. Era um decreto presidencial que determinava como fazer o racionamento, mas, principalmente, os grandes critérios determinavam que racionamentos deveriam obedecer basicamente cortes de carga, através de alimentadores, desligamento de alimentadores. Essa era a primeira legislação, que persistiu durante todo esse tempo, até 1987. Somente com a experiência que nós tivemos do Sul, em fazer racionamento preventivos, dando ao consumidor a participação, fazendo com que ele gerencie a sua carga, é que foi baixado o novo decreto, no dia 9 de janeiro de 1987, definindo outras condições de racionamentos e atualizando essas condições, inclusive permitindo que agora se criassem comissões e se fizessem racionamentos preventivos. Por falta de máquina, seria um racionamento de demanda, ou por falta de água, que é o que está acontecendo no Nordeste agora, ocasionando a falta de energia. Salu esse decreto, definindo os critérios, faz-se uma portaria do Ministro, genericamente determinando o racionamento, uma portaria do DNAE criando essa Comissão de Administração do Racionamento e aprovando a diretrizes de administração do racionamento. As próprias resoluções da comissão são consideradas como aspectos legais.

Vamos entrar um pouco nos aspectos da própria legislação.

Antes de entrar no problema do Nordeste, fizemos questão de mostrar alguns precedentes, até mesmo para mostrar que já existe o **Know-how**, alguma experiência em termos de administração de racionamento, infelizmente.

Por que houve racionamento no Sul? Condições hidrológicas desfavoráveis. Passamos 4 ou 5 anos em que todos os reservatórios sempre estavam quase a 100% do seu volume. Chegamos a um determinado período, talvez o período mais seco do rio Iguaçu, e essas condições hidrológicas se tornaram extremamente desfavoráveis. O mercado de energia elétrica cresceu acima do que tínhamos planejado e do esperado. Obras necessárias, que foram planejadas e deveriam estar concluídas no prazo, foram postergadas por outras prioridades do próprio Governo. Não cabe entrar no mérito, porque V. Ex.^{as} já tiveram a presença de outros colegas que mostraram as causas do racionamento, o porquê do atraso de obras, principalmente o Dr. Mário Bhering, o Dr. Aleluia e o Dr. Nunes, da Eletronorte. Essa programação de obras e, inclusive, o porquê dos atrasos, já foram, talvez por demais considerados. Os níveis de reservatório, de 85 a 86, estavam extremamente baixos. Medidas adotadas, entraríamos, então, no racionamento. Este é o que foi o precedente do Sul, de que estou dando alguns exemplos, mostrando alguns resultados. Só para se ter uma idéia da situação do Sul, temos uma simulação que fizemos de vazões no rio Iguaçu, porque o mercado do Sul é muito semelhante ao mercado do Nordeste, em termos de cargas e em termos de dependência de um rio. Enquanto o Nordeste depende do rio S. Francisco, o Sul depende muito desse rio Iguaçu, onde temos as principais usinas. Mostramos, nessas curvas, as afluências máximas ao longo de toda a história do setor elétrico, aqui, é claro, mostrando simplesmente esses meses: janeiro, fevereiro, março, etc. Então, temos 54 anos de controle de rios e pega-

mos as máximas afluências ocorridas nesse período histórico' todo (ocorrida aqui em janeiro/fevereiro) que colocamos nesse gráfico.

Estes traços aqui, são as maiores vazões ocorridas no rio Iguaçu, em toda a sua história: o azul são as menores vazões, sempre as menores vazões, em cada ano, respectivo, e em cada mês. Em 1975, chegamos acima de 100% da média, por exemplo, no mês de março/85. E, quando chegamos a dezembro de 85, já estávamos com 10% de afluência. Temos, também, o ano de 1986, que foi um pouco melhor, e o ano de 1987, em que estamos parando em 60% da afluência. Somente para mostrar as afluências que tivemos em determinado rio, que foi o rio Iguaçu. Isto, então, mostra uma condição energética.

Agora, vejamos o mercado da Região Sul, 1985/86. O mercado previsto (que era o vermelho) mês a mês, na ordem de 3.000 megawatts/médios e o mercado realizado. Isso, para mostrar como o mercado, pelo próprio crescimento da economia, também cresceu, mas acima do que o setor elétrico esperava. O que significa isso? Significa que tivemos que gastar mais água para atender ao mercado previsto. Só aí também se justifica um pouco mais porque esse gastou mais água além daquela esperada. O mercado dessa Região Sul foi crescente e, aqui, entramos, exatamente, no racionamento da Região Sul: começamos em janeiro de 86, com o racionamento de 20%, com quotas, e demorou três meses o racionamento. Estava previsto para o mercado aqui no Sul, em torno de 3.220, como mostrei antes, de megawatts médios. Tivemos que cortar 20% do mercado. Então, esse foi o resultado do racionamento. Nos três meses, conseguimos, em média, 20% de racionamento no Sul do País. Felizmente, com a volta das chuvas nos reservatórios, suspendemos o reservatório no Sul. Foi no momento, inclusive em que havia já o Plano Cruzado e em que já havia, inclusive, um crescimento maior da própria economia.

No Sul/Sudeste/Centro-Oeste agora já entrando, então, na Região Sudeste/Centro-Oeste tivemos várias obras que estavam programadas e foram retardadas. Isso, também, obviamente, já foi explicado: usinas, como, por exemplo, a Usina Térmica de Presidente Médici, com suas várias fases, prevista para 1983. Tivemos a primeira unidade, entrando em fevereiro/87, e a segunda, em junho/87, então, com um atraso de quatro anos. Itaipu, as duas primeiras unidades de 60 herts, e a própria linha de corrente contínua, a própria linha de corrente alternada, estavam previstas para 84 e só entramos em 87. Então, a própria Itaipu-máquinas e a linha de corrente alternada, três anos de atraso no setor elétrico. Essa linha também de Salto Santiago e Gravataí, também três anos de atraso. Estavam planejadas e programadas para um período e, por uma decisão do Governo, por outras prioridades do governo, tivemos atraso de três anos.

Temos aqui uma média de armazenamento da Região Sul, nas principais usinas. O mais importante é mostrar a média equivalente (seria aqui o verde). Então, qual seria o armazenamento, qual está sendo e foi o armazenamento dos principais reservatórios da Região Sul? Em 85, com 40% de reservatório, em média equivalente — o principal reservatório nosso é o de Foz de Areia que chegou a menos de 30%, só nesse período aqui:

dezembro/85, começo de janeiro. Aqui foi que se justificou o racionamento, todos os reservatórios estavam baixos e a média estava em 40%, ou seja, não tínhamos água para atender mais o mercado. Felizmente, melhorou em 86 e voltou a cair aqui em agosto/86, e, agora, felizmente, estamos com os reservatórios do Sul a 100% de seu volume útil, até um pouco mais. Estamos vertendo água da Região Sul. E por quê? Porque choveu bastante na Região Sul e, é claro, com as obras de Itaipu também já ligadas ao sistema. Então, aqui são as várias usinas, apenas para mostrar como fica difícil, inclusive, fazer essa avaliação, sabendo que já chegamos aqui a quase que 30% do principal reservatório.

Então, antes também da determinação do racionamento do Sul, várias medidas foram tomadas e expusimos isso para mostrar a correlação com o próprio Nordeste, como maximizar, por própria decisão do Ministro, antes de chegar o próximo racionamento e gerar toda a energia térmica possível com o carvão. Então, foi um período em que as máquinas ficaram, por um ano, com plena capacidade. Felizmente, sem grandes problemas operacionais. Então, todas as máquinas térmicas, no Sul, a carvão, foram colocadas no máximo. Com a implantação do horário de verão, tivemos ganhos (é claro que o horário de verão dá ganho pequeno em energia, mas de qualquer maneira, foi um ganho); cancelamos algumas ofertas de energias especiais, tipo EGTD, TST, quer dizer, seguramos tudo que foi possível; diversas manutenções de unidades conseguimos, também, transferir e mandamos, do Sudeste para o Sul, 1.000 megawatts médios; foi o limite da capacidade. Não tínhamos condições de mandar mais energia para o Sul, considerando o intercâmbio com o Sudeste, e com risco inclusive de operação. Colocamos outras unidades menores em operação, compramos energia do Paraguai, compramos energia de outros produtores e a própria conservação de energia que implantamos na Região Sul.

Então, todas as medidas aconteceram e, voltando àquela transparência inicial, de qualquer maneira, aquelas medidas não foram suficientes e obrigaram, então, a determinação de corte de 20%.

Isto foi o que aconteceu na Região Sul e, dentro ainda dos precedentes, o porquê quase nós fizemos racionamento no Sudeste: os mesmos problemas do Sul, tivemos no Sudeste: condições hidrológicas desfavoráveis, mercado do Sudeste explodindo pelo próprio Plano Cruzado, obras necessárias atrasadas, (em média, também, três anos), níveis de reservatórios extremamente baixos. Tomamos várias medidas, uma não foi possível e só não racionamos porque choveu bastante.

Temos também algumas razões afluentes, principalmente aqui do Rio Grande e Furnas. As máximas afluências, em 3 anos, as mínimas afluências em 85 (essa foi a média); afluências em 86, 87 e, em 87, estamos acima de 100%.

O mais importante é verificar o nível equivalente ao reservatório. O reservatório de Furnas é um dos principais reservatórios do País, na Região Sudeste, e chegamos a ficar próximo de Furnas, a 15% de seu volume útil, quer dizer, praticamente o reservatório já estava zerado, no final do ano passado. Isso, também, com a Água Vermelha e com embarcações, todos eles na faixa de 20

a 25%. E a média equivalente dos reservatórios, temos aqui, estava em 26,27%, ou seja, na Região Sudeste, já entrando no período molhado, estávamos com a média de reservatórios apenas com 26%.

Quanto ao crescimento de mercado, que vamos ver agora nesta transparência, esse era o mercado previsto para o Sul/Sudeste/Centro-Oeste e esse era o mercado que estava sendo realizado, ou seja, uma diferença de, em média 10% de um mercado, que estava em 16 ou 17.000. Eram mais 1.700 megawatts médios, que ninguém tinha realmente planejado. Foi a explosão que tivemos de consumo, no ano passado. Então, com o reservatório caindo e o mercado subindo, as perspectivas de racionamento estavam muito próximas. Até mesmo um dado adicional: recebermos um pedido, que foi encaminhado ao Senhor Presidente da República, da FIESP, solicitando que se implantasse aqui — temos grandes consumidores de São Paulo, o próprio Dr. Adjarma Azevedo participa lá, a própria ALBRÁS — pediu que se implantasse um racionamento já em dezembro, para evitar um caos maior aí em São Paulo, Rio, ou seja, em toda a Região Sul e Sudeste, porque as perspectivas eram as piores possíveis.

Tomamos várias medidas para tentar evitar o racionamento. Todas aquelas providências adotadas no Sul, nós reimplantamos: o horário de verão, suspensão de outras energias especiais, essa famosa EGTD. Até tivemos que dar óleo ao consumidor, pelo preço da EGTD, para ele voltar a consumir óleo. Cancelamento também de manutenções, operações de todas as usinas térmicas a óleo do Sul e Sudeste.

Só para ter uma idéia, no ano passado, dia-a-dia, estávamos gastando 1 milhão de dólares por dia de óleo, para poder colocar em operação essas termoeletricas, principalmente, Piratininga, Igarapé e Santa Cruz. Santa Cruz, no Rio de Janeiro; Piratininga, em São Paulo e Igarapé, em Minas Gerais. Um milhão de dólares por dia de óleo, para dar sustentação ao mercado com óleo, porque também Angra ficou fora quase que todo o período. Reduzimos até nível de tensão, de distribuição secundária. Enfim, todas as medidas possíveis tentamos colocar em prática.

E, aqui, voltando às obras de Itaipu, que trouxeram prejuízos para o Sul, trouxeram prejuízos também para o Sudeste, já que o sistema é interligado. Então, chegou-se, praticamente, à decisão de um racionamento no Sudeste. O consumo hoje nacional, em termos de energia, é de 25 mil megawatts médio. O Sul participa com 3 mil e 500; o Nordeste — e essa parte do Norte hoje de racionamento — 3.800 quase 4; e o Sul e Sudeste, em torno de 19 mil. Entraríamos com racionamento quase que já definido, no dia 1º de fevereiro deste ano. Aí, o que aconteceu? Felizmente, quando estávamos em novembro deste ano, até o dia 23 de dezembro, estávamos com a média equivalente de reservatório em 26%. Quando já se decretar, com todos os documentos legais, todo o planejamento de racionamento já feito, começamos a ter chuvas intensas no Rio Grande, no rio Paranaíba, enfim, em todos os reservatórios da região Sudeste. Este, então, é o racionamento da região Sudeste.

E, voltando ao de Furnas, de que já demos aquele exemplo de ter chegado em 15%, praticamente, alcançamos, em maio deste ano, com

85% de Furnas. A água vermelha, que estava em 20%, estamos com 90%, 91%. Isto apenas em 4 meses. E Emborcação, que estava em 22%, chegamos aqui acima de 60%.

Então, era esta a média equivalente dos reservatórios do Sudeste, que estavam em 26% e não havia quase que perspectiva de chuvas, a não ser que tivéssemos quase que dilúvios, durante 3 ou 4 meses. Infelizmente o dilúvio veio. Tivemos grandes problemas com as chuvas intensas. Mas, para nós, do setor, felizmente, foi muito bom, porque, no nível equivalente do reservatório, — estamos, hoje, no Sudeste, com 85% da média equivalente de todos os reservatórios. E, no Sul, 96%. Então, nunca estivemos, na história, com uma recuperação tão grande de reservatórios nessa região.

Chégamos ao sistema Nordeste. O que aconteceu com o Nordeste? Exatamente a mesma coisa que aconteceu no Sul e que aconteceu no Sudeste. E só não deu no Sudeste, porque choveu. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis ocorridas em três, quatro meses, no final do ano e também agora, neste ano. No São Francisco, foram considerados os piores meses da sua história, em termos de aflúências. Nunca tivemos meses de aflúências tão baixas. Já estão fazendo parte do nosso mínimo de aflúência que, há muito tempo, não acontecia. Em 54 anos, temos dois ou três meses aí, nesse período, que foram as piores aflúências possíveis no São Francisco.

O mercado do Nordeste é também explosivo e muito mais do que no Sul e Sudeste. Tivemos a divulgação na imprensa de que a própria indústria cresceu 20% lá, nestes últimos doze meses, e que o mercado tinha crescido 14 a 15%. Então, não esperávamos e não tínhamos planejado um crescimento desse nível.

As obras necessárias, de que vamos falar depois — já foram citadas aqui — principalmente, Itaparica, segundo alimentador de Tucuruí e outras de menor porte realmente foram atrasadas; algumas três; outras, dois, mas tivemos atraso também nas obras necessárias para o Nordeste. Se lá, no Sul, Itaipu tivesse entrado com a linha de corrente alternada, não teria tido racionamento no Sul. Se tivesse entrado o segundo alimentador de Tucuruí, usina de Itaparica, não teríamos racionamento no Nordeste. Isto tem de ser falado.

Nível dos reservatórios extremamente baixos; histórico das medidas adotadas, temos aí, praticamente, as mesmas do Sul. Vamos falar sobre as simulações que constatará o déficit; o estabelecimento da condição de racionamento e os documentos legais que determinaram o racionamento.

Este é o sistema interligado Norte/Nordeste e fiz questão de apresentar, para mostrar porque o sul do Pará, porque o Maranhão todo, inclusive, o norte aqui de Goiás, porque também estão sob o efeito de racionamento. Porque estão ligados, elétrica e energeticamente, à região Nordeste. Esse é o sistema interligado. Por isso que temos, inclusive, grandes reclamações da região de Marabá, de Imperatriz, de Marabá, principalmente, porque o consumidor disse que se fez uma campanha muito grande, para a entrada de Tucuruí, e que eles nunca mais teriam problema de energia, com Tucuruí praticamente ao lado. Só que, infelizmente, eles ficaram do lado de baixo de Tucuruí e não do lado de cima. Então, mesmo

estando ao lado de Tucuruí e mesmo não se imaginando que eles entrariam um dia em racionamento, infelizmente, também o Pará está sob o efeito. Este é o sistema que liga as usinas do Nordeste. Nessa linha, temos o primeiro circuito de 500 quilowatts, que traz energia de Tucuruí. Estamos racionando aqui no Maranhão, racionando aqui na própria ALUMAR, que é grande consumidora de energia, e todo o racionamento que fazemos aqui, nessa região, trazemos aqui para o Nordeste. Então, o que gastamos de água em Tucuruí, que eles não consomem nessas regiões do Maranhão e do Pará, é como se estivéssemos guardando água aqui em Sobradinho. Esse foi o espírito do racionamento. Então, todos os sistemas interligados estão contribuindo com o racionamento.

Temos também um exemplo do mercado da região Nordeste, só da área CHESF; não pegamos a região Norte. Então, para mostrar o previsto e o realizado nesse período, que vai até dezembro de 1985 a 1986. Então, nesse período 1985/1986, dá para verificar o que estava previsto, mês a mês, e o que foi realizado, sempre acima daquele previsto, inclusive, até aqui, quando chegamos a dezembro de 1986, muito próximo do racionamento. Então, aqui é uma visão assim muito rápida do crescimento de mercado.

As obras que são ou estavam sendo necessárias e continuam sendo necessárias para essa região. Então, Tucuruí, na primeira etapa, o prosseguimento da motorização. Tínhamos, como previsão inicial, a oitava máquina de Tucuruí, num total de doze; tínhamos uma potência de 330 como previsão inicial, outubro de 1985, e a previsão atual, junho de 1986, ou seja, a quase dois meses de atraso na oitava máquina de Tucuruí. As outras máquinas também, num atraso quase que de dois a três anos, até a décima segunda, que estava prevista para outubro de 1986.

Usina de Itaparica. A primeira previsão da primeira máquina entraria em dezembro de 1985. A previsão nossa, hoje, — no final de perspectiva, vamos discutir um pouco mais — a previsão, agora, é de entrar a primeira máquina em março do ano que vem. Seria uma máquina de 250 Temos dez máquinas de 250 em Itaparica. A primeira etapa seriam seis máquinas. Então, logo no mês seguinte, dois meses depois, entra a segunda máquina, e para maio de 1988 e julho de 1988, são as previsões de entrada em operação das máquinas de Itaparica.

O segundo circuito de Tucuruí das máquinas de Itaparica.

O segundo circuito, Tucuruí — Presidente Dutra, de 500 Kv, tem como previsão inicial dezembro de 1985, previsão atual março de 1988. Isso aqui é prioridade absoluta dentro do Ministério, estão sendo feitos alguns contatos para verificar se é possível trazer para fevereiro, cada mês que se ganha é muito importante para nós, mas previsão ainda, não sei se a Eletronorte já trouxe um dado mais adiantado, mas a informação que nós temos, hoje, é que ainda continua sendo março de 1988, para entrar em funcionamento o segundo alimentador de 800 Km e 500 Kv. E complemento desse alimentador seria Sobradinho e Itaparica, a previsão anterior era janeiro de 1989 e a previsão atual é junho de 1988. Então, essa aqui, realmente, foi antecipada para poder

escoar a energia que havia nas usinas do Nordeste.

Isso aqui, infelizmente, é a nossa realidade e a grande causa, digamos assim, pelo menos em termos conjunturais do racionamento.

Nós temos Sobradinho que é o azul, Três Marias que é o vermelho e a média dos dois seria o verde.

No ano passado, em março e abril, nós tínhamos praticamente 100% do reservatório de Sobradinho. Não se imaginava que saindo 100% do reservatório em março, maio, há 12 meses, nós iríamos chegar numa sequência, caindo de forma violenta, quase que vertical; nunca aconteceu isso em todo o nosso histórico, caindo Sobradinho de praticamente 90% e chegando a 25, 26% do reservatório. E como nós trabalhamos com operação integrada, Três Marias, aqui em Minas Gerais, com Sobradinho lá no Nordeste, então, nós trabalhamos com essa disponibilidade de energia. Essa disponibilidade é a equivalência dos dois, é a quantidade de água que nós temos em Três Marias e a que nós temos em Sobradinho. É com isso que nós fazemos a avaliação do nosso mercado. E, agora, que saímos do período molhado, que é abril, começo de maio, e não recuperamos o reservatório, infelizmente, foi isso que aconteceu. Então, aqui poderia ter acontecido um período molhado favorável e ter crescido novamente, mas isso não aconteceu. Felizmente, tivemos algum ganho em março e em abril, mas, hoje, começa a despencar novamente os três reservatórios e já chegamos a 46, talvez. Hoje, a situação de Sobradinho deve estar em 42,4, já caiu de 46 para 42,4. Já começou a despencar e a perspectiva, como nós vamos entrar num período de seca, que não chove mesmo nestes reservatórios, é a de que temos de voltar à simulação de tanto racionar, imaginando que Sobradinho chegue, em novembro, com 10%. É o mínimo admissível, operacionalmente. Então, ele vai cair, certamente, já pelo próprio histórico, vai continuar caindo e em novembro nós estamos simulando que chegue em 10%. E 10%, também, Três Marias, o vermelho, que estava com 60% há pouco tempo e que, hoje, já deve estar com 48,5%. Então, nós estamos trabalhando com os dois, pois Três Marias vai cair, também, pela nossa simulação e, também, vai chegar em 10%. Aí é que nós vamos discutir.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — É mais ou menos de 10%.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Essa é a forma, pode verificar: de maio até novembro é período seco, veja como cai, mas esperamos que não caia tão violentamente como caiu agora.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — E a perspectiva de Três Marias?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Em Três Marias, também, daqui até novembro, o período chuvoso é muito maior do que no Nordeste. No Nordeste pode até chover, mas para nós isso não representa quase nada. Em Três Marias, agora, não deve chover. Em condições normais, considerando todo o histórico, a perspectiva de chuvas até novembro em Três Marias é nenhuma. Se chovesse em Três Marias estaria ótimo, porque a água de Três Marias vai toda para o Nordeste, para Sobradinho. Pode é chover um pouco na cabeceira do São Francisco ou lá no norte da

Bahia, qualquer coisa que ajude um pouco. Mas, se chover será muito pouco. A nossa simulação toda se baseia em que Três Marias chegue a 10%, e aí nós vamos pensar em discutir. E se não recuperar? Aí é outra história que nós vamos comentar daqui a pouco.

Esse é para mostrar onde se situa o São Francisco e o azar que nós levamos no Nordeste. Só para ter uma idéia: aqui é o Rio Paranaíba, o Rio Grande, o Rio Paraná, e os principais reservatórios do Sudeste nós temos aqui. Só para ter uma idéia, aqui, é o reservatório de Furnas, aqui no Rio Grande. Então, o reservatório de Furnas, aqui, no Rio Grande, saiu de 16% para 85% com chuvas, 100 km; depois é o São Francisco, e não choveu nada. Infelizmente, se tivesse chovido bastante 100 km depois e não tivesse chovido aqui o Sudeste estaria em racionamento e o Nordeste não, essa é a diferença básica. Então, aqui começa o São Francisco, aqui tem Três Marias e aqui vai para o Nordeste.

As providências que nós tomamos, que o DNAEE tomou, que o Setor elétrico tomou foram para tentar evitar o racionamento. Várias delas, a de suspender a EGTD no Nordeste, a exemplo do Sul e do Sudeste, e tudo que nós estamos falando aqui, tecnicamente, foram por decisões. Tem racionamento, mas qual é o déficit? Quanto que gera? Existe um comitê coordenador de operações interligadas do Nordeste. Como tem aqui no Sudeste, no Sul que é o GCOI, e lá é o CCON.

Nós, da Comissão, estamos mostrando muito mais como nós estamos administrando o racionamento. Agora, nós partimos para o racionamento por decisão técnica do CCON. O CCON, então, congrega todas as empresas do Nordeste, que, reunidas, solicitaram ao Ministro que determinasse o racionamento. Então, ele solicita; o Ministro determina e nós atuamos, ou seja, a nossa parcela de contribuição no processo todo é de administrar o racionamento.

Então, regiões Sul, Sudeste e Nordeste, com a implantação do horário de verão, com alguns ganhos, implantações de medidas, para limitar ligações de cargas ornamentais, até isso nós consideramos, no Natal e no Ano Novo tentamos cortar até ligações de lâmpadas ornamentais. É muito pequeno, mas é um efeito psicológico de mostrar que a situação estava ficando difícil. Fizemos todas as diretrizes que nós definimos de racionamento. Nós fizemos várias reuniões com todas as empresas, inclusive com as do Nordeste, porque até setembro não havia nenhuma grande perspectiva, era mais Sudeste, e depois de setembro nós começamos a incluir o Nordeste na definição das nossas diretrizes. Começamos a fazer a redução de controle e intenção secundária no Nordeste para reduzir o consumo, já a partir do mês de dezembro. Tudo isso por solicitação do CCON. Solicitamos à Petrobrás o fornecimento de combustível para a operação de São Luís, Bongim e Camaçari. Os Srs. sabem que nós temos algumas térmicas no Nordeste que são usinas que foram colocadas para atender ponta de sistema, trabalhar algumas horas por dia e usinas praticamente desativadas, porque há muito tempo não se precisou usá-las, consumir o óleo, mas nós tivemos que rapidamente colocar em operação, buscar peças no exterior, e outra grande dificuldade. Mas o Ministro determinou que a Petrobrás

fornecesse o combustível, inclusive, só agora que nós estamos pagando uma pequena parcela; fizemos reuniões com técnicos para começar a discutir o mercado do Nordeste, de cada empresa, para começar a determinar o racionamento. Então, em janeiro foi sancionado o decreto do Senhor Presidente, que definiu como fazer o racionamento, nós tivemos, ainda em janeiro, reuniões com as empresas para definir os procedimentos de como implantar o racionamento. Fizemos programas de visitas em todas as empresas de todas as regiões para orientar as empresas de como proceder o racionamento de energia elétrica, tivemos reuniões com a CELG e com a CELPA, porque eles não concordavam em entrar no racionamento porque não tinham nada com isso, achavam que o problema era do São Francisco, o São Francisco atende o nordeste. Por que nós do Maranhão, lá do Pará, nós lá de Goiás vamos entrar em racionamento? Então, nós tivemos de fazer reuniões com esse pessoal para explicar por que eles tinham, também, de colaborar.

O Sr. Ministro enviou telex aos atuais Governadores, os Governadores eleitos naquela oportunidade, mostrando a necessidade do racionamento e solicitando apoio a todos os Governadores. Ainda em janeiro, divulgamos a cada concessionário o valor que teria de reduzir no seu mercado e quais seriam as suas cotas, isso ainda em janeiro e, finalmente, o Sr. Ministro baixou uma portaria, depois da decisão do CCON, decidindo-se por um racionamento de 15% em todo mercado, e em janeiro saiu a portaria do DNAEE criando a Comissão de racionamento. Implantamos esta comissão em fevereiro no Nordeste, tivemos uma reunião de implantação e fizemos aqui, ainda em fevereiro, um círculo de palestras com técnicos da região Sul que vieram mostrar à região Nordeste qual foi a experiência no racionamento do Sul, inclusive orientando, ajudando. Ainda no mês de fevereiro, tivemos a primeira reunião da comissão de racionamento para definir os últimos parâmetros, e aqui a divulgação dos principais jornais da região comunicando o início do racionamento para 1º de março. Começamos o racionamento em 1º de março na região Nordeste, cortando 15% do seu mercado, que nós mostramos da seguinte forma: mercado total sobre efeito de racionamento, 3.800mW médios nós tínhamos e temos transferência da região Norte, tínhamos 330mW médios, gerações de Sobradinho — 409, geração do complexo Paulo Afonso 2.390, praticamente, pequenas usinas 105. Como o mercado era esse, faltava 15% de fonte de energia. O corte de carga determinado para essa região foi de 570mW médios. Essa era a nossa responsabilidade da comissão de administrar, A Chesf tem térmica em Camaçari e em Bongim. Nós vamos dar um valor atualizado, mas estamos hoje com cerca de, só da Chesf, aproximadamente, 120mW médios de térmicas dela, como está comprando também do Pólo Petroquímico 40 a 45, mais as térmicas de São Luís, da Eletronorte, nós estamos mais ou menos em 200 mw médios, a Chesf tem várias térmicas, só que algumas lá de Bongim por exemplo, têm problema até de fundações, as máquinas estão meio tortas, uma dificuldade tremenda. Essas térmicas provavelmente foram deslocadas para o nordeste do País, acho que estão lá em Rondônia mas, realmente, são térmicas muito pequenas. Nós estamos falando de tér-

micas estaladas de 500mW, eu acho que em Imperatriz aquelas térmicas deviam andar em 15mW, uma coisa muito pequena, e tivemos aquele problema todo, lá em Imperatriz.

Crêterios, quais foram os crêterios de racionamento? Os crêterios gerais, que foram aprovados pela portaria do DNAEE, em que tivemos premissas, que eu faço questão de mostrar quais foram, e até mesmo nós temos aqui 4 ou 5 livretos que eu gostaria de deixar aqui junto à Comissão. Este aqui é um relatório do racionamento do sul, tudo que aconteceu no sul, reflexos, prejuízos, está tudo aqui, são as diretrizes para um racionamento no Brasil, porque quando fizemos no sul, já achávamos que a situação estava tão difícil em termos de recursos e tarifas que provavelmente chegaríamos em outro racionamento, que infelizmente chegou. Então, nós definimos aqui as diretrizes para um racionamento e, basicamente, nós temos as principais diretrizes que nos guiam na administração.

Tratamento idêntico para casos iguais, independentemente da concessionária. Então, nós temos que evitar discriminação entre consumidores, manter os consumidores informados com relação ao racionamento.

Temos divulgado, feito palestras em todos os locais, sindicatos, federações, estivemos aqui no próprio Congresso dando palestras aos Srs. Deputados, Senadores da Bancada do Nordeste, estivemos junto ao próprio Sr. Ministro, fazendo apresentação, e também aos Sr. Deputados e Senadores. Nós demos aí aproximadamente 40 palestras nos mais diversos fóruns de janeiro e fevereiro até o momento. Fazer com que todos os consumidores sem exceção participem do racionamento. Serviços públicos essenciais terão tratamento privilegiado, ou seja, todo aquele serviço público, água, esgoto, saneamento, hospital, área de segurança, nós não determinamos o corte de fornecimento e demos uma cota muito menor, mas também estão participando; só demos um tratamento privilegiado aos serviços essenciais à população.

E aqui, impor condições mais severas aos consumos destinados ao lazer, ao conforto, iluminação ornamental, pública e etc. em benefício da atividade produtiva. Então quando se fala muito em atividade produtiva tem alguém que sempre diz que não se fala em emprego, obviamente atividade produtiva quer dizer emprego, mantendo um pouco mais a atividade produtiva se procura manter mais o nível de emprego. A indústria mereceu um tratamento privilegiado porque é atividade produtiva e visava à manutenção do emprego.

Essas foram as principais diretrizes, tivemos aqui uma definição de racionamento por cotas, ou seja, em vez de sair cortando alimentadores em cidades, nós preferimos definir cotas individuais a cada consumidor. Cada indústria nós pegamos um consumo de referência anterior, do ano passado, sempre um consumo mais aproximado, vamos dizer, do período agora, sem prejuízo ao consumidor. Tiramos uma média e reduzimos um determinado percentual de racionamento dando a cota de racionamento, que é o racionamento preventivo, nós não desligamos o consumidor, ele simplesmente tinha que diminuir o seu consumo. Esse é o sistema que nós fizemos por cotas; cada consumidor gerencia a sua cota

individual. É claro que nós temos um critério para definir estas cotas, como determinamos essas cotas, foi dito anteriormente, pegamos consumos de períodos anteriores, normalmente variando de março até agosto, seis meses, depois do Plano Cruzado. Mas nós tivemos problemas, porque isso é quando genericamente se trata com todos os consumidores. Uma indústria, por exemplo chegava e dizia: no mês tal eu tive greve ou férias coletivas, então, o meu consumo cai e fica irreal o consumo de referência no futuro. Nós tiramos então esse consumo atípico em qualquer nível, as empresas foram orientadas, elas que administram o racionamento, foram orientadas para tentar calcular a cota mais próxima possível da cota prevista ou do consumo previsto para o mês de março, abril, maio e sucessivamente. Determinamos essas cotas por consumidor, e isso aqui já seria em caráter geral, como determinar uma cota, já no caso do Nordeste determinamos a cota por região, foi aquele índice de 15% definido pelo CCON; fizemos reduções por classe de consumo; a indústria teria um determinado percentual, a residência outro e assim sucessivamente. Isso aqui significa o seguinte: a participação do residencial do mercado global da região é de 17%, ado da região, sobre efeito de racionamento 60%. Então, por que não se tira mais a iluminação pública e se preserva a indústria? Porque não adianta nada, pois, a iluminação pública, o percentual aqui é de 4%. Não adianta tirar mas 10% de 4 que não vai afetar praticamente nada, quer dizer, mesmo preservando atividade produtiva, o nível de emprego, dificilmente nós teríamos como modificar muito o nível da indústria porque é ela que representa 60% do mercado da região.

Para ter uma idéia, 2% do rural no Nordeste é muito pouco. Isso aqui é poder público, iluminação pública, serviço público e consumo próprio, total de consumo por região. Nós definimos para o residencial 21% de redução, para o industrial 14% de redução, o menor índice estabelecido foi para indústria, fora do consumo do serviço público que é considerado essencial. Comercial 20%, rural 15%, Poder Público 25%, iluminação pública 25%, serviço público 10%; consumo próprio 25%. E fizemos uma cota livre ao pequeno consumidor residencial, ou seja, aquele consumidor residencial que tinha um consumo médio até 80 quilowatt/hora que é o mínimo admissível para sobrevivência desse pessoal, que consome pouco, nós tiramos o racionamento, então, aquele consumidor que consumia até 80 nós não permitimos que ultrapassasse, mas não reduzimos mais ainda porque não tinha o que tirar mais, 80 quilowatt/hora é um consumo realmente mínimo, tem três lâmpadas tem que desligar uma lâmpada, não tem sentido isso. Então, nós tiramos até 80 no residencial, até 500 no industrial e até 300 no comercial. O que significou isso em termos de controle operacional? Cerca de 5 milhões e 400 mil consumidores, que ficariam sob o efeito do racionamento, que são os consumidores desta região, estamos trabalhando apenas com 2 milhões e 300, ou seja, 60% dos consumidores. Isso mostra como o consumo médio no Nordeste é baixo. Temos muitos consumidores com um consumo muito pequeno. Estamos só trabalhando com 40% dos consumidores. O montante de carga foi muito pequeno e o número de consumidores fora do sistema de controle foi muito gran-

de. Foi muito importante isso até para a própria administração do racionamento. Esta é a estratificação de mercado que temos na região e a redução por classes de consumo. O que aconteceu com cada empresa? Como os mercados são pouco diferentes — só para se ter uma idéia, no Piauí, a participação dele na ação no mercado da CEPISA é de 13%, isto é, a participação da indústria no mercado da CEPISA é de 13%. Para ver os cuidados que tivemos que ter para poder fazer uma estratificação de mercado e não penalizar mais um ou outro Estado. Conseguimos encontrar índices que davam praticamente para ficar dentro da média de 15 a 16% de redução em cada empresa. Porque a CHESF e a ELETRO-NORTE, como só tinham consumidores industriais, não podiam reduzir mais do que 14%. Como o objetivo é 15% no global, é claro que tem que se ter uma parcela maior junto aos demais consumidores. Estes são os resultados, ou eram os resultados esperados para cada EMPRESA da Região Nordeste.

Como é que administramos? Primeiro, a estrutura da Comissão. Mostramos aí que a Comissão é presidida por mim, que sou o Diretor do DNAEE, ou seja, coordenada pelo Departamento Nacional. Fizemos a nossa sede em Recife. E na CCR, que é a nossa Comissão, temos um Diretor de cada empresa do Nordeste. Todas as decisões que tomamos, são decisões tomadas de comum acordo com os diretores das empresas do Nordeste. Temos 3 Subcomissões, uma em Fortaleza, uma em Recife e outra em Salvador que atuam conjuntamente com a Comissão e fazendo a interligação com as empresas. E em cada empresa a CELPA, no Pará, tem uma Comissão Interna, a CEMAR, no Maranhão, e assim sucessivamente, todas as empresas têm uma Comissão Interna que faz a administração e a operacionalização do racionamento. E aqui, inclusive, convidamos, existe representante da Confederação Nacional da Indústria, da ABRAFE temos 3 representantes, como também representantes de associações comerciais, enfim, todos aqueles que têm maior interesse em saber como administramos, porque é jogo aberto, é jogo transparente, não tem segredos na administração, nas nossas reuniões nós os convidamos e eles participam do debate nosso. Todas as principais associações de classe estão representadas, seja aqui na Comissão, seja na Comissão de Empresa. Todos estão sabendo o que e como estamos fazendo. Nada está sendo feito de forma escondida. Esta é então a nossa estrutura.

Divulgação: fizemos um programa de divulgação através de campanhas na TV, no rádio e nos jornais, e os Srs. devem tê-la acompanhado lá no Nordeste. Fizemos dezenas de palestras em toda aquela região, comunicados aos Governadores e visitas a todos eles que estavam no cargo na época, como também visitamos todos os Governadores eleitos, explicando-lhes o porquê, pedindo-lhes a sua colaboração. Também visitamos Presidentes de Federações. Enfim, fizemos tudo o que nos foi possível em termos de divulgação. Tivemos realmente alguns problemas, porque houve várias declarações divergentes um pouco da nossa, inclusive no começo do racionamento quando este estava em plena vigência, tivemos algumas associações, algumas pessoas dizendo nos que não era verdade, que não tinha mais

e isto sempre traz um problema, deixando a população indecisa. O que vale? O Governo diz que o racionamento começou, e vem outra associação qualquer e diz que ele foi suspenso, que ele ainda não começou. Então isto trouxe um prejuízo com resultado ao racionamento. Felizmente hoje, praticamente não temos grandes problemas mais. Inclusive tivemos uma determinada Federação que era extremamente crítica ao nosso trabalho, e no último mês recebemos um telex agradecendo e elogiando-nos pela forma como estávamos atendendo e administrando o racionamento.

Determinamos uma tarifa especial de racionamento. Qual era o objetivo? O consumidor que não cumprisse a sua cota — por exemplo, no Sul, não tínhamos esta tarifa especial, que é uma penalidade — tínhamos que cortar-lhe o fornecimento de energia. Ou a cota é cumprida ou então o fornecimento lhe é cortado. Resolvemos que isto era inoportuno, e tivemos que implantar uma outra sistemática antes do corte. O que aconteceu? Implantamos a tarifa especial de racionamento. Até o nível de sua cota ele consome normalmente, e acima do nível, o que ele extrapolar, ele pagará então uma tarifa especial, que realmente é muito pesada. É uma tarifa que chega à indústria, por exemplo, que varia de acordo com o excesso, mas em média, se ele receber 15%, ele paga 8 vezes a tarifa de consumo pelo kw hora de excesso. Quer dizer, não há tarifa para buscar receita para o setor. Este não é o objetivo. É uma tarifa realmente inibir o consumo. E até quando vai esta tarifa? Esta tarifa é uma fase intermediária. O consumidor se não cumprir o racionamento não teria sentido, aquele consumidor que participou com esforço, por faltar 1 ou 2% ser cortado. Então daí a tarifa para ele poder fazer o ajuste. Ele paga a parcela e faz o ajuste. Até quando? Se todo mundo pagar a tarifa não adianta, porque vai acabar a água. Isto é realmente para ajuste de alguns casos. Se todo mundo optar pela tarifa, por ela ser baixa, vamos dizer assim, a baixa tensão não é uma tarifa elevada, principalmente em termos de consumo. Se o consumidor começar a optar pela tarifa e consumir energia elétrica temos que suspendê-la e começar com o corte de fornecimento de energia individual. Então, a nossa próxima etapa, não havendo o cumprimento será o do corte individual, por 1 ou 2 dias na residência. Já para a indústria por um tempo tal que lhe permita compulsoriamente cumprir a quota. E se não der certo, a única saída para preservar o mínimo de energia para o Nordeste seria cortar alimentadores. Se não der certo o racionamento de 15%, e Sobradinho deve chegar em 10%. Se ficar em zero vamos operar apenas com a água que entra da fluência natural. Já não vemos controle, porque não sabemos quanto que gerar hoje de energia e o quanto que será entregue. Já temos que começar a cortar o alimentador. E isto significa deixar no mínimo uma cidade desligada por 12 horas, para se obter resultado. Tivemos corte em Manaus — só o que entra, o que vai entrando vai gerando, não tem mais nenhum estoque, vamos dizer assim, em termos de volume útil. Então, se cortar por 2 ou 3 horas, isto vale muito para um racionamento de ponta de demanda. Em Manaus, verificamos que cortou a demanda, muito bem. Só que o reflexo, em termo de energia é muito pequeno, porque a indústria recupera muito facilmente; en-

tão, tem que ser 12 horas e seria o caos. Cortar o fornecimento de energia para uma cidade durante 12 horas não tem sentido falar nisto. Temos é que evitar de fazer isto de qualquer maneira. Isto é o racionamento corretivo. O objetivo de fazer racionamento preventivo é não chegar no racionamento corretivo. Então a duração da tarifa especial vai até enquanto tiver água. Resultados. Quais são os resultados que alcançamos até o momento. O mercado, vamos falar sobre o mercado de energia elétrica, a transferência do Norte/Nordeste que aumentamos a geração térmica, nível dos reservatórios e perdas do sistema.

Bem rapidamente. O mercado nosso é o seguinte. Estávamos tendo de janeiro a fevereiro o mercado na cor azul, o realizado, e na cor meio alaranjado, o mercado previsto. Mesmo em janeiro/fevereiro, no Nordeste, estávamos tendo um crescimento de mercado acima do previsto. Começamos o racionamento em março. O que aconteceu? No mercado previsto tivemos esta queda de mercado. O resultado do racionamento foi de 11,13% no primeiro mês. Inclusive no primeiro mês não aplicamos multas, a tarifa especial. No segundo mês, mês de abril, no mercado previsto, tivemos este resultado 10,18% da economia. No mês de maio tivemos 10,09%. Então aqui começou a preocupar a Comissão porque o pessoal que estava entrando no racionamento porque inclusive não tinha nenhuma medida punitiva já estava começando a voltar. Na última semana de maio, já que isto aqui é acumulado no mês, tivemos só 3% de racionamento. O pessoal achou que ninguém estava cumprindo, não há nada punitivo. Com isto todo mundo voltou a consumir energia elétrica. Já voltamos aqui e implantamos uma tarifa especial de racionamento. Até o dia 22 de junho o resultado deste mês já está em 12%. Isto aqui se considerarmos, ainda, e vamos falar um pouco de perda, se colocar um resultado aqui, desconsiderando as perdas que aumenta a geração, transferência, aumenta o nível de perdas. Se eu colocar o mercado aqui sem perdas, e o resultado sem perdas, vamos ter 2% a mais em resultado no racionamento. Então este mês estaríamos próximo de 14%. Vamos dizer assim que, felizmente, isto representa a contribuição do consumidor. Felizmente o consumidor começou a voltar a ficar dentro da sua cota. Entendemos que se considerarmos perda devemos fechar o mês de junho próximo aos 15%, felizmente. Este foi o resultado que temos.

A transferência da Eletronorte para a Chesf e de Tucuruí para a Chesf, estava lá no começo em 232 mw médios, por força do próprio racionamento — vou distribuir algumas cópias — que é todo o controle por empresa inclusive do racionamento, do reservatório, enfim todos os dados, todos os resultados possíveis do racionamento desde o começo. A partir de março aumentamos, quase que dobramos a transferência de Tucuruí para a Região Nordeste. Estamos aí em média 420 megawatts médios de transferência para a Região Nordeste. Isto aí é para verificar o esforço que foi feito pelo setor em melhorar o seu nível de proteção inclusive, permitindo uma transferência maior.

A geração térmica e o sistema interligado. Aquele dado que eu já lhe dei. Começamos com 40 megawatts médios em janeiro. Foi uma dificuldade tremenda. Estamos em média em 180 mw

médios. Caímos um pouco, porque tivemos a queima de uma máquina lá no pólo petroquímico de Camaçari. É uma máquina de 36. Caiu um pouco esse resultado. Em média, estamos com 180 Megawatts médios de térmica no sistema.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Nós estamos gastando hoje 440 mil dólares de óleo no Nordeste, por dia.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Nas térmicas.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Nas térmicas, todos os dias.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Quatrocentos mil...?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Dólares.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Quem fornece esse óleo, são as companhias que compram ou é a Petrobrás que dá?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Daí é o seguinte: nós compramos a Petrobrás...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Aí não paga nunca, não é?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Não. Estamos pagando. Na semana passada pagamos, via FND, 7 bilhões que devíamos. A nossa dívida agora é pequena, só de 3 bilhões. Enfim, isso aqui foi uma decisão de Ministro de ter que entregar o óleo, de qualquer maneira. Estamos acertando tudo isso e estamos pagando, o setor está bancando, mas foi um esforço realmente muito grande.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Melhor gastar óleo do que o Nordeste ficar parado.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Este é o nosso objetivo e vamos mostrar, se entrar mais térmicas, por exemplo, se se colocar mais térmicas, lá no Nordeste, que é o que se está discutindo aí, CHESF/Eletrôbrás, vamos imaginar que se dobre, que se esteja hoje produzindo 200 megawatts médios e que se coloquem mais 200 megawatts médios, por exemplo, no Nordeste? Teríamos mais uma capacidade instalada de mais 400 megawatts. Chegaríamos muito próximo a 1 bilhão de dólares de óleo por dia. O setor gastaria isso.

(Projeção)

E, aqui voltando, talvez seja a transparência mais importante, seria a queda do reservatório de Sobradinho e do volume equivalente. E já partindo aí para os quase que "finalmente", temos aqui — é importante registrar — como é crescente o nível de perdas no sistema, e é muito alto. Estamos aqui com 300 megawatts médios de perdas. Então, se estamos gerando 200 megawatts médios em térmica, estamos perdendo uma vez e meio o que geramos no sistema. Isso é normal. Ou seja, se estamos gastando 400 mil dólares por dia de óleo, estamos perdendo na mesma proporção quase que 600 mil dólares com perda no sistema.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Como é que se dá?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Isso aqui é perda da linha mesmo, perdas elétri-

cas. Não é a de Sobradinho que evapora 300 m³ por segundo. Isso é outro tipo de perda.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Quanto aumento a transferência aumenta as perdas.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — É. Por que esse crescente aqui? Porque foi aquele crescente de transferência de Tucuruí; quanto mais transfere mais perde, pelos 800 quilômetros de linha, mais o outro que é trecho, acho que 300 mil, 1.100 quilômetros de linha, a perda é quase que...

O SR. CARLOS BENEVIDES — Seiscentos mil dólares seria de quê?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Não. Dei um exemplo assim: se estamos para gerar 400 megawatts médios e estamos gastando 400 mil dólares de óleo, o que estou perdendo, quase que numa proporção dessa, seria 600 mil dólares por dia de perdas no sistema. Mas isso é um dado, obviamente. Não tem validade.

As perspectivas — Então, o que estamos imaginando, esperando aí para o futuro? No futuro, vamos separar 87 de 88: primeiro, o prejuízo do racionamento, o prejuízo é incalculável. Para calcular o prejuízo do Nordeste até estamos fazendo um trabalho, a nível de economia, quanto que a economia vai perder. Estamos começando a levantar esses dados.

O SR. CARLOS BENEVIDES — Isso é mais importante.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Mas só podemos avaliar isso...

O SR. CARLOS BENEVIDES — Sem contar mais com as concordatas e a seca verde.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Desde que seja por causa do racionamento. O pessoal tem usado muito também o racionamento como um motivo para a concordata, e não é. Tivemos quatro empresas que divulgaram, que falaram que o racionamento era o motivo de fecharem as portas, visitamos as quatro e nenhuma delas foi pelo racionamento, talvez por problema de juros e outros.

O SR. CARLOS BENEVIDES — Estou dizendo que é um problema que se soma aos outros. O problema da economia, o problema da seca e outros. As concordatas estão acontecendo por causa do racionamento de energia, que é o terceiro problema sério do Nordeste.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Sim. Sem dúvida. Claro. Então, só vamos avaliar o prejuízo na economia quando acabar o racionamento, obviamente. Então, temos um grupo trabalhando, levantando alguns dados para verificar quanto o Nordeste vai perder com esse racionamento, que é coisa muito grande. Realmente é muito grande.

Agora, e as empresas do setor elétrico? Estamos avaliando aqui que as empresas terão um prejuízo este ano da ordem de 100 milhões de dólares. Este é o prejuízo das empresas. Não é bem prejuízo. É receita que ela deixará de ter estava previsto arrecadar e não irá arrecadar. Não gostaria de falar em prejuízo, porque ela não vendeu energia, não tem prejuízo. Isso é bancado pelo próprio custo do serviço do setor elétrico.

Aumento de despesas, combustíveis — como falei — 400 mil dólares por dia o setor tem que pagar.

Iluminação pública — Temos que estar desligando, há cidades, inclusive, que estão desligando até 50% da iluminação pública. Eles têm que subir no poste e desligar lâmpada por lâmpada. Isso é um trabalho muito grande e é muito oneroso...

O SR. CARLOS BENEVIDES — É uma redução pequena.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — É pequena, mas o importante não é nem o efeito da redução da carga da iluminação pública, é que o povo tem que ver que está todo mundo participando. Então, apaga-se, por exemplo, um letreiro luminoso que não pode ficar ligado, apaga-se por quê? O letreiro é 200, 300 watts. Mas o povo tem que ver que todo mundo está colaborando. Então, é muito mais psicológico do que resultado de carga.

Viagens — As empresas têm que dar treinamento, visitar, as empresas viajam para reuniões. É um custo adicional de viagens.

Serviço comercial — Também da parte computacional é um trabalho muito maior, porque é feito normalmente e os custos também são maiores.

A divulgação. Nessa divulgação já gastamos, até o momento, cerca de 30 milhões de cruzados. Nós, que eu falo, é recurso da ELETROBRÁS. As empresas do Nordeste gastaram talvez mais 5 milhões de cruzados. Estamos compensando as empresas. E solicitamos, agora, precisamos de mais 45 milhões de cruzados para divulgar o racionamento até o final do ano, porque o racionamento tem que ser divulgado, senão o pessoal esquece. Se chove, por exemplo, estes dias ligaram-me lá do Ceará: "Olha, deu uma chuva violenta aqui.

Acabou o racionamento no Ceará? O pessoal sempre leva a crer que choveu, acabou o racionamento.

O SR. CARLOS BENEVIDES — Sobradinho é um pouco mais longe.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — É exatamente. Tem que chover lá no lugar certo. Mas para isso tem que se divulgar que não acabou o racionamento, tem que mostrar para o consumidor. E pedimos mais 45 milhões. É uma dificuldade muito grande, porque não temos dinheiro, estamos lutando aí para ver se conseguimos manter a divulgação.

A simulação para 87. Então considerando, até o final do ano, um fluxo máximo aqui de Tucuruí para Marabá de 1.100 megawatt médios, que é o limite máximo que pode sair dessa linha de Tucuruí, considerando uma geração térmica de 200 megawatt médios — estamos em 180, hoje, vamos ter que chegar aos 200 — partindo da premissa de que vamos chegar com 10% do volume útil de Sobradinho, então, qual seria a necessidade de racionamento até o final do ano? Aqui há um ponto, corta: necessidade de redução até novembro. Quanto temos que reduzir?

São algumas simulações, algumas tendências. Não é nem o pior, porque chegamos, até o mês passado, à média — temos uma média de longo termo, que chamamos percentual — de novem-

bro até março, de 57%, abaixo de 60% da média, as aflúncias para o Nordeste. Então, se ficar em 60%, que não é muito otimista, a partir de junho teríamos que continuar, praticamente até novembro, dezembro, com 15% de racionamento, 60% da média, que é o valor que, em média, está dando.

O SR. CARLOS BENEVIDES — Essa geração térmica é acréscimo?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Não, são os duzentos totais, porque não há grande expectativa de acrescentar a térmica até o final do ano. Essas que chegarem já vão chegar em novembro, dezembro. Então, não dá para considerá-las. Isso daqui é só 87, depois vou mostrar 88.

O SR. CARLOS BENEVIDES — Essa média aí quer dizer que tem que ter mais para dar essa média? Geração térmica: 200 megawatts médio.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Não, esses 200 megawatts médio, que chamamos, é no período todo. Média do mês, por exemplo. Então, ele está gerando, hoje, 180 e eu vou ter que gerar talvez, no outro mês, 220, para dar essa média de 200, até o fim do período. O objetivo é duzentos, se for um pouco menos, depois tem que dar um pouco mais. Para a simulação consideramos duzentos, não dá para se considerar 180, 220.

O SR. CARLOS BENEVIDES — Essa tabela tem os valores reais que oscilam, os valores médios?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — É, no final desse documento que mostramos, há geração diária das térmicas. Então, vê-se que ela é variável, para dar determinada média mensal.

Se ficar a tendência em 65% da média, o racionamento ficaria na faixa de 13 a 14% a partir de junho, julho ou agosto, até novembro; e se ficar em 70% da média — é otimista 70% da média — o racionamento poderia ficar na faixa de 11 a 12%.

Então, o que vamos trabalhar daqui para a frente? Até agosto, já definimos que se mantem 15%, vamos avaliar agora em julho o que aconteceu, mas dificilmente vamos sair dos 15% para menor, mas se perguntarem: e se der 70% da média, não poderia cair para 12%?

Primeiro, tem-se que cumprir todas essas condições aqui: o racionamento teria que estar dando 15% e já verificamos que em nenhum mês já deu 15%. Teríamos que chegar em 10%. Então, estamos imaginando que, se acontecer uma situação boa, poderíamos talvez ficar em 15% e tentar sair dos 10%, em Sobradinho, e ficar em 15% mínimo, porque esses 10% podem ser fatais para nós.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Farias) — Tem a palavra, pela ordem.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Gostaria de pedir, sei que o nobre Deputado está muito interessado no problema, mas como não temos aqui o hábito de o depoente prestar o depoimento e posteriormente fazermos as inquirições, mas mais do que isso. Quer dizer, só esto-

interferindo por um problema de emergência, porque infelizmente, como Relator, sei que vou ser chamado às 17 horas e 30 minutos para uma reunião da Executiva, então terei que sair e estou aqui tentando administrar o tempo, embora vá ter prejuízo com o próximo depoente, mas que eu não falhe na minha missão de Relator, por isso gostaria que fosse reservado tempo para poder fazer as indagações, pelo menos ao primeiro depoente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Farias) — Eu pediria que se deixasse o expoente sem interrupção, porque depois nós teremos um tempo para arguição dos parlamentares presentes.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Obrigado. Ofereço uma última transparência, então, que acho que é a mais importante, e encerro. Simulações para 88. Em 87 nós já verificamos que vamos ter racionamento até o final do período, e 88, quais são as perspectivas?

Considerando a Tucuruí — Presidente Dutra, 30 de março de 1988; considerando Sobradinho — Itaparica, 30 de junho. O fluxo máximo de Tucuruí a Marabá, que vai para o Nordeste, crescente nessa proporção que está aqui registrada. O enchimento do volume morto em Itaparica, a partir de janeiro de 1988, vai encher de qualquer maneira. Essas máquinas de Tucuruí, como já falei, novas unidades. A entrada das máquinas de Itaparica, a primeira a partir de maio, são as perspectivas? Então, essa é a simulação final.

Vamos partir, aqui, com 60% da média da afluência, vamos até deixar as demais, 60%, que é uma coisa razoável, se Sobradinho ficar com 10% e se nós tivermos 330 megawatts médios de térmica, ou seja, crescer mais 130, recuperar-se a mais 130, nós ainda teríamos um racionamento, no ano que vem, de 14% o ano todo. Se nós trabalharmos com Sobradinho com 15%, se chegar o reservatório de Sobradinho no fim do ano em 15%, que seria aquele ganho que eu falei inicialmente, e se nós trabalharmos aqui com 330 megawatts médios de térmicas, quer dizer, duzentos mais 130, nós teríamos no ano que vem um racionamento ainda de 12% o ano todo. Se aumentarmos as térmicas para 450 megawatts médios, nós teríamos, então, 9% de racionamento. A melhor hipótese seria 70% da afluência, que é uma coisa otimista, mas que pode dar realmente; Sobradinho com 15% seria a melhor hipótese nossa, aguarde mais água do que as simulações; e 450 megawatts médios de térmicas, ou seja, 250 a mais do que está dando hoje. Teria que colocar realmente muita térmica no sistema. So aí nós escapamos de um racionamento do Nordeste no ano que vem.

Então, essas são as simulações e é claro que nós dependemos muito agora de chuvas. Tem que chover no período chuvoso que começa em novembro. Se chover acima de 70% da média, é claro que acaba o racionamento e tem que chover bastante; se não chover, por isso que nós temos que nos precaver e trabalhar com outro tipo de simulação. O objetivo nosso é tentar ficar em 15% em Sobradinho.

Bom, realmente usei muito tempo dos Srs. eu quis dar um panorama muito amplo.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. Ex^a me permita não falei sobre seu tempo porque

seu tempo é ilimitado, é apenas para nós andarmos um pouco mais depressa, por uma questão apenas que sei que vou ser chamado daqui a pouco e gostaria de ter a oportunidade de arguí-lo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Farias) — Agradecendo ao Dr. Benedito Aparecido Carraro sua apresentação e exposição, bem como a seus assessores a participação.

Passamos a palavra, agora, ao Relator desta CPI, Senador Jutahy Magalhães para fazer as arguições.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, Dr. Benedito Aparecido Carraro, ouvi com atenção a sua exposição e verifiquei que V. S^a fez uma análise completa dos antecedentes, das razões do racionamento, os critérios estabelecidos para o racionamento e previsões, ainda razoavelmente, ou bastante pessimistas, quanto ao futuro. Verifiquei também que tudo foi colocado de uma maneira, como tenho dito aqui em tom de brincadeira, que vamos acabar saindo desta Comissão com a impressão de que São Pedro é o inimigo público nº 1 do Nordeste, mas até agora ainda não o considero assim. Considero que o inimigo público nº 1 do Nordeste tem sido a associação de governos que até o momento ainda não resolveram realmente fazer do Nordeste aquela prioridade nacional que tanto reclamamos em discursos constantes. Só se vêem nordestinos chorando a cada ano, seja pela seca que mata, seja pelas enchentes que também matam e causam tantos prejuízos, e falta sempre aquela ação efetiva e determinante do Governo, aquela razão política, determinação política.

Na própria exposição de V. S^a verificamos o quê? Que no Sul nós passamos também por um período em que houve quase que necessidade de um racionamento mais intensivo. Durante a exposição também verificamos que houve nessa Região um atraso médio de três anos nas obras das hidrelétricas, enquanto que no Nordeste o atraso tem sido: Xingó, que era para entrar em execução agora em maio de 87, então, já deveria estar em funcionamento, e a previsão atual é para 93, um atraso de seis anos; Itaparica, que a previsão era para 82, agora é para 88, e vamos torcer para que realmente os recursos sejam transferidos para isso; a linha Tucuruí-Presidente Dutra era prevista para 84, agora para 88.

Portanto, veja V. S^a que o atraso foi do dobro das obras do Sul. Mais uma vez a Região do Nordeste mostra que nunca tem para si os olhos voltados dos governos como uma prioridade nacional. Também vimos que lá no Sul, como medidas preventivas, segundo a exposição de V. S^a foram colocadas em funcionamento as usinas de carvão, colocadas as usinas de óleo. No Nordeste, temos esse problema das termelétricas que estão agora funcionando, ocasionando até prejuízo para o País, mas não podem funcionar em pleno vapor, a plena carga, porque estão lá em Camaçari. Por exemplo, eu soube que a Usina de Camaçari não pode funcionar, porque não está em condições, está funcionando, mas não em plena carga, não está em condições técnicas para isso. A de São Luís parece também que é a mesma coisa, da mesma forma que a de Pernambuco. Então, não houve aquela previsão necessária para que pudéssemos, nesta altura de um possível racionamento, que tudo deve ser previsível, mas não tivemos

as condições técnicas necessárias para evitar um problema maior que deixasse de ocasionar a necessidade desse racionamento.

Como estamos com a intenção de fazer de São Pedro o grande culpado de tudo, estamos buscando as razões, as imprevidências ocorridas no passado, que não previram esse possível racionamento na Região Nordeste, gostaríamos que V. S^a respondesse a algumas indagações que tive oportunidade de preparar hoje de manhã.

Conforme foi relatado a esta CPI, sabe-se que grande parte de energia consumida pelo Nordeste refere-se à indústria elétrica intensiva, tais como:

ALCAN, FERPAÇA, AÇONORTE, Sai-gema, Dow-Química, e por que o racionamento não foi mais intensificado nesse grupo de consumo para atender nas outras atividades econômicas e sociais da Região?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO —

Antes, eu só gostaria de tentar modificar um pouco uma palavra que V. Ex^a colocou. Eu não quis, realmente, hoje, ser aqui, pessimista, procurei se bem realista, esta é a nossa realidade. São Pedro — eu concordo com a V. Ex^a em tudo — São Pedro não é o nosso inimigo nº um; infelizmente, agora está sendo, porque não há outra alternativa. Realmente, se as obras tivessem sido construídas de acordo com o planejamento, não haveria racionamento e não estaríamos acusando São Pedro. V. Ex^a tem toda razão sobre isso. Temos aquele princípio, aquela diretriz de não discriminar consumidores dentro de uma mesma classe. A todas as indústrias, independentemente de seu nível de produção, do seu nível de consumo, reduzimos 14%. O nosso princípio é não privilegiar nenhum consumidor, nem discriminar esse consumidor. Temos uma legislação toda atrás de nós que não nos deixa fazer essa discriminação. Como, por exemplo, foi dito, desligar ALUMAR, ou dar um índice de racionamento a mais para a FERPAÇA, por exemplo. Individualmente não teríamos legalmente como dar um tratamento diferenciado. Imaginávamos e estamos imaginando que todos devem ter a sua colaboração, a sua cota de sacrifício. Se, por acaso, houver necessidade de aumentar o racionamento, esperamos que não, mas se houver necessidade de aumentar o racionamento, não por uma determinação da Comissão, porque não temos autonomia para isto, nosso papel é simplesmente administrar de acordo com a lei. Há uma tendência e já estamos em negociação com os grandes consumidores, para que contribuam com a cota maior, sem haver, assim, uma obrigatoriedade definida pela Comissão, que não podemos fazer isto. Então, se aumentasse além dos 15%, este, inclusive, foi o entendimento que tivemos com as Federações, com os secretários, com os governos do Nordeste, até 15% seria suportável, acima de 15% teríamos que negociar com cada empresa, para verificar se seria possível, porque cada empresa dessas também tem os seus compromissos internos e externos, tem seus compromissos tributários com o Estado, enfim, todas elas têm o mesmo problema que tem a pequena. Além do mais, a indústria grande tem pequena flexibilidade de redução, já que trabalha com fator de carga muito alto, ela já considera, no seu planejamento, a conservação de energia. Qualquer redução a mais que se faça no grande consumidor significa diretamente reduzir o seu

nível de produção quase que na mesma proporção.

Quanto à pequena indústria, por experiência também no Sul, ela tem uma faixa de 8% que é possível assimilar um racionamento em termos de racionalização de uso sem perda de produção.

Basicamente estes foram os motivos, os argumentos que nos levaram a dar um tratamento único a todos os consumidores de uma mesma classe.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Isto aí está me parecendo aquela questão de transferência de recurso de capital de trabalho. Então, o assalariado é sempre aquele que tem que apertar mais o cinto.

Lá no Sul, quando se fez a prevenção quanto a racionamento, utilizando-se as usinas de carvão, qual o percentual de geração de energia na base das usinas de carvão?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — O carvão faz parte da operação energética do Sul normalmente. Quer dizer, elas atuam normalmente dentro de um sistema interligado. Elas participam, num mercado de 3.200, com 600 megawatts médios, isso daria 20%. No mercado do Sul elas atuam com geração termelétrica-carvão normalmente. Agora como choveu muito, como há muita água, reduzimos para um fator de carga pequeno, vamos dizer assim, e agora ela passa para 10% do mercado, provavelmente um pouco menos.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Como é que V. S^a se posiciona quanto à possibilidade da continuidade do racionamento de energia para o ano de 88, caso a Usina de Itaparica não seja concluída, ou mesmo a deflagração de racionamento de níveis superiores para o ano de 1993, caso não seja cumprido o cronograma da Usina de Xingó? Quais as medidas que estão sendo tomadas para evitar-se o prolongamento do racionamento?

V. S^a fez questão de dizer que não foi pessimista. No entanto, o Dr. Mário Bhering foi tremendamente pessimista quando esteve aqui nesta Comissão e fez o seu depoimento. Mostrou uma grande preocupação com a possibilidade de que Itaparica e Xingó não chegassem à sua conclusão dentro de cronograma previsto, e que, não chegando a essa conclusão, teríamos um racionamento muito mais severo, principalmente no ano de 1992 e 1993.

Quais são as medidas preventivas que já estão sendo tomadas? Temos alguma fonte alternativa de energia que tenha algum valor percentual sobre o fornecimento de energia para a Região Nordeste? Temos alguma tentativa de aproveitamento de energia solar ou de outras fontes de energia para evitar que somente fiquemos dependendo da chuva e da conclusão dessas obras que estão em execução no momento?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Estou procurando atuar mais a curto prazo e falando mais como Presidente da Comissão de Racionamento, menos até como Diretor do Dnaee, já que, a médio e longo prazo, o Dr. Mário Bhering é que teria todas as informações. Quer dizer, a curto prazo, medidas para se evitar as perspectivas. Perspectivas são aquelas que normalmente friso que são realistas: se chover um pouco mais

do que estamos imaginando, e com a chegada de algumas térmicas, podemos evitar o racionamento no ano que vem. O que estamos fazendo para isso? Primeiro, as térmicas a óleo, essas barcaças que já foram trazidas aqui, em termos de informação, pelo Dr. Aluísio. Elas foram levantadas, vistoriadas e dependem de uma decisão do Governo. Existem várias alternativas de barcaças novas, com algum uso, que poderiam ser transportadas dos Estados Unidos, talvez no período de três meses. Só que existe um custo em média de 500 dólares, por quilowatt. Se trouxerem 200 megawatts, precisaríamos de 50 milhões de dólares; se trouxerem 400 megawatts, 10 milhões de dólares, e daí para frente. Esta seria a primeira medida que poderíamos imaginar trazer, em três meses, para gerar energia imediatamente. A óleo ou a gás, mas seria imediatamente, porque essas barcaças estão prontas.

Seriam barcaças que ficariam estacionadas lá em Salvador, e, quando resolvéssemos o problema do Nordeste e houvesse um problema lá no Norte, deslocaríamos as barcaças para o Norte, deslocaríamos para o Sul. Elas seriam móveis. É uma boa alternativa realmente para nós.

É uma idéia. A própria Chesf. Enfim, não temos dinheiro no momento, mas têm que ser compradas. Então, seria a primeira alternativa de curto prazo.

A segunda alternativa é que estamos negociando com vários consumidores, usineiros que têm possibilidade de, rapidamente, colocar alguma geração através do bagaço de cana. É muito pequeno isso, realmente, mas, de qualquer maneira, já negociamos; tivemos, ontem, uma reunião com o sindicato de Alagoas. Se as usinas deixarem de consumir do setor elétrico já será um grande lucro para nós. E acertamos com seis dessas usinas para que coloquem toda sua capacidade disponível da safra para gerar energia elétrica, a partir de setembro, e deixarem de comprar do setor. Se possível, elas venderiam para nós, dariamos crédito a esse quilowatt/hora e entregaríamos depois que resolvesse o problema do Nordeste.

Então, o programa de bagaço de cana, a curto prazo, já o colocamos na rua, já comprando energia.

A médio prazo, a partir de 1989, o Sr. Ministro criou a Comissão — inclusive nós a estamos presidindo — para definir, até outubro, uma política nacional de compra de energia de autoprodutores, seja de qualquer tipo de energético, mais especificamente do bagaço de cana. Vamos definir um contrato grande, vamos definir um preço para que esse consumidor, inclusive, faça investimentos nesse sistema só para gerar energia elétrica — porque o objetivo, como o Sr. disse, é não ficar mais dependente de São Pedro. Temos de diversificar as fontes de energia. Então, seria uma segunda alternativa que está sendo colocada no sistema.

A terceira alternativa, e a principal, seria não atrasar obras.

Então, Itaparica, daqui para a frente se atrasou, tudo bem, há culpados, tudo isso vai ser discutido e avaliado por esta Comissão — não pode mais atrasar. Vamos começar o seu enchimento em janeiro, a primeira máquina entra em funcionamento em maio e tem que entrar em maio mesmo, senão não dá nem para avaliar o que vai acontecer.

Esse cronograma de Itaparica, e o cronograma da segunda linha de Tucuruí, basicamente, não podem sofrer nenhum dia de atraso.

Nós vamos transferir mais 550 megawatts médios de Tucuruí e com o crescimento de mercado sobriam só 250. Mas há, também, a expectativa — não sei se feliz ou infelizmente — de que o mercado não cresça mais nos níveis em que vinha crescendo. É claro que caindo o mercado, caindo o nível produtivo não por problema de racionamento, mas pela própria economia do País, pelo poder econômico de hoje, precisando usar menos água para atender ao mercado, porque é menor, isso nos ajudará.

Nós entendemos que existe, a médio ou longo prazo, um programa de conservação muito grande, porque há um abuso de consumo de energia elétrica. Além disso, o que permite visualizar um consumo menor, também, é o próprio preço de energia elétrica. Ela participava com 20% dentro do poder energético há 10 anos; hoje, participa com 36%, porque o preço era muito baixo e todos estavam optando por energia elétrica, mas não acompanhamos esse crescimento porque não tivemos recursos, o Governo não nos deu recursos.

Então, sendo a tarifa de energia elétrica mais compatível com o custo, como está sendo, há uma tendência de uma maior conservação, de um uso menor de energia elétrica.

Essa conservação, em função do próprio preço, vai-nos ajudar a manter o equilíbrio entre a demanda e oferta.

Com relação à energia solar, existem alguns projetos isolados, como também na maré motriz, mas são projetos que dão um ganho muito pequeno e um custo muito grande. Então, no momento, servem para pesquisa, para incentivá-la, mas não dá para considerar, nos próximos três ou quatro anos, nenhum ganho muito grande em termos desse tipo de energia.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Com relação à energia solar, parece que existe um custo mais alto para a instalação de sistemas, mas apresenta um custo bem menos elevado, praticamente zero, para a conservação desses sistemas.

Nos Estados Unidos, teve oportunidade de observar algumas instalações e foi feito um programa de instalação de energia solar nos prédios públicos. O Governo Federal, naquela época, estava incentivando isso, pagando, fazendo um crédito especial para implantação desse sistema de energia solar, pensando, no futuro, em uma economia que, na época, foi calculada em até 20% em determinados Estados. Parece que havia uma preocupação já quanto ao problema de água, que eles têm em larga escala, e também não queriam ter os problemas de hoje, cada vez mais sérios, os problemas ecológicos para a instalação de energia nuclear e sistemas de carvão mesmo, que é a grande fonte de energia que têm mas que apresenta problemas ecológicos sérios.

Então, estavam utilizando o máximo possível — ou pelo menos tentando utilizar, porque não sei se o programa foi muito adiante — com um cálculo de 20% de economia de energia, esse sistema da energia solar.

Para isso havia até um financiamento por parte do Governo, para incentivar essas instalações; porque a instalação inicial, realmente, é mais cara, mas se os consumidores fossem incentivados a

instalarem, talvez houvesse um consumo maior. Aqui no Brasil, pelo menos na região Nordeste — o consumo particular é de 17%, apenas, o das indústrias é muito maior — já se teria um consumo razoável para se tentar implantar esse sistema.

Não sei se isso não tem sido considerado válido e por que não tem sido considerado válido no Brasil, que tem tanto sol, principalmente na região Nordeste, porque São Pedro já não seria tão responsável.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Eu concordo plenamente com V. Ex^a. Não tenho bem esses dados, mas, se não me engano, o custo de instalação de um equipamento solar estaria em torno de cinco a seis mil dólares por quilowatt, enquanto na hidroelétrica está em torno de 1.500; nas térmicas usadas o investimento é de 500 dólares por quilowatt.

Então, o investimento inicial é muito caro, mesmo, mas é claro que, depois, o energético é de graça.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Mas não para transmissão, seriam dados individuais.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Ele se paga em pouco tempo, mas o problema do Brasil está sendo sempre de imediato, então não temos dinheiro para começar. Mas concordo plenamente que tem que ser incentivado, pesquisado e tem que se dar recursos para isso.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — O cronograma para entrada em operação da primeira máquina em Xingó já atrasou seis anos; a primeira previsão era para maio de 1987 e, atualmente, já se aponta para junho de 1993. Existe alguma outra revisão desses cronogramas? A partir do momento em que é expedida a autorização para a construção de uma usina por parte do departamento que V. S^a dirige, o cronograma de implantação da obra é acompanhado? Por que se permitem essas constantes alterações no cronograma inicialmente previsto, uma vez que quaisquer retardamentos poderão ocasionar déficit de energia para a região? V. S^a falou que não pode mais, realmente, atrasar; se atrasar, será quase que o caos.

Então, o departamento de V. Ex^a acompanha esse problema do cronograma, a execução dos cronogramas dessas obras?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — O DENAEE acompanha, mas quem coordena é a Eletrobrás, que é responsável pelo cumprimento do cronograma dessas diversas obras do sistema interligado e atrasa exatamente porque não temos recursos. Então, se a Eletrobrás não tem dinheiro, o DNAEE não pode fazer nada, porque o próprio Ministro não pode fazer nada.

O atraso existe, e a nossa obrigação é alertar que está havendo atraso, e que não pode haver, mas de onde e como vem o dinheiro é que temos, agora, que ficar vigiando, com um ajudando o outro para que ele não falte.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — O Ministro Aníbal Teixeira já disse que tem que se procurar, realmente, onde estão 10 milhões de dólares, mais ou menos; mas deu o exemplo de uma usina de Três Irmãos, se não me engano, em que foram compradas oito turbinas geradoras, quando só vão ser utilizadas três.

Com isso, temos a compra das turbinas de Xingó e de várias outras, pelas quais estamos pagando juros altos, e o dinheiro foi perdido.

Qual o prejuízo, por exemplo, que se tem? Porque, até agora, a dificuldade tem sido esta: estamos sempre fazendo rodeios nesta Comissão, porque não chegamos, ainda, a definir de quem partiu a ordem para se adquirirem as turbinas, para se buscarem esses recursos no exterior, que trouxeram prejuízo à Eletrobrás e ao sistema energético do País.

Quem é o responsável pela ordem? É o setor elétrico ou o setor financeiro, serão os dois setores? Porque alguém tem que ser responsável ou várias pessoas têm que ser responsáveis por isso. É isso que estamos querendo buscar.

Quem foi responsável pelo atraso de Itaparica, pelo atraso de Xingó e da linha de transmissão? O DNAEE teria condições de apontar de onde partiram as ordens que fizeram o atraso nesse cronograma?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Bem, eu, especificamente, não tenho. Na qualidade de Presidente da Comissão de Racionamento, vim mais para explicar como estamos administrando; mas o porquê de não se ter chegado, o porquê de o setor estar tremendamente endividado porque se compraram várias máquinas que não foram implementadas ainda, por que o Governo usou o próprio setor elétrico para buscar recursos a juros de 20%, quando a remuneração era de 5 ou 6, ou seja, para os vários porquês, eu não tenho explicação.

Realmente, acredito que durante as várias exposições dos dirigentes das empresas, principalmente o Dr. Mário Bhering, que já esteve aqui, essas perguntas podem ser respondidas, ou através de outros membros do Governo, da área econômica, principalmente, que determinaram os vários pacotes em que tivemos que nos envolver.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Mais um depoimento e não chegamos a nenhum nome.

V. Ex^a fez uma afirmação na sua exposição, que eu uno a uma outra, feita por um depoente anterior. V. Ex^a disse que, para fornecimento de contratos às grandes empresas, às empresas de alumínio principalmente, existe um contrato que deve ser obedecido; não poderia haver uma tarifa diferenciada, porque esse contrato está em vigor.

O depoente anterior disse que o Ministro das Minas e Energia teria declarado que não assinaria jamais aquele contrato; apenas estava cumprindo um contrato. Qual teria sido a razão para o Ministro fazer essa declaração de que não assinaria jamais aquele contrato: ele é prejudicial ao País?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Não conheço os argumentos e informações do Sr. Ministro. Não falei em contrato; disse que se não podemos atuar mais em cima de uma outra empresa, é por discriminação vedada por lei, e não por contrato. Assinou-se um contrato no passado com cujos termos o Sr. Ministro não concordaria, se fosse o administrador ou o gerente da época. Foram decisões que envolveram interesses nacionais.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Quando tive oportunidade de conversar com o Sr. Mi-

nistro — S. Ex^a até me procurou para falar sobre o problema da CPI — S. Ex^a colocou à disposição os órgãos do seu Ministério, citando a ELETROBRÁS, CHESF, ELETRONORTE e DNAEE.

V. Ex^a é Diretor do DNAEE; então, poderia apontar se esse contrato, que cohece tão bem, é benéfico ou prejudicial ao País.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Estou entendendo que estou hoje muito mais como Presidente de Comissão.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. Ex^a é as duas coisas; poderia ser até tripresidente.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Poderia até emitir opiniões particulares, que não acho que seria o caso.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Não seriam particulares, mas de V. Ex^a na condição de Diretor do DNAEE.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — A minha Diretoria não é a Geral, que responde por esses casos.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Mas faz parte da Direção do DNAEE. A opinião de V. Ex^a seria valiosa para nós.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Posso dizer que, para o setor elétrico, é um contrato prejudicial. Com relação ao País, existe uma série de outros fatores a ser considerada — certamente o foi pelas autoridades da época — ou seja, desenvolver a Amazônia, explorar o alumínio, fazer Tucuruí — sem a indústria de alumínio, Tucuruí não existiria também, nem existiria energia para o Nordeste hoje. Assim, vários fatores, na época, foram definidos como importantes para o País. As autoridades de então acharam conveniente incentivar a instalação desses projetos naquelas regiões.

Se voltarmos àquela situação e verificarmos o porquê dessas decisões, veremos que o setor elétrico perdeu com isso, e perdeu muito! Tivemos que fazer obras. É verdade que elas foram financiadas, mas estamos dando um subsídio, da mesma forma que o estamos fazendo para a irrigação e para o residencial, e não estamos recebendo um retorno. Estávamos com 3% de remuneração; agora passamos para 6%.

Falando pelo setor elétrico, qualquer subsídio que se dê sem a devida compensação é prejudicial. Falando em termos de País, se está gerando tributos e empregos, se está explorando alumínio e exportando, é prejudicial hoje? Compete fazer uma análise muito mais profunda, que não tenho condições de fazer.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Falando no Norte, pelo que tenho acompanhado nos jornais, o problema de energia também está muito grave, principalmente no Acre e em Rondônia. Quais são as perspectivas para essa Região?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Existem sérios problemas em Manaus, no Acre, em Rondônia, enfim, em todos os chamados sistemas isolados que dependem de gerações térmicas a óleo. Há localidades no Norte em que gastamos três litros de óleo no transporte de um litro para geração de energia elétrica. É um problema dramático e muito oneroso para o País.

Existem poucas máquinas nessas regiões, e o crescimento é brutal, principalmente em Rondônia. Não temos, primeiro, recursos para comprar mais máquinas na mesma proporção do crescimento do mercado. Não temos recursos para pagar o óleo, já que o setor praticamente subsidia esse óleo para aqueles consumidores. Terceiro, não temos condições de comprar peças de reposição para essas máquinas instaladas, que já são velhas.

Por isso está havendo problemas de racionamento. É preciso, com urgência, concluir Balbina e Samuel. Esse é o primeiro caminho, embora também não vá resolver o problema, pois é necessário haver um planejamento energético para aquela Região. Devem-se contemplar novas obras, seja utilizando madeira, seja utilizando gás natural, mesmo com outras hidrelétricas, visando resolver o problema nos próximos 5 ou 10 anos. Mas, a curto prazo, a situação é dramática, pois não temos condições de administrar esse problema. Se quebra uma máquina, não há energia, e não há peça de reposição ou máquina de **stand by**, de reserva.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Como V. Exª se posiciona quanto à perspectiva da utilização intensiva dos mananciais hídricos do São Francisco para irrigação, destinada basicamente à exportação de soja, em detrimento da geração de energia elétrica? Essa utilização não poderá agravar ainda mais a produção de energia para a região, ocasionando futuros racionamentos? Veja V. Exª que sou totalmente favorável ao projeto de irrigação.

Há duas preocupações com o projeto de irrigação que devem ser analisadas e equacionadas para evitar prejuízos. Primeiro, é o problema ecológico da irrigação. Quando se apresenta um projeto, o primeiro questionamento deve ser quanto a perigo de salinização futura, que transformaria a região em desértica, quando seria uma região com condições de produzir bastante. Devem-se tomar as precauções necessárias para se evitar isso.

Em segundo, há o problema do aproveitamento das águas do rio São Francisco: qual seria o prejuízo para o sistema de geração de energia elétrica com a irrigação de um milhão de hectares do Nordeste, quase todos na área desse rio. Existe algum programa para evitar que esse aproveitamento ocasione problemas futuros para o fornecimento de energia na região?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Esse é um assunto muito importante, que deveremos discutir com profundidade. Está aqui presente o elemento do DNAEE que participa e faz esse estudo, que é o Dr. Fábio Ramos, Diretor do DNAEE.

De forma genérica, é um assunto que nos preocupa, tanto é que foi expedida uma portaria interministerial, entre o nosso Ministério e o da Irrigação, criando um grupo encarregado de fazer uma avaliação das necessidades de recursos hídricos para irrigação e de uso múltiplo das águas do rio São Francisco.

Deve haver um planejamento integrado. Somos favoráveis também, como V. Exª disse, ao projeto de irrigação. Se esse um milhão de hectares for todo do Nordeste, imaginamos que haveria, além

do prejuízo da retirada de água em torno de 300 megawatts médios, a necessidade de atender ao fornecimento de equipamentos de irrigação.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Não estou muito bem informado a respeito desses termos técnicos. V. Exª falou em 300 megawatts. A informação que temos é que a necessidade de energia para irrigação desse um milhão de hectares do Nordeste, é equivalente a Itaparica, com todo o seu funcionamento de 2.500 megawatts. Seria exatamente esta a energia necessária. Foram cálculos apresentados pela CHESF, pela Sudepe e por vários dependentes que aqui estiveram.

V. Exª concorda com isso?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Não estou acompanhando de perto o projeto de irrigação. Pelos dados que tenho, particularmente, acho que há um pouco de exagero nesse valor. Talvez fosse 30 ou 40%. Seriam 300 de perda, mais 400 para atender a três ou quatro máquinas de Itaparica.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Essa informação foi dada pelo Superintendente da Sudepe, que esteve aqui, e pelo representante da área voltada exatamente para a questão de irrigação, cujo depoimento também já tivemos aqui. Todos falaram nessa quantidade de energia.

Agora surge um dado diferente, que para nós é importante.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Gostaria de deixar minha informação quase que sob reserva, pois não disponho de dados reais. No meu entendimento, isoladamente como um técnico e pelos poucos números que tive, acredito que com três ou quatro máquinas, talvez quatro máquinas, como ele falou 40%, quatro máquinas em Itaparica daria para cumprir um programa de irrigação de 1 milhão de hectares, considerando aí a perda de água.

Mas é um dado que obviamente teria que checar, talvez os elementos que estiveram aqui tenham mais dados sobre isso.

É uma coisa grande, porque era um mercado que não estava sendo previsto pelo setor. Nós estamos tentando trabalhar junto com o Sr. Ministro da Irrigação, para que haja um trabalho, um planejamento integrado. Onde ele precisa? Então, se nós vamos tirar 300 megawatts do rio São Francisco, de água, nós temos que colocar outra usina de outro tipo de energético para compensar essa perda, senão vai faltar energia para o Nordeste, claro.

Então, trabalhando integralmente, nós podemos desenvolver este programa de, no momento em que se perder água, se compensar a geração de energia elétrica no mesmo nível — digamos assim — da perda, e considerar no mercado esse nível de carga de irrigação que eu não acredito que seja tão alto, mas eu teria, obviamente, que estudar um pouco mais.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Aí V. Exª vê o problema, já enxergou o problema como responsável que é pelas questões energéticas do País. Agora, parece que ainda não há uma decisão por parte do Ministério do DNAEE ou da Eletrobrás, seja lá que setor, para determinar o que fazer, como previsão para isso. V. Exª fala: "Construir uma nova hidroelétrica ou qualquer sistema

para isso, se nós tivermos que construir alguma coisa, nós temos que fazer uma previsão na base de 6 anos a 7 anos de antecedência para poderemos chegar à conclusão da obra no momento necessário".

V. Exª veja, o programa de irrigação, o prazo — pelo menos o prazo previsto pelo Governo é de 4 anos —, então aí nós já estávamos com necessidade de termos uma previsão e início de execução desta previsão para atender às necessidades futuras e, até o momento, parece que não existe nenhum projeto no setor energético a respeito do assunto. Estaria certo isso?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Esse estudo, esse trabalho interministerial visa exatamente dar esses fundamentos, essas informações a nível de planejamento.

De qualquer maneira, se nós estamos falando em perder 300 megawatts, que seria um número, vamos dizer, equivalente a uma máquina de Itaparica, que seria a perda de água — com esse projeto nosso, de compra de energia de bagaço de cana que não está no planejamento; com a chegada talvez de novas técnicas — nós estamos falando em 300 a 400 megawatts de implantação, que não está no planejamento de médio e longo prazo então, se isso chegar — que é mais para efeito conjuntural, imediato — só isso já supriria uma eventual perda de água.

Então, o planejamento está considerando essas cargas, mas essa que está surgindo agora, no planejamento de hoje, não foi considerada ainda, mas nós temos, claro, alguns outros mecanismos aí de proteção a eventual perda de potência.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Eu vou agradecer a V. Exª a exposição que fez, as respostas que deu, que serão muito valiosas para o nosso relatório; a exposição foi bem minuciosa, bem esclarecedora da questão do racionamento de energia do Nordeste. E vamos continuar ouvindo as palestras, vamos ouvir hoje ainda depoimento muito importante para nós, para nosso esclarecimento, porque nós queremos ouvir as várias opiniões dos vários setores, mas V. Exª nos deu realmente um depoimento muito valioso e quero agradecer a V. Exª.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Eu é que agradeço a V. Exª, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Farias) — Com a palavra o Sr. Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO — O Senador Jutahy Magalhães nos traz experiência muito interessante, que é essa da energia solar. E diz V. Exª que a energia solar custaria, o quilowatt 5 mil dólares, enquanto que a hidroelétrica cerca de mil e quinhentos dólares; mas esses 5 mil dólares sem a rede de transmissão?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Não tenho muita certeza desse número, seriam 5 mil dólares só a instalação, vamos dizer assim, geradores de energia, sem considerar a transmissão. Porque normalmente esses projetos estão muito próximos de centros de carga, então o custo, vamos dizer, eventuais transmissões ou distribuições seria muito pequeno, comparando com o custo da unidade geradora.

Mas eu também teria que checar esse valor, porque não desenvolvi nenhum estudo sobre energia solar.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Senador Edison Lobão, peço licença a V. Exª, já que está falando de um assunto que eu abordei. Quando eu tratei não foi de estação geradora de energia solar, porque realmente a estação geradora de energia solar é muito cara. A transmissão de energia é que transforma energia solar em fonte de energia ainda não como uma fonte verdadeiramente alternativa e possível, em virtude do preço. Eu quis me referir à aquela instalação individual, que fica no teto, na instalação para fornecer energia para aquecimento de piscina...

São instalações com custo muito inferior a esse de 5 mil dólares por quilowatt.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Nesse caso seria.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — São instalações individuais. Mas, de qualquer maneira, a instalação inicial do sistema, é razoavelmente mais cara, enquanto que o custo de manutenção seria praticamente zero. Então compensaria muito...

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Na unidade pequena, seria realmente um custo bem baixo.

O SR. EDISON LOBÃO — Mas já estou indo um pouco mais além, Senador Jutahy Magalhães. Há uma experiência da NASA que está sendo aplicada agora, segundo me consta, na Arábia Saudita e até em Israel para efeito até de iluminação pública e também de residências. Tem dado excelente resultado e aí veja, não há transmissão, não há retransmissão; o que seguramente faz baratear o custo. Estou inteiramente solidário com essa tecnologia.

As mini usinas, essas transportadas, estarão instaladas e funcionando em quanto tempo mais ou menos?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Depois de definido pelo Governo é assinado o contrato a previsão seria de, no mínimo 90 dias: seriam 30 dias para transportar — talvez pelo mar — e uns 45 a 60 dias para preparar essas barcaças.

Cada empresa tem lá sua proposta; então elas poderiam, na pior hipótese, decidida a compra agora em junho, dia 1º de julho o contrato assinado, talvez no fim de novembro nós teríamos já máquinas instaladas, funcionando.

O SR. EDISON LOBÃO — A energia alternativa do bagaço de cana, como é que pensa fazer o Governo, comprar o bagaço e gerar a sua própria energia ou utilizar a geração na destilaria de álcool?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Nós temos dois casos: um é utilizar o bagaço, o próprio usineiro, o próprio consumidor utilizar o bagaço no período da entressafra. Guardar e proteger o bagaço e, no período da entressafra, jogar energia para nós, através do seu próprio equipamento. Então seria compra direta, só no período da entressafra.

O outro caso, que estamos estudando — e esse é o motivo da política maior — é uma fórmula de incentivar esse usineiro a colocar equipamentos dicionais, por exemplo, caldeira e turbinas de maior rendimento, adicionalmente, só para gerar energia elétrica, e vender para o setor elétrico.

Então, aí ele teria bagaço, e poderia gerar mais no período da safra uma vez que ele está produzindo para si próprio e poderia vender na entressafra.

Então, o objetivo seria definir uma política, garantir um contrato e dar um preço para que ele faça investimento no seu sistema e venda para nós. Esse seria o nosso objetivo.

O SR. EDISON LOBÃO — Eu estive numa destilaria dessas há uns quinze dias, lá próximo de Imperatriz, V. Sª conhece tão bem a cidade de Porto Franco, e verifiquei lá que há uma experiência e o Senador Antonio Farias conhece bem esse setor: nessa usina vai-se ter uma produtividade ímpar no Brasil, cerca de 170 toneladas por hectare de cana.

E o empresário está francamente disposto a fornecer energia para as cidades próximas, acredito até que pode iluminar duas ou três cidades, o problema é a linha de transmissão. O Governo não estaria disposto também a entrar nesta parte, isto é, fornecer linhas de transmissão?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Perfeito, nós vamos fazer um acordo...

O SR. EDISON LOBÃO — Porque a linha é a mesma que recebe, a mesma que transmite, então, pelo menos no Nordeste, não há investimento.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Se ele já recebe energia do concessionário, nós vamos usar a mesma linha ou melhorar a capacidade da linha; se ele não recebe, nós vamos então fazer um acordo com ele, aí o preço pode ser diferente: se ele construir a linha, nós pagamos mais, se ele não construir a linha, nós pagamos menos: então aí existem as condições de negociação que nós vamos definir.

O SR. EDISON LOBÃO — Eu gostaria de voltar àquele ponto, que me parece crucial, da questão aqui, sobretudo nessa parte de Tucuruí, no que se refere ao contrato que foi feito com os dois maiores consumidores, que são Alumar e a Albrás, quando diz o Ministro Aureliano Chaves que S. Exª não faria esse contrato. Veja, V. Sª acabou de admitir e eu já o ouvi, aqui, também, do Presidente da Eletronorte que Tucuruí não existiria, não fossem essas duas empresas consumidoras.

Bem, e temos aí hoje Tucuruí fornecendo energia para o Nordeste. O que seria do Nordeste hoje sem Tucuruí? E uma vez que não existiria Tucuruí sem essas suas empresas, como é que não se assinaria um contrato?

Bem, e qual é o incentivo concedido, por exemplo, à ALUMAR?

Foi dito aqui, também, pelo Presidente da Eletronorte, que é da ordem de 10% portanto, a meu ver, insignificante, sobretudo em relação a Albrás, que é da ordem quase de 50%. E até nem consigo entender, por que uma empresa produtora de alumínio, tenha um incentivo de aproximadamente 50% e a outra o tenha de apenas 10%.

Então eu gostaria de voltar a ouvir a opinião de V. Sª sobre essa questão, se V. Sª acha que Tucuruí é um bem ou é um mal, apesar desse incentivo que considero mínimo, de 10%.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Reafirmo o que eu disse anteriormente: para o

setor elétrico, nós tivemos realmente alguns prejuízos, como qualquer subsídio que nós damos e pelo que não temos compensação é um prejuízo que é dividido pelos consumidores.

Mas nós não podemos negar esse benefício para o País, para a região... ele poderia gerar mais no período da safra, ele está produzindo mesmo para ele, vende para nós, e na entressafra ele guarda também o bagaço, faz aquele pellet do bagaço, guarda, e produz também para nós. Então, o objetivo seria definir uma política, garantir um contrato e dar um preço para que ele faça um investimento, no seu sistema e venda para nós. Esse seria o objetivo.

O SR. EDISON LOBÃO — Eu estive numa destilaria dessa, há uns quinze dias, próximo de Imperatriz, como V. Sª conhece tão bem na idade de Porto Franco, e verifiquei que há lá uma experiência — o Senador Antonio Farias conhece bem esse setor — e nessa usina vai se obter uma produtividade ímpar no Brasil, cerca de cento e setenta toneladas por hectare de cana. O empresário está francamente disposto a fornecer energia para as cidades próximas, e acredito até que pode iluminar duas ou três cidades. O problema é a linha de transmissão. O Governo estaria disposto também a entrar nesta parte, isto é, fornecer a linha de transmissão.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Perfeito. Nós vamos fazer um acordo.

O SR. EDISON LOBÃO — Porque essa linha é a mesma que recebe e transmite. No nordeste linha não é investimento porque a mesma linha que recebe é a que transmite.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Se ele já recebe energia do concessionário nós vamos usar a mesma linha ou melhorar a capacidade da linha. Se ele não recebe, nós vamos então fazer um acordo com ele. Aí o preço pode ser diferente. Se ele construir a linha nós pagamos mais. Se ele não construir a linha, nós pagamos menos. Então, aí, existem as condições de negociação que nós vamos definir.

O SR. EDISON LOBÃO — Eu gostaria de voltar àquele ponto que me parece crucial da questão, sobretudo nessa parte de Tucuruí, no que se refere ao contrato que foi feito com os dois maiores consumidores, que são Alumar e a Albrás, quando o Ministro Aureliano Chaves diz que não faria esse contrato. Veja, V. Sª acabou de admitir, e eu já ouvi isso aqui também, do Presidente da Eletronorte, que Tucuruí não existiria não fossem essas duas empresas consumidoras. E temos aí, hoje, Tucuruí fornecendo energia para o Nordeste. O que seria do Nordeste, hoje, sem Tucuruí? Se não existiria Tucuruí sem essas duas empresas, como é que não se assinaria esse contrato? E qual é o incentivo concedido, por exemplo, à Alumar. Foi dito aqui, também, pelo Presidente da Eletronorte, que é da ordem de 10%; portanto, a meu ver, insignificante, sobretudo em relação à Albrás, que é da ordem quase de 50%. E até nem consigo entender por que uma empresa consumidora também de alumínio, produtora de alumínio tem incentivo de aproximadamente 50% e a outra tem apenas 10%. Então, eu gostaria de voltar a ouvir a opinião de V. Sª sobre isto. Se V. Sª acha que Tucuruí é um bem ou um

mal, apesar desse incentivo que eu considero mínimo, de 10%.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Eu reafirmo aquilo que disse anteriormente: no setor elétrico nós tivemos, realmente, alguns prejuízos, como qualquer subsídio que damos e não temos compensação é prejuízo, que é dividido pelos consumidores. Mas não podemos negar para o País, para a região, como um todo e, é claro, para o Nordeste, também, que se Tucuruí não tivesse sido viabilizado pelas indústrias de alumínio, da capacidade total de 4 mil — hoje a Alumar tem 450 —, Tucuruí está mandando 1.100, entre Norte e Maranhão, e Alumar consome praticamente a metade, mais de 40%, e a Albrás, hoje, deve estar com trezentos; então, nós temos aí quase que oitocentos Mw médios, que são consumidos por essas duas indústrias de Tucuruí. Então, se não houvesse essa duas empresas de alumínio, não haveria Tucuruí. Isso é uma verdade.

O SR. EDISON LOBÃO — O que seria, portanto, um desastre para o Brasil.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Se não houvesse Tucuruí e vou falar apenas no Nordeste, em termos de racionamento, se não houvesse Tucuruí, que está mandando hoje, para o Nordeste, quatrocentos e cinquenta Mw médios, e nós estamos racionando quinhentos e setenta, que dá 15%. Então, nós teríamos que estar racionando, hoje, quase que trinta por cento, no Nordeste, sem Tucuruí. Como nós vamos entrar, agora em março, com mais quinhentos MW, praticamente para o Nordeste, Tucuruí, eu posso quase que afirmar que sem Tucuruí o Nordeste teria um racionamento de uns 40%.

O SR. EDISON LOBÃO — Agora, quantos nordestinos estariam desempregados, hoje, com esse racionamento?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — É por isso que eu não queria entrar no mérito...

O SR. EDISON LOBÃO — Eu acho que o problema econômico, tem que estar interconexado. Essa é a minha impressão, é minha convicção. Por outro lado, nós somos hoje grandes exportadores de alumínio, e seríamos importadores se não houvesse essas duas empresas gerando divisas. Estaríamos importando, pagando em dólares, e hoje estamos exportando e recebendo em dólares. Então, acho que não há nada mais barato no Brasil, em matéria de energia elétrica, V. Sr me desculpe, do que Tucuruí fornecendo, mesmo com esse pequeno incentivo, no caso da Alumar, no outro, realmente, o incentivo é grande. Eram essas as indagações que eu gostaria de fazer a V. Sr Já ouvi as respostas e realmente me dou por satisfeito.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Eu não tenho nada contra a Alumar, eu só acho que se pudesse sobrar um pouco mais das exportações e dar para o setor elétrico, nós sinceramente ficaríamos agradecidos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Farias) — Concedo a palavra ao Deputado Carlos Benevides, que vai fazer perguntas ao depoente.

O SR. CARLOS BENEVIDES — Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero agradecer a oportunidade que me dá, na qualidade de Presidente

desta Comissão, porque, na verdade, eu não faço parte dela e para que o Dr. Carraro saiba, estou aqui como um intruso nesta Comissão. Mas, como fui designado pelo Deputado Albérico Cordeiro, um dos principais líderes de uma bancada chamada "Bancada do Nordeste", que é composta de cento e setenta e nove parlamentares, bancada suprapartidária, que, entre outros Deputados, faz parte dela o Deputado Jutahy Júnior, filho do eminente Senador Jutahy Magalhães, e aproveito a oportunidade para lamentar que sempre que se está discutindo problemas sérios, eu estou tão empolgado com o problema da energia no Nordeste, que esqueço até do tempo. Mas eu queria pedir desculpas ao Senador Jutahy, pela intromissão...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Em primeiro lugar, V. Exª tem que me pedir desculpa nenhuma. Agora, eu apenas interfeiri, primeiro porque realmente é praxe aqui; em segundo lugar, porque estou aguardando, a qualquer momento, um telefonema chamando-me para uma reunião da Comissão Executiva da qual sou Primeiro-Secretário do Senado. Então, não pode haver reunião da Comissão Executiva, sem que eu esteja presente para levar alguns assuntos de grande urgência. Tenho que ir lá e voltar correndo. Por isso, eu estava preocupado com o tempo. Mas V. Exª pode ter certeza de que não está aqui como intruso; V. Exª está como Deputado, e, aqui no Senado, nós temos o hábito, inclusive, de aceitar, como sempre aceitamos, a presença de Deputados, que vêm enriquecer, com os seus conhecimentos, os trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito, e os Deputados têm toda a facilidade, todo o poder de interferência nas questões, podendo questionar também os depoentes. Daí V. Exª não estaria aqui, nunca, jamais, como intruso, não apenas pela sua qualificação, mas também por ser de uma oligarquia do Nordeste como eu sou...

O SR. CARLOS BENEVIDES — Dr. Carraro, o grande problema do Nordeste, hoje, em termos de economia, é o racionamento, quer dizer, vem se agravando com o racionamento. E o que nós temos que nos preocupar é com soluções imediatas, porque se formos fazer um planejamento a longo prazo, e não temos dinheiro, então, o que nos preocupa e o que desejamos, é que sejam tomadas medidas que eliminem a necessidade do prolongamento do racionamento. Por isso achei, na exposição feita por V. Exª, duas passagens muito importantes, uma delas é referente ao volume útil do sistema integrado, que é Três Marias e Sobradinho, e também essas simulações, esse quadro de simulações, para o ano de 1988. Na minha maneira de avaliar, foram essas as principais e tão importantes informações trazidas. Nós temos que raciocinar em termos pessimistas, médios e otimistas. Então, no auge do otimismo, nós vamos ter, de dezembro de 1987 a outubro de 1988, um racionamento. Isso eu considero gravíssimo. Quer dizer, correndo tudo às mil maravilhas, o racionamento vai ser prolongado. Eu queria saber se essas previsões estão incluídas no enchimento no lago de Itaparica. E se não houver esse enchimento do lago, como será a operação da hidroelétrica? Então, qual seria a maneira de gerar energia rapidamente? O que eu tenho visto seria através desse parque térmico

existente hoje, eu não sei se no Nordeste ou no País ele seria aumentado. Eu tive conhecimento de que em Rondônia existem usinas geradas por madeiras de reflorestamento e tal, alternativas que não se pode cogitar agora. Mas o problema é exatamente esse. O volume útil das duas barragens e essas simulações existentes. Agora, o que nós queremos saber Dr. Carraro, é o que existe de decisão, porque temos que trabalhar sobre decisões. O que o Ministro das Minas e Energia decidiu? Ele disse para a bancada do Nordeste, uma vez, que iriam ser adquiridos 400 MW, através de usinas montadas sobre barçagens. A **Gazeta Mercantil** desta semana já dá uma outra solução. O que nós queremos saber é se essa decisão vai ser tomada esta semana, em julho ou agosto? Porque V. Exª falou que depois da decisão tomada ainda há noventa dias para se deslocar a usina, etc. Então o Nordeste quer saber o que há de decisão, se ela vai ser tomada, quando vai ser tomada e para que lado nós devemos nos orientar nessas simulações, se pelo lado pessimista, se pelo lado otimista ou pela média? Na qualidade de parlamentar nordestino não podemos mais aceitar uma punição como esta do racionamento. O que nós queremos é que esse racionamento seja evitado a qualquer preço, a qualquer custo, mesmo levando em conta aquelas informações que o DNAEE agora, que a Comissão de racionamento vai se inteirar, vai se envolver o problema da economia, isso é muito importante; como acentuou aqui o Senador Edison Lobão.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Devo dizer, e por isso que falei que não queria ser otimista nem pessimista, fui realista. No auge do otimismo vai chover mais de 70% da média, e não há racionamento. Esse é o auge do otimismo. O que não é uma coisa descartada. Vai chover muito acima da média, ou próximo da média, 80% é abaixo da média, em vinte e tantos anos nesse período. Temos simulações que mostram que poucas vezes ocorreu isso, mas que existe. É só chover muito, como choveu no Sudeste, não era esperado, e acaba o racionamento. Então, colocamos aí três possibilidades, mais próximas da realidade, digamos assim, que podem ocorrer. É o 55, que deu há pouco tempo, o 60, que está dando na média, e o 70, que deu nos últimos dois meses, 70% da média. Então, o 70, entendemos que um pouco otimista mesmo, mas no auge do otimismo dá 80 e não há racionamento. Só para registrar isso. Itaparica começa o enchimento mesmo em janeiro, porque estamos partindo de 10 ou 15%. Mas, como temos novembro, dezembro e janeiro, que são considerados períodos chuvosos, porque normalmente chove e se consegue recuperar um pouco os reservatórios, os estudos técnicos já demonstraram que há possibilidade de deslocar uma quantidade de água para Itaparica. Então, Itaparica começa de qualquer maneira, com qualquer alternativa, a ser enchida. Estamos falando em encher o volume morto e o volume morto não se usa para gerar energia elétrica. Então teria que, depois, torcer para que se tenha mais água para encher o volume útil é o que passa pela turbina e começa a gerar energia elétrica. O enchimento do volume morto começa mesmo. Se se vai ter muita água ou pouco que vai chover. Mas o enchimento começa, inclusive, para não retardar a geração de energia elétrica. As usinas térmicas do Norte, quer dizer,

estamos lá comprando energia de autoprodutor, que produz energia com a queima da lenha, mas isso...

O SR. CARLOS BENEVIDES — Isso é inovador no Brasil?

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — É, temos um ou dois casos no setor elétrico, um no Acre e outro em Rondônia. No Acre é de uma concessionária e em Rondônia compramos de um particular. Ele mesmo gera a energia elétrica e nós compramos dele. Só que não dá para implantar agora no Nordeste, primeiro, pelo problema da lenha, que exige grande quantidade; segundo, pelo tempo de implementação, porque para se implantar uma usina destas demanda muito tempo. Então, o nosso problema é agora e não podemos pensar nessa alternativa para agora. E os 400 MW, quer dizer, as térmicas flutuantes dependem de decisão, eu não tenho esse poder de decisão. Sei que a Chesf coordenou o trabalho, já levou à Eletrobrás, já discutiram e estão trazendo para o Ministro o relatório das térmicas disponíveis, dos níveis de eficiência de rendimento, dos custos e dos prazos, inclusive das condições de financiamento. Eu não sei quando o Ministro vai se reunir com esse pessoal, com a Eletrobrás e com a Chesf para tomar a decisão. Acredito que nesta semana a Eletrobrás estaria trazendo para o Ministro, mas não tenho essa informação realmente, porque foge à nossa competência. Nos próximos dez dias certamente deverá haver uma decisão, se se compra duzentos, trezentos, quatrocentos, mais ou menos, porque vai depender da disponibilidade de recursos. Não tenho a informação para ter uma decisão.

O SR. CARLOS BENEVIDES — Eminentíssimo Senador Jutahy Magalhães, quer dizer que o Nordeste está, mais uma vez na dependência do Governo Federal e o racionamento está dependendo, na verdade, dessa decisão. Eu convocaria a participação de V. Ex.^a junto aos altos escalões da República para, na qualidade de Parlamentar que praticamente domina o assunto, na qualidade de Relator do racionamento, admitindo, pelo menos, a hipótese média de que o Nordeste haverá de passar por grandes dificuldades, em face do racionamento. Muito obrigado ao Sr. Presidente, ao Senador Jutahy Magalhães e ao nobre Depoente, pelas informações.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Farias) — Agradecemos, mais uma vez, a presença e a explanação lúcida e muito elucidativa do Dr. Benedito Aparecido Carraro e também a presença e a colaboração dos seus assessores. Agora, passo a palavra ao Dr. Adjarmar Azevedo, Presidente da Associação Brasileira dos Consumidores de Energia, segundo depoente desta tarde na CPI, para fazer a sua explanação.

O SR. ADJARMAR AZEVEDO — Inicialmente eu gostaria de apresentar a Abrace — uma associação de classe — e o nome dela é Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia. Ela congrega 46 complexos industriais, que consomem 30% de toda a energia brasileira em todas as suas formas. Para se dar uma idéia do que isto significa, em 1985, segundo os últimos dados que possuímos, isso representou 350.000 barris de petróleo por dia de energia equivalente. Essa é a Abrace. Então, temos lá

o consumidor de energia elétrica, de óleo combustível, de carvão e gás. Por que fundamos essa associação? Porque o Brasil se ressentiu de uma coisa maior ainda, e o Dr. Carraro não disse explicitamente, mas ficou no ar, que nós nos ressentimos muito de um modelo energético no Brasil e de uma matriz de preços. É por isto que muitas coisas acontecem de um jeito e acabam sendo de outro. Nós fizemos, no passado, um esforço — e o próprio Dr. Carraro foi incumbido de fazê-lo — para modificar nossas caldeiras a óleo para caldeiras elétricas. Poderia parecer que isto era resultado de um modelo energético, mas não era não, era só para substituir as importações de óleo. E hoje o Dr. Carraro trabalha para reverter essa situação. Temos hoje o gás passando em frente à Chesf e, no entanto, as termoeletricas de lá queimam óleo diesel. Então, na realidade, está faltando no Brasil um modelo econômico para aproveitarmos melhor os nossos insumos. Quer dizer, por esta razão foi criada essa Associação. É preciso também que haja uma matriz de preços para podermos comprar o que é viável se utilizar. Houve uma época em que houve um incentivo muito grande para se utilizar a madeira e hoje não temos onde buscar madeira. Está mais caro o transporte da madeira hoje, porque está cada vez mais distante, do que na realidade o custo desse insumo energético. Então, esta é a razão por que criamos a Abrace. Tentamos trabalhar com o Governo, com a Comissão Nacional de Energia, do Ministério das Minas e Energia, com o Ministério do Planejamento, com o Ministério da Fazenda, porque temos que, a curto prazo, entendermos melhor esse Brasil, em termos de insumos energéticos. A minha apresentação não foi prejudicada pela exposição do Dr. Carraro, mas eu tinha muita coisa a dizer, que está num livro azul que os Srs. receberam. De qualquer maneira, acho que tenho que falar também do racionamento e entendo que a busca que estamos fazendo para entender a causa do racionamento de hoje é no sentido de prevenirmos e não repetirmos os mesmos erros no futuro. Presumo que seja isso. Na realidade temos um fato consumado, temos aí a combinação do atraso das obras com um ato de Deus. Eu gostaria que nós nos empenhássemos muito mais no sentido de fazer com que sejam executados projetos que estão aí, porque se não forem como disse o Dr. Carraro, vai ser um desastre. Acho que este deve ser um empenho de todos nós, da indústria, da sociedade em geral, dos Ministérios e dos representantes desta Casa.

Vou tentar resumir a minha apresentação, inclusive se o Senador Jutahy Magalhães permitir, porque S. Ex.^a fez uma pergunta e pretendo tomá-la para mim. Quando S. Ex.^a diz que o Ministro esteve aqui e disse que não assinaria o contrato e declarou isso.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — O Ministro não esteve aqui e não foi S. Ex.^a que declarou isso.

O SR. ADJARMAR AZEVEDO — Ah! Não foi?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Não foi S. Ex.^a que declarou. Foi um depoente que realmente fez um comentário a *lattere* sobre esse assunto. Não foi o Ministro.

O SR. ADJARMAR AZEVEDO — Mas eu me colocaria no lugar desse depoente e responderia,

porque naquela oportunidade eu assinaria o contrato e tentaria entender por que S. Ex.^a disse que atualmente não assinaria o contrato. Acho que ajudaria a esclarecer a V. Ex.^a sua pergunta. Também gostaria de falar da situação dos eletrointensivos, porque houve uma pergunta: Por que não aumentar os cortes junto aos eletrointensivos? Acho que é preciso entender muito a natureza dos eletrointensivos.

Inicialmente gostaria de mostrar um gráfico aos senhores. Vou procurar reduzi-lo, porque há cerca de 500 gráficos. Eram as nossas expectativas de energia elétrica nos idos de 78/79. Então, os projetos que existem hoje nas regiões Norte e Nordeste...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — O senhor me permite um pouco? O que eu temia está acontecendo. Estão me chamando com urgência para ir à reunião da Comissão no Senado, onde sou Primeiro-Secretário. Vou ter que me ausentar, pelo menos por meia hora. Mas não vou pedir para V. S.^a ficar esperando por mim, nem repetindo. Terei oportunidade de pedir a transcrição do que está gravado aqui e, depois, quando voltar, pedirei aqui ao Senador Edison Lobão para dar-me um resumo. S. Ex.^a fica responsável por isso, porque tenho que ir até lá e voltarei, tão logo me seja possível.

O SR. ADJARMAR AZEVEDO — Para V. Ex.^a terem uma idéia, nos idos de 70 para 79, se fossemos fazer qualquer projeto no Brasil, que dependesse de energia elétrica, iríamos olhar este plano que estava aqui, que era da Eletrobrás, Plano 1995. E esse Plano nos dizia o seguinte: que seria este o comportamento da oferta de energia elétrica no Norte e Nordeste. Posteriormente, se estivéssemos em 1983 e fossemos depender inclusive de projetos dos eletrointensivos soda-cloro, ferro-liga, alumínio, nós iríamos olhar o cenário novamente.

Então, estaríamos com o Plano 2.000 e o Plano 2.000 nos daria que era esta a oferta de energia elétrica no Nordeste. E, na realidade, estamos vendo qual é a nossa situação hoje. Esta é a última previsão que temos com a entrada de Itaparica, Xingó, e com a complementação da linha de Tucuruí a Presidente Dutra. Se olharmos, aqui, no ano de 87 esta diferença entre a atual projeção e a primeira está em torno de aproximadamente 1.700 MW, ou seja, duas Itaparicas.

Então, quero demonstrar que os eletrointensivos que investiram nessa região, com esse cenário de energia, é vítima, como todos os outros são vítimas, por terem acreditado naquele planejamento que não se realizou. Essa é uma situação que é igual para todos nós. Foi dito aqui também, por que não se aumentam os cortes dos eletrointensivos? Dr. Carraro respondeu, com muita propriedade, porque existe uma lei, que é o Decreto-Lei nº 93.901, de 9 de janeiro, que é a revisão de uma anterior, que estabelece as normas com que se deveria e se deve promover um racionamento. Quer dizer, é baseado no princípio da isonomia.

Mas, na realidade, se formos olhar os eletrointensivos, eles, pela natureza, são os mais eficientes, em termos de utilização de energia. E qualquer redução de energia que ocorra na sua produção, vai afetar exatamente, diretamente, proporcionalmente a sua produção. Para os senhores terem

uma idéia, quando nós olhamos para o Norte, Nordeste lá estão localizados, na área de racionamento, 37% da produção brasileira do alumínio. Temos lá 50% da produção de ferro-liga e 100% da produção de ferro-cromo; temos lá 60% da produção de soda-cloro. Então, vamos admitir que vamos aumentar os cortes nos eletrointensivos. Porque são duas as teorias: primeiro é que existe uma relação emprego — consumo de energia, pequena. Lógico, ele é eletrointensivo, é de capital intensivo, é indústria de base. Mas acontece que são empresas geradoras de outras empresas. Se fossemos reduzir a produção de soda no Brasil, mais do que já está reduzida; hoje ela já não é nem suficiente para atender às necessidades brasileiras, nós teríamos, para trás, uma quebra muito grande na compra do sal do próprio Nordeste, principalmente o Rio Grande do Norte sofreria muito com isso, com a queda da compra do sal. Para a frente, obviamente, teríamos um problema que seria a diminuição da produção do cloro. A soda até que podemos importar. Mas o cloro não temos condição de importar.

Então, o que ocorreria? Ocorreria que teríamos que importar produtos derivados de cloro e, com isso, teríamos que fechar as empresas do Brasil que produzem produtos derivados de cloro. E teríamos que importar os produtos derivados de cloro a preços muito mais altos.

Quer dizer, estou querendo demonstrar que é muito simplista se dizer: o maior consumidor pode ser diminuído. Mas é que a reação em cadeia é muito grande. Se formos para o lado do alumínio, que é com o qual estou mais familiarizado, a indústria do alumínio, no Brasil, hoje, participa com perto de 3% do produto interno bruto industrial. Tem seis produtores, trezentos pequenas e médias empresas e trinta e cinco mil empresas. Estes são os últimos dados que levantamos, no final de 85, solicitados inclusive pela Câmara dos Deputados. Dela dependem aproximadamente quinhentas mil pessoas, ou seja, meio milhão de pessoas ligadas à operação da indústria do alumínio. Então, o que quero dizer é que, na primeira fase, a própria relação de capital empregado/consumo de energia, é pequeno. Mas se formos levar à frente, em cadeia, isso representa realmente um impacto muito grande, lá na frente, em termos de mão-de-obra empregada. Então, acho que esse aspecto, essa abordagem realmente não se sustenta.

Um outro ponto que se debate muito é que essas indústrias não são geradoras de divisas líquidas para o Brasil. Já provamos isso exaustivamente, junto à própria Comissão Nacional de Energia, e estamos novamente trabalhando neste assunto, e acredito que vamos ter a possibilidade de convencê-los, já que os convencemos a primeira vez e convencemos a segunda. Mas, para os senhores terem uma idéia, esta é a exportação do alumínio. Temos, na exportação do alumínio — e vou me centrar obviamente na área em que estamos discutindo, não vou falar do Sul, vou falar do alumínio lá em cima, das regiões Norte e Nordeste. Na produção de alumínio, importamos 4% de matéria-prima. Na realidade, vou tirar isso de cima da Alcan, na Bahia, e concentrar isso na própria ALUMAR isso aqui são 4% de matérias-primas importadas, principalmente carvão, para gerar vapor nas nossas caldeiras; e só importamos carvão porque na oportunidade não

havia outro insumo energético que pudessemos usar lá, a não ser energia elétrica. E preferimos usar outro insumo que não fosse energia elétrica. A exportação do alumínio, lá, conta com 4% de matéria-prima, que importa, 19% de despesas financeiras do nosso projeto, porque isso aqui poderá inclusive ser diminuído, à medida em que capitalizamos a empresa, e o restante, 77% da nossa exportação, é divisa líquida para o País.

Se nós exportamos mil e quinhentos dólares, setenta e sete por cento é divisa líquida para o País. Mas o setor elétrico argumenta que eles investiram para isso. Então se colocarmos todo o investimento do setor elétrico na área de Tucuruí, considerando os encargos financeiros de 100% de endividamento externo do sistema elétrico, que abastece a ALUMAR, quer dizer, então essa área financeira vai de 19 para 38, o alumínio ainda gera 58% de divisas líquidas. Então, o que quero demonstrar, aqui, é que esse argumento também é um argumento que não tem sustentação. Se formos falar da área de ferro-liga, não posso precisar, porque esses dados ainda não chegaram à BRACSE, estão sendo trabalhados por uma outra associação que é a ABRAF, Associação Brasileira de Ferro-Liga. Mas a informação que temos é que a sua geração de divisas é de 80 a 100%, líquidas, porque até o próprio capital é nacional. Então, devem gerar nesse nível. Se formos para a área de soda-cloro, a soda diretamente não gera divisas líquidas pela exportação, porque não é exportada. O que ela faz gerando divisas é no sentido de evitar a importação, que é o reverso da medalha, mas, de qualquer maneira, vai gerar indiretamente, pelas exportações dos derivados da soda e do uso do cloro. Então, aumentar o corte de energia elétrica nos consumidores intensivos, com base nesta relação, consumo de energia — emprego, em termos de geração de divisas líquidas, acho que não tem sustentação.

Outro aspecto que gostaria de abordar aqui, e que muito se fala, é o projeto ALUMAR, que está em voga hoje, embora seja Presidente da BRACE, também sou Diretor da ALCOA, portanto envolvido com o projeto ALUMAR. Mais ainda: participei do Projeto ALUMAR desde a sua concepção, a primeira vez que ele foi pensado, o vivi toda a história do Projeto ALUMAR e, também, por coincidência, fui encarregado de negociar o contrato de energia elétrica que agora há pouco foi mencionado. Portanto, sinto-me muito tranquilo por falar disso.

Antes de vir atender o chamado desta Comissão, procurei ler nos jornais o que estavam falando do projeto, e ouvi declarações como de um industrial de São Paulo, que o Projeto ALUMAR estava recebendo do setor elétrico 200 milhões de dólares de subsídios, este ano; em outros jornais encontrei a cifra de 600 milhões de dólares, os senhores podem não acreditar, mas tem uma cifra, também de 3 bilhões de dólares. Na realidade — isto está neste livro azul — o que temos lá, em incentivo, em 1987 deveremos estar pagando uma fatura, não sabemos ao certo, porque não sabemos qual será o preço da energia elétrica até o final do ano. Mas, fazendo uma projeção, estaremos pagando 66 milhões de dólares para a Eletronorte e o nosso desconto deverá ser da ordem de 6 milhões de dólares, este ano. Se formos computar desde quando começamos a operar, em 1984, até maio de 1987, as nossas faturas

pagas à Eletronorte foram da ordem de 120 milhões de dólares e o desconto que recebemos foi da ordem de 10 milhões de dólares. Se formos projetar, e esta é uma projeção que não é nossa, mas da ELETROBRÁS, recente, tem um mês, e deve estar projetando nossa produção, que queremos descobrir qual é, mas acreditamos que seja, incorporando talvez até a terceira linha, está projetando o custo, o preço da energia, e ela diz o seguinte: entre 1987 e o ano 2004, quando se encerra o nosso contrato a ALUMAR — nos próximos 17 anos — terá pago uma fatura à Eletronorte de 2 bilhões e 100 milhões de dólares, e teremos recebido de desconto, nesse período, 200 milhões de dólares.

Portanto, não existe 200 milhões de dólares por ano, não existe 600 milhões de dólares por ano e não existe 3 bilhões de dólares por ano. Esta é a real dimensão dos nossos descontos. São dois tipos de descontos, pelo faturamento pago à Eletronorte: temos um desconto que engloba 10,7. Este desconto que está aqui, o Dr. Carraro pode até falar bem dele, é um deflator que foi dado a todos os consumidores intensivos, cada vez que vem um aumento de energia, espero Dr. Carraro que não saia, porque é importante, este deflator, é comum a todos os eletrointensivos. Por quê? O Governo reconhece e nós também, os eletrointensivos, que de qualquer maneira não vamos sobreviver se não tivermos um setor elétrico forte. E para tocar todas estas obras, para dar a confiabilidade que precisamos o setor elétrico precisa de dinheiro, precisa ser capitalizado, e há duas formas de capitalizar: uma através de todos os contribuintes, ou seja, o tesouro capitalizar, e a outra através do consumidor, ou seja, via tarifa; mas capitalizar todo o sistema elétrico via tarifa, é praticamente impossível. Precisamos realmente distribuir essa capitalização com toda a sociedade, e o grande receio, é que na capitalização, através do aumento de tarifa, os eletrointensivos, venham realmente perder a sua competitividade. Porque quando falamos em eletrointensivo, devemos elétrica no seu custo. Se pegarmos o ferro-liga, está em torno de 50%, quer dizer, 50% do seu custo é energia elétrica. Se pegarmos o soda-cloro, não tenho os números exatos, mas é em torno de 50% também. O alumínio é em torno de 40%. Então, é fundamental a participação da energia elétrica no custo e na competitividade do alumínio. Por isso em um dos aumentos que foram dados, o DNAEE reconheceu que da forma como ele vinha, a competitividade dos eletrointensivos, seria muito diminuída, então, deu-se um deflator. Então, nesse pagamento à Eletronorte, esse desconto que tivemos de 10,7, é isto que está aqui, 8,8, é o contratual, e 1,9 é um desconto de forma geral. E os 8,8, na realidade, é que vão representar os 6 milhões de dólares, deste ano, se o faturamento for a nível de 66 milhões de dólares.

Aproveito oportunidade para esclarecer essa situação, em definitivo.

Foi feita uma pergunta pelo Senador Jutahy Magalhães, por ter tido um dos depoentes que não assinaria o contrato, se ele fosse o encarregado de fazê-lo. Obviamente temos que localizar isso no tempo e devo presumir, porque não estava presente, que quem mencionou isso, tenha sido um participante, inclusive do setor elétrico. Vou dar a minha interpretação dizendo que se esti-

vesse no lugar do Ministro assinaria e porque, e vou tentar interpretar porque alguém disse que não assinaria. Vou ter que tomar um pouco do tempo dos senhores mas de qualquer maneira, o que vou dizer já foi de alguma forma respondido pelo Senador Edson Lobão e pelo próprio Dr. Carraro.

Neste trabalho, que estamos apresentando, prevendo este tipo de pergunta, dissemos o seguinte: providências governamentais para viabilizar a implantação e operação da Usina de Tucuruí e o papel essencial das fábricas de alumínio. Está na página 19, e vou me permitir ler que é para constar dos autos.

Diz o seguinte: "e com base na lei de participação, Decreto-Lei nº 5.962, de 10 de dezembro de 1973, foram estudadas entre 1973 e 1975, diversas alternativas para viabilizar a construção da Usina de Tucuruí, por meio de substancial participação financeira da própria ALBRÁS, porque o Governo entendia que precisava construir Tucuruí, que é uma obra pioneira, mas para construir na posição em que estava, iria gerar muita energia e precisava de consumo, e como vamos viabilizar, pensava o Governo naquela oportunidade, a construção de uma obra necessária para desenvolver aquela região, se não temos um mínimo de garantia de que a energia que ela vai produzir será tomada? Este foi o começo. Foram procurar uma indústria de alumínio e na oportunidade, foi a ALBRÁS, que foi formada, naquela época, com participação dos japoneses.

3.2. Os elevados valores dessa participação, que atingiam cerca de US\$ 800 milhões nas avaliações orçamentárias feitas em 1975, terminaram por inviabilizar a versão original do Projeto Albrás, com a desistência dos sócios japoneses em prosseguir no financiamento.

3.3. Nessa época (1975), decidiu o Governo brasileiro construir a Usina de Tucuruí sem qualquer participação dos consumidores porque tinha que ser feito.

São aqueles projetos que talvez não venhamos a compreender no início, mas que no futuro vamos dar graças a Deus por eles terem sido feitos. É o caso do que hoje foi explicado aqui: se não existisse Tucuruí, o racionamento no Nordeste talvez chegasse a 40 ou 50%.

3.4. Entretanto, contando, apenas com o fornecimento dos Estados do Pará e Maranhão e com as transferências de energia para a área do Nordeste, o sistema elétrico então previsto para a Usina de Tucuruí só conseguiria mercado consumidor para 40% da capacidade daquela Usina.

Os senhores podem avaliar uma usina daquele porte, com aquele investimento, com 60% de capacidade ociosa. Quer dizer, é inviável. Qualquer projeto é inviável, imaginem um desses.

3.5. Para buscar novos mercados consumidores para a Usina de Tucuruí, haveria necessidade de construir longas linhas de transmissão entre Tucuruí e esses mercados no Sudeste e no Nordeste do País, requerendo excessivos investimentos adicionais.

Se fôssemos trazer a energia para o Sul e Sudeste — temos uma avaliação que não está aqui, mas que se dizia em 1,5 bilhão de dólares, para se trazer essa energia através das linhas de transmissão. Quer dizer, era muito mais custoso.

3.6. No período de 1975 a 1979, ficou evidenciada a conveniência de atrair consumidores in-

dustriais intensivos, de alto consumo de energia, para assegurar a estabilidade técnica da operação de garantir a viabilidade econômica da Usina de Tucuruí.

Porque não só o aspecto econômico, mas o aspecto técnico também estava em jogo.

3.7. Desde 1976, aliás, como consequência de negociações dos Governos brasileiro e japonês, foi viabilizada uma nova versão do Projeto Albrás. Um Protocolo de Compromissos para esse Projeto definiu, pela primeira vez, tarifas de energia elétrica especiais para a indústria de alumínio na Amazônia, incluindo uma limitação dos custos com essa energia a 25% do preço efetivo de venda do metal.

3.8. Entre 1978 e 1979, foram examinadas alternativas para viabilizar uma Fábrica de Alumínio do Grupo Ludwig, de 300.000 tpa, em Belém. No protocolo de Compromissos desse novo Projeto, foi estabelecida a limitação dos custos de energia elétrica a 20% do preço efetivo de venda do metal.

3.9. Finalmente, em 13 de agosto de 1979, foi publicada a Portaria MME nº 1.654, definindo a política tarifária de energia elétrica para a indústria do alumínio na Amazônia, cuja cópia é mostrada no Anexo nº 7.

3.10. A Portaria MME 1.654/79 autorizou a celebração de contratos de fornecimento de energia elétrica para indústrias de alumínio na área da Eletronorte, essencialmente com base em duas condições especiais:

a) Desconto de 15% sobre as tarifas normais do Grupo A.1 (230KV).

b) Limitação dos dispêndios com energia elétrica a um teto de 20% do preço de venda do metal no mercado internacional, por um prazo de 20 anos.

Depois posso até me alongar sobre isso, ou ser mais específico.

3.11. Em palestra de junho de 1983, o então Diretor-Geral do DNAEE-MME quando da promulgação da Portaria, Engº Oswaldo Baumgarten, apresentou ponderadas razões justificativas para os incentivos ali oferecidos.

"A primeira medida não representa subsídio, pois os encargos relativos aos investimentos para transmissão de energia, caso a produção de alumínio se situasse fora daquelas áreas (onde os potenciais hidrelétricos são abundantes), seriam superiores aos 15%.

E dizia também:

A segunda medida foi essencial. Tratando-se de investimentos vultosos, era necessário que os investidores tivessem uma referência segura quanto à evolução dos preços de energia, no período de maturação dos investimentos. Dessa forma, foi possível competir com a Austrália, que na época procurava atrair fabricantes de alumínio, oferecendo condições especiais quanto ao fornecimento de energia."

Esse era um movimento estratégico, na realidade. Não estamos nem falando do movimento econômico, de viabilização econômica e técnica de Tucuruí. Ainda teria toda a área estratégica de desenvolvimento do Nordeste. Teríamos que falar do balanço de pagamentos, que foi orientado para a exportação, para gerar divisas. Depois falo porque não exportamos tudo da Alumar. É que temos um grande compromisso com o Estado do Maranhão, e se fôssemos exportar, tudo não geraria-

mos os impostos que precisamos gerar. É por esta razão que dividimos essas exportações de suprimento do mercado interno entre fábricas do Sul e do Norte, gerando ICM para o Estado do Maranhão.

3.12. Por que foram oferecidos pelo Governo brasileiro os incentivos tarifários da Portaria MME 1.654/79 às indústrias de alumínio que se localizassem na Amazônia?

Em 1979, quando da promulgação da Portaria, estimava-se que os ônus financeiro, devido à parcela de 60% da capacidade geradora de Tucuruí então ainda sem clientes, seria de US\$ 180 milhões por ano, a ser pago por aumentos indiscriminados nas tarifas de todos os consumidores brasileiros. Alguém tem que pagar.

3.13. Naquela época, admitia-se que o custo unitário do sistema elétrico da Usina de Tucuruí alcançaria cerca de US\$ 750 por kW instalado, inclusive juros durante a construção.

3.14. Com os valores de investimento efetivamente apurado até hoje, o custo unitário do sistema elétrico de Tucuruí deverá alcançar índice próximo de US\$ 1800 por kW instalado.

3.15. Portanto, o ônus financeiro devido à parcela de 60% da capacidade geradora de Tucuruí que ficaria sem clientes, caso as duas indústrias de alumínio (Albrás e Alumar) não se tivessem instalado na região, seria muitas vezes maior, da ordem de US\$ 400 milhões por ano.

3.16. Tendo atraído as duas fábricas de alumínio (Albrás e Alumar) para a área de influência de Tucuruí, o setor elétrico obteve uma receita de US\$ 70 milhões em 1986 e deverá obter uma receita de US\$ 87 milhões no corrente ano. Essas receitas devem crescer para US\$ 120 milhões, em 1988 e US\$ 170 milhões, em 1990, segundo estimativa recentes da Eletrobrás que prevêem que essas receitas devem representar 50% do faturamento da Eletronorte.

Isso é importante. E tem mais: quando a Eletronorte vende sua energia para a Chesf, por exemplo, ela tem um prejuízo brutal, por que ela deve vender a 8 ou 10 mil, e a nós ela vende a 18 mil, ou coisa parecida. Tem isso também, que para ela, na receita, é muito importante.

3.17. Portanto, além de viabilizar técnica e economicamente a Usina de Tucuruí, com a implantação de dois grandes consumidores intensivos na área de influência da Usina — Albrás e Alumar — a Portaria MME nº 1.654/79 conseguiu assegurar a cobertura de parte substancial do ônus financeiro anual, antes previsto em decorrência da falta de mercados consumidores para Tucuruí naquela área. Esses encargos financeiros, de outra forma estariam agora sendo suportados por aumentos tarifários adicionais para todos os consumidores brasileiros.

Se sou o Ministro na época, dentro deste cenário, vendo os outros benefícios, ainda de alcance social, que trariam a atração desses investidores, eu assinaria esse contrato. Está provado que, se não tivessem feito isto, Tucuruí não existiria, e teríamos um problema muito maior.

Agora, o depoente diz que não assinaria, e eu tento interpretar o que o depoente quer dizer, porque ele deve ser do setor elétrico até compreendo e concordo com ele, é interessante, mas é verdade. Por quê? Porque o setor elétrico diz o seguinte: não somos responsáveis pelo estabelecimento de uma política industrial no Brasil, somos instru-

mentos dessa política industrial. Então, se amanhã, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento decidirem que uma fábrica de alumínio é importante, por todas essas razões alegadas, e que para que seja atraída, seja competitiva, sobreviva por um período de maturação, e se precisa de um incentivo que implique um desconto tarifário, que seja dado, mas que o sistema elétrico seja ressarcido, porque este não é o implantador da política industrial, mas um instrumento.

Então, presumo que seja este o posicionamento do...

O SR. EDISON LOBÃO — V. S^a permitiria uma interrupção?

O SR. ADJARMA AZEVEDO — Pois não.

O SR. EDISON LOBÃO — Só para explicar melhor este problema do depoente, acho que me lembro bem do que aconteceu.

Aqui se questionava sobre a possibilidade de se interromper inteiramente o fornecimento de energia, à Alumar, sob o argumento de que esta energia, economizada por esse processo, seria suficiente para resolver o problema do Nordeste. O depoente então disse que, defendendo até a não suspensão, o próprio Ministro Aureliano Chaves não concordava com essa solução, entendendo que havia um contrato entre a Alumar, a Albrás, e o Governo Federal, e esse contrato teria que ser cumprido de qualquer maneira, até porque, de outro modo, geraria demanda na Justiça etc. Também não seria justo para com essas empresas. E mais: que essas empresas estavam gerando divisas. Apresentou um elenco de razões contra a suspensão do fornecimento, e aí então completava: "Eu, se tivesse sido Ministro, à ocasião da decisão da construção de Tucuruí talvez não tivesse assinado o contrato de construção, ou talvez não tivesse assinado o contrato de concessão do incentivo a essas duas empresas".

Isto foi o que aconteceu, não foi nem mais nem menos. Quer dizer, o Ministro Aureliano Chaves defendia a manutenção dos contratos e defendia Tucuruí.

O SR. ADJARMA AZEVEDO — Tentei interpretar, se houvesse uma interpretação diferente seria esta. O Sr. Carrara balançou a cabeça concordando que este era o pensamento quando disse que não assinaria.

Estou aberto às perguntas porque, na realidade, grande parte da exposição que iria fazer foi coberta com esse tipo de intervenção. Tenho inúmeros slides para projetar e gostaria de passar a responder as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Farias) — Agradecendo a explanação, Dr. Adjarma Azevedo, passo a palavra ao Senador Edison Lobão para arguir o depoente desta tarde na CPI.

O SR. EDISON LOBÃO — Sr. Presidente, o nosso Relator, Senador Jutahy Magalhães, lamentavelmente não pode permanecer aqui até esta fase importante que é a fase das indagações ao nosso convidado.

Neste instante vamos ter uma sessão importantíssima no Plenário do Senado, talvez a última sessão deste período, deste primeiro semestre de 1987. Estamos todos os Srs. Senadores, sendo convocados para esta reunião, onde deveremos, inclusive, votar diversas mensagens do Governo a respeito da indicação de Embaixadores.

O Líder do meu Partido, ainda há pouco, mandou-me uma mensagem no sentido de que eu não faltasse a esta reunião e já são 18 horas e 32 minutos portanto, a sessão já deve estar começando. De modo que, preciso retirar-me desta sessão da Comissão de Inquérito, porém gostaria de aqui permanecer mas em razão desses fatores não vou poder fazer perguntas ao nosso convidado.

Apenas peço à V. Ex^a que mande admitir este depoimento inteiro, trazido por escrito pelo nosso convidado, nos Anais da Comissão de Inquérito para que conste definitivamente, já que não foi inteiramente lido, e possa, assim, fazer parte dos autos. E o Relator terá nele subsídios importantes para o seu julgamento no instante em que tiver que elaborar o seu relatório.

Estou seguro de que o que o nosso Relator, Senador Jutahy Magalhães, pretende um exame profundo dessa questão importante, transcendental na vida do País e, sobretudo, do Nordeste, neste instante. S. Ex^a não tem nenhuma posição preconcebida, apenas o interesse de examinar, como brasileiro que é, como bom parlamentar, uma questão fundamental para o País. Por isso mesmo, estou seguro de que haverá de ler esses documentos.

Não tenho, portanto, nenhuma indagação, agradeço apenas as informações que me foram transmitidas pelo nosso convidado e a V. Ex^a também agradeço por ter me concedido a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Farias) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Benevides.

O SR. CARLOS BENEVIDES — Sr. Presidente, admito que V. Ex^a também esteja na mesma necessidade, na qualidade de Senador da República, de se encontrar presente no Plenário do Senado Federal.

Mas, gostaria de agradecer a dedicação do Presidente Dr. Adjarma Azevedo, por ter se deslocado até aqui, a Brasília, atendendo convite do Senado.

Não tinha conhecimento da relevância dessa entidade, a Abrace, desse potencial violento de consumir 30% da energia do País e, para me informar melhor sobre o problema do racionamento, solicitei algumas informações a essa entidade, sabendo que é muito conceituada, haja vista que, apesar de não ser leitor diário de **A Gazeta Mercantil**, principalmente da parte de energia, passei estes últimos 40 dias acompanhando, através de periódicas informações, o setor energético e já por diversas vezes li referências à Abrace, dada a importância que **A Gazeta Mercantil** dá à essa entidade.

No telex que me foi enviado como resposta pelo Secretário Executivo, informam que a melhor hipótese para resolver o problema do racionamento até 1988 é a instalação de aproximadamente 600 megawatts termoelétricos no Nordeste.

O Senhor considera imprescindível a instalação desse aumento de geração térmica para a sobrevivência do Nordeste? Porque sabemos que ele já vive sob um regime de racionamento. Nós, que vivemos mais na rua, ainda há uns 40 dias, peço a paciência do Presidente, andávamos no Município de Pacatuba, uma cidade na área metropolitana de Fortaleza, e um determinado indivíduo fez um projeto para energia chegar na sua propriedade e a Coelce, companhia local, estaria col-

cando dificuldades para energizar aquilo que ele já havia pago, alegando o problema do racionamento. Imediatamente, entrei em contato com o Presidente da Coelce, pois a Coelce assinou um contrato e, se o particular pagou para executar a obra e se ela foi executada, teria que ser energizada. Então, é esse o tipo de cobrança que os parlamentares recebem diariamente.

Perguntam: Deputado, o racionamento vai continuar? Então, existem essas indagações. A imprensa, no aeroporto mesmo, quando desembarcamos, pergunta: Deputado, a prioridade de Nova República é o racionamento para o Nordeste? Então, são essas indagações que recebemos e temos que nos deparar com uma solução imediata. Daí a minha interpelação ao Dr. Adjarma Azevedo para saber qual a solução que existe. Na verdade esta pergunta deveria ser dirigida ao Ministro e ao Presidente da República e temos uma grande esperança que S. Ex^a serão acessíveis.

Então, queria saber o seu posicionamento, que, acredito, deve ser semelhante: se a Abrace está realmente preocupada com o problema do racionamento do Nordeste.

O SR. ADJARMA AZEVEDO — Estamos. Como eu disse temos treze consumidores eletrointensivos. Para V. Ex^a ter uma idéia, temos aqui um gráfico mostrando a carga em megawatts médios em que cada um consome. No Maranhão, temos um grande consumidor que é a Alumar; na Chesf, em Pernambuco, a Açonorte; GERDAU 24 megawatts; Chesf, no Ceará, temos a Siderúrgica Cearense; em Alagoas temos a Salgema; em Sergipe, temos a Nitrofértil; na Bahia, a Alcan Nordeste, a Daw Química, a Companhia Química do Recôncavo, a Caraiibas, a Copeni, a Ferpassa, a Cibra e a Usiba.

Quer dizer, isso tudo, na realidade, corresponde a 1.135 megawatts médios, o que representa 30% da carga daquela região. Então, se V. Ex^a nos indagar da nossa preocupação, ela está evidente, realmente estamos preocupados.

A Abrace não está querendo se desculpar, não porque vai responder, inclusive estamos programando uma reunião com V. Ex^a não sei se hoje ou amanhã, para discutirmos com mais profundidade, com muita tranquilidade este assunto.

O Dr. Carrara, nas suas previsões, no **for case**, acho que eu e S. S^a estamos com o mesmo problema. Sou encarregado da área de **trading** da companhia, que vende o alumínio no mercado internacional e preciso estar sempre tentando advinhar qual será o preço do futuro, porque vendo no futuro, e temos uma coisa que diz: prever o preço do alumínio pode fazer mal a sua saúde.

Acho que o Dr. Carrara está na mesma situação: prever o comportamento hidrológico. Se vai chover ou não, pode fazer mal à sua saúde. Mas S. S^a mesmo disse que, se tivermos, em determinados momentos não me lembro bem, a 70% com 550mw de geração térmica.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — Nós precisaríamos a 70% da NLP ter instalado pelo menos mais 400 megawatts para não termos racionamento. Esse seria o valor. A última alternativa que citei seria 70% da média, 450 megawatts médios de geração para não ter racionamento. Então, com 300 já existentes mais uns 120 ou 150, que devem ser instalados, teríamos que com-

par de 300 a 400 megawatts para podermos chegar a uma situação otimista.

O SR. ADJARMA AZEVEDO — Hoje já estamos com 200 e poderíamos ir a 330.

Se o senhor me perguntar, acredito, porque o próprio Dr. Benedito Carraro diz que, em determinada situação hidrológica, ela se faz necessária.

O SR. CARLOS BENEVIDES — Quer dizer que, na expectativa de preço, está implícito o problema, para o ano temos que admitir o racionamento. Quer dizer, se houvesse mais energia, seria vendido mais alumínio?

O SR. ADJARMA AZEVEDO — Sim, seria vendido mais alumínio. Estamos reduzindo as exportações de alumínio.

Quando eu disse que as coisas são paralelas, é porque vendo alumínio no mercado internacional a preços futuros e tenho que imaginar qual vai ser o preço. E a mesma coisa ocorre com o Dr. Benedito Carraro: faz previsões admitindo que vai chover. É o paralelo que apontei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Farias) — Estamos aguardando as perguntas que o nobre Sr. Relator terá que fazer. (Pausa.)

Estas são as observações e indagações do nobre Relator Senador Jutahy Magalhães:

Com exceção da indústria de alumínio, cujo insumo de energia elétrica é relativamente alto em relação ao custo do produto, em torno de 70%, 80%, em todos os outros setores industriais é pequeno, variando de 2% a 5%, chegando, em média, no Brasil, a 3% ou 4%.

Nesse sentido, como V.ª vê a possibilidade de incentivar a indústria de alumínio, alta consumidora de energia, sem prejuízo do desenvolvimento mais equilibrado da região, sobretudo dos outros setores industriais?

O SR. ADJARMA AZEVEDO — Inicialmente, eu precisaria fazer uma retificação. A participação da energia elétrica no custo do alumínio não é de 70% a 80%, está em torno de 40%. E temos outros eletrointensivos na região. O ferro-liga, por exemplo, está em torno de 50%; a soda, eu presumo que esteja em torno de 50% e a siderurgia em torno de 12%. Realmente, temos uma plêiade muito grande onde a energia participa com 1%, 2% e 5% no custo de produção.

O que ocorre é que a empresa eletrointensiva, geralmente é uma empresa de base, geralmente é geradora de outras empresas. Se eliminarmos a eletrointensiva do País, vamos deixar de gerar muito outras empresas que não consumir os dois, a 5% de energia. Então, não pode ser olhado só pelo prisma de que ela tem um alto consumo de energia, participa no custo e por isso poderia ser eliminada. Não; ela deve ser preservada, porque não só é boa para o sistema elétrico, porque geralmente a empresa eletrointensiva é de um alto fator de carga e ajuda que o sistema elétrico faça uma depreciação de todo o seu investimento muito mais rapidamente. Uma empresa que consome 2% deve pegar a energia agora, daqui a 2 horas, amanhã, e o sistema elétrico tem que estar pronto para quando ela pegar servir. A indústria de eletrointensivo pega a todo instante, 24 horas por dia, quer dizer, é uma segurança, uma caixa que o setor elétrico tem. Então, ela tem não só um benefício que presta ao setor elétrico,

mas como é uma empresa geradora de outras empresas — toda empresa de base é uma empresa geradora de outras empresas — ela deve ser preservada; inclusive acredito deva ser estimulada.

É importante também que se veja essa participação de energia elétrica no custo muito pequeno. O Dr. Carraro é um homem que deve procurar capitalizar o setor através da política tarifária. Então, quando está fazendo seu trabalho de estabelecer os preços, as tarifas, nas diferentes extensões, vai levar em consideração que esse gasta 2%, pôde ter um preço de energia maior, de tal forma que numa curva tarifária consiga remunerar todo o setor sem destruir o consumidor intensivo. Acho que precisa a existência de todos eles dentro do setor produtivo. Aquele que consome alta energia — infelizmente não dá para se fazer diferente — e o que consome baixa.

Mas o eletrointensivo é um gerador de empresas. Para se ter idéia de como é gerador de empresa, tem 6 produtores, 300 empresas médias e 35 mil pequenas e médias empresas; é o que resulta da cadeia do alumínio.

O SR. BENEDITO APARECIDO CARRARO — O insumo de energia elétrica no custo do produto industrial é pouco expressivo, como podemos verificar: setor metalúrgico, 3,2%; setor de material elétrico e de comunicações, 0,9%; setor cerâmica, 1,7%; petroquímica, 3%; têxtil, 1,6%; alimentação, 0,9%; outros setores, mais ou menos 2%; média agregada ponderada de todos os setores: 1,5%.

O setor industrial considera esses custos em sua planilha de preços, repassando, por conseguinte, ao mercado, tanto a parcela de energia quanto a do Imposto Único sobre Energia. No entanto, os industriais que têm consumo superior a 2.000 quilowatts/hora/mês só podem contabilizar o custo da energia, pois a parcela referente ao tributo deverão recolher à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório.

Como V.ª vê a possibilidade de este empréstimo transformar-se em imposto para que estes custos possam ser repassados ao custo do produto, mesmo que as alíquotas deste tributo sejam aumentadas a nível de 60% da tarifa final, mesmo a alíquota do setor comercial, uma vez que o custo da energia elétrica para a indústria em geral é pequeno ou praticamente desprezível?

O SR. ADJARMA AZEVEDO — Eu vejo com grande medo. É terror, nem é medo. A expressão é terror. Porque se Sr. pegar, por exemplo — vou falar outra vez o caso do alumínio — temos hoje 98% de desconto no empréstimo compulsório, porque somos de alto fator de carga. Se isso virar imposto, amanhã, e da forma como está dita, o custo da minha tarifa vai dobrar e vai ser simplesmente inviável.

Essa tese vem sendo muito defendida pelo pessoal da Fiesp, em São Paulo, e a Albrás tem-se oposto muito a isso.

Reconheço rapidamente que esse investimento de empréstimo compulsório é um investimento que não deve ser bom, porque ele é compulsório se fosse bom fariamos de bom grado. Agora, transformar o imposto sem considerar as características das empresas vai ser um desastre, vai ser um desastre geral. Tem que haver tratamento diferenciado, o Sr. entende? Porque seria dobrar

o custo da nossa energia e seríamos inviáveis. Pode até transformar em imposto, mas para determinadas categorias.

O SR. CARLOS BENEVIDES — Como o Sr. vê a questão de uma eventual redução da cota de energia de Tucuruí, coípromissada com os projetos de alumínio primário Alumar, Alcoa e Billiton, com o objetivo de transferi-la para o Nordeste, favorecendo a redução do racionamento nesta Região?

O SR. ADJARMA AZEVEDO — Não sei quais seriam as premissas que o Relator teria construído para fazer essa pergunta. Deve ter partido de algumas premissas. Não vejo com bons olhos.

O Projeto Alumar, como já demonstrei, é uma vítima da história toda, e posso demonstrar — está no capítulo Suprimento de Energia Elétrica e Localização do Projeto Alumar. É preciso ficar entendido que a Alcoa não queria ir para onde foi. Estávamos pesquisando uma instalação de uma fábrica de alumínio em Paranaguá, Pelotas, Sobradinho, Recife, Belém. Inclusive, foi muito divertido. Posteriormente, e o mais certo, na realidade, na época, era Paranaguá, tivemos uma reunião com o presidente da central elétrica da Região, na época o Dr. Douglas Luz, que depois foi ser o Presidente da Eletronorte. Ele dizia: "Não, de jeito nenhum, só existe um lugar que vocês podem ir: para o Norte e o Nordeste, porque lá o Governo está precisando de vocês para viabilizar Tucuruí". Então, é quando fomos para Tucuruí.

Então, quando fomos para Tucuruí, fomos de boa fé. O Governo tinha uma política de levar a indústria do alumínio para lá, tinha as razões dele, e achamos que seria um bom negócio desenvolvermos aquela área. Infamos ter um preço de energia com desconto, que nos incentivava, tínhamos um teto que poderia nos proteger, estávamos próximos da fábrica de bauxita, poderíamos produzir alumina. Tanto que o projeto lá é para três milhões de toneladas de alumina. Então, a forma como fomos lá foi nessas circunstâncias: se no princípio fomos induzidos, depois fomos atraídos. Mas quando fomos lá tivemos a responsabilidade de olhar o cenário de disponibilidade de energia elétrica na Região. Por quê? Porque reconhecemos que a indústria de alumínio é altamente dependente desse insumo energético e que grandes cargas haveria a solicitar. Está tudo escrito isto que estou falando. Estou quase repetindo o que está escrito, e tem tudo o que passou na época.

Então, olhamos o cenário que era justamente o plano 1995 e dissemos: "podemos ir". Fomos, cumprimos a nossa parte e, infelizmente, o Governo, pelas razões apontadas, não cumpriu a sua.

Quando fomos expandir, fizemos o mesmo processo. Portanto, a Alumar, lá no Norte, é vítima de toda essa situação. Ela tem compromissos internacionais, tem compromissos com o mercado interno, tem compromissos com a Região. Devemos pagar, este ano, perto de doze milhões de dólares de ICM, na Região. Temos vinte e sete milhões de dólares. O mal que vamos causar ao Brasil, à Região do Maranhão — e isso não podemos nem pensar em fazê-lo —

Para V.ª Ex.ª terem uma idéia, esse racionamento de 14% já representa para a soda cloro, o ferro liga e alumínio cento e três milhões de dólares de prejuízo este ano. O Dr. Carraro estava levand-

tando qualquer número parecido com cem, no total; essas três já são cem milhões de dólares — já levantado isso — de prejuízo pelo 14%. Cem milhões só esses três setores.

Aqui dá o seguinte, respondendo ainda a essa pergunta e dizendo que não concordo: temos dois mil e duzentos empregos diretos na Região; onze mil indiretos. E o que agregamos para a frente só daquela produção chega perto de vinte e cinco mil empregos. Essa é uma responsabilidade muito grande nossa. E temos uma responsabilidade maior ainda com o Estado do Maranhão. Lá, a nossa folha de pagamentos é de vinte e seis milhões de dólares. Imagine esse volume de dinheiro circulando dentro de São Luís do Maranhão!

A Eletronorte são sessenta milhões de dólares (pág. 45) — Temos oitenta milhões de dólares que estamos adquirindo em matéria-prima. Só Belém do Pará perderia trinta milhões de dólares da bauxita que vamos comprar daquela Região.

Alagoas vai perder 20% da produção de soda cáustica.

Haveria redução dos impostos federais, estaduais e municipais da ordem de 20,6 milhões de dólares para a Região. A Secretaria de Fazenda do Estado iria perder onze milhões de dólares de ICM, que representam 10% da receita de ICM de todo o Estado.

Há aqui impostos federais: IPI, PIS, Finsocial — 9,2 milhões; impostos estaduais — 11,4 milhões.

É muito simples dizer, mas o impacto social na região do País, no balanço de pagamentos, no próprio setor elétrico é uma enormidade.

Portanto, respondendo à pergunta, digo que não concordo.

O SR. CARLOS BENEVIDES — Qual o peso da energia elétrica nos custos médios industriais do alumínio primário? Existe alguma diferença sensível neste peso, relativamente a outros ramos e setores industriais? Qual esta diferença? Qual o peso da energia elétrica nos preços internacionais do alumínio primário e qual o mecanismo que os principais fornecedores mundiais utilizam para mantê-los estáveis nestes pontos?

O SR. ADJARMA AZEVEDO — É uma boa pergunta. Sobre ela poderemos falar durante uma hora, mas procurarei ser breve; é meio impossível porque aí tenho uns dezoides slides para passar.

Na realidade, o preço da energia elétrica, o custo da energia, o impacto, como já disse, está em torno de 40%; e tem várias formas de V. Ex.^a analisar como é esse impacto. Se V. Ex.^a pegar um custo de caixa, só de desembolso está em torno de 40% se se colocar uma depreciação ele pode cair para 28%. Então, depende como se está olhando essa composição de custo. Se V. Ex.^a pega uma fábrica como a nossa, em Poços de Caldas, ela está em torno de 47%, a participação; se V. Ex.^a vai para São Luís, V. Ex.^a talvez tenha uma grande participação do preço da bauxita, que é sete vezes maior lá do que no Sul. Então, varia muito.

Mas, nós costumamos dizer, em termos mundiais, internacionais, que 25% a 30% é a participação da energia no custo do produto. Como é que as empresas fazem para se manter competitivas? Bom, elas procuram ter acesso ao custo de energia mais barato possível, disponível, e

aquelas que não conseguem, fecham as suas portas. Nós temos, por exemplo, que o custo médio de produção de alumínio, mundialmente, tem caído continuamente. Por quê? Porque as empresas que tinham custo de energia elétrica mais alto, portanto não eram competitivas, fecharam. O Japão, para V. Ex.^a ter uma idéia, onde o custo de energia elétrica, hoje não, mas já foi, no passado, maior, em torno de 50 mil dólares/kw/hora, e produzia 1.800 milhão toneladas de alumínio, produz hoje, este ano, 30 mil. Portanto, é insustentável. Os Estados Unidos fecharam, no ano passado, com 800 mil toneladas de capacidade, porque não podia competir.

Então, são os países exportadores, no qual o Brasil se inclui, que estão continuando a operar. V. Ex.^a pega o Canadá. A energia elétrica no Canadá não sei quanto é, mas deve ser 7mW; V. Ex.^a pega a Venezuela. Aqui, nós temos o ano de 86: Brasil, eles previram 14, nós somos, aqui, o oitavo; Canadá, 4; Venezuela, 7; Egito, 8; Camarões, 8; Suriname, 9; Noruega, 11; Ira, 11; Bahrem 11; Austrália, 11; Gana, 12; Japão, 50; e Estados Unidos, 21. Para mim não era 21, os Estados Unidos chegaram a 35, mas, obviamente, foram desligando várias empresas de alumínio, as empresas de energia elétrica que perderam esse grande consumidor, que é a indústria do alumínio, tiveram que refazer seus preços, fazer acordos, baixar tarifa. Então, isso trouxe o preço da energia elétrica para baixo. Mas, a energia dos Estados Unidos poderia ser de até 10, até ser 50, não estou preocupado, porque os Estados Unidos é um importador líquido de alumínio, não é com ele que o Brasil vai competir, o Brasil vai competir com os outros que são exportadores; o Canadá e aquela turma toda.

Então, nós procuramos sempre nos aproximar e procurar negociar com o sistema elétrico para ter uma energia elétrica que nos permita ser competitivos.

Estamos falando da competitividade. Uma das coisas do nosso contrato, a portaria dizia o seguinte: que a Alumar teria o desconto de 15% e 20% de teto com relação ao preço do alumínio no mercado internacional. Na realidade, o desconto da ALUMAR, V. Ex.^a já viu, nós já falamos várias vezes, não é de 15, é de 10%, embora a portaria diga aqui. Não tivemos 15%. E eu conto a história para V. Ex.^a, porque o Ministro César Cals, na época de assinar o contrato, dizia assim: "menino, você não vai ter a tua tarifa de 15%" Eu disse: "mas não vou ter por quê? A portaria fala em 15%". E ele me disse: "mas é que você está muito longe da Usina de Tucuruí e irei precisar construir linha". "Mas, o Sr. vai precisar construir linha de qualquer jeito para ligar Tucuruí à Chesf", disse-lhe eu. Ai ele me respondeu: "Não, vou ter que construir depois de Presidente Dutra até São Luís". Ai eu disse que ele teria que construir de qualquer jeito, que teria que energizar São Luís. Ele falou: "O menino, vou ter que construir linhas, portanto é 10%".

Então, achei que o argumento era razoável, porque nós tínhamos uma distância muito maior, por isso que ficamos com 10 ao invés de 15%. Esse foi o argumento utilizado na época e foi conversa, obviamente, de 15 a 20 minutos.

E há outro fator, que até era reconhecido pelo Dr. Oswald que eram os 20% do preço do alumínio no mercado internacional.

Tenho um gráfico aqui que mostra a aplicação da fórmula do preço internacional, que é uma fórmula elaborada pelo DNAEE e o que realmente ocorreu. Aqui são os preços, conforme a fórmula do DNAEE, e esses aqui são os preços do LME. Até hoje essa fórmula não nos protegeu, porque ela está com os preços acima do mercado, e nós temos pago a tarifa como ela vem, com 10% de desconto. Acontece também — e o Carrara é testemunha disso — que nós pensamos sempre em dólar. E a hora em que aumenta a energia elétrica, lá com essa desvalorização do dólar aqui, no final acaba dando uma tarifa média suportável. Com os preços atuais, por exemplo, de 1.600 dólares, é perfeitamente suportável. O que não é perfeitamente suportável é com um preço de 1.100 dólares, aí não dá para respirar. Nós estamos, inclusive, renegociando essa fórmula do Kap com o DNAEE e aparentemente envolve piso, quer dizer, uma tarifa mínima, máxima, não sei como está isso, porque estou meio afastado ultimamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Farias) — A última pergunta do Relator, Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. não vê que o cancelamento da fase dois do Albrás e fase três do projeto Alumar, nos termos propostos pelo GT Alumínios, ou sua prorrogação, poderia favorecer outros grandes consumidores industriais igualmente representados na Albrás, presidida por V. S.^a, contribuindo para um desenvolvimento industrial mais amplo e para um desenvolvimento regional mais harmônico?

O SR. ADJARMA AZEVEDO — Bom, não consigo falar da Albrás, porque ela não é sócia da Abrace e também não é sócia da Abral da qual fui Presidente, que é a Associação Brasileira do Alumínio. Mas, posso falar da Alumar.

A Alumar precisa se expandir, porque temos que reduzir o custo do nosso produto. Fizemos um projeto, e quem conhece, quem viu, sabe o que significa, nós estamos falando de três milhões de toneladas de alumina. Esse mercado vai dar um revertério. Hoje, nós estamos produzindo 650, 700 mil, mas o mercado vai reverter e vamos dar graças a Deus de nós termos aquela instalação para produzir três milhões de toneladas/ano de alumina, usando a bauxita lá de Trombetas. O alumínio, nós estamos com 245 mil e o plano, todinho, é de 380. Em se cumprindo os planos que o Governo tem, de Itaparica, de Xingó, de complementação de Tucuruí, interligação do sistema, vai sobrar energia, perfeitamente em condições de aceitar e absorver o nosso projeto.

Portanto, não vejo nenhuma vantagem em atrasar o nosso projeto para que outro projeto venha a se instalar na região. Se se cumprirem todos os planejamentos de energia, vai dar tranqüilo. O que precisa é que ele seja cumprido. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Farias) — Agradecendo a exposição e a resposta do Dr. Adjarma Azevedo, Presidente da Associação Brasileira dos Consumidores de Energia Elétrica, dos seus assessores, e do Dr. Benedito Aparecido Carrara, Diretor da Divisão de Controle dos Serviços de Eletricidade, encerro a presente reunião desta CPI; e o Presidente efetivo, em outra oportunidade, convocará a próxima reunião.

Muito obrigado. Está encerrada a reunião.

6ª REUNIÃO, REALIZADA EM
9 DE JULHO DE 1987

Às quinze horas do dia nove de julho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 8, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presentes os Senhores Senadores Dirceu Carneiro, Jutahy Magalhães, Relator; Pompeu de Souza e José Agripino. Abertos os trabalhos, o Senador José Agripino, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida, é dada como aprovada. A seguir, a Presidência comunica o recebimento do telex remetido pelo Presidente da Facic, do Ceará, e passa às mãos do Senhor Relator, Senador Jutahy Magalhães, para que conste nos registros taquigráficos da CPI. Prosseguindo, a palavra é concedida ao Senhor Masato Yokota, ex-Diretor Financeiro da Eletrobrás, oportunidade em que declarou que a crise energética que ora se verifica, está gerando racionamento de energia elétrica no Norte e Nordeste, causando preocupação, dadas as consequências dos prejuízos advindos à sociedade daquelas regiões. Logo após, a palavra é dada ao Senhor Egmont Bastos Gonçalves, ex-Diretor Financeiro da Chesf, que teceu considerações sobre as dificuldades que enfrentou na área econômico-financeira no período de sua gestão. Na fase interparlamentar, usam da palavra os Senhores Senadores Dirceu Carneiro, Jutahy Magalhães e José Agripino. Finalmente, o Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Masato Yokota e Egmont Bastos Gonçalves, ex-Diretores da Eletrobrás e da Chesf, respectivamente e, em seguida, determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas em anexo à presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A "INVESTIGAR AS CAUSAS DO RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E A POLÍTICA PARA O SETOR ELÉTRICO", REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 1987, A FIM DE OUVIR OS DEPOIMENTOS DOS SENHORES MASATO YOKOTA E EGMONT BASTOS GONÇALVES, RESPECTIVAMENTE, EX-DIRETORES-FINANCEIROS DA ELETROBRÁS E DA CHESF, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador **José Agripino**.
Relator: Senador **Jutahy Magalhães**.

(Íntegra do Apanhamento Taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Declaro aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as causas do racionamento de energia elétrica no Nordeste e no Brasil.

Em primeiro lugar, lerei, e depois passarei às mãos do Sr. Relator o telex remetido pelo Presidente da FACIC, do Ceará, para que conste dos registros taquigráficos desta CPI. Foi endereçado nos seguintes termos:

Exmº Sr.
Senador José Agripino Maia
Senado Federal
Brasília — DF

Classes empresariais Cearenses manifestam vossência sua alta preocupação com problema racionamento energia para região nordestina. Nossa preocupação reside na questão de encontrar-se uma solução urgente para o impasse energético. Aquisição de usinas termo-elétricas com capacidade de gerar 200 Mw está longe de atender às reais necessidades regionais. Defendemos a aquisição dessas usinas termo-elétricas com capacidade mínima de 400 Mw diante da extrema gravidade resultante da queda do volume útil das barragens de Sobradinho e Três Marias cuja precisa aferição poderá alcançar, em novembro, apenas 10 por cento de sua capacidade total. Na oportunidade pedimos atenção vossência para pronunciamento feito sobre assunto, na Câmara dos Deputados, pelo representante cearense Deputado Carlos Benevides. Confiamos em que vossência examinará o problema com urgência tendo em vista que na próxima quarta-feira, em Aracaju, estarão reunidos o Comitê de Operações Norte-Nordeste e a Comissão de Coordenação do Racionamento. Saudações atenciosas. Federação das Associações do Comércio, Indústria Agropecuária do Ceará — Facic. João Luiz Ramalho de Oliveira Presidente, em exercício

Fortaleza, 1º de julho 1987.

Passo às mãos do Relator, para que tome conhecimento dessa questão que é posta por uma entidade de classe do Ceará. Isto posto, agradecendo aos Srs. Egmont Bastos Gonçalves, ex-Diretor Financeiro da Chesf, ao Dr. Masato Yokota, ex-Diretor Financeiro da Eletrobrás suas presenças, iniciando a primeira fase dos depoimentos, concedo a palavra ao Dr. Masato Yokota, para o seu depoimento.

O SR. MASATO YOKOTA — Sr. Presidente, Senador José Agripino, Sr. Relator, Senador Jutahy Magalhães:

Realmente a crise energética que está gerando racionamento de energia elétrica no Norte e Nordeste é fato que nos causa tremenda preocupação, dada as consequências bastante elevadas de prejuízo da sociedade nordestina e nordestina.

Não preparei nenhum texto, porque, como é do conhecimento de V. Exª estou afastado da Eletrobrás desde maio de 1985. No entanto, estou à inteira disposição de V. Exª para responder às questões que forem colocadas e às que V. Exª considerarem adequadas fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Indago ao Sr. Relator se gostaria de ouvir a palavra do ex-Diretor Financeiro da Chesf? (Pausa.)

Com a palavra o Sr. ex-Diretor Financeiro da Chesf.

O SR. EGMONT BASTOS CONÇALVES — Exª Srs. Senadores aqui presentes, atendendo à convocação do Exmº Sr. Senador José Agripino, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas do racionamento elétrico no Nordeste e a política para o setor elétrico, aqui estou à disposição de V. Exª para ser questionado sobre os assuntos da minha responsabilidade na época em que fui Diretor Financeiro da Chesf, no período de maio de 1982 a maio de 1985.

À guisa de introdução, poderei fazer alguns comentários, que talvez já tenham sido abordados pelos expositores que nos antecederam, que acredito com maior brilho e conhecimento próprio, porque se encontram, no momento, no comando dessas unidades do setor elétrico.

A Chesf é uma sociedade de economia mista que tem como objetivo fundamental gerar e transmitir energia elétrica, objetivando abastecer os Estados do Nordeste, do Piauí à Bahia. Trata-se de uma empresa controlada pela Eletrobrás, juntamente com Furnas, Eletronorte, Eletrosul, etc. Sua administração é formada por uma assembléia direcionista, um conselho de administração, um conselho fiscal e uma diretoria colegiada, constituída por um presidente e seis diretores.

A Eletrobrás, como controladora, coordena, através de diversos organismos, as atividades de planejamento, operação e gestão empresarial. Além dessa coordenação, a Eletrobrás atua como maior órgão financiador da companhia, através de repasses de recursos de diversas origens. O DNAEE, como poder concedente, exerce também ações de caráter normativo e fiscalizador do desempenho da companhia.

A exploração do serviço público de energia elétrica é monopólistica. Em contrapartida, a empresa, como concessionária, não visa maximização de lucro, tendo a legislação pertinente garantido uma remuneração de 10% a 12% ao ano sobre o valor corrigido nos ativos, a lei estabelece que a prestação de serviço é pelo custo, incluindo a remuneração já referida. Deste modo, a receita da empresa deve necessariamente cobrir o custo do serviço, isto é, pagamento de encargos financeiros, impostos, dividendos e quaisquer outros gastos considerados pertinentes ao negócio pelo poder concedente. O sistema contábil de apuração de resultados, consubstanciado no plano de contas do serviço público de energia elétrica, foi estabelecido pelos Decretos-leis nºs 82.962/78 e 84.441/80, que regem o assunto.

A estrutura de vendas se articula no suprimento de energia a nove concessionárias estaduais, uma empresa regional na época, que era a Eletronorte, e doze indústrias alimentadas na tensão 230.

Durante o período em que fui Diretor, isto é, de abril de 79 a maio de 85, porque inicialmente na Chesf fui Diretor de Suprimento, posteriormente fui remanejado para a Diretoria Financeira, vi que a CHESF, como de resto o setor elétrico, enfrentou grandes dificuldades na área econômico-financeira, ficando a remuneração dos seus ativos abaixo da prevista na realização, principalmente nos anos de grave crise nacional de que fomos testemunhas.

As receitas operacionais da empresa, também em alguns anos desse período, revelaram-se insuficientes para cobrir os custos. Então, como causa

principal, a meu ver, de alguns retardos de obras, foi exatamente a dificuldade de investimentos, principalmente em moeda nacional. O investimento com moeda nacional que repassado pela Eletrobrás de diversas origens e fontes, sofreu alguns impactos, em face das dificuldades da época, mas a empresa, com o apoio da Eletrobrás e da sua Diretoria, procurou, de todos os meios possíveis, sanar e atender a essas dificuldades que enfrentamos na condução das obras da empresa, que eram de grande vulto. Nessa época, a Chesf estava mergulhada em grandes obras - Paulo Afonso IV, linha de transmissão Norte-Nordeste, para Belém do Pará, Itaparica etc., e mais o programa de obras já existente e previsto pela companhia.

Abstenho-me de fazer referências a essa parte técnica, **en passant**, porquanto, primeiro, não era da minha responsabilidade direta, segundo, porque este assunto já foi aqui ventilado pelo Presidente da Chesf etc. Seria repisar um assunto.

A meu ver, o quadro, o cenário que se vislumbrou, durante este ano, para a Chesf, em particular, porque isso foi um quadro geral do setor elétrico, foi esse nessa época de dificuldades, falta de recursos, investimentos, etc., mas as empresas, todas elas, sob a orientação da Eletrobrás, procuraram desenvolver os seus programas e atender a essas necessidades previstas no seu plano de obra. Em tese, a título de exórdio aqui na nossa conversa, o que posso fazer são essas colocações, e aqui me encontro à disposição de todos os Srs. Senadores presentes para responder especificamente sobre o assunto do interesse de todos.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Concluída a primeira parte da sessão, no que diz respeito às exposições por parte dos Deputados, passamos de imediato, à segunda parte, com os debates e as perguntas dos Srs. Senadores aos Srs. Deputados.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Sr. Relator, Senador Jutahy Magalhães.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, hoje estamos fazendo uma reunião muito informal, porque não tivemos, praticamente, depoimentos e vamos entrar direto na parte das perguntas e debate, o que é natural, pois estamos em uma fase dos nossos trabalhos em que nos estávamos praticamente tomando repetitivo com os depoimentos que eram prestados aqui, na nossa Comissão. É a nossa intenção seria de buscarmos as razões que levaram o Brasil a ter essas questões de raciocínio na Região Nordeste, as dificuldades de fornecimento de energia na Região Norte e, também, na Região Sul, e na Centro-Sul.

Temos ouvido também, e tive oportunidade de assistir na televisão, a uma manifestação do Ministro do Planejamento, que vem juntar-se aos depoimentos que temos ouvido aqui.

Nesses depoimentos, toda a linha de informações nos leva à conclusão, pelo menos na opinião dos Deputados e do Ministro do Planejamento atual, de que tivemos uma fase específica e que, por razões diversas, essa fase levou o Brasil a se endividar de tal maneira que teve que buscar, através de organismos nacionais, recursos internacionais, que não vieram em benefício desses organismos. Muitos dólares foram tomados pela Eletrobrás que não repercutiram dentro do interesse da própria companhia.

O Ministro do Planejamento chegou a dizer na televisão que foram comprados 8 geradores para determinada hidroelétrica, quando, na realidade, só vão ser empregados três ou quatro, e o Brasil estaria pagando, até hoje, os custos financeiros desse empréstimo tomado no exterior.

A cada depoimento se repetia aqui essa informação. Sempre perguntávamos qual a fase? Em que época, mais ou menos, isso começou a ocorrer? Sempre fixávamos como no início do Governo passado, na Administração anterior. Daí a razão de solicitarmos o comparecimento de V. Sª para nos dar idéia do que ocorreu nesse período.

Então, a primeira indagação seria a respeito de quais financiamentos que foram tomados na área do setor de energia elétrica para a compra de equipamentos que, no momento, ainda não era necessário serem adquiridos, para buscar recursos no exterior em dólares, dada as dificuldades de financiamento em dólares, ou marcos, ou moedas mais fortes, e que levaram a Eletrobrás a ter um custo financeiro muito alto que incapacitou de realizar os investimentos que se faziam necessários na época, para evitar que viesse ocorrer esse raciocínio, por exemplo, na Região Nordeste. Itaparica e Xingó tiveram um atraso nas suas obras da ordem de 6 a 7 anos. Então, a primeira indagação que dirijo aos dois Deputados, ao Dr. Masato Yokota em primeiro lugar, que é da Eletrobrás, e posteriormente, ao Dr. Egmont Bastos Gonçalves, ex-Representante da Chesf se quiser fazer alguma complementação ao esclarecimento eu agradeceria.

O SR. MASATO YOKOTA — Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, com relação à eventual possibilidade que tivessem sido efetuadas importações de equipamentos para as usinas hidroelétricas antes do seu tempo, eu poderia dizer que da nossa parte, como Diretor Econômico-Financeiro da Eletrobrás, agíamos em decorrência de demandas efetuadas pelas áreas de planejamento e pelas áreas técnicas. Por exemplo, no caso mencionado, Itaparica, esse fato antecedeu, inclusive, a nossa entrada. Quando assumimos, fomos eleitos para a administração da Eletrobrás, os equipamentos de Itaparica já se encontravam comprados.

No que diz respeito à aquisição dos equipamentos para Xingó, poderíamos até manifestar a idéia de que, em relação ao cronograma de execução da parte de construção civil, elas poderiam ser consideradas como efetuadas antecipadamente. No entanto, acho que isso cabe ser mencionado dentro do contexto que vivíamos naquela ocasião.

O setor elétrico foi sempre bastante dependente de uma tarifa realista e de participações de recursos do Tesouro, sejam do Tesouro Nacional para as empresas concessionárias de energia elétrica vinculadas ao Governo Federal, sejam de participações acionárias de Governos estaduais para as empresas controladas por cada um desses Estados. Neste caso, especificamente, eu mencionaria a Companhia Energética de São Paulo, que tem uma participação muito importante no parque gerador brasileiro, e que até 1977 construiu as usinas de São Paulo, fundamentalmente baseadas em parte de financiamento externo, parte de financiamento da Eletrobrás, mas a parte essencial dos investimentos foi coberta por dotações orça-

mentárias do Governo do Estado de São Paulo. Isto acontecia também com a CEMIG, em Minas Gerais, isto acontecia também com a COPEL, no Estado do Paraná. A partir dessa ocasião, em torno de 1977, gradativamente os governos estaduais, por talvez estarem comprometidos com outros gastos em outros setores, vieram reduzindo, substancialmente, sua participação nos empreendimentos estaduais. De forma que essa lacuna teve que ser coberta com participação de outras áreas, notadamente de recursos externos e de recursos do Governo Federal.

Por outro lado, verificou-se, a partir de 1978 mais ou menos — eu não saberia precisar neste momento exatamente o ano de início — uma queda do valor real das tarifas de energia elétrica, em decorrência da política do Governo de contenção da inflação e por considerar que a elevação da tarifa de energia elétrica era fator importante como indutor da inflação, porque à medida em que um elemento fundamental, como a energia elétrica, tivesse a sua tarifa elevada mais do que a média da inflação, considerava o Governo que seria um fator de induzir os outros produtores a acompanhar o nível de elevação da tarifa. Pelo menos isso é que era colocado. Na prática, o que se verificou foi uma redução substancial da tarifa real, comparativamente com o nível geral de inflação, de elevação dos demais preços no País. Por outro lado, um fator agravante é de que o setor elétrico sempre foi um setor racional; sempre se construíram empreendimentos na área de geração que fossem efetivamente os mais baratos na ocasião. De maneira que, com o crescimento do País, na medida em que havia necessidade de se construir novas usinas hidroelétricas em locais mais afastados, havia um crescimento real do custo da tarifa de energia elétrica, que deveria ser concedido pelo Governo para que esses novos investimentos mais custosos pudessem ser efetuados. No entanto, se as tarifas de energia elétrica eram corrigidas abaixo da inflação, tínhamos duas diferenças em termos da capacidade de geração de recursos internos para o investimento: a diferença em relação ao nível de inflação, e aquela referente ao custo real de realização de empreendimentos de capacidade instalada mais cara, porque o setor elétrico, até então, estava obedecendo ao critério de racionalidade de fazer primeiro as usinas mais baratas.

Circunstancialmente, a Eletrobrás, neste momento, passou a receber também dotações orçamentárias da União, em valor inferior ao que vinha até então recebendo. Quer dizer, substancialmente inferior. Eu diria que em alguns casos, em alguns anos, o que verificamos é que apesar do processo inflacionário elevado na ocasião, em termos do valor absoluto, se recebia uma participação de recursos orçamentários da União inferior ao do ano anterior; o que, evidentemente, num processo inflacionário como o que estávamos vivendo, passava a representar, a ter uma participação muito menor nas necessidades de complementação de recursos para os investimentos que estavam sendo realizados. Inclusive, este foi um dos fatores que induziu uma modificação na legislação do setor elétrico, por proposta apresentada pela Eletrobrás, alterando os critérios de recolhimento de duas reservas: a reserva global de reversão e a reserva global de garantia. São recolhimentos feitos pelas empresas concessio-

nárias em benefício, no caso, a reserva global de reversão, do Governo Federal administrado pela Eletrobrás; e a reserva global de garantia é uma reserva para equalização interna de remuneração dentro do setor elétrico.

Uma das queixas bastante acentuadas realizadas pelas empresas concessionárias com grande investimento anterior na sua capacidade de geração, transmissão e distribuição, foi de que essa sistemática onerava essas empresas em benefício de empresas com menor grau de produtividade, notadamente as empresas do Norte e do Nordeste.

Esta proposição foi feita pela Eletrobrás, e o Governo editou, então, um decreto-lei, estabelecendo essas alterações, de forma que minimizou a necessidade de aporte de recursos para as empresas do Norte e do Nordeste com nível de produtividade inferior ao que se verificava nas empresas do Sul e Sudeste.

Este estrangulamento, portanto, de recursos, seja da área de dotações orçamentárias estaduais, dotações orçamentárias da União, a diminuição da geração interna de recursos pela contenção da tarifa real, a diminuição até de empréstimos internos do tipo BNDES e outras fontes oficiais de crédito, era compensada pela alocação de maiores limites de captação de recursos externos, em que a Eletrobrás coordenava o grupo das empresas controladas pelo Governo Federal para a captação. E a realização dessas operações, convertidas em cruzados, em moeda nacional, é que permitiu minimizar o efeito da redução dos investimentos. Apesar de esse volume total de recursos não ter sido substantivo, não a nível do que se desejava, na realidade a obtenção desses créditos externos, convertidos em moeda nacional, permitiram a realização dos investimentos que se fizeram naquele período.

Uma das questões bastante levantadas, inclusive mencionada pelo Sr. Relator, é a questão de que recursos externos eventualmente captados pela Eletrobrás, eventualmente não tivessem sido utilizados em benefício do setor elétrico. Posso afirmar categoricamente que nenhuma operação contratada pelo setor elétrico, pela Eletrobrás, deixou de ser utilizada em benefício do próprio setor de energia elétrica, em benefício da Eletrobrás, das suas empresas controladas ou então em benefício das empresas concessionárias estaduais. Todo recurso contratado pela Eletrobrás foi aplicado dentro do próprio setor.

Caberia mencionar que uma das operações — se não me engano a Usina Termoelétrica Jorge Lacerda IV foi realizada com a participação de fornecimento da Tchecoslováquia, em decorrência de interesse de exportação de minérios pela Companhia Vale do Rio Doce.

Na realidade, nesta questão, as operações de crédito contratadas pela Eletrobrás — e isso posso afirmar categoricamente — mesmo na questão Jorge Lacerda IV, elas foram utilizadas exclusivamente no setor elétrico; na realidade o que se obteve com esta negociação foi uma venda adicional do minério de ferro pela Companhia Vale do Rio Doce, sem que isto influenciasse o nível do crédito e possivelmente dos preços da operação contratada. De forma que não existem no que é do meu conhecimento e do que é da minha gestão, recursos externos contratados pela Eletro-

brás que não tenham sido utilizados em benefício do próprio setor elétrico.

Com relação, então, à possibilidade de compras com a antecipação em relação ao seu cronograma: a diretoria financeira — a área, aliás, de um modo geral, toda a área financeira, só atuava mediante uma demanda das áreas de planejamento e das áreas de engenharia. De maneira que, se houve alguma antecipação eu me permitiria colocar o fato de que seria uma questão a ser colocada para as áreas de planejamento e de engenharia das empresas, na ocasião.

O SR. EGMONT B. GONÇALVES — Bem, continuando o questionamento feito pelo Exm^o Sr. Senador Jutahy Magalhães, complementando também as palavras do Dr. Masato Yokota; quanto à Chesf foi referido que houve contratação de recursos externos com grande antecipação. Durante o tempo em que fui diretor-financeiro da Chesf — é acredito que no tempo anterior também não tenha ocorrido só não ocorreu assim com essa clareza, às vezes, quando se toma a decisão de construir uma usina decorre — dez anos para ela ficar pronta — depois de tomada a decisão, não pode ser assim. Os recursos: começa-se a trabalhar o plano nacional e logo em seguida a decisão também sobre os recursos externos, porque os recursos financeiros são escassos — não só no mercado interno como no mercado externo; demanda tempo. Uma discussão ou um financiamento ou uma busca do mercado externo, no mínimo se uma operação for muito boa, muito bem montada isso leva tempo; só a discussão disso leva mais de um ano de reuniões sucessivas, bancos, etc.

Veja-se o caso de Xingó: a decisão da construção de Xingó, que é muito antiga, era um anseio das áreas técnicas da Chesf, porque a usina mais barata atualmente no Brasil é a Usina de Xingó, porque é uma usina que não tem desapropriação, não tem coisa nenhuma, o reservatório da usina é o próprio **canyon** do rio — é no próprio **canyon** que água vai ser armazenada, o reservatório é o próprio **canyon**, não tem nada, obra quase nenhuma, como outras obras de infra-estrutura em Sobradinho, em Itaipava em que, inclusive, há assentamento de populações de mais de 30 mil pessoas. Lá não tem nada disso, quase não há desapropriações.

No caso de Xingó, por exemplo, por razões de falta de dinheiro no mercado interno, a sua construção sempre foi adiada. Tanto que a primeira previsão de que tomei conhecimento, quando estava na diretoria da Chesf, era de que Xingó seria para 1989/90. Na realidade, somente este ano, foram assinados os contratos de obras civis. Assim, Xingó é para 1993, 1994, etc.

Já ouvi muito questionamento quanto à aquisição dos equipamentos para Xingó. Há um consórcio de bancos alemães que financiaram parte desses equipamentos. O contrato com esses bancos foi iniciado em 1982. Aliás, eu e o Dr. Masato estivemos na Alemanha, em Frankfurt, assinando os contratos.

Acontece que as obras civis, que são em moeda nacional, foram retardadas em face à conjuntura econômica da época. O Governo não tinha recursos e não iniciaria as obras de Xingó para paralisá-las logo em seguida.

Corre por aí a notícia de que os equipamentos já haviam sido fabricados e estariam armazenados

na Europa. Os equipamentos de Xingó não foram fabricados. Agora é que está tratando desse problema, inclusive a análise dos modelos, etc. Pelo menos, é a informação que tenho até o presente momento.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Temos uma indagação complementar. Já foi explicado aqui que esses equipamentos não foram fabricados. Mas, o contrato de financiamento já foi feito, os dólares já foram tomados pelo Brasil. O Brasil está pagando juros sobre isso?

O SR. MASATO YOKOTA — Está pagando.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Está pagando um equipamento que não foi fabricado ainda.

O SR. MASATO YOKOTA — Se me permitisse, eu gostaria de fazer uma separação de dois tipos de crédito. Existem os créditos concedidos pelos bancos, com garantia do governo da Alemanha, que se destinam ao financiamento dos equipamentos. Esse são utilizados a partir de um cronograma de fabricação dos equipamentos, onde existe até uma vistoria, uma fiscalização da evolução da fabricação. Eu diria que, substantivamente, não sei a situação de hoje, mas desse financiamento não deve ter sido desembolsado praticamente nada, na parte do financiamento do equipamento. Ao mesmo tempo em que fizemos a contratação do financiamento dos equipamentos, foram feitas contratações dos chamados créditos financeiros, que foram utilizados, aplicados dentro do setor elétrico, ou para pagamento de serviço da dívida anterior, contratada anteriormente, ou foram transformados em investimentos na ocasião.

Portanto, esses recursos foram, efetivamente, desembolsados dos empréstimos, foram gastos, aplicados no País ou em pagamento de parte da dívida externa do grupo da Eletrobrás, porque o empréstimo foi contratado pelo Grupo Eletrobrás. Hoje, estamos pagando juros e, provavelmente, eu não saberia dizer, estivessem até em período de amortização esses empréstimos. Mas, os recursos que foram desembolsados foram aplicados, foram utilizados dentro do programa da Eletrobrás.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — É neste ponto que gostaria de explicações mais detalhadas, no decorrer dessas perguntas que gostaríamos de fazer, os Senadores aqui presentes e eu, porque sabemos que o planejamento da construção de uma usina hidrelétrica é feito por um período de 9, 10 anos de maturação, para chegarmos até a conclusão das obras.

Discordo da opinião do Dr. Gonçalves, porque temos que ver o atraso inicial da obra. A previsão de conclusão de Xingó, de término das obras, era maio de 1987. Já deveríamos, a esta altura, hoje, estar batendo palmas ao Governo que estaria inaugurando a obra de Xingó. No entanto, estamos vendo, contrariados, que o Nordeste está sofrendo o racionamento de energia por falta de Xingó.

Para uma obra desse tipo, sabemos que deve haver um cronograma, que deve marcar o planejamento, o estudo de viabilidade, o início das obras da construção civil, para saber quando se faz necessária a aquisição do material para o funcionamento da hidrelétrica.

Este é o questionamento maior que tem ocorrido aqui, nesta CPI. Em todos os depoimentos, o que se demonstra, o que se procura demonstrar é que a principal razão, não a única, mas a principal razão das dificuldades, do setor de energia elétrica, neste período as dificuldades que ocasionaram os atrasos nessas obras necessárias para evitar o racionamento que hoje existe, decorreram — aí se faz preciso um esclarecimento — não de não terem sido utilizados os recursos da Eletrobrás, mas de não terem sido utilizados os recursos adequadamente, no período certo, que evitasse a defasagem desses recursos, através do pagamento de juros, um custo financeiro muito alto. O custo-benefício desses empréstimos decairia bastante?

Este é o principal questionamento, e a razão das minhas indagações. É saber de onde partiram essas ordens para a Eletrobrás, para que utilizasse o seu crédito no exterior para antecipar a aquisição de mercadorias que não eram necessárias naquele momento. Para Xingó já foram compradas as máquinas, máquinas que só serão necessárias depois de 1990.

O Ministro do Planejamento falou que foram comprados 8 geradores, para Três Irmãos, sendo que somente 3 ou 4 serão utilizados. Falou também que o Brasil estava, com isso, tendo um prejuízo de 10 bilhões de dólares, não no setor energético, mas o setor energético participava com uma parcela razoável desse prejuízo que o Brasil teria, segundo o Ministro do Planejamento.

Quero indagar de onde partiram essas ordens. O setor de energia cumpria ordens. O responsável pelo setor de planejamento financeiro da Eletrobrás, Dr. Yokota cumpria ordens. Como S. S^a declarou aqui, não lhe competia, talvez, verificar se as ordens emanadas para a aquisição de uma mercadoria, de um determinado gerador, turbina, fosse lá o que fosse, estava no momento adequado para aquela aquisição. Tinha que verificar era se a Eletrobrás teria ou não condições de fazer a aquisição e obter o empréstimo que diziam necessitar. Esta ordem partia de alguém. Partia do Ministério das Minas e Energia? Partia do presidente da Eletrobrás? Partia da Secretaria de Planejamento? Havia na época, o Conselho Nacional de Energia. Qual a sua participação? Ele participava ativamente, dando uma orientação global da política energética, ou era apenas um observador privilegiado, sem ter participação na orientação política do setor?

Então, é essa a indagação, saber quem é o responsável pela aquisição, no momento inadequado, dessa mercadoria que hoje está custando caro ao Brasil.

O SR. EGMONT B. GONÇALVES — Acho que, no meu ponto de vista, a decisão era decorrente do Governo. Ao se elaborar o orçamento, preparado pela Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento, este orçamento previa uma dotação baixa de recursos do Tesouro para a Eletrobrás, um volume insuficiente. Posteriormente, o orçamento elaborado pela SOF, Secretaria de Orçamento e Finanças da Seplan, era aprovado pelo Sr. Ministro-Chefe da Seplan e encaminhado ao Senhor Presidente da República, que o enviava ao Congresso Nacional para aprovação. Esses orçamentos eram aprovados no Congresso Nacional, incluindo aquela dotação baixa para o setor elétrico.

A decisão de redução do valor real da tarifa era uma decisão tomada, baixada, pelo DNAE, as portarias de tarifas são baixadas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que é um departamento do Ministério das Minas e Energia. Naquela ocasião, tínhamos a elaboração dos orçamentos das Estatais com a especificação das dotações dos grandes projetos individualizados que eram feitos pela Secretaria de Controle das Empresas Estatais, a SEST, vinculada à Secretaria de Planejamento. Mas a sua aprovação era do Conselho de Desenvolvimento, as EMS de autorização de aprovação de orçamentos de cada uma das empresas estatais eram baseadas em EM do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Os limites de contratação de empréstimos externos também eram estabelecidos dentro da área do Governo, pela Seplan e pelo Ministério da Fazenda. As autorizações de contratação de empréstimos externos sempre foram dadas pelo Banco Central.

De maneira que, a explicação deste conjunto de decisões que levavam à necessidade de se contar com recursos externos para a complementação dos investimentos do setor elétrico, deriva de decisões tomadas nas mais diversas áreas de Governo, envolvendo a Secretaria de Planejamento, o Ministério da Fazenda, o Ministério das Minas e Energia, com as aprovações do Conselho de Desenvolvimento Econômico e do Presidente da República e, em certa parcela, também das dotações orçamentárias da União para o setor elétrico, para a Eletrobrás, aprovadas pelo próprio Congresso Nacional.

De maneira que, acho que essas eram as diretrizes e as limitações impostas à atuação da Eletrobrás, especificamente no que diz respeito à possibilidade de utilização de recursos para o seu programa de investimentos.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Cada vez verifico mais preocupações da Constituinte, por não estar aceitando uma tese que venho defendendo de que o Congresso Nacional deveria ter plenos poderes para acompanhar a aplicação orçamentária do País, e o Congresso ter a ação de fiscalização. Mas com toda a sua capacidade profissional e política de agir no momento adequado. E o Dr. Masato Yokota joga um pouco de responsabilidade para o Congresso Nacional, por ter aprovado o orçamento. Apenas se esquece de dizer que, naquela época, não podia emendar nem uma vírgula.

O SR. MASATO YOKOTA — Eu reconheço.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — O Congresso não podia emendar nem uma vírgula. Por isso nós chegávamos sempre àquela decisão: se não aprovamos será pior para o Brasil, se aprovamos não sabemos o que será executado. Então, não poderíamos deixar o País sem o orçamento, mas também não poderíamos aqui modificar nada. Agora é o momento da Constituinte compreender a necessidade de dar ao Congresso os poderes necessários.

Mas, vemos aqui, eu tive a oportunidade, uma vez de, conversando lá no setor de energia dos Estados, em uma época em que havia uma preocupação muito grande de fazer a unificação da área de energia nos Estados Unidos, que era muito

deversificada, muita gente mandava naquele setor, muitos órgãos tratavam da política energética e estava havendo uma luta entre o Executivo e o Legislativo — porque lá o Legislativo tem força — e alguns programas de política energética que o Executivo tinha mandado para o Legislativo, o Legislativo tinha devolvido, não aceitando, fazendo uma mudança total, enquanto o Executivo ficava na preocupação de que vários órgãos estavam mandando naquele setor e não havia um responsável para fazer a política global. Aqui nós temos, também, esse problema. Hoje, buscamos quem era o responsável pelas determinações do setor de energia que vieram a ocasionar essas dificuldades.

Hoje, já compreendemos, pelas demonstrações, depoimentos de todos que por aqui passaram, que houve um problema no setor de energia, em decorrência das ordens emanadas para que o setor se endividasse e mantivesse esse retorno normal. V. Ex^a vem me falar isso, que é o DNAE quem determina as tarifas. Então, todos os técnicos dizem que as tarifas devem dar um retorno de 10 a 12%, para que a empresa tenha condições de novos investimentos, os investimentos necessários. Estava a empresa vivendo à base de 2 ou 3% acima das tarifas e não tendo, portanto, um rendimento real. E essas dificuldades determinaram, então, buscar recursos de outra forma. Outros tipos de determinações induziram a que fosse prejudicial à política, como um todo, da Eletrobrás.

Mas assim, em um caso específico, V. Ex^a, Dr. Yokota, como Diretor Financeiro da Eletrobrás, no seu período de administração da Eletrobrás, quais os contatos, de que ordem e de que natureza eram os seus contatos, por exemplo, com o Conselho Nacional de Energia? Havia alguma ordem hierárquica em determinação de uma política de energia, partido do Conselho Nacional de Energia, ou não?

O SR. MASATO YOKOTA — Não. O meu relacionamento com o Conselho Nacional de Energia nunca aconteceu.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Porque não existia o Conselho.

O SR. MASATO YOKOTA — Não, existia o Conselho, ele estava implantado. Basicamente, eu diria que as grandes decisões envolvidas no Conselho, naquela ocasião, eram a política de álcool e a política de petróleo. No meu caso, eu tinha muito relacionamento com o Ministro das Minas e Energia, por decorrência natural de ser a Eletrobrás uma empresa vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Mas eu, pessoalmente, nunca fui convidado nem convocado a participar de uma reunião do Conselho Nacional de Energia.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Mas, na papelada que passava na sua Diretoria, vinham assim determinações, ordens expressas do Conselho, a respeito da política energética do País?

O SR. MASATO YOKOTA — Não, no meu caso, especialmente, receber uma documentação do Conselho Nacional de Energia era fato em relação às diretrizes e eu poderia lhe dizer.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Da política energética nada?

O SR. MASATO YOKOTA — Não.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Há uma grande repercussão na Eletrobrás de um contrato assinado pelo Ministério das Minas e Energia para as empresas, como a Lumina, e outras, de benefícios a serem concedidos a subsídios à energia fornecida para essas empresas, um contrato assinado na administração passada.

Esse contrato trouxe benefícios de ordem política, administrativa e econômica para a Eletrobrás, ou trouxe prejuízos? E, se trouxe prejuízos ou qualquer influência na vida da Eletrobrás, se houve participação da Eletrobrás na elaboração desse contrato e nas negociações para que o mesmo fosse assinado?

O SR. MASATO YOKOTA — A sua pergunta envolve diversas questões relacionadas ao problema das empresas de alumínio. Quando fui eleito para a Eletrobrás, já estavam em andamento os dois grandes projetos de alumínio no Nordeste, já existia todo um programa de investimentos necessários em andamento para o atendimento da demanda de energia elétrica desses projetos de alumínio. O contrato com cada uma delas se baseou em tarifas estabelecidas pelo Governo. A Eletrobrás não tinha participação no estabelecimento da tarifa. Naturalmente, por serem grandes consumidores de energia elétrica, a tarifa era mais baixa do que a tarifa de fornecimento para tensões não tão elevadas. Para quem consome pouco, menos energia elétrica com tensão menor, a tarifa de energia, normalmente, é menor; aqueles que recebem tensões mais elevadas têm uma tarifa mais reduzida.

Pelo fato de essas empresas receberem energia elétrica em tensões bastante elevadas, é natural que elas tenham uma tarifa mais reduzida. No entanto, existe legislação, portarias específicas e contratos não negociados pela Eletrobrás. Não era a Eletrobrás que fazia essa negociação e nem estabelecia o nível de tarifa de cada uma dessas empresas; isto era estabelecido pelo DNAE. Temos conhecimento, e tínhamos conhecimento na ocasião, de que a tarifa, para essas duas grandes consumidoras de energia elétrica, era inferior às demais tarifas.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Analisando o setor financeiro da Eletrobrás, esses contratos traziam benefícios, faziam-se necessários para a vida da Eletrobrás e para a conveniência do País, ou esses contratos prejudicavam a política energética do País, tirando recursos que poderiam ser melhor aplicados em outras áreas?

O SR. MASATO YOKOTA — Confesso que existem duas grandes correntes dentro do setor de energia elétrica a respeito desta colocação feita pelo Sr. Relator.

Existem os participantes do setor elétrico que gostariam de vê-lo exclusivamente voltado para a chamada demanda tradicional do setor: o atendimento da população, vamos dizer, de energia residencial, atendimento do comercial, atendimento das indústrias não intensivas no consumo da energia elétrica; e existem pessoas que defendem a necessidade de que o País aproveite as suas potencialidades, implantando indústrias altamente intensivas no consumo de energia elétrica e vendendo o seu produto com a carga de energia elétrica. Estas são duas correntes que se distinguem bem dentro do setor.

A minha avaliação pessoal é um pouco mais complexa do que essa dualidade. Na medida em que o Governo brasileiro tomou a decisão de que tinha necessidade — isto, desde a crise do petróleo — de dar continuidade à importação de petróleo em nível bastante elevado, até que se intensificassem os programas de prospecção de petróleo no País, e, portanto, gastando divisas substantivas na importação de petróleo, ao mesmo tempo em que o Governo tomava a decisão de utilizar a poupança externa, mediante a contratação de empréstimos externos, haveria a necessidade de serem implantados, no País, empreendimentos que também levassem à geração de divisas, porque importação, empréstimos externos, em divisas, só podem ser pagos mediante geração de divisas, seja por exportação de produtos, seja por utilização de novos empréstimos, ou seja, operações contratadas em moedas, que não a brasileira, têm que ser pagas pela geração dessas mesmas moedas.

Assim, à medida em que importávamos petróleo em volumes expressivos, à medida em que contratávamos empréstimos externos, pelos quais tínhamos que fazer o pagamento da amortização, porque, num determinado momento, tem que se amortizar, havia necessidade de serem implantados projetos destinados à geração de divisas.

Assim, parece-me que a implantação de projetos, que estivessem voltados para a geração de divisas, era uma decorrência de decisões anteriores tomadas pelo Governo sobre a necessidade de importação em volume bastante elevado, de petróleo e de contratação de empréstimos externos.

Quanto à definição do nível tarifário, posso afirmar que era adequado ou inadequado.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — No modelo exportador, teríamos que dar razão a essas considerações. Gostaria de saber, no setor específico da Eletrobrás, pensando neste modelo exportador, se seria conveniente para a política de energia do País, dentro dessas preocupações de exportação — temos também mais uma exportação de energia, porque a exportação de alumínio é praticamente a exportação de energia —, estaria o País capacitado a exportar a sua energia ou o País precisaria da sua energia, da sua produção, de sua capacidade geradora ser aproveitada no próprio País e não na exportação de produtos que representasse exportação de energia?

O SR. MASATO YOKOTA — Sobre o ponto de vista da administração financeira da Eletrobrás, evidentemente, o fornecimento de grande quantidade de energia elétrica, a uma tarifa menor do que as demais, ela causou dificuldades; a remuneração global do setor poderia ser mais elevada se não se estivesse atendendo projetos dessa natureza, grandes consumidores de energia elétrica. No entanto, eu separaria, na época da minha gestão, dois momentos. Houve um momento, se não me engano, em torno de 1981 e 1982, em que se estava realizando projetos de investimentos considerados absolutamente imprescindíveis, mas em função da queda do crescimento econômico do País, nós vimos em um determinado momento com uma capacidade de oferta de energia elétrica superior ou de programação de oferta de energia elétrica inferior ao que seria a demanda

de energia elétrica que estava projetada; em função disso, foram feitos alguns ajustamentos na programação e, inclusive, dilatados os prazos de atendimento. Logo em seguida, nós tivemos uma inversão da curva, e eu mencionaria um dado que sempre foi colocado a minha consideração, e eu, particularmente, pensava muito sobre ele, é de que tradicionalmente, no Brasil, a relação crescimento de consumo de energia elétrica em relação ao crescimento do PIB era uma relação não sou economista —, mas alguns economistas utilizavam para efeito de medir a taxa de crescimento do PIB, enquanto os dados não estivessem disponíveis, verificar o crescimento da demanda de energia elétrica e dividir por 1.2 para verificar qual era a taxa de crescimento do PIB, aí fazer a estimativa da taxa de crescimento do PIB. No entanto, a partir de um determinado momento, esta relação começou a se alterar significativamente, tendo chegado para períodos médios de 3 anos — porque para observar um dado de 1 ano, só ela é um pouco falsa —, para taxas médias de 3 anos, ela chegou à faixa de uma relação de 2.2; então, se alterando significativamente de 1.2 para 2.2. Evidentemente uma alteração significativa dessa natureza, dentro da estrutura de consumo da energia elétrica, em função da taxa de desenvolvimento do País, acabou gerando inúmeras dificuldades de financiamento do próprio setor. Afora isso, aqueles outros setores mencionados de redução da tarifa real, redução dos valores alocados no setor, tudo isso acabou se transformando em um problema muito mais grave. Mas essa alteração da estrutura de demanda aconteceu, fundamentalmente, pela implantação de grandes consumidores. Então, naturalmente, se não se contasse com recursos adequados para o financiamento dos projetos destinados à geração de energia elétrica, para atendimento dos grandes consumidores o ponto de estrangulamento seria natural que aparecesse, e acabou aparecendo.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Mudando um pouco da linha de raciocínio, voltando para outro assunto, eu gostaria de saber se, no seu período, ou em período anterior, que seja do conhecimento da área financeira da Eletrobrás, se foram destinados recursos do setor de energia da Eletrobrás, para a construção de programa nuclear Itaipu? E quais foram os benefícios econômicos e sociais advindos deste projeto.

O SR. MASATO YOKOTA — Com relação, inicialmente, ao programa nuclear, a participação do setor de energia elétrica do grupo Eletrobrás no financiamento das usinas nucleares, realmente, atingiu uma proporção bastante baixa do volume de investimentos total do setor nuclear; no entanto, é fácil de se concluir que se o Governo destinava recursos para o programa nuclear, naturalmente, dentro das limitações globais de recursos, esse dinheiro estava sendo subtraído de algum outro setor; e, evidentemente, talvez tenha sido essa uma das razões — e não poderia afirmar categoricamente —, mas talvez tenha sido essa uma das razões pelas quais se reduziu as dotações orçamentárias da União, para o setor elétrico, tenha diminuído, porque realmente o volume de investimentos para o setor nuclear era um volume expressivo; se bem que era do meu conhecimento que, fundamentalmente, era realizado por em-

préstimos externos. No entanto, em um determinado momento da nossa gestão, foi também negociado com a Nuclebrás e foi baixada uma legislação específica de que o Governo Federal reembolsaria a Eletrobrás de todos os gastos que Furnas, até então, tivesse realizado para o financiamento do programa das usinas nucleares; e ficou estabelecido que o nível de participação do setor elétrico, para o programa nuclear, seria no máximo equivalente ao de uma usina hidrelétrica do mesmo porte e das mesmas condições. Portanto, a participação do setor elétrico ficou reduzida ou mantida dentro de uma equivalência a uma usina hidrelétrica da mesma natureza. No entanto, é verdade que o Governo investiu no setor nuclear. Talvez daí, então, tenha decorrido a redução dos recursos para o setor elétrico.

Com relação a Itaipu, é bastante natural que a Eletrobrás aplicasse parte substancial dos seus recursos na Usina Hidrelétrica de Itaipu, porque a usina era o principal projeto desenvolvido nas regiões Sul e Sudeste para a geração de energia elétrica; os programas feitos, que anteriormente eram feitos pela Copel, eram anteriormente feitos pela Companhia Energética de São Paulo, foram reduzidos em função do investimento no projeto da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que era realmente o principal projeto de geração de energia elétrica nas regiões Sul e Sudeste; a Eletrobrás realmente financiou parte substancial dos investimentos de Itaipu, e eram investimentos destinados à geração de energia elétrica.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Na administração de V. Sª já havia o problema levantado aqui pelo Dr. Mario Behring, e que também uma outra razão das dificuldades do setor de energia, principalmente da época atual, é decorrente da não transferência de recursos das companhias estaduais, e parece que essa reserva global de garantia, que é a equalização e a socialização dos prejuízos; então queria saber se na época de V. Sª já existia essa dificuldade de transferência por parte das empresas mais capacitadas de atender as necessidades das empresas mais deficitárias?

O SR. MASATO YOKOTA — Havia sim, em nível bastante elevado. Chegamos a ter algumas empresas que além da não liquidação dessas cotas relativas à reserva global de reversão, e reserva global de garantia, chegavam a não fazer o pagamento das faturas de energia elétrica, e, por exemplo, eu poderia citar que naquela ocasião nós tínhamos problema com a Companhia C3 E, que é a Companhia Concessionária de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, e tivemos também problemas com a CELESC, que é a Concessionária de Energia Elétrica no Estado de Santa Catarina. Esses problemas existiam sim, porque a crise financeira que afetava o setor era bastante generalizada.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Seria essa uma das razões das dificuldades de recursos para o setor de energia elétrica?

O SR. MASATO YOKOTA — Como essas empresas fazem parte do próprio setor, as dificuldades das concessionárias estaduais eram dificuldades do próprio setor; quer dizer, a não transferência desses recursos para as reservas do Governo Federal, que eram administradas pela Eletro-

brás, gerou problemas bastante elevados na administração financeira da Eletrobrás.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Última pergunta desta fase: a Eletrobrás já foi utilizada como captadora de recursos para fins de fechamento do balanço de pagamentos do País?

O SR. MASATO YOKOTA — Eu diria que sim, na medida em que se estabeleceram limites bastante elevados de contratação de empréstimos externos para a Eletrobrás, pelo fato de que a empresa, em seu programa de investimentos, tinha boa aceitação no mercado internacional. Tínhamos que viabilizar os recursos que estavam orçamentados para a Eletrobrás. De maneira que fomos em busca dessas operações externas, eu diria que realizamos as operações que permitiriam tocar o programa de investimentos.

Como o dinheiro recebido pela Eletrobrás eram os cruzeiros equivalentes, a entrada das divisas propiciava o adequado fechamento do balanço de pagamentos, porque a Eletrobrás não utilizava divisas externas, ela captava os recursos externos que eram utilizados pelo Banco Central e a Eletrobrás recebia os cruzeiros equivalentes a essas operações. Os nossos gastos eram substancialmente, exceto o pagamento do serviço da dívida externa, existia sempre saldo positivo, e utilizávamos os cruzeiros para efeito de investimentos e gastos internos do País.

Como a entrada dessas divisas é um dos itens do balanço de pagamentos, eu afirmaria que a captação de recursos externos pela Eletrobrás beneficiou o balanço de pagamentos do País.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Como complementação dessa última pergunta, V. Sª poderia me dizer, mais ou menos, ou dar uma idéia do custo financeiro dessa captação de recursos, no momento atual e o que isso representa percentualmente em relação ao orçamento da Eletrobrás?

O SR. MASATO YOKOTA — A maioria das operações contratadas, não só pela Eletrobrás, mas por outras empresas do País, eram baseadas tanto no **prime rate** quanto no **libor**. A **prime rate** é a taxa americana e o **libor** é a taxa estabelecida em Londres e, portanto, elas são viáveis, dependendo do momento.

Houve momento em que essas taxas estavam extremamente baixas, em torno da ordem de 7%; houve momentos conhecidos — durante a nossa gestão — em que a taxa **libor** atingiu 20% ao ano. De qualquer maneira, a negociação que fazíamos era sobre o chamado **spread**, que é uma taxa inclusive aceita e registrada no Banco Central. Elas também variavam em decorrência da situação econômica do País. De maneira que o que eles representam hoje, em termos de custo, significa a taxa média que o Brasil paga em **spread** da dívida externa.

O setor de energia elétrica sempre teve uma participação expressiva dentro da dívida externa brasileira. Acredito que hoje deva estar mais ou menos de 15 a 17% a participação do setor elétrico no total da dívida externa brasileira. Mas ela representa a média do que o Brasil tem.

No momento em que a taxa básica de juros, seja a **prime rate** seja a **libor**, assumiu proporções de 20% ao ano, como efetivamente aconteceu, a participação dos encargos financeiros den-

tro do orçamento da Eletrobrás se transformou numa participação extremamente pesada e onerosa. Mas isso em decorrência da evolução do mercado monetário internacional.

Hoje, não estou atualizado a respeito dos dados, mas a somatória, pelo menos no meu último ano de gestão, que foi no fim de 1984, do serviço da dívida, o pagamento de juros, mais o principal, seja de empréstimos em moeda, seja em financiamento de equipamentos, acredito que deverá atingir a uns 2 bilhões e meio de dólares. Não sei dizer exatamente, porque não tenho o orçamento atualizado da Eletrobrás, mas era um valor expressivo.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Agradeço aos dois depoentes as informações prestadas, e deixo aqui para os meus colegas fazerem as indagações e ajudarem o Relator na pesquisa dos dados necessários ao nosso Relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Concedo a palavra ao Senador Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Desejo cumprimentar o Presidente, os depoentes e os Senadores. Gostaria de indagar — e acho que essa indagação se dirige mais especificamente ao Dr. Masato Yokota — sobre os percentuais de crescimento da demanda do nosso País no setor energético, num determinado tempo e qual esse tempo que mais ou menos se planeja ou se visualiza no futuro? Quais as regiões de maior demanda futura que se prevê e quais os mecanismos de utilização para sincronizar as variações do crescimento com essa oferta de energia necessária?

O SR. MASATO YOKOTA — Eu colocaria a questão da seguinte forma: houve um momento em 1977, em que, como mencionei, a relação na taxa de crescimento de demanda de energia elétrica, em relação ao crescimento do PIB, era de 1,2. Depois ela foi crescendo muito rapidamente, ao ponto de, em um ano, em 1981, onde tivemos taxa negativa do PIB, a demanda de energia elétrica ter crescido na ordem de 8%. Isto apresenta uma relação extremamente elevada.

De qualquer maneira, os cálculos, os números, os índices que mencionei foram sempre de uma taxa de 3 em 3 anos e não de taxas de um ano só para, evidentemente, tirar essas distorções. Ela chegou, em determinados momentos, no triênio 81, 82 e 83, que foram os dados mais recentes que acompanhei, a uma relação, não estou bem lembrado, entre 1,8 a 2,2, mas, de qualquer forma, é uma taxa de crescimento extremamente elevada, é uma relação extremamente elevada.

Eu diria que é uma opção da sociedade. O nível de eletrificação da sociedade, para a manutenção de taxas expressivas dessa natureza, envolve sacrifícios em outras áreas, porque se o crescimento do PIB — vamos admitir um crescimento razoável para o futuro — for da ordem média de 5%, como tem sido mencionado pelas autoridades, para a projeção dos 4 anos futuros, se tivermos uma relação de 2, nesse índice de 5%, vamos crescer 10% ao ano.

Para crescer 10% ao ano com o PIB a 5% ao ano, a sociedade tem que se dispor a investir mais no setor energético e a reduzir o investimento em outras áreas, uma vez que a nossa capacidade de alterar significativamente a taxa de poupança do País — que chegou a 25%, em

determinados momentos favoráveis, e depois se reduziu a 15%, hoje anda na casa dos 17 a 18% — para atender a uma relação dessa natureza, sem alterar significativamente a taxa de poupança interna, é preciso renunciar a uma série de investimentos em outros setores. Evidentemente que é uma decisão de toda a sociedade, abrir mão de uma taxa de eletrificação desse porte.

Por outro lado, nos momentos favoráveis, a taxa de poupança externa chegou a 4 ou 5%. Mais recentemente, diante da crise internacional e com o problema do balanço de pagamento que o Brasil enfrentou, a taxa de poupança externa se transformou em taxa negativa, que nos leva à verificação de que a taxa de poupança total do País, portanto, a formação bruta de capital fixo, se reduziu proporcionalmente, ao PIB de maneira extremamente expressiva.

A manutenção de taxas elevadas por demanda de energia elétrica é dependente da capacidade do País de fazer aumentar a sua taxa de poupança total, seja pelo aumento da taxa de poupança interna, seja pela utilização de poupança externa e de abrir mão de investimentos em outros setores, para que o setor elétrico venha a receber os recursos necessários para os seus investimentos. Se isso é ou não razoável não me cabe analisar ou dar a minha opinião, pois ela não iria pesar, eu acho que é uma decisão da sociedade.

Nos últimos planos que eu verifiquei as regiões brasileiras com maior taxa de crescimento eram, naturalmente, a Norte e a Nordeste, não só em decorrência dos projetos de grandes consumidores intensivos de energia elétrica, mas também pelo nível de eletrificação que está acontecendo nessas duas regiões, e como o nível de eletrificação anterior era muito baixo, os investimentos realizados geram uma taxa de crescimento; se a base é pequena, o crescimento em taxas proporcionalmente mais elevadas é obtido mediante um certo volume de investimento que não precisa ser muito expressivo. Na projeção, as taxas de crescimento das regiões Norte e Nordeste são mais expressivas.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, antes de encerrar, eu gostaria de fazer uma indagação mais específica ao Dr. Gonçalves, a respeito da Chesf.

No seu período de coordenação, o setor econômico-financeiro da CHESF, sentindo a falta de recursos, segundo informações aqui prestadas nos depoimentos anteriores, sentindo que lhe faltavam recursos procurou, com todas as dificuldades, continuar as obras civis de Itaparica. Isto fez com que a CHESF tivesse condições de prever as dificuldades que teria agora? A direção da CHESF pôde fazer a previsão da falta de energia, na Região Nordeste, em decorrência do atraso desse trabalho de Itaparica? Teve condições de executar algum trabalho político, algum trabalho de pressão da parte do setor energético lá daquela região, para evitar a falta de execução do cronograma previsto das obras de Itaparica e Xingó? Houve condições de ter uma idéia processual, documentada, de que houve pressão por parte da CHESF para que os recursos lhe fossem transferidos, porque senão haveria falta de energia, provocando um possível racionamento? Houve previsão do futuro, na época, para estes problemas dos dias de hoje?

O SR. EGMONT B. GONÇALVES — Creio que sim. Face ao agravamento da situação de recursos financeiros da CHESF e levando em conta o planejamento físico de Itaparica, que já estava iniciado desde 1979, e um aporte de recursos muito incerto, face a situação econômica, ou outros fatores que o Dr. Masato já apreciou, a CHESF procurou, através dos presidentes de então, fazer um esforço junto às altas autoridades, inclusive aos próprios Governadores dos Estados — e o Senador José Agripino, aqui presente, nesta época, era Governador do Rio Grande do Norte, deve recordar-se — e o então Presidente da CHESF, Dr. Rubens Costa, se esforçou ao máximo para motivar o Nordeste todo e suas Lideranças mais representativas, no sentido de mobilizar o Governo Federal, de sensibilizar as altas autoridades da República, a fim de que conseguisse recursos para atender às mínimas necessidades da CHESF na construção de Itaparica, que era primordial, visto daquela época, para esse horizonte que estamos vivendo, inclusive para um horizonte futuro, o problema ainda persiste.

O Dr. Rubens Costa promoveu reuniões de Governadores, não só em contatos pessoais, como nas próprias reuniões da Sudene; mobilizou as autoridades do Poder Executivo, o Ministro das Minas e Energia, muito interessado no problema, todas as altas autoridades foram levadas, inclusive o Presidente da República, para Itaparica no dia em que a empresa Mendes Júnior entrou na obra; o Dr. Tancredo Neves, Governador de Minas Gerais, compareceu a Itaparica, esteve em Paulo Afonso e fez até um primoroso discurso no dia em que foi dado o nome da Usina de Moxotó como Apolônio Salles. Todo um trabalho foi feito, e o que nós poderíamos fazer em termos de mobilização de opinião foi feito.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. Ex^a não falou do discurso primoroso do Governador José Agripino. (Risos.) Já que o Governador da Bahia não falou, S. Ex^a falou pelo Governador da Bahia.

A pergunta foi exatamente para saber no pé de quem a CHESF chorava. Vejo que o Dr. Yokota não teve coração mole para, através da Eletrobrás, alocar os recursos necessários. No pé de quem V. Ex^a chorou, Dr. Yokota? Porque uma manifestação desse tipo, da CHESF, deveria ser acompanhada de documentação demonstrativa das necessidades, de uma previsão das dificuldades que adviriam para a região Nordeste — como V. Ex^a mesmo disse, era a Região onde a demanda crescia mais rapidamente — então essa documentação deveria demonstrar que se os recursos não fossem alocados para aquela região, para a CHESF, nós teríamos as dificuldades que hoje estamos atravessando. V. Ex^a como diretor da área financeira deveria também alertar, como acredito que tenha alertado. Por isso pergunto: ao pé de quem V. Ex^a chorou, para que a CHESF fosse atendida nas suas necessidades?

O SR. MASATO YOKOTA — Eu diria que a minha choradeira era contínua, porque foi a única gestão da Eletrobrás em que o Diretor-Financeiro, apesar de toda a estrutura administrativa estar sediada no Rio de Janeiro, o Diretor-Financeiro dedicava parte substantiva do seu tempo, e até residia em Brasília, para estar em constante contato com autoridades do setor de energia elétrica

e do setor econômico-financeiro, para conseguir viabilizar maiores recursos ou conseguir viabilizar os recursos que os orçamentos destinados ao setor de energia elétrica alocavam e estabeleciam, como metas de realização, e o nosso papel era ou conseguir obter o maior volume de recursos global ou viabilizar os recursos alocados ao setor. Acredito que nisso nós não tenhamos sido tão ineficientes. É que a conjuntura, realmente, era bastante desfavorável. À área financeira da Eletrobrás competia estabelecer um orçamento global e verificar quais eram as disponibilidades e os valores alocáveis ao investimento, a destinação do investimento por projeto não era um item de competência da área financeira da Eletrobrás e essa competência só poderia ser feita, é até natural que assim fosse, e jamais foi contestado por nós, justamente por considerarmos isso adequado à distribuição dos recursos de investimento entre os diversos projetos era feita pela Diretoria de Engenharia e Planejamento. De forma que o eventual não atendimento de um projeto, em benefício de outro, não era evidentemente uma questão de minha competência.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — A indagação não é tanto de marcar competência do setor financeiro, mas é de ter uma idéia da documentação que foi apresentada à Eletrobrás advinda da CHESF, de uma previsão dos fatos que poderiam ocorrer com a falta de recursos.

O SR. MASATO YOKOTA — Essa documentação se encontra toda arquivada na Eletrobrás e realmente nós recebíamos uma quantidade de informações bastante elevada; a demanda de recursos mencionados pelo Dr. Egmont Gonçalves é realmente verdadeira, essa pressão existia e na parte de investimentos toda essa documentação era entregue à área de engenharia e planejamento para que ela fizesse a alocação de recursos por cada um desses projetos. Provavelmente, então, a documentação a que V. Ex^a se refere, se encontra arquivada junto à Eletrobrás, à Diretoria de Engenharia e Planejamento e não junto à diretoria econômico-financeira, mas, de qualquer forma, sou testemunha da pressão bastante elevada que foi feita pela CHESF para que fossem viabilizados maiores recursos ao atendimento do seu programa de investimentos e transmitimos na ocasião essas preocupações para as áreas que decidiam sobre o orçamento da Eletrobrás, e isto também deve se encontrar arquivada na empresa.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, vou fazer chegar às mãos de V. Ex^a o Ofício nº 12, de 1987, da CPI de Energia Elétrica, dirigido ao Dr. Mário Bhering, que diz o seguinte:

Ilmo. Sr.
Dr. Mário Penna Bhering
MD. Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás
Av. Presidente Vargas, 642 — 4º andar
Rio de Janeiro — RJ

Sr. Presidente,
Na qualidade de Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as causas do racionamento de energia elétrica no Nordeste, tendo em vista a necessidade da apresentação de alguns esclarecimentos adicionais, além dos que V. S^a já prestou em seu valioso

depoimento nesta CPI, sôlicito que forneça as seguintes informações complementares:

1 — qual o número de operações de empréstimos externos realizadas pela Eletrobrás, seu montante e as compras vinculadas a esses empréstimos, nos últimos 12 (doze) anos?

2 — em relação à informação solicitada no item anterior, deve ela discriminar o material comprado, valores respectivos, finalidade específica, época de aquisição do referido material, se já foi utilizado ou quando o será, onde se encontra o material ainda não-utilizado e se há deterioração ou sua imprestabilidade atual, quanto já pagamos de juros sobre os empréstimos externos ou quanto ainda pagaremos de juros;

3 — por quem foram autorizados os empréstimos referidos no item 1 acima, mencionando todas as autoridades do setor de energia e da área econômica do Governo, responsáveis pelos respectivos atos autorizativos;

4 — com referência ao caso de Três Irmãos, revelado em entrevista à televisão pelo atual Ministro do Planejamento, quando afirmou que foram comprados 8 geradores e somente 3 ou 4 serão utilizados, prestar informações detalhadas desse caso, esclarecendo quanto estamos pagando de juros sobre isto;

5 — segundo V. S^a, em seu depoimento nesta CPI, algumas empresas concessionárias do setor elétrico não estão recolhendo a quota relativa à Reserva Global de Garantia

— RGG (Fundo de Compesação) sobre o que desejo saber quais são essas empresas, desde quando não recolhem e qual o valor atual do débito.

Na expectativa de uma resposta, a mais urgente possível às questões aqui formuladas tendo em vista a elaboração de meu Relatório, aproveito o ensejo para registrar minhas expressões de apreço e consideração a V. S^a

Senador: **Jutahy Magalhães.**

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Eu pergunto ao Senador se já foi expedido. A Presidência vai tomar providências no sentido de fazer chegar ao destinatário para que, no menor espaço de tempo possível, as respostas venham para que possamos concluir os nossos trabalhos.

Desejo encerrar esta sessão e testemunhar como foi citado pelo Dr. Egmont Bastos Gonçalves o esforço que a Chesf no momento fez, no sentido de evitar a paralisação das obras, e, naquela época, o que se avizinhava era a paralisação total das obras de Itaparica e por iniciativa conjunta da Presidência da Chesf e da sua diretoria e dos Governadores dos Estados do Nordeste foi feito um movimento, numa reunião da Sudene, em que se exigiu praticamente do Governo Federal a alocação de recursos para que a obra prosseguisse, prosseguiu é verdade, a ritmo que deixa muito a desejar, eu também preciso registrar isso aqui.

Desejo agradecer os depoimentos substanciais do Dr. Egmont Bastos Gonçalves, do Dr. ex-

Diretor Econômico Financeiro da Chesf, e ao Dr. Masato Yokota, igualmente ex-Diretor Econômico e Financeiro da Eletrobrás que prestaram aqui informações valiosas que evidentemente vão ajudar a fazer um juízo perfeito, racional, ponderado, sobre as razões determinantes do racionamento de energia pelo qual passa hoje o Nordeste, e que assombram o Brasil como um todo.

Tendo em visita os depoimentos aqui prestados pelo Presidente da Eletrobrás, e mesmo pelo Presidente da Eletronorte e da Chesf.

Tenho a impressão, Srs. Senadores que estamos chegando ao final dos depoimentos, e julgo que para completar os nossos trabalhos, a par das respostas que deverão vir de parte do Sr. Presidente da Eletrobrás, de que deveremos ainda ouvir os Srs. Ministros da Irrigação e das Minas e Energia.

A Presidência diligenciará no sentido de contactar S. Ex^{ta}, e marcará a data, tendo em vista compatibilizar a agenda dos Srs. Senadores com a agenda dos Srs. Ministros e em prazo hábil marcará a próxima reunião que espero poder realizar-se na próxima semana, com a convocação do Sr. Ministro da Irrigação ou do Sr. Ministro das Minas e Energia.

Agradecemos mais uma vez a presença dos Srs. Senadores e dos Srs. ex-diretores e declaro encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 16 horas e 50 minutos.)